

Filosofia

11.º ano

11



Ministério
da Educação



ONLINE
+ OFFLINE
+ DOWNLOAD

Manual Digital na app
EV Smart Book e em
www.escolavirtual.cv



Explora o manual digital do teu livro

Exercícios Interativos

Para resolução com *feedback* imediato.



Vídeos e interatividades

Explicam a matéria de forma motivadora.



Jogos

Exploram os conceitos curriculares de forma lúdica.



Áudios

Dão vida aos textos e ajudam a reforçar as competências linguísticas.



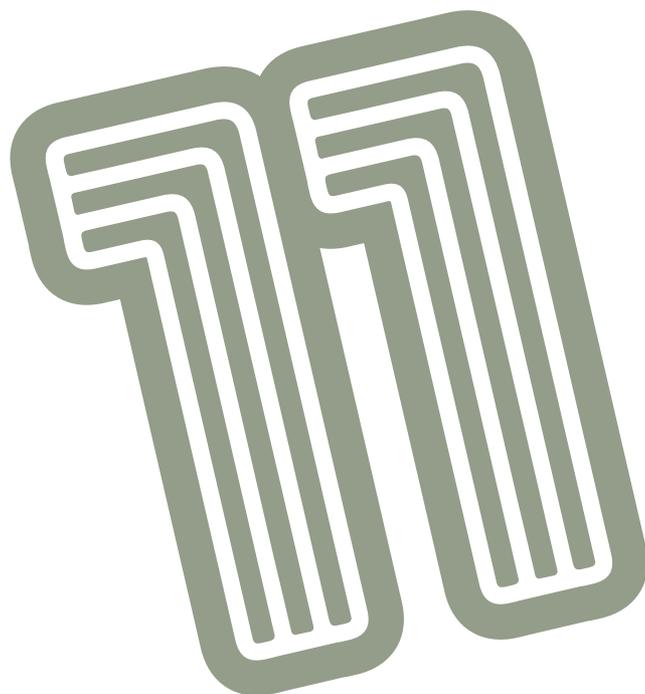
QuizEV

Desafiam-te a mostrares o que sabes. Podes, também, jogar com os teus amigos.



Filosofia

11.º ano



Manual Revisto

O presente manual foi revisto e validado pela Universidade de Cabo Verde.

Explora o teu manual digital



<https://escolavirtual.cv>

Acesso e condições de utilização em
www.escolavirtual.cv



**Ministério
da Educação**

Podes também aceder ao teu livro através da **app EV Smart Book**



Conhece o teu manual

O manual está organizado para conseguires aprender de forma autónoma e pões à prova os teus conhecimentos na sala de aula. Cada unidade vai contribuir para atingires os objetivos da disciplina.

Cada unidade é composta por...



5

Iniciação à Lógica

- 5.1. Caracterização da Lógica
- 5.2. Lógica aristotélica
- 5.3. Falácias informais

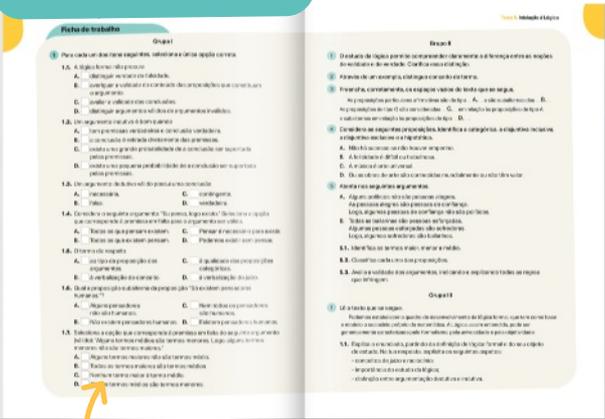
Objetivos de aprendizagens

- Esclarecer a origem etimológica da palavra lógica, o conceito, objeto de estudo e a sua importância.
- Distinguir diferentes tipos de lógica.
- Caracterizar e aplicar os princípios da lógica aristotélica.
- Definir e relacionar conceito e termo, juízo e proposição; raciocínio ou inferência e argumento.
- Identificar os elementos constituintes do juízo e conhecer a sua forma clássica ou canónica.
- Analisar a relação da conveniência (proposições afirmativas) e de inconveniência (proposições negativas) entre o sujeito e o predicado numa proposição.
- Reconhecer as frases que podem ou não ser consideradas proposições.
- Classificar as proposições como categóricas, hipotéticas e disjuntivas e apresentar exemplos.
- Classificar o raciocínio ou inferência mediate como, indutivo, dedutivo, lo gístico e analógico.
- Analisar a silogismo e os seus elementos constituintes bem como a validade formal e material do raciocínio dedutivo.
- Identificar falácias informais.
- Construir argumentos, evitando cometer falácias informais.

Índice dos conteúdos

Objetivos de aprendizagens da unidade

Ficha de trabalho



Ficha de trabalho

Grupo I

- Para cada um dos três exemplos seguintes indica se aplica a regra:
 - afirmação de uma falácia;
 - conter a violação de uma das regras de validade de um juízo;
 - violar a validade de uma das regras de validade de uma proposição;
 - violar a validade de uma das regras de validade de um juízo.
- Indica se a regra de validade que se aplica a cada um dos exemplos seguintes é a regra de validade de um juízo, de uma proposição ou de um termo.
 - afirmação de uma falácia;
 - conter a violação de uma das regras de validade de um juízo;
 - violar a validade de uma das regras de validade de uma proposição;
 - violar a validade de uma das regras de validade de um termo.
- Indica se a regra de validade que se aplica a cada um dos exemplos seguintes é a regra de validade de um juízo, de uma proposição ou de um termo.
 - afirmação de uma falácia;
 - conter a violação de uma das regras de validade de um juízo;
 - violar a validade de uma das regras de validade de uma proposição;
 - violar a validade de uma das regras de validade de um termo.

Grupo II

- Indica se a regra de validade que se aplica a cada um dos exemplos seguintes é a regra de validade de um juízo, de uma proposição ou de um termo.
 - afirmação de uma falácia;
 - conter a violação de uma das regras de validade de um juízo;
 - violar a validade de uma das regras de validade de uma proposição;
 - violar a validade de uma das regras de validade de um termo.
- Indica se a regra de validade que se aplica a cada um dos exemplos seguintes é a regra de validade de um juízo, de uma proposição ou de um termo.
 - afirmação de uma falácia;
 - conter a violação de uma das regras de validade de um juízo;
 - violar a validade de uma das regras de validade de uma proposição;
 - violar a validade de uma das regras de validade de um termo.
- Indica se a regra de validade que se aplica a cada um dos exemplos seguintes é a regra de validade de um juízo, de uma proposição ou de um termo.
 - afirmação de uma falácia;
 - conter a violação de uma das regras de validade de um juízo;
 - violar a validade de uma das regras de validade de uma proposição;
 - violar a validade de uma das regras de validade de um termo.

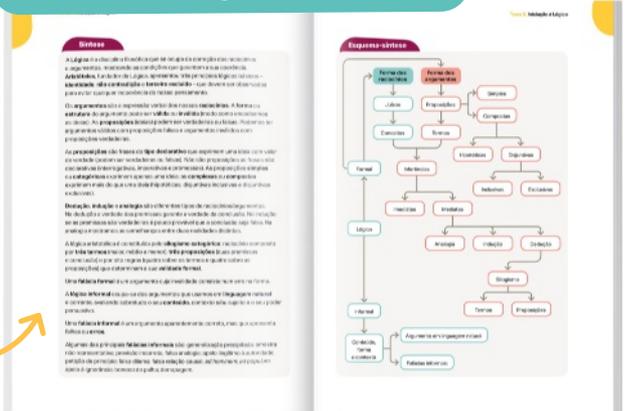
Grupo III

- Indica se a regra de validade que se aplica a cada um dos exemplos seguintes é a regra de validade de um juízo, de uma proposição ou de um termo.
 - afirmação de uma falácia;
 - conter a violação de uma das regras de validade de um juízo;
 - violar a validade de uma das regras de validade de uma proposição;
 - violar a validade de uma das regras de validade de um termo.

Questões de verificação das aprendizagens

Resumo da unidade

Síntese e esquema-síntese



Síntese

A lógica é a ciência que estuda as regras de validade de um juízo, de uma proposição ou de um termo. A lógica é a ciência que estuda as regras de validade de um juízo, de uma proposição ou de um termo. A lógica é a ciência que estuda as regras de validade de um juízo, de uma proposição ou de um termo.

Esquema-síntese

```
graph TD
    Lógica --> Teoria
    Lógica --> Prática
    Teoria --> Conceitos
    Teoria --> Juízos
    Teoria --> Proposições
    Teoria --> Inferências
    Teoria --> Argumentos
    Prática --> Falácias
    Prática --> Métodos
    Conceitos --> Definições
    Conceitos --> Tipos
    Juízos --> Simples
    Juízos --> Compostos
    Proposições --> Simples
    Proposições --> Compostas
    Inferências --> Indutivas
    Inferências --> Dedutivas
    Argumentos --> Indutivos
    Argumentos --> Dedutivos
    Falácias --> Falácia de autoridade
    Falácias --> Falácia de apelo ao medo
    Falácias --> Falácia de apelo à emoção
    Falácias --> Falácia de apelo ao orgulho
    Falácias --> Falácia de apelo à inveja
    Falácias --> Falácia de apelo à vaidade
    Falácias --> Falácia de apelo à ignorância
    Falácias --> Falácia de apelo à superstição
    Falácias --> Falácia de apelo à tradição
    Falácias --> Falácia de apelo à moda
    Falácias --> Falácia de apelo à opinião pública
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria
    Falácias --> Falácia de apelo à minoria
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria absoluta
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria relativa
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria simples
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria qualificada
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria absoluta simples
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria absoluta qualificada
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria relativa simples
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria relativa qualificada
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria simples absoluta
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria qualificada absoluta
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria simples relativa
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria qualificada relativa
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria simples absoluta simples
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria qualificada absoluta qualificada
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria simples relativa simples
    Falácias --> Falácia de apelo à maioria qualificada relativa qualificada
```

Ao longo da unidade, há...

Esquemas

Recursos digitais

Atividades

Atividades

1. Considere as seguintes afirmações. Assinale com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.

A. Um raciocínio equivale a uma proposição simples.

B. Todos os raciocínios são válidos, mesmo que as premissas sejam verdadeiras.

C. O argumento é a expressão verbal do raciocínio.

Textos

Textos

5.2. Lógica aristotélica

5.2.1. Formas de inferência válida: o silogismo

Aristóteles é considerado o "pai" da Lógica. O filósofo não foi o primeiro a dedicar-se ao estudo do discurso, nomeadamente da sua forma. Anteriormente, já os sofistas se tinham debruçado sobre a importância do discurso, principalmente sobre o seu poder persuasivo. No entanto, é com Aristóteles que a Lógica se torna uma disciplina autónoma e fundada em princípios organizativos, com o estabelecimento de regras para um discurso argumentativo coerente.

Texto 5

«A organização do saber num sistema de ciências, cada uma das quais se constitui com relativa independência das outras, colocava a Aristóteles o problema da forma geral da ciência. Aristóteles dividiu a ciência em três grandes grupos: ciências teóricas, física, matemática e filosofia, que têm por objeto o ser em alguns dos seus aspectos especiais ou o ser em geral (Met. XI, 7, 1024 b); ciências práticas ou normativas, das quais a principal é a política, que têm por objeto a ação; ciências poéticas, que regulam a produção de objetos. É evidente que estas três espécies de ciências, na medida em que são todas igualmente científicas, têm em comum a forma, isto é, a natureza do seu procedimento. Considerando à parte tal forma, mediante a abstração que de que cada uma das ciências se serve para atingir o seu objeto, obtém-se uma disciplina que descreve o procedimento comum de todas as ciências enquanto tais; e tal disciplina é a lógica [...]. Tendo sido [Aristóteles] o primeiro a concebê-la e fundá-la como uma disciplina em si [...]»

Abbagnano, Nicola. História da Filosofia. Lisboa: Editorial Presença, vol. 1, 2000, p. 162.

Análise e interpretação

1. Explique o objeto de estudo da lógica formal.

Fig. 11 Niccolò Abbagnano (1901-1986)

Como nos diz o texto, qualquer ciência rigorosa necessita de ser coerente. Assim, os princípios lógicos em que se funda, por exemplo, a Física são os mesmos princípios em que se funda a ética ou a política. Deste modo, a lógica aristotélica constitui uma ferramenta indispensável não só às áreas do saber.

No fim, o teu livro apresenta-te um...

Glossário

Glossário

Iniciação à Lógica

Análise. Uma análise é uma conceção que procura estabelecer as relações lógicas existentes entre as ideias, conceitos ou noções que constituem o objeto de estudo.

Argumentação. A argumentação é a estratégia utilizada para persuadir o receptor quanto à validade de uma proposição ou ideia, mediante o uso de dados válidos.

Argumentar. Argumentar é fazer uso de dados válidos para estabelecer a validade de uma proposição ou ideia.

Argumento. Um argumento é um conjunto de proposições articuladas de modo a sustentar uma tese ou conclusão.

Argumento causal. Um argumento causal estabelece que um evento ou fato é causa de outro, observando uma relação causal ou necessitada entre eles.

Argumento de autoridade. Um argumento de autoridade afirma que uma conclusão decorre da autoridade de uma pessoa ou entidade que é considerada especialista no assunto. Para ser forte ou legítima, deve respeitar os seguintes critérios: o especialista deve ser perfeitamente informado no assunto em questão, ter de ser imparcial e não possuir interesses em jogo.

Argumento por analogia. Um argumento por analogia consiste em partir de duas situações semelhantes entre si em alguma característica e inferir que se a mesma característica se encontra em ambas, também se encontra em ambas as situações.

Argumentos dedutivos. Os argumentos dedutivos são aqueles em que se parte de uma verdade para chegar a uma conclusão. Os argumentos dedutivos são aqueles em que se parte de uma verdade para chegar a uma conclusão.

Argumentos indutivos. Os argumentos indutivos são aqueles em que se parte de uma conclusão para chegar a uma verdade. Os argumentos indutivos são aqueles em que se parte de uma conclusão para chegar a uma verdade.

Argumentos não dedutivos. Os argumentos não dedutivos são aqueles em que se parte de uma conclusão para chegar a uma verdade, mas a conclusão não decorre necessariamente da verdade das premissas.

Conceito. O conceito é uma representação intelectual que significa algo ou alguma coisa. Os conceitos permitem-nos representar a realidade física ou intelectual por meio de palavras.

Conceito. O conceito é uma representação intelectual que significa algo ou alguma coisa. Os conceitos permitem-nos representar a realidade física ou intelectual por meio de palavras.

Exemplos. Exemplos são aqueles em que se parte de uma conclusão para chegar a uma verdade, mas a conclusão não decorre necessariamente da verdade das premissas.

Indutivos (por generalização). Os argumentos indutivos (por generalização) são aqueles em que se parte de uma conclusão para chegar a uma verdade, mas a conclusão não decorre necessariamente da verdade das premissas.

Indutivos (por previsão). Os argumentos indutivos (por previsão) são aqueles em que se parte de uma conclusão para chegar a uma verdade, mas a conclusão não decorre necessariamente da verdade das premissas.

Análogos. Os argumentos análogos são aqueles em que se parte de uma conclusão para chegar a uma verdade, mas a conclusão não decorre necessariamente da verdade das premissas.

Causais. Os argumentos causais são aqueles em que se parte de uma conclusão para chegar a uma verdade, mas a conclusão não decorre necessariamente da verdade das premissas.

Exemplos. Exemplos são aqueles em que se parte de uma conclusão para chegar a uma verdade, mas a conclusão não decorre necessariamente da verdade das premissas.

Com os conceitos mais importantes

Ficha de diagnóstico	6
-----------------------------	---

5	Iniciação à Lógica	8
	5.1. Caracterização da Lógica	12
	5.2. Lógica aristotélica	27
	5.3. Falácias informais	35

6	O ato de conhecer	44
	6.1. A estrutura do ato de conhecer	48
	6.2. O problema da possibilidade do conhecimento	52
	6.3. O problema da origem do conhecimento	67
	6.4. Análise comparativa de duas teorias explicativas do conhecimento	71

7	O estatuto do conhecimento científico	96
	7.1. A especificidade do conhecimento científico	100
	7.2. Construção do conhecimento científico	109
	7.3. Os problemas da objetividade e da evolução da ciência	123

8	A dimensão estética	146
	8.1. A dimensão estética como especificamente humana	152
	8.2. A perspectiva kantiana sobre a experiência e o juízo estético	167
	8.3. As artes em Cabo Verde: valor cultural	172

9

A dimensão religiosa

194

9.1. O problema da existência de Deus e o conceito teísta de Deus

198

9.2. A religião: noção e razão explicativa da religiosidade humana

206

9.3. Argumentos sobre a existência de Deus

210

10

Temas/Problemas do mundo contemporâneo

228

10.1. Os Direitos Humanos

230

Glossário

250

Iniciação à Lógica

252

O ato de conhecer

255

O estatuto do conhecimento científico

258

A dimensão estética

260

A dimensão religiosa

261

Bibliografia

262

Ficha de diagnóstico

Grupo I

1 Para cada um dos itens seguintes, seleciona a única opção correta.

1.1. A definição etimológica da palavra “filosofia” remete para

- A. o dogma religioso. C. o amor à sabedoria.
B. a posse do conhecimento. D. a busca pela felicidade.

1.2. A Filosofia é uma atividade fundamentadora.

Esta afirmação é

- A. verdadeira, a Filosofia procura justificar de forma metódica as suas convicções.
B. falsa, a Filosofia tem um carácter subjetivo e, portanto, é um saber acrítico.
C. verdadeira, a Filosofia, apesar de ametódica, procura justificar as suas convicções.
D. falsa, a Filosofia nega a possibilidade de conhecimento fundamentado.

1.3. Seleciona a opção que **não** é representativa de uma questão filosófica.

- A. O “bem” é um conceito objetivo?
B. É moralmente legítimo mentir para proteger alguém?
C. A liberdade é uma ilusão?
D. Quando nasceu Platão?

1.4. Analisa os seguintes enunciados.

1. Ressonar enquanto se dorme.
2. Cumprimentar uma pessoa.
3. Soluçar.

É correto afirmar que

- A. 1 e 3 são atos involuntários, apesar de intencionais.
B. 1 e 2 são involuntários e, portanto, não intencionais.
C. 1 e 3 são involuntários e, portanto, não intencionais.
D. 2 é voluntário e 1 e 3 são intencionais, apesar de inconscientes.

1.5. Seleciona a opção que distingue corretamente um juízo de facto de um juízo de valor.

- A. Um juízo de facto tem um carácter normativo e um juízo de valor um carácter descritivo.
B. Um juízo de facto tem um carácter descritivo e um juízo de valor um carácter normativo.
C. Ambos os juízos são sempre considerados objetivos, apesar de o juízo de facto ser verdadeiro e o juízo de valor falso.
D. O juízo de facto é sempre verdadeiro e o juízo de valor só pode ser validado do ponto de vista académico.

Grupo II

- 1** Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
- A.** A Filosofia corresponde a uma opinião pessoal, o que torna a atividade filosófica num exercício de carácter irracional.
 - B.** Existem problemas filosóficos que são relevantes em épocas ou locais muito distintos.
 - C.** O ser humano é, simultaneamente, produto e produtor de cultura.
 - D.** A Filosofia é universal porque as suas respostas são fechadas e definitivas, servindo toda a humanidade.
 - E.** Uma ação livre implica a negação da responsabilidade do sujeito que a pratica.
 - F.** Uma ação humana pressupõe consciência, intencionalidade e liberdade.
 - G.** O determinismo radical, por rejeitar a possibilidade de liberdade, não tenta responder ao problema do livre-arbítrio.
 - H.** De acordo com o libertismo, podemos responsabilizar o ser humano pelas ações que decide cometer.
 - I.** Os juízos morais têm um carácter prescritivo.
 - J.** Os juízos morais, por decorrerem de processos mentais, não têm impacto na vida humana.

Grupo III

- 1** Lê atentamente as questões e responde da forma mais adequada.

- 2** Lê o seguinte enunciado:

O problema do livre-arbítrio é um problema de compatibilidade.

2.1. Explica a afirmação.

2.2. Qual a resposta relativa ao problema do livre-arbítrio com que mais te identificas? Justifica a tua resposta.

- 3** Distingue éticas deontológicas de éticas teleológicas, partindo do critério que cada uma utiliza para avaliar a moralidade de uma ação.

- 4** Lê o texto que se segue:

«A maior violação do dever do homem para consigo próprio, considerado unicamente como ser moral (a humanidade na sua pessoa), é o contrário da veracidade: a mentira.»

Kant, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017, p. 357.

4.1. Com base no conceito de imperativo categórico, explica por que razão, segundo Kant, mentir é moralmente inaceitável.

4.2. De acordo com Stuart Mill, pode ser moralmente aceitável mentir? Justifica a tua resposta e apresenta um exemplo.

5





Iniciação à Lógica

5.1. Caracterização da Lógica

5.2. Lógica aristotélica

5.3. Falácias informais

Objetivos de aprendizagens

- Esclarecer a origem etimológica da palavra lógica, o conceito, objeto de estudo e a sua importância.
- Distinguir diferentes tipos de lógica.
- Caracterizar e aplicar os princípios da lógica aristotélica.
- Definir e relacionar conceito e termo; juízo e proposição; raciocínio ou inferência e argumento.
- Identificar os elementos constituintes do juízo e conhecer a sua forma clássica ou canónica.
- Analisar a relação de conveniência (proposições afirmativas) e de inconveniência (proposições negativas) entre o sujeito e o predicado numa proposição.
- Reconhecer as frases que podem ou não ser consideradas proposições.
- Classificar as proposições como categóricas, hipotéticas e disjuntivas e apresentar exemplos.
- Classificar o raciocínio ou inferência mediata como, indutivo, dedutivo (o silogismo) e analógico.
- Analisar o silogismo e os seus elementos constituintes bem como a validade formal e material do raciocínio dedutivo.
- Identificar falácias informais.
- Construir argumentos, evitando cometer falácias informais.

A lógica desempenha um papel fundamental na Filosofia. Estudar Filosofia, investigar filosoficamente ou mesmo filosofar implicam pensar bem ou, dizendo de um modo mais correto, raciocinar bem. E o que é raciocinar bem? Neste capítulo, vamos compreender o que são (e o que não são) bons raciocínios e como guiar o nosso pensamento de modo a chegar a conclusões bem sustentadas e certas. Antes de mais, propomos-te um desafio: um caso de investigação que exigirá de ti um raciocínio de detetive. Ou apenas um raciocínio lógico!

Texto 1

«O agente Jack Dawe está farto de prestar serviço na Brigada de Trânsito e de salvar papagaios fugitivos, pelo que fica satisfeitíssimo ao deparar com um anúncio na *Gazeta da Polícia*, informando que abriu uma vaga para o posto de detetive na esquadra de Greater Chudleigh. Candidata-se ao lugar e é chamado para uma entrevista, mas avisam-no de que primeiro terá de se submeter a um teste de aptidão, destinado a determinar se possui as aptidões lógicas necessárias para se tornar num grande detetive.

O agente Dawe sempre se considerou inteligente, portanto sente-se confiante.

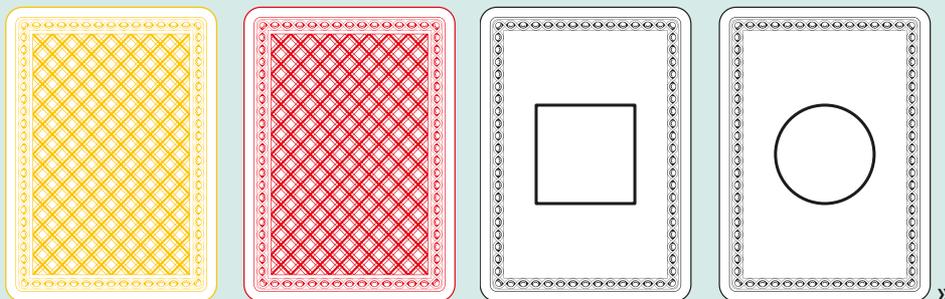
A sua confiança permanece inabalada, mesmo depois de ver em que consiste o teste.

Apresentam-lhe quatro cartas de jogar e dizem-lhe que essas cartas foram fabricadas de acordo com uma regra muito estrita:

Se uma carta tiver um círculo num dos lados, então terá a cor amarela no outro.

Informam-no de que já foi demonstrado que cada carta tem uma forma num dos lados e uma cor no outro. Para passar o teste, Jack Dawe tem apenas de identificar quais das quatro cartas é necessário virar – e apenas essa ou essas cartas – a fim de determinar se a regra de fabrico foi cumprida.

As quatro cartas são as seguintes:



Stangroom, Jeremy. *O Enigma de Einstein*. Lisboa: Editorial Presença, 2010, p. 24.

A resolução do caso apresentado pode parecer simples. E não é, de facto, difícil, mas exige um trabalho mental de suposição, análise de variáveis e eliminação de hipóteses, o que nos conduzirá à solução. É esta a natureza do trabalho da Lógica.

Texto 2

«O agente Dawe mal pode acreditar na sua sorte. Uma mente brilhante como a sua não terá certamente qualquer dificuldade com um teste tão simples. No entanto, quando se prepara para responder, o vigilante do exame refere que geralmente apenas 20 por cento dos candidatos respondem corretamente. Ao que parece, não somos muito bons neste tipo de lógica. O agente Dawe hesita e depois faz a sua escolha... Que carta ou cartas precisa ele de virar para verificar se a regra de fabrico foi cumprida, passando assim o seu teste de aptidão?»

Stangroom, Jeremy. *O Enigma de Einstein*. Lisboa: Editorial Presença, 2010, p. 25.



Fig. 1 Jeremy Stangroom (s.d.).

Depois de analisares o caso apresentado, certamente colocaste a ti mesmo diversas questões:

- “Bastará virar a carta que tem um círculo?”;
- “Posso concluir outras regras da regra apresentada?”;
- “A carta amarela tem de ter um círculo no reverso?”;
- “Terei dados suficientes para responder à questão inicial?”.

Da resposta a essas questões procuraste responder à questão principal: «Que carta ou cartas terei de virar para verificar se a regra de fabrico foi cumprida?».

Vamos, então, analisar cuidadosamente o caso: a regra diz-nos estritamente que, se a carta é amarela, tem um círculo no lado oposto, e sabemos que todas as cartas possuem uma cor e uma forma no reverso. Ora, podemos constatar que as quatro cartas respeitam esta informação. E sabemos que, se uma carta tem um círculo, terá de ser amarela no reverso. Mas sendo amarela, nada obriga que tenha um círculo no lado contrário. Repara: “se tem um círculo, é amarela” não significa logicamente que “se é amarela, tem um círculo do outro lado”. Contudo, se estiver um círculo do outro lado da carta vermelha, a regra teria sido violada.

E agora, já sabes a resposta à questão inicial e principal? Bastará virar a carta que tem um círculo?

5.1. Caracterização da Lógica

O argumento é um elemento fundamental no trabalho filosófico. A argumentação, sobretudo a “boa argumentação”, é o instrumento que nos permite sustentar as nossas convicções e opiniões, defender as nossas perspetivas ou evitar o que outros pretendem impor à nossa vontade.

Texto 3

«Neste livro “argumentar” quer dizer *oferecer um conjunto de razões a favor de uma conclusão ou oferecer dados favoráveis a uma conclusão*. Neste livro argumentar não é apenas a afirmação de determinado ponto de vista nem uma discussão. Os argumentos são tentativas de sustentar certos pontos de vista com razões. Neste sentido, os argumentos não são inúteis; na verdade, são essenciais. Os argumentos são essenciais, em primeiro lugar, porque constituem uma forma de tentarmos descobrir quais os melhores pontos de vista. Nem todos os pontos de vista são iguais. Algumas conclusões podem ser defendidas com boas razões e outras com razões menos boas. No entanto, não sabemos na maioria das vezes quais são as melhores conclusões. Precisamos, por isso, de apresentar argumentos para sustentar diferentes conclusões e, depois, avaliar tais argumentos para ver se são realmente bons. Neste sentido, um argumento é uma forma de *investigação*.»

Weston, Anthony. *A Arte de Argumentar*.
Lisboa: Gradiva Publicações, 1996, p. 13.

Análise e interpretação

- 1 Clarifica, de acordo com o texto, a importância da argumentação.



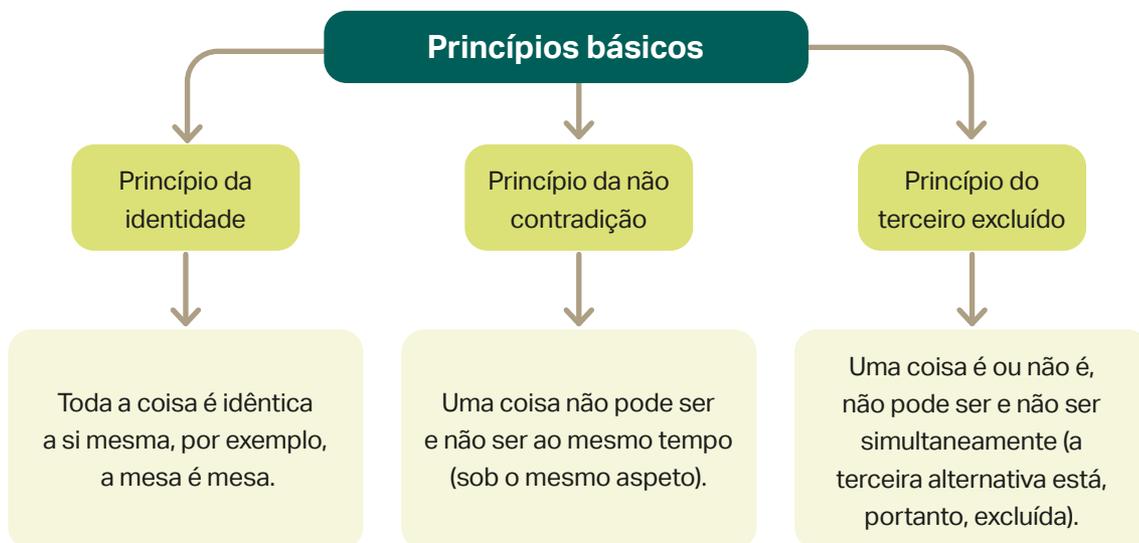
Fig. 2 Anthony Weston (1954-).

Como podemos ver, a argumentação é a estratégia usada para persuadir racionalmente os outros dos nossos pontos de vista, mediante o uso de boas razões. Saber argumentar de modo correto permite igualmente detetar erros de raciocínio (acidentais ou propositados), bem como formas encapotadas de manipulação. Para se desenvolver a capacidade de argumentar bem é necessário ter conhecimentos essenciais de Lógica. É precisamente a Lógica que irá ser trabalhada neste capítulo.

A noção de **lógica** é usada muitas vezes, por todos nós, como sinónimo de “fazer sentido”. Contudo, importa referir que o conceito, com origem no vocábulo “logos”, assume um papel fundamental no trabalho filosófico e, mais concretamente, no modo como construímos os nossos raciocínios e argumentos. **A Lógica ocupa-se**, pois, **do raciocínio e do argumento**, procurando assegurar a correção de ambos.

Assim, podemos definir a Lógica como o **estudo das condições que garantem a coerência do pensamento e do discurso**. Desta definição geral importa, ainda, salientar a distinção entre a dimensão formal – aquela que se ocupa, essencialmente, das formas válidas dos nossos raciocínios e argumentação (está particularmente centrada no estudo dos argumentos dedutivos) – e a dimensão informal – aquela que se ocupa do conteúdo desses mesmos raciocínios e argumentos; na qual o conceito de validade não é central, e em que muito da correção de um raciocínio ou argumento depende do conteúdo das afirmações que o compõem, de quem as diz e do contexto. É particularmente orientada para argumentos não-dedutivos.

Aristóteles (384-322 a. C.), considerado o fundador da lógica como disciplina e ciência, estabeleceu **três princípios básicos** para a correção dos nossos raciocínios (o modo como encadeamos os nossos pensamentos) e dos nossos argumentos (o modo como sustentamos e defendemos as nossas ideias e convicções).



Nesta unidade, abordaremos:

- a distinção entre validade e verdade;
- as características e os princípios da lógica aristotélica;
- os instrumentos lógicos do pensamento;
- as principais falácias informais.

5.1.1. A distinção validade/verdade

É frequente confundir-se a noção de validade com a noção de verdade. Importa, no entanto, começar por referir que não são sinónimos e devem ser usados em diferentes situações. Quando raciocinamos, relacionamos ideias. Uma coisa é o modo como relacionamos essas ideias, outra, diferente, é se essas ideias são (ou não) verdadeiras.

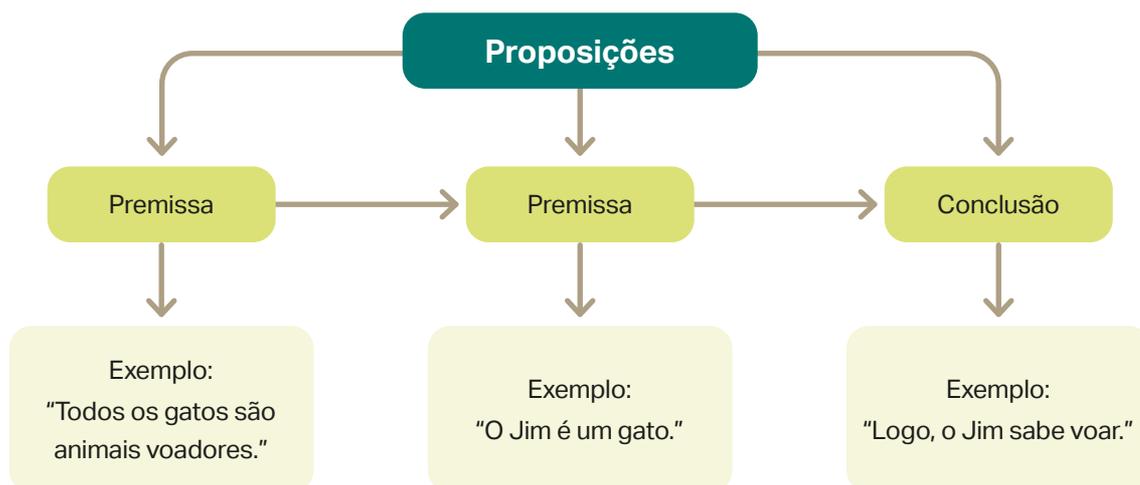
Atenta neste exemplo:

- Todos os gatos são animais voadores.
- O Jim é um gato.
- Logo, o Jim sabe voar.

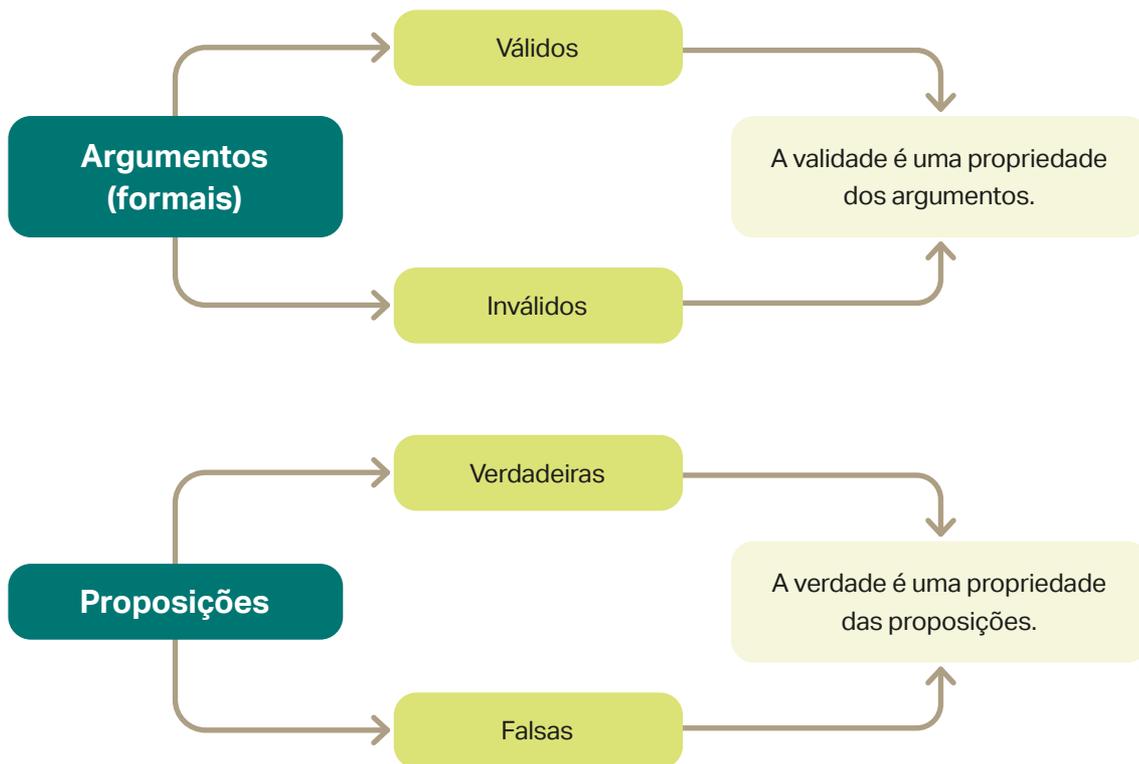
Se analisarmos o modo como as frases estão encadeadas, podemos perceber que há um nexos correto entre elas. Isto é, as ideias estão devidamente relacionadas, sendo que a última frase deriva necessariamente do que é afirmado nas anteriores. Mas se analisarmos a informação, destaca-se o que é afirmado na primeira frase, por ser falso.

E o que é que entendemos por argumentos e proposições? Um argumento é um conjunto de proposições encadeadas de modo a sustentar uma ideia ou conclusão. As proposições são as frases que o compõem e que expressam determinadas ideias. Podemos, pois, ter argumentos válidos com proposições falsas e argumentos inválidos com proposições verdadeiras.

A forma do argumento diz respeito à sua estrutura lógica, ao modo como as premissas – as proposições que servem de justificação – sustentam a conclusão – a proposição que constitui a tese que se defende.



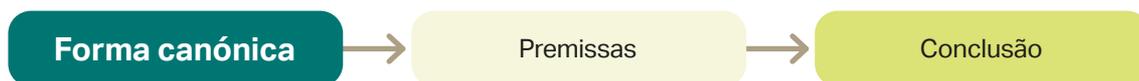
Assim, é importante esclarecer desde já que a validade de um raciocínio não equivale à verdade do que nele é dito ou pensado. A **validade** é uma **propriedade dos raciocínios ou argumentos formais**, a **verdade** é uma **propriedade das proposições**.



O conteúdo proposicional do argumento remete para a informação que as proposições apresentam.

Como vimos, a **lógica formal** debruça-se sobre a forma ou estrutura do argumento, independentemente do conteúdo proposicional. Fornece-nos os instrumentos – as regras – que tornam os nossos raciocínios e argumentos bons, permitindo distinguir os válidos ou coerentes dos inválidos.

Na sua **forma canónica** (ou forma padrão), os argumentos apresentam-se com as premissas em primeiro lugar e a conclusão no fim.



Note-se, no entanto, que no nosso discurso oral e corrente, nem sempre os nossos argumentos obedecem a esta forma canónica. No enunciado “A Filosofia é importante uma vez que é uma disciplina que promove o espírito crítico”, encontra-se um argumento cuja conclusão é a primeira proposição/ideia (a Filosofia é importante). Reescrevendo este argumento na sua forma canónica teremos:

Premissa	As disciplinas que promovem o espírito são importantes.
Premissa	A Filosofia promove o espírito crítico.
Conclusão	A Filosofia é importante.

Colocando o argumento na sua forma padrão, deve explicitar-se toda a informação que, eventualmente, possa estar subentendida, como se pode verificar no caso apresentado, em que a primeira premissa não é “verbalizada”, mas encontra-se implícita no raciocínio.

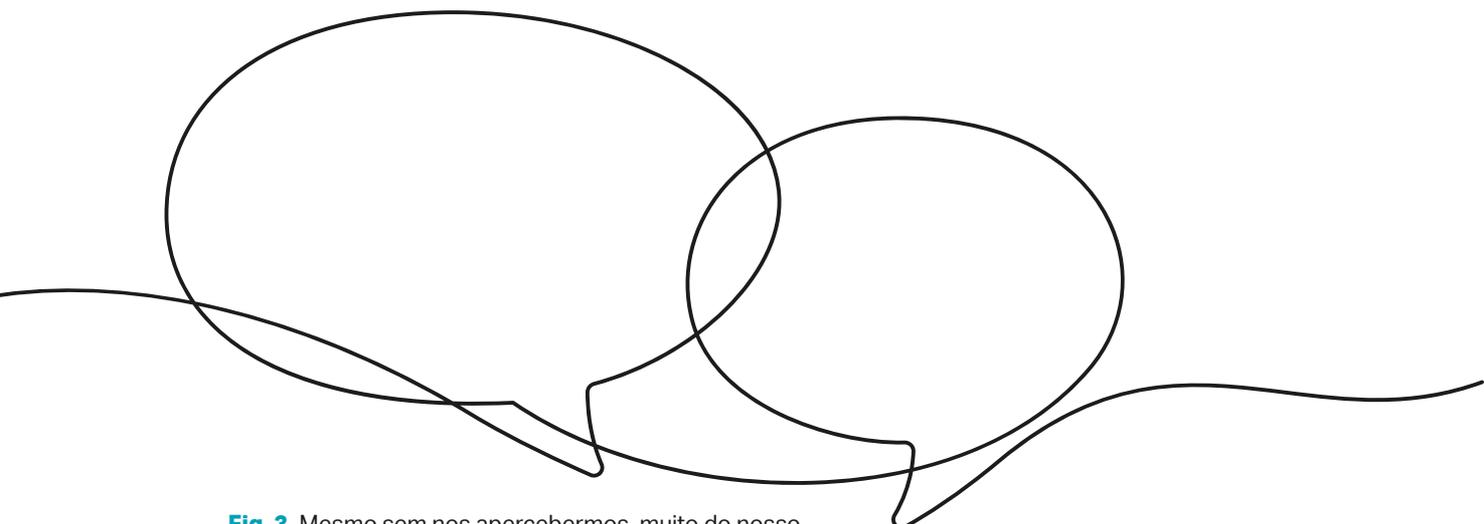


Fig. 3 Mesmo sem nos apercebermos, muito do nosso discurso oral pode ser reescrito para uma forma canónica.

Atividades

1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.

- A. A Lógica é uma ferramenta importante no trabalho filosófico.
- B. Os argumentos são conjuntos de proposições sem valor de verdade.
- C. Todas as proposições de um argumento são premissas.
- D. A lógica formal ocupa-se essencialmente da forma dos argumentos.
- E. Os argumentos são válidos quando a conclusão é verdadeira.

5.1.2. Os instrumentos lógicos do pensamento

O **conceito** é a unidade básica da lógica: é a ideia que representa algo. Um conceito é uma **representação intelectual** que **significa alguma coisa**. Os conceitos permitem-nos representar a realidade física ou imaterial (como os conceitos de automóvel ou justiça, respetivamente) e pensá-la.

O **termo** é a **expressão verbal do conceito**, isto é, a palavra ou o conjunto de palavras que usamos para verbalizar (por escrito ou oralmente) o conceito. Sem o termo “automóvel desportivo descapotável” não poderíamos referir-nos a esse mesmo conceito.

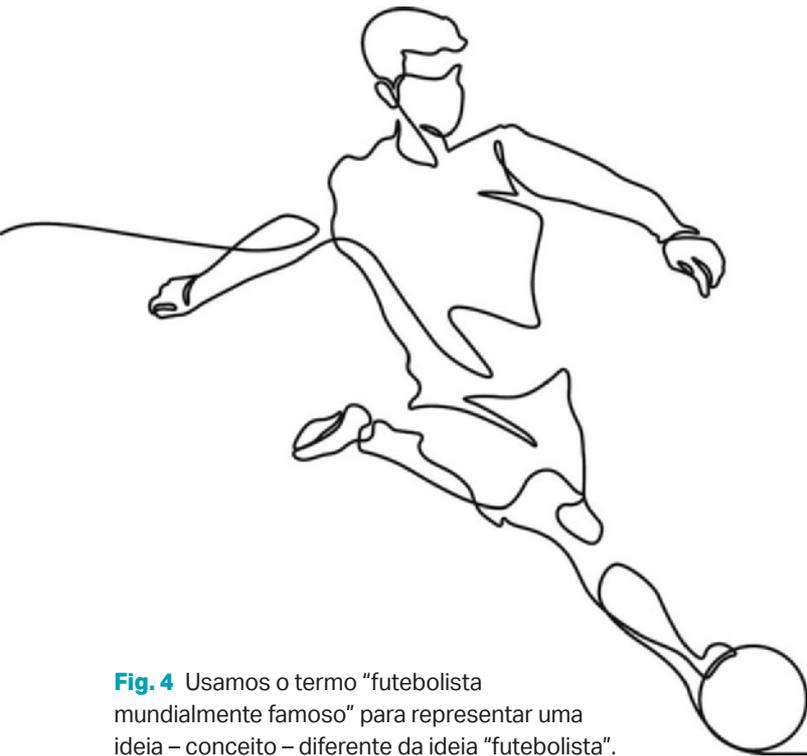
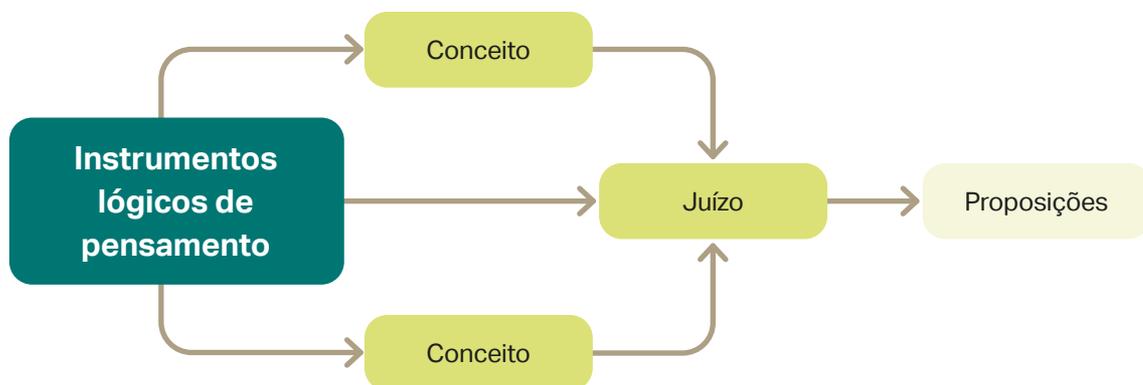


Fig. 4 Usamos o termo “futebolista mundialmente famoso” para representar uma ideia – conceito – diferente da ideia “futebolista”.



O **juízo** é uma **relação entre conceitos**. Emitimos um juízo quando afirmamos ou negamos uma relação entre dois (ou mais) conceitos, por exemplo: “Os mamíferos são animais sensíveis à dor” ou “algumas pessoas não são bem-humoradas”. Os **juízos** são **expressos por proposições**, isto é, a proposição corresponde à verbalização (oral ou escrita) do juízo.



As proposições são frases declarativas que exprimem as nossas ideias, enunciados pelos quais **afirmamos** ou **negamos** algo sobre alguma coisa e que, como já sabemos, podem ser verdadeiras ou falsas. Diz-se, assim, que as proposições têm **valor de verdade** – são enunciados sobre os quais se pode dizer que **correspondem ou não à realidade**.

Deste modo, exclui-se da definição de proposição qualquer frase do tipo interrogativo, imperativo ou frases que enunciam promessas, pois sobre este tipo de enunciados não poderemos dizer que são verdadeiros ou falsos, por exemplo:

- “Pode a arte ser uma forma de compreender o ser humano?”
- “Tens de ouvir a professora com atenção.”
- “Um dia, começarei uma dieta saudável.”

Fig. 5 Apenas as frases declarativas exprimem proposições.



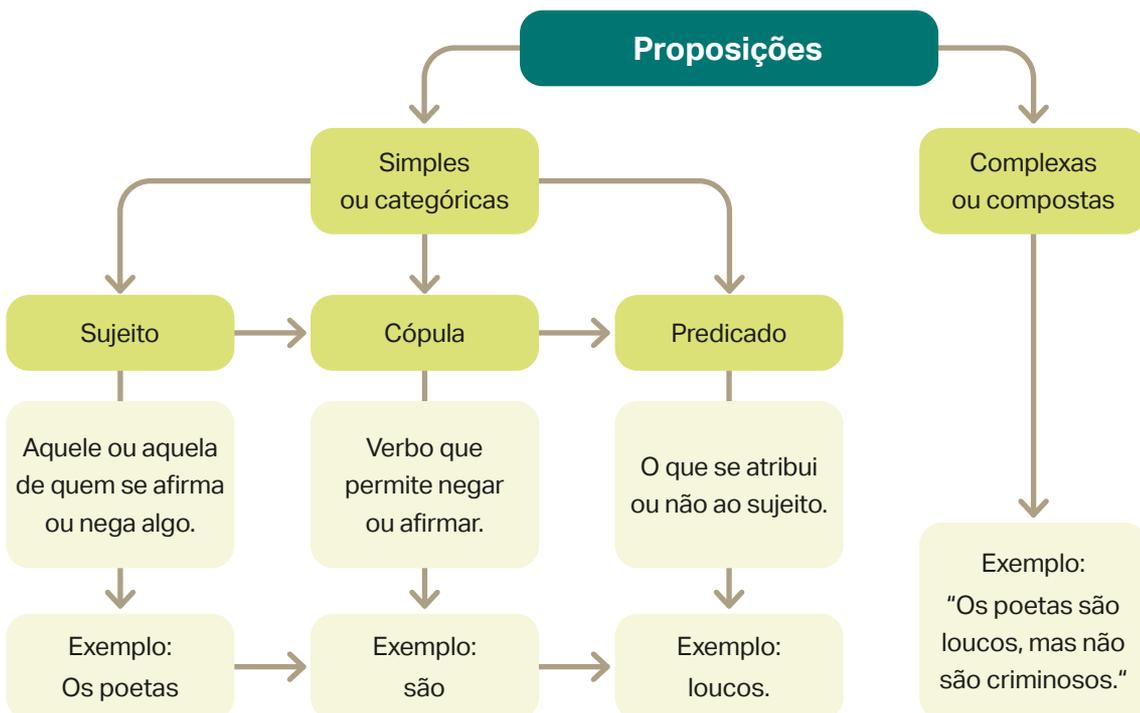
A forma das proposições corresponde à sua estrutura, o seu “esqueleto”. Esta é a forma padrão – ou forma canónica – de uma proposição categórica ou simples:

Sujeito cópula predicado			
Quantificador	Sujeito	Cópula	Predicado
Algumas	danças	são	manifestações artísticas.

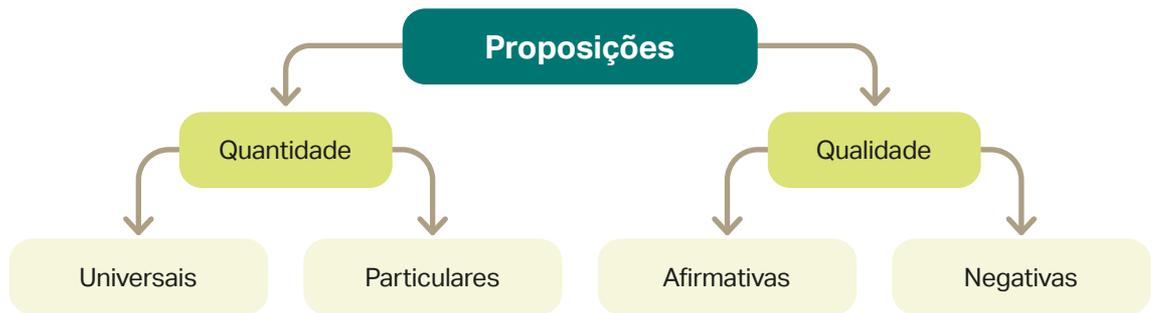


Fig. 6 A famosa frase «Os poetas são loucos» está presente na obra *A Anatomia da Melancolia* (1621), de Robert Burton (1577-1640). Imagem a partir da obra *Retrato de Robert Burton*, de Gilbert Jackson, 1635.

«Os poetas são loucos» é uma proposição, sendo que se afirma algo (um predicado) sobre alguma coisa (o sujeito). Neste caso, trata-se, pois, de uma proposição afirmativa. Na sua constituição mais simples, o sujeito é aquele de quem se afirma ou nega algo. O **predicado** é aquilo que se **atribui ou não ao sujeito**. A **cópula** é o **verbo** que **permite afirmar ou negar**. As proposições simples correspondem a declarações isoladas, que não se podem dividir, por exemplo, «Os poetas são loucos». As proposições categóricas afirmam ou negam que alguns membros de uma categoria (sujeito) pertençam a outra (predicado), por exemplo, «Os poetas» corresponde a uma categoria e «são loucos» a outra.

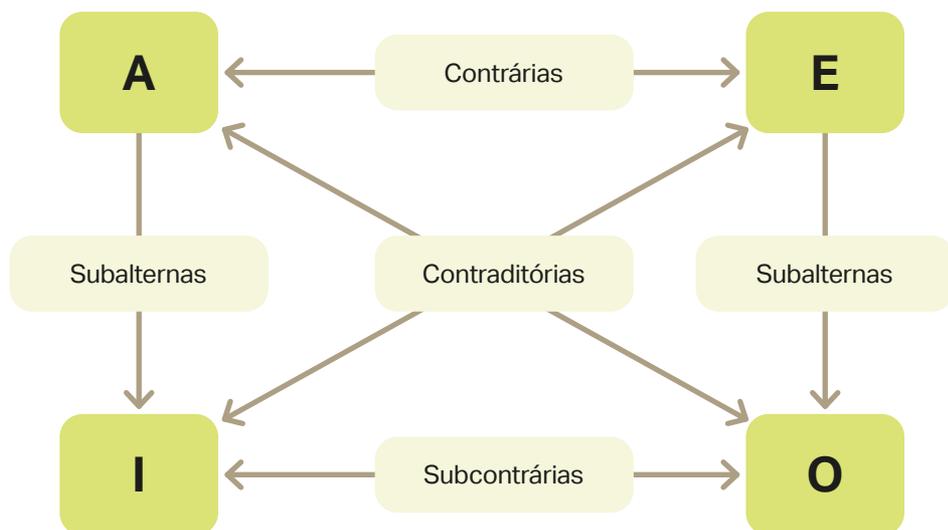


Analisemos agora a classificação das proposições categóricas. As proposições categóricas podem ser classificadas quanto à quantidade e quanto à qualidade.



Vejam os exemplos das quatro formas/formulações possíveis e a respetiva simbologia:

Proposição (exemplo)	Quantidade e qualidade	Simbolizada pela letra
Todo o ser humano é emotivo.	Universal afirmativa	A
Os filósofos não são políticos.	Universal negativa	E
Alguns alunos são ansiosos.	Particular afirmativa	I
Alguns músicos não são profissionais.	Particular negativa	O



Denominam-se **proposições hipotéticas** as proposições condicionais, ou seja, aquelas em que se estabelece uma condição para que algo seja ou aconteça. Por exemplo: “Se amanhã estiver sol, vou à praia.” Estar sol é a condição para ir à praia ou vou à praia na hipótese de estar sol.

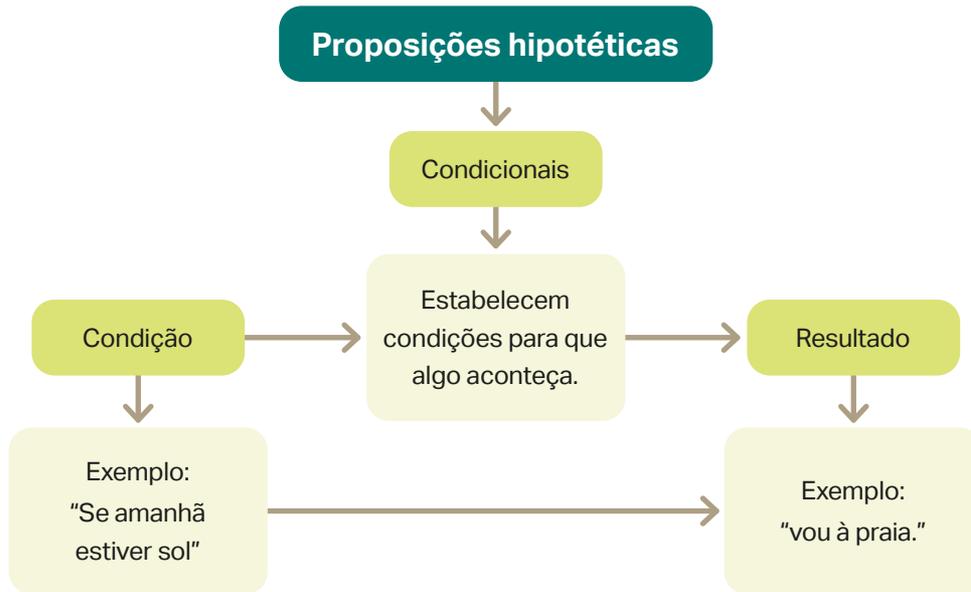


Fig. 7 Outro exemplo: “Se amanhã não chover, vou tocar guitarra.” Não chover é condição para tocar guitarra ou vou tocar guitarra na hipótese de não chover.



Denominam-se **proposições disjuntivas** as proposições que se apresentam sob a estrutura “isto ou aquilo”, por exemplo: “Os filósofos são pensadores ou intérpretes do mundo.” No caso da disjunção inclusiva, afirmam-se duas possibilidades ou alternativas que não se excluem, ou seja, inclui-se a possibilidade de ambas as coisas serem verdadeiras. No caso da disjunção exclusiva, apresentam-se duas hipóteses que, como o próprio nome indica, se excluem mutuamente (apenas uma delas poderá ser verdadeira).



Fig. 8 *O Pensador*, escultura em bronze de Auguste Rodin (1904), é uma das imagens muito associadas à Filosofia e aos filósofos.



Proposições			Exemplos
Simples	Categóricas	Afirmam algo sobre alguma coisa.	«Os poetas são loucos.»
	Condição- nais	Estabelecem uma condição para que algo seja ou aconteça.	“Se amanhã estiver sol, vou à praia.”
Compostas	Disjunção exclusiva	Apresentam uma escolha entre alternativas que se excluem.	“Ou os filósofos são pensadores ou são intérpretes do mundo.”
	Disjunção inclusiva	Apresentam uma escolha entre alternativas que se não se excluem.	“Os filósofos são pensadores ou intérpretes do mundo.”

Atividades

1 Para cada um dos itens seguintes, seleciona a única opção correta.

1.1. O termo

- A. é o mesmo que um conceito.
- B. não pode ser constituído por mais do que uma palavra.
- C. é a expressão verbal de um conceito.
- D. é o mesmo que uma proposição.

1.2. Por proposição entende-se

- A. uma frase declarativa com valor de verdade.
- B. todas as frases verdadeiras.
- C. qualquer frase que possa ser proferida.
- D. apenas as frases afirmativas.

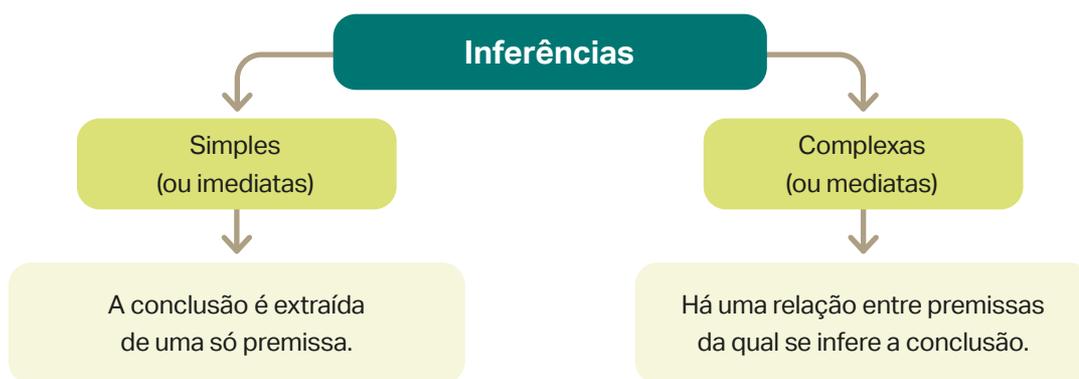
1.3. As proposições

- A. condicionais e disjuntivas constituem o mesmo tipo de frase.
- B. disjuntivas são proposições simples.
- C. condicionais apresentam uma escolha entre duas opções.
- D. condicionais apresentam uma condição para que algo aconteça.

5.1.6. Raciocínio; dedução, indução e analogia

Já sabemos que um **raciocínio é a operação pela qual, através do encadeamento de ideias, sustentamos uma conclusão ou tese**. O **argumento** é a sua **expressão verbal**. Raciocínios e argumentos são, portanto, inferências em que, partindo de informação de base, extraímos outra ou outras informações.

As inferências podem ser divididas em simples (ou imediatas) e complexas (ou mediatas). No primeiro caso, extrai-se uma conclusão de uma só premissa. No segundo, observa-se uma relação entre premissas (duas pelo menos) da qual se infere a conclusão.



Os **argumentos dedutivos** são aqueles em que se pretende que a verdade da premissa ou das premissas seja suficiente para garantir a verdade da conclusão. Nestes argumentos a conclusão determina para o particular aquilo que sabe sobre o universal – atribui-se à parte aquilo que se sabe sobre o todo a que essa parte pertence. Deduzir consiste em reconhecer num caso (ou alguns) a característica que se verifica em todos os elementos do universo ou classe a que esse caso pertence. São demonstrativos. Embora os argumentos dedutivos partam, normalmente, do geral para o particular, é possível encontrar argumentos dedutivos em que tanto a sua premissa como a sua conclusão são particulares.



Existem vários argumentos **não dedutivos**:

- os indutivos (por generalização ou por previsão);
- os analógicos;
- os causais;
- e os de autoridade.

Os **argumentos indutivos** são aqueles em que a conclusão associa ao universal aquilo que se sabe sobre o particular – atribui-se ao todo aquilo que se sabe sobre uma parte desse todo. Induzir é generalizar, consiste em atribuir a todos os elementos de um grupo/classe a característica verificada em alguns (ou apenas um) elementos que integram esse mesmo grupo. São ampliativos. Também são probabilísticos, arriscados, a conclusão é apenas uma possibilidade ou probabilidade – a verdade das premissas não assegura a verdade da conclusão. Como refere Aristóteles:

Texto 4

«A demonstração que mostra duas coisas é preferível à que nos faz conhecer somente uma. Ora, quem detém o universal também conhece o particular, enquanto o que conhece o particular não conhece o universal. De onde resulta que, ainda por esta razão, a demonstração universal é preferível.»

Aristóteles. *Organon IV – Analíticos Posteriores*.
Lisboa: Guimarães Editores, 1997, p. 89.

Análise e interpretação

- 1 Relaciona a segunda afirmação do texto com os argumentos dedutivos e indutivos.

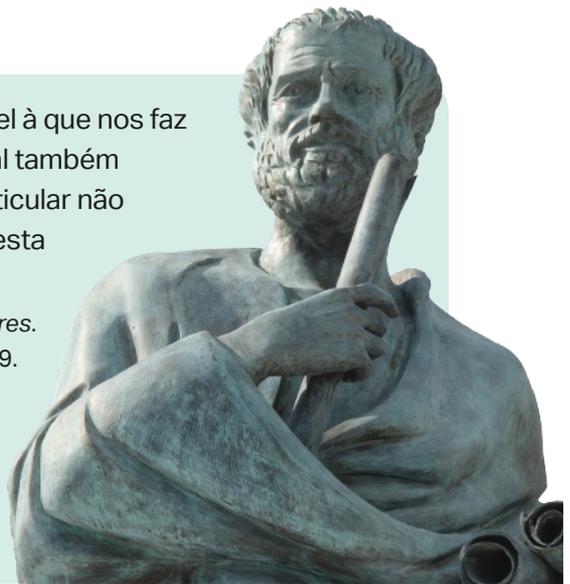
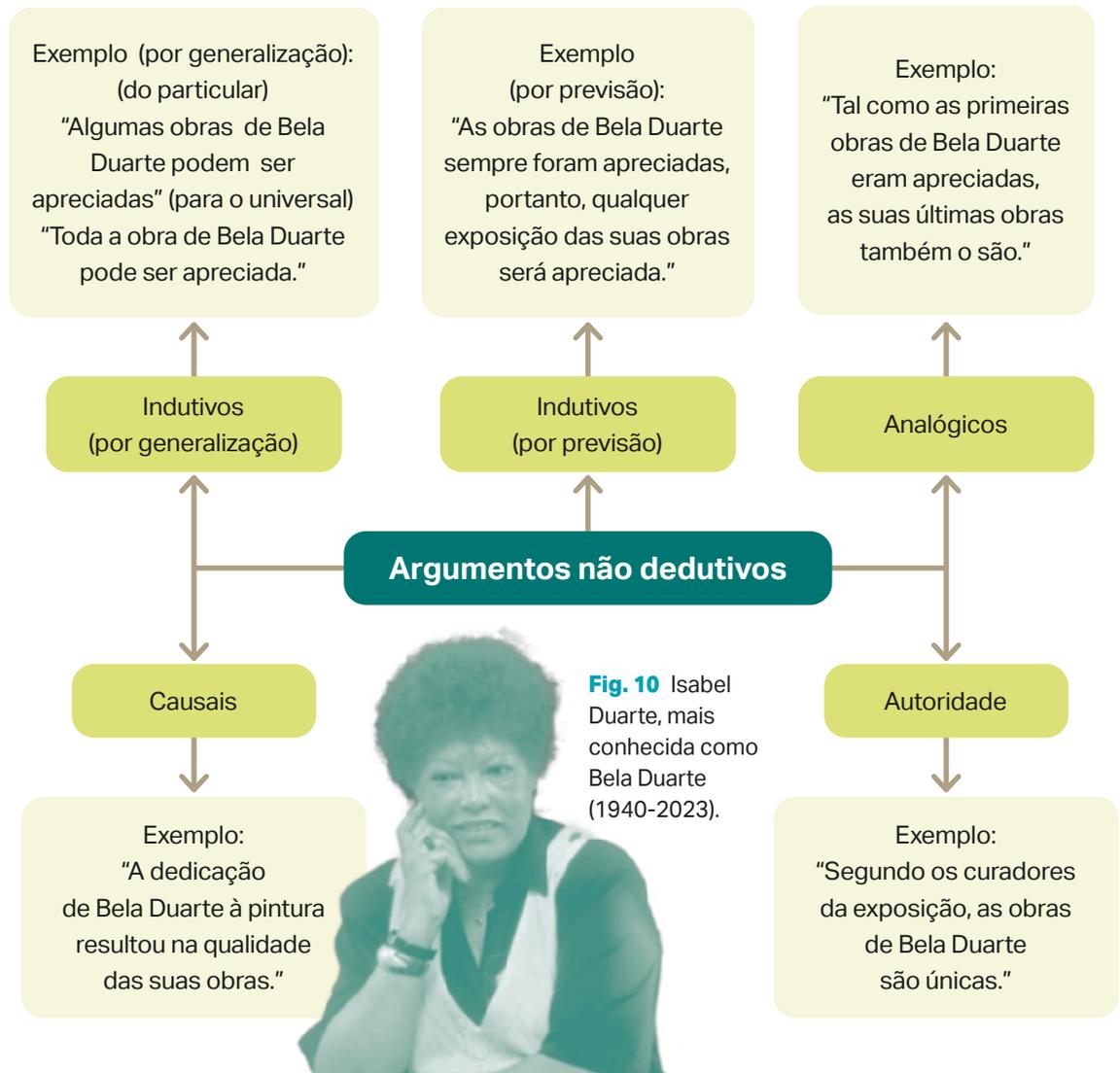


Fig. 9 Estátua de Aristóteles na Universidade Aristóteles de Salónica.

O **argumento por analogia** consiste em partir de certas semelhanças ou relações entre dois objetos (realidades) e encontrar novas semelhanças ou relações (em realidades distintas). Uma analogia é uma comparação que mostra semelhanças entre realidades temáticas distintas (mostram-se semelhanças no que é diferente). Para que possa ser considerada uma boa analogia (ou analogia forte), as semelhanças entre as realidades devem ser mais representativas do que as diferenças. O argumento **causal** estabelece que um evento ou fator é causa do outro, observando uma relação constante ou necessária entre eles. O argumento de **autoridade** apoia uma conclusão recorrendo a um/a especialista no assunto.

Os argumentos dedutivos constataam, são seguros, a conclusão deriva necessariamente das premissas – a verdade das premissas garante a verdade da conclusão. Os argumentos não dedutivos são probabilísticos, afirmam que, se as premissas são verdadeiras, é improvável que a conclusão seja falsa.



Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A. Um raciocínio equivale a uma proposição simples.
 - B. Todos os raciocínios são válidos, mesmo que as premissas sejam verdadeiras.
 - C. O argumento é a expressão verbal do raciocínio.

5.2. Lógica aristotélica

5.2.1. Formas de inferência válida: o silogismo

Aristóteles é considerado o “pai” da Lógica. O filósofo não foi o primeiro a dedicar-se ao estudo do discurso, nomeadamente da sua forma. Anteriormente, já os sofistas se tinham debruçado sobre a importância do discurso, principalmente sobre o seu poder persuasivo. No entanto, é com Aristóteles que a Lógica se torna uma disciplina autónoma e fundada em princípios organizativos, com o estabelecimento de regras para um discurso argumentativo coerente.

Texto 5

«A organização do saber num sistema de ciências, cada uma das quais se constitui com relativa independência das outras, colocava a Aristóteles o problema da forma geral da ciência. Aristóteles (§ 72) dividia a ciência em três grandes grupos: *ciências teóricas*, física, matemática e filosofia, que têm por objeto o ser em alguns dos seus aspetos especiais ou o ser em geral (Met. XI, 7, 1064 b); *ciências práticas* ou normativas, das quais a principal é a política, que têm por objeto a ação; *ciências poiéticas*, que regulam a produção de objetos. É evidente que estas três espécies de ciências, na medida em que são todas igualmente ciências, têm em comum a forma, isto é, a natureza do seu procedimento. Considerando à parte tal forma, mediante a abstração que de que cada uma das ciências se serve para isolar o seu objeto, obtém-se uma disciplina que descreve o procedimento comum de todas as ciências enquanto tais; e tal disciplina é a lógica [...] tendo sido [Aristóteles] o primeiro a concebê-la e fundá-la como uma disciplina em si [...].»

Abbagnano, Nicola. *História da Filosofia*.
Lisboa: Editorial Presença, vol. 1, 2000, p. 182.

Análise e interpretação

- 1 Explicita o objeto de estudo da lógica formal.

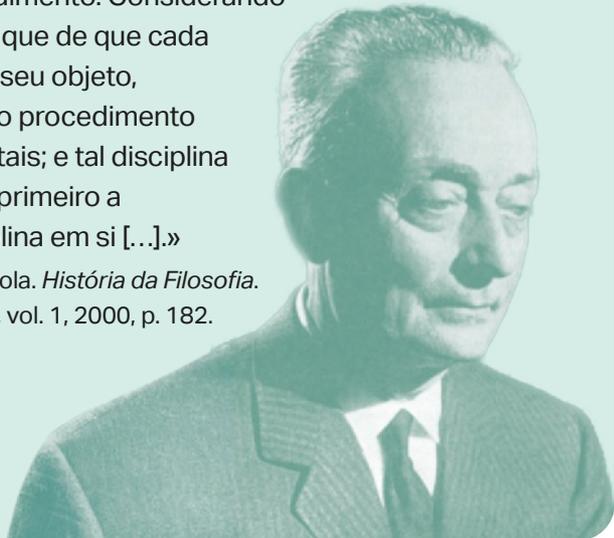
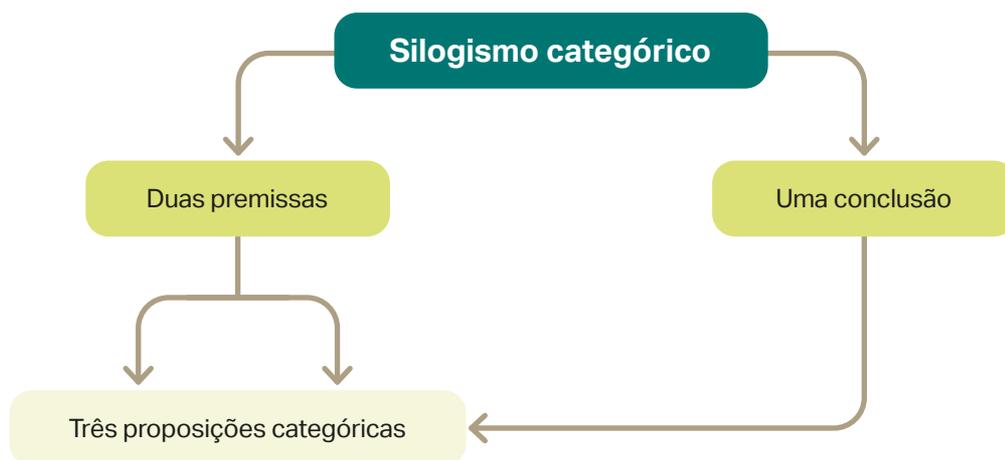


Fig. 11 Nicola Abbagnano (1901-1990).

Como nos diz o texto, qualquer ciência rigorosa necessita de ser coerente. Assim, os princípios lógicos em que se funda, por exemplo, a Física são os mesmos princípios em que se funda a ética ou a política. Deste modo, a lógica aristotélica constitui uma ferramenta indispensável a todas as áreas do saber.

O conceito de "silogismo" remete, na sua origem etimológica, para raciocínio lógico. Trata-se de um tipo de raciocínio que obedece a um conjunto de normas ou regras que o tornam lógico. Como se de um cálculo se tratasse, foi Aristóteles que fundou a "teoria do silogismo" com o objetivo de identificar os procedimentos a que o nosso raciocínio deve obedecer para ser correto, lógico ou válido. O silogismo é um raciocínio lógico dedutivo.

Em seguida, abordaremos o **silogismo categórico**, o raciocínio composto por três proposições categóricas: duas premissas e uma conclusão. Constitui a forma padrão ou canônica dos raciocínios que usamos e que verbalizamos sob a forma de argumentos. O silogismo categórico é a forma canônica dos raciocínios dedutivos.



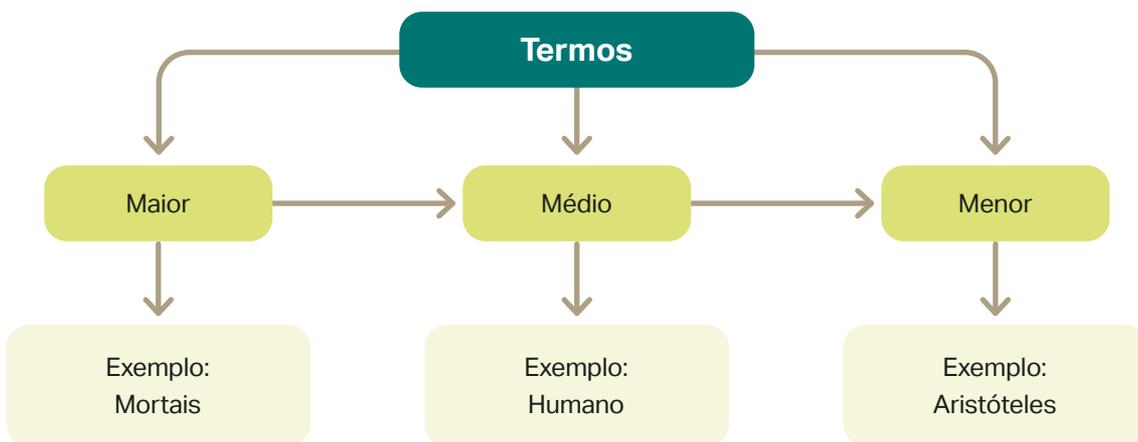
Aristóteles deixou-nos um conjunto de regras que determinam a validade do silogismo. Do cumprimento dessas regras depende a garantia de estarmos na posse, ou não, de um raciocínio/argumento corretamente elaborado. Mas para que essas regras possam ser conhecidas e aplicadas, é necessário, antes de mais, clarificar alguns aspetos do silogismo. Atenta neste exemplo:

- Os humanos são mortais.
- Aristóteles é humano.
- Então, Aristóteles é mortal.

Trata-se de um argumento composto por três proposições e três termos distintos (Aristóteles, humano e mortal). As duas primeiras proposições são as premissas do argumento, a última é a conclusão. Os **termos** designam-se por **maior**, **médio** e **menor**, em função da sua extensão.

Consideramos que a extensão diz respeito à abrangência ou aplicabilidade do termo, ou seja, o conjunto dos seres a que esse termo se refere. Como tal:

- o termo mortal tem maior extensão do que o termo humano, porque abrange todos os mortais além dos humanos;
- o termo humano, por sua vez, é mais extenso do que o termo Aristóteles, pois refere-se a todos os seres que têm como característica ser humano;
- Aristóteles é, por conseguinte, o termo menor, pois, neste argumento, refere-se só ao próprio Aristóteles.



Atividades

1 Para cada um dos itens seguintes, seleciona a única opção correta.

1.1. Uma forma de inferência válida é um

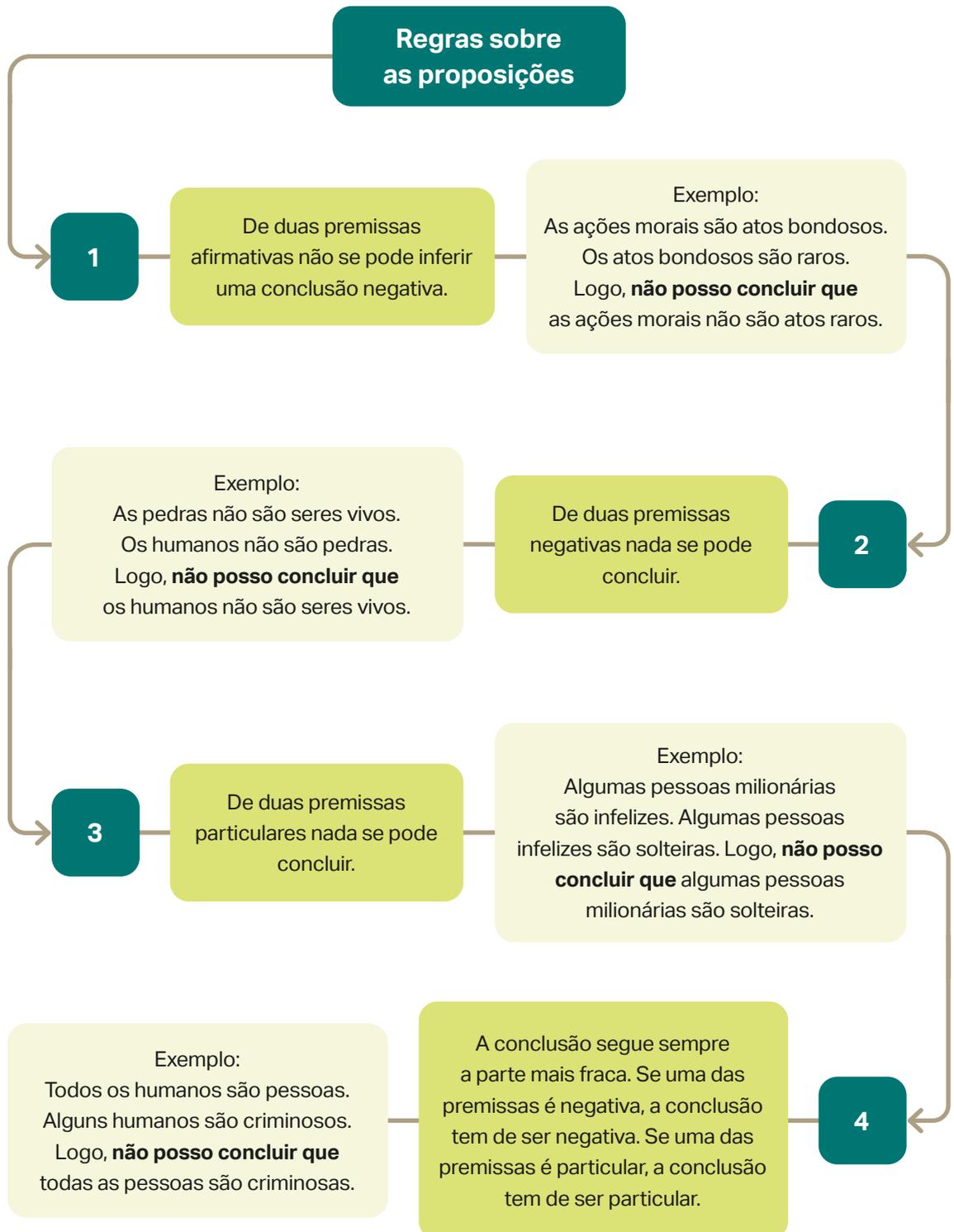
- A. raciocínio que se apresenta sem erros no conteúdo.
- B. argumento construído de modo a convencer.
- C. raciocínio com premissas e conclusão verdadeiras.
- D. argumento com uma forma lógica.

1.2. O silogismo categórico é um argumento

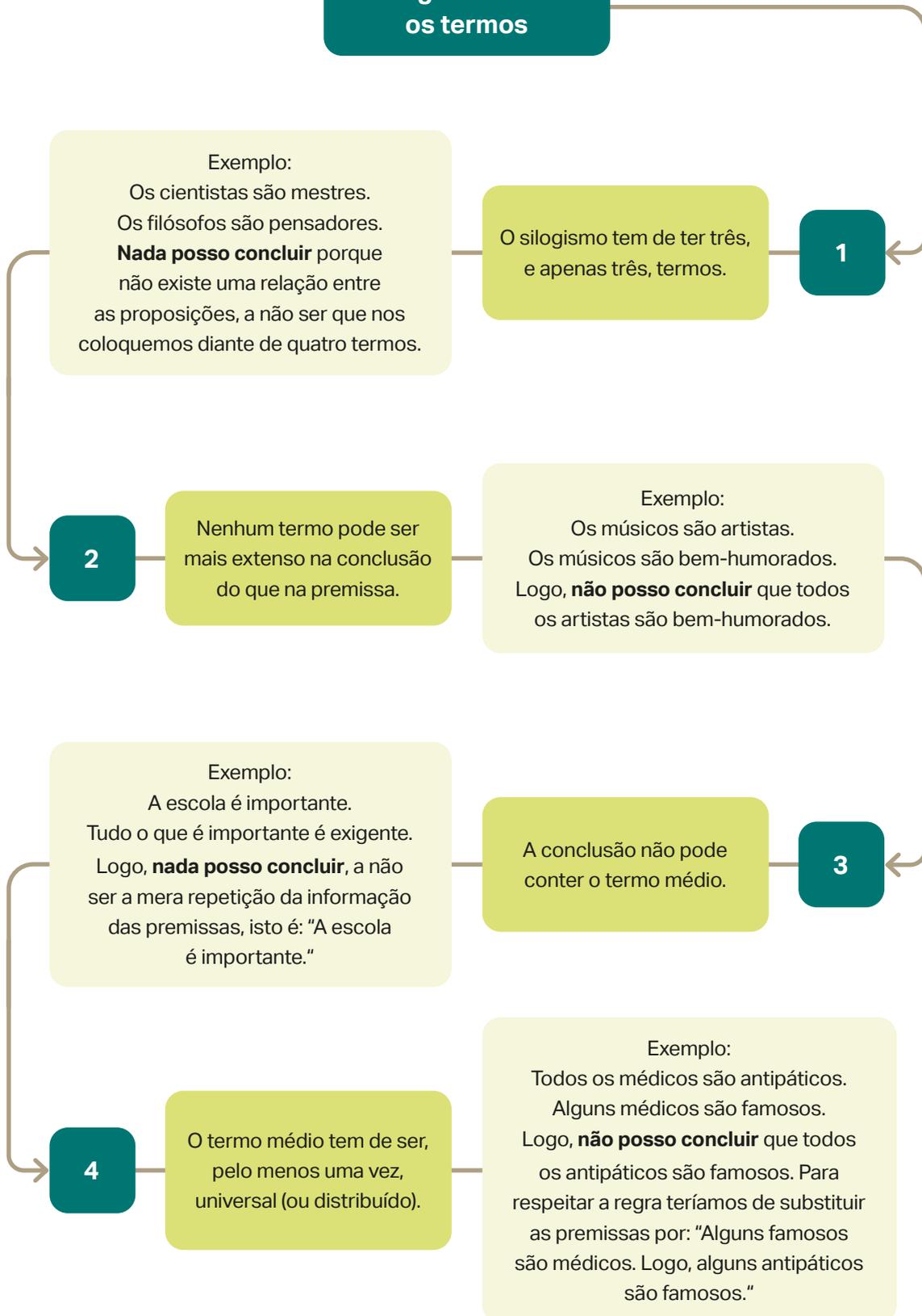
- A. composto por três premissas.
- B. composto por três termos distintos.
- C. constituído por uma premissa e uma conclusão.
- D. composto por pelo menos uma premissa e uma conclusão verdadeiras.

5.2.2. Regras aristotélicas do silogismo

Agora que sabemos identificar os três termos de um silogismo e classificar proposições quanto à sua forma, eis as **regras aristotélicas do silogismo**.



Regras sobre os termos



A validade formal do silogismo depende do respeito pelas oito regras apresentadas, bastando não se verificar uma delas para estarmos diante de uma **falácia formal**.

Uma falácia formal é um mau argumento do ponto de vista da sua estrutura ou forma lógica. Sofrem de falácias formais todos os argumentos inválidos, isto é, que contenham uma falha na sua estrutura lógica. Como já ficou claro, **a validade formal do silogismo é independente do seu conteúdo proposicional**.

Atividades

1 Para cada um dos itens seguintes, seleciona a única opção correta.

1.1. O silogismo categórico ou aristotélico

- A. é válido se respeitar ou as regras das proposições ou as regras dos termos.
- B. é inválido se desrespeitar apenas as regras dos termos.
- C. é válido se respeitar todas as regras dos termos e proposições.
- D. não pode ser avaliado quanto à sua validade.

1.2. Uma das regras do silogismo diz-nos que

- A. pelo menos uma das premissas tem de ser universal.
- B. pelo menos uma das premissas tem de ser particular.
- C. ambas as premissas têm de ser universais.
- D. ambas as premissas têm de ser afirmativas.

1.3. Sobre as regras silogísticas sabemos que

- A. qualquer silogismo válido tem apenas uma premissa universal.
- B. um silogismo válido não pode ter uma premissa negativa e uma conclusão afirmativa.
- C. um silogismo é válido quando a conclusão é negativa.
- D. qualquer silogismo pode ter uma conclusão afirmativa desde que tenha uma premissa negativa.

1.4. Se um silogismo tem

- A. quatro termos é uma inferência válida.
- B. duas premissas negativas é uma falácia formal.
- C. uma conclusão falsa é uma falácia formal.
- D. todas as proposições afirmativas é uma falácia formal.

5.2.4. Lógica informal

A **lógica informal** (ou argumentação informal) é a análise dos argumentos que usamos na linguagem comum, partindo do seu conteúdo ou matéria, isto é, da informação ou mensagem presente no argumento, bem como do seu contexto e de quem a profere. Esta análise permite perceber o potencial persuasivo dos argumentos, bem como distinguir bons argumentos (legítimos) de argumentos falaciosos (errados).



Fig. 12 Avaliar o conteúdo do argumento não é o mesmo que avaliar a sua forma ou estrutura.

A importância e o valor da argumentação não se esgotam na análise formal. A utilidade da argumentação no nosso quotidiano não se reduz a um conjunto de regras que validam a forma ou estrutura do argumento, essa utilidade estende-se até aos **argumentos que usamos em linguagem natural e cujo valor reside também no conteúdo ou informação veiculada pelas proposições**. Quando argumentamos (ou contra-argumentamos), relevamos a mensagem implícita ou explícita em cada uma das premissas e na conclusão. Enquanto a lógica formal é demonstrativa, a lógica informal é argumentativa, tem por objetivo persuadir racionalmente. Na argumentação, argumentos dedutivos são preferenciais, dado que são demonstrativos e conclusivos; por outro lado, os argumentos não dedutivos são marcadamente probabilísticos. Muitos dos temas com que lidamos no nosso quotidiano, como a economia, a política, a ética, são objeto de argumentação por não serem fáceis de demonstrar logicamente ou na prática.

Argumentar é fornecer razões ou motivos a favor ou contra determinada tese ou conclusão, tendo por finalidade provocar a adesão das pessoas a essa tese, pelo que é necessário que ela lhes pareça razoável, verosímil ou plausível. Assim, um argumento convincente, persuasivo, não significa um “argumento **verdadeiro**”; **aceitar a conclusão, concordar com ela, não a torna verdadeira**. Como refere o texto:

Texto 6

«Num argumento plausível, se as premissas são plausivelmente verdadeiras, então a conclusão é tão plausivelmente verdadeira quanto a sua premissa menos plausível. Isto não significa que é impossível ou até improvável que a conclusão seja falsa, mesmo sendo as premissas verdadeiras. Apenas significa que a conclusão [do argumento] é pelo menos tão plausível quanto as suas premissas.»

Walton, Douglas. *Informal Logic – a Pragmatic Approach*. Trad. de Nuno Freixo e Ricardo Sousa. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 14.

Análise e interpretação

- 1 Relaciona o texto com a distinção entre validade do argumento e verdade da conclusão.

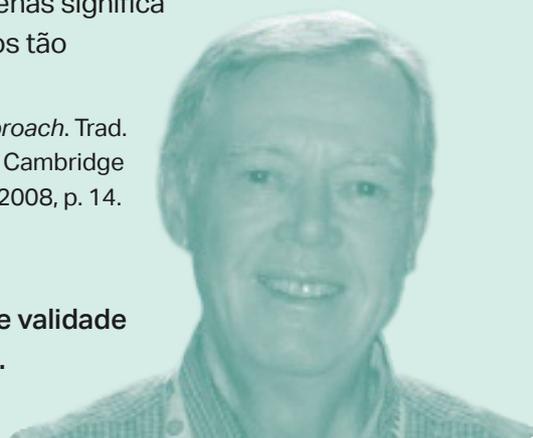


Fig. 13 Douglas Walton (1942-2020).

Atividades

- 1 Para o item seguinte, seleciona a única opção correta.

- 1.1. Quando nos referimos à lógica formal e à lógica informal, estamos a
 - admitir que aquilo que a Lógica estuda é sempre independente da forma dos argumentos.
 - assumir que é impossível distinguir a forma de um argumento do seu conteúdo proposicional.
 - referir-nos a duas abordagens, uma foca-se mais na estrutura dos argumentos, a outra no conteúdo proposicional dos argumentos.
 - assumir que o estudo da Lógica se resume à análise da forma ou estrutura dos argumentos.

5.3. Falácias informais

Sabemos que uma falácia formal é um argumento estruturalmente incorreto. **As falácias informais** são argumentos aparentemente corretos, mas que podem apresentar várias **falhas**, como **no seu conteúdo**, **no seu contexto**, na sua estrutura, entre outras.

O **argumento de autoridade** consiste em sustentar uma tese com o apoio de um especialista; faz-se valer a força de uma ideia recorrendo à opinião ou posição de uma figura (indivíduo ou entidade) especialista (autoridade). Contudo, para ser forte ou legítimo, deve respeitar os seguintes critérios: o especialista deve ser perito/qualificado no assunto ou tema em questão, tem de ser imparcial e não pode haver controvérsia entre especialistas. Quando algum destes critérios é violado, comete-se a **falácia do apelo ilegítimo à autoridade**.



Fig. 14 Exemplo de falácia de apelo ilegítimo à autoridade: Um ator famoso disse que os médicos e os virologistas desaconselham a permanência no exterior nos próximos dias por causa da massa de ar poluído que poderá provocar infeções respiratórias graves.

A falácia da **indução por generalização** (generalização precipitada) consiste num argumento em que a conclusão geral se extrai de premissas particulares. Da parte conhecida infere-se sobre o todo. Para ser uma boa ou forte generalização, a parte (amostra) tem de ser representativa, isto é, ampla e variada, e não podem existir contraexemplos ou casos excepcionais. Quando, num **argumento por generalização**, não se respeita o critério da representatividade, ou seja, quando é feita uma indução com base numa amostra que corresponde apenas a uma parte ou segmento da população do universo analisado, ocorre a **falácia da amostra não-representativa**.

Fig. 15 Exemplo de falácia da indução por generalização (por uso de amostra demasiado limitada para apoiar conclusão tendenciosa): Os professores de Matemática que tive são simpáticos. Por isso, afirmo convictamente que todos os professores de Matemática são simpáticos.



A falácia da **indução por previsão** (previsão incorreta) consiste em sustentar uma ideia tendo por base casos passados e cuja conclusão é um caso particular. Assume-se para o presente ou futuro aquilo que se verificou anteriormente. A força ou credibilidade de uma previsão depende de esta deve ser verificável, da probabilidade de a conclusão ser realizável e de existir uma ligação lógica entre a previsão e a hipótese. A falácia da previsão acontece quando um destes requisitos não é cumprido.



Fig. 16 Exemplo de falácia de indução por previsão: Nos últimos dois anos, assistimos a algumas greves dos profissionais de saúde. Então, este ano vamos voltar a vê-los em greve e em manifestações.



Uma **analogia** consiste em sustentar uma ideia através de uma comparação que mostra semelhanças em realidades ou objetos distintos. Um bom argumento por analogia deve apresentar semelhanças relevantes para a conclusão, e essas semelhanças devem ser numerosas o suficiente para sustentar a conclusão. Torna-se uma **falácia da falsa analogia** quando as semelhanças apontadas não são relevantes ou existem em número pouco significativo perante as diferenças.

Fig. 17 Exemplo de analogia: Tal como uma equipa de futebol precisa de um bom treinador que lidere, organize e tome as melhores decisões para a equipa triunfar, também um país precisa de um governo que tome as medidas mais justas e corretas para o desenvolvimento social e económico.



Fig. 18 Exemplo de falso dilema: A única forma de alcançar a felicidade é através do conforto gerado pela riqueza. Como tal, na sociedade atual, ou se consegue essa riqueza ou será impossível ser-se feliz. Logo, se não és rico, és infeliz.

A falácia da **falsa relação causal** consiste em tomar como causa de algo aquilo que é apenas antecedente ou uma circunstância acidental, ou seja, concluir que certo acontecimento aconteceu após outro que lhe foi anterior, sendo que esse anterior foi a sua causa. Trata-se de concluir, erradamente, que há uma relação de causalidade entre acontecimentos quando, na verdade, não há relação entre eles, apenas aconteceu terem ocorrido um após o outro.



Fig. 19 Exemplo de falsa relação causal: Sempre que vejo o jogo sentado no lado direito do sofá, a minha equipa perde. Como tal, a minha equipa perde por minha causa e, mais especificamente, o motivo da derrota é o lugar em que decido ver o jogo.

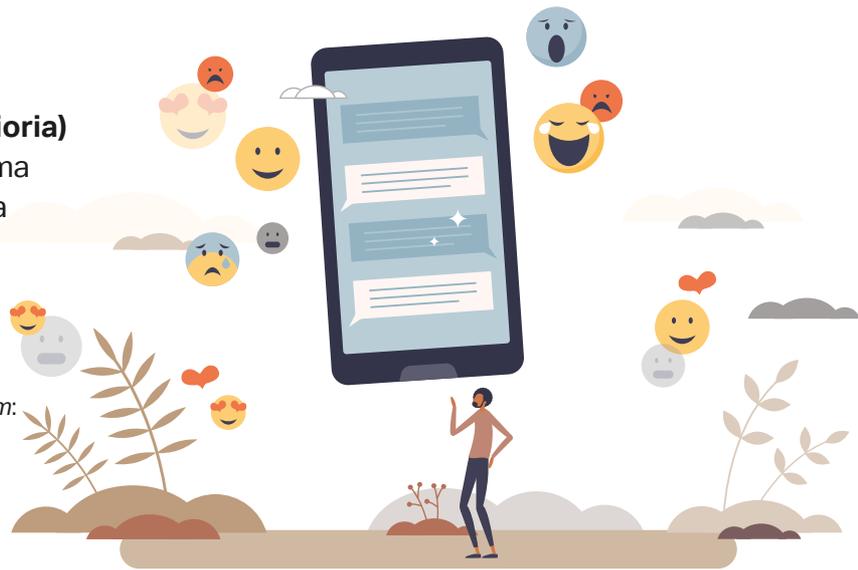
Ad hominem (contra a pessoa) consiste em fugir ao assunto discutido, atacando a pessoa que defende a tese, com o objetivo de a descredibilizar, em vez de atacar os argumentos que sustentam essa tese.

Fig. 20 Exemplo de falácia *ad hominem*: A tua opinião sobre política é absurda. Como podemos ouvir o que tens a dizer sobre a política se és menor de idade?



Ad populum (apelo à maioria) consiste em sustentar que uma tese é verdadeira porque uma determinada maioria defende que é verdadeira.

Fig. 21 Exemplo de falácia *ad populum*: A marca X produz os melhores smartphones da atualidade. Isso é certo, pois é a marca preferida pela maior parte das pessoas.



Apelo à ignorância consiste em afirmar que uma proposição é verdadeira porque não se conseguiu provar que era falsa ou afirmar que uma proposição é falsa porque não se conseguiu provar que era verdadeira.

Fig. 22 Exemplo de apelo à ignorância: É claro que os povos indígenas são desorganizados. Basta termos em conta que nunca ninguém provou que são povos organizados.

Boneco de palha (espantalho) consiste em deturpar/simplificar a tese do opositor para ser mais fácil a sua refutação/contestação.

Fig. 23 Exemplo de falácia do boneco de palha: O ministro continua a insistir na modernização do ensino. Ora, ele quer acabar com a escola rigorosa e que prepara os alunos para o mundo do trabalho.



Bola de neve (derrapagem) consiste em refutar ou construir uma tese partindo de, pelo menos, uma premissa falsa ou duvidosa, retirando dessa premissa uma série de consequências progressivamente inaceitáveis.



Fig. 24 Exemplo de falácia da bola de neve: Se lermos muitos romances na adolescência, vamos habituar-nos a gostar desse tipo de literatura e, por isso, vamos ficar viciados nela. Ficando viciados, seremos consumidores ávidos de livros e descuidaremos o estudo e o trabalho, tornando-nos, dessa maneira, pessoas desempregadas ou até mesmo sem-abrigo. Portanto, se lermos muitos romances na adolescência, tornar-nos-emos pessoas desempregadas ou em condição de sem-abrigo.

A **petição de princípio** consiste em assumir como verdadeiro aquilo que se pretende provar. A conclusão é usada, de uma forma mais ou menos implícita, como premissa (argumento circular).

Fig. 25 Exemplo de petição de princípio: Os ensaios filosóficos deixam as questões por responder, uma vez que são teorias que não oferecem respostas nem soluções.



Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A. Uma falácia informal equivale a uma falácia na forma argumentativa.
 - B. Todas as falácias informais são erros no conteúdo dos argumentos.
 - C. Numa analogia, procura-se mostrar a verdade de uma conclusão partindo da opinião de um especialista no assunto.
 - D. A petição de princípio corresponde a uma argumentação circular por defender uma ideia admitindo que essa ideia é verdadeira.
 - E. Cometemos a falácia do espantinho quando atacamos o estatuto da pessoa que argumenta.
 - F. Assumir que algo é verdadeiro apenas porque muitas pessoas consideram verdadeiro é uma falácia *ad populum*.
 - G. O falso dilema também pode ser designado por falsa causa.

Síntese

A **Lógica** é a disciplina filosófica que se ocupa da correção dos raciocínios e argumentos, mostrando as condições que garantem a sua coerência.

Aristóteles, fundador da Lógica, apresentou três princípios lógicos básicos – **identidade, não contradição e terceiro excluído** – que devem ser observados para evitar qualquer incoerência do nosso pensamento.

Os **argumentos** são a expressão verbal dos nossos **raciocínios**. A **forma** ou **estrutura** do argumento pode ser **válida** ou **inválida** (modo como encadeamos as ideias). As **proposições** (ideias) podem ser verdadeiras ou falsas. Podemos ter argumentos válidos com proposições falsas e argumentos inválidos com proposições verdadeiras.

As **proposições** são frases do **tipo declarativo** que exprimem uma ideia com valor de verdade (podem ser verdadeiras ou falsas). Não são proposições as frases não declarativas (interrogativas, imperativas e promessas). As proposições **simples** ou **categóricas** exprimem apenas uma ideia; as **complexas** ou **compostas** exprimem mais do que uma ideia (hipotéticas, disjuntivas inclusivas e disjuntivas exclusivas).

Dedução, indução e analogia são diferentes tipos de raciocínios/argumentos. Na dedução, a verdade das premissas garante a verdade da conclusão. Na indução, se as premissas são verdadeiras é pouco provável que a conclusão seja falsa. Na analogia, mostramos as semelhanças entre duas realidades distintas.

A lógica aristotélica é constituída pelo **silogismo categórico**: raciocínio composto por **três termos** (maior, médio e menor), **três proposições** (duas premissas e conclusão) e oito regras (quatro sobre os termos e quatro sobre as proposições) que determinam a sua **validade formal**.

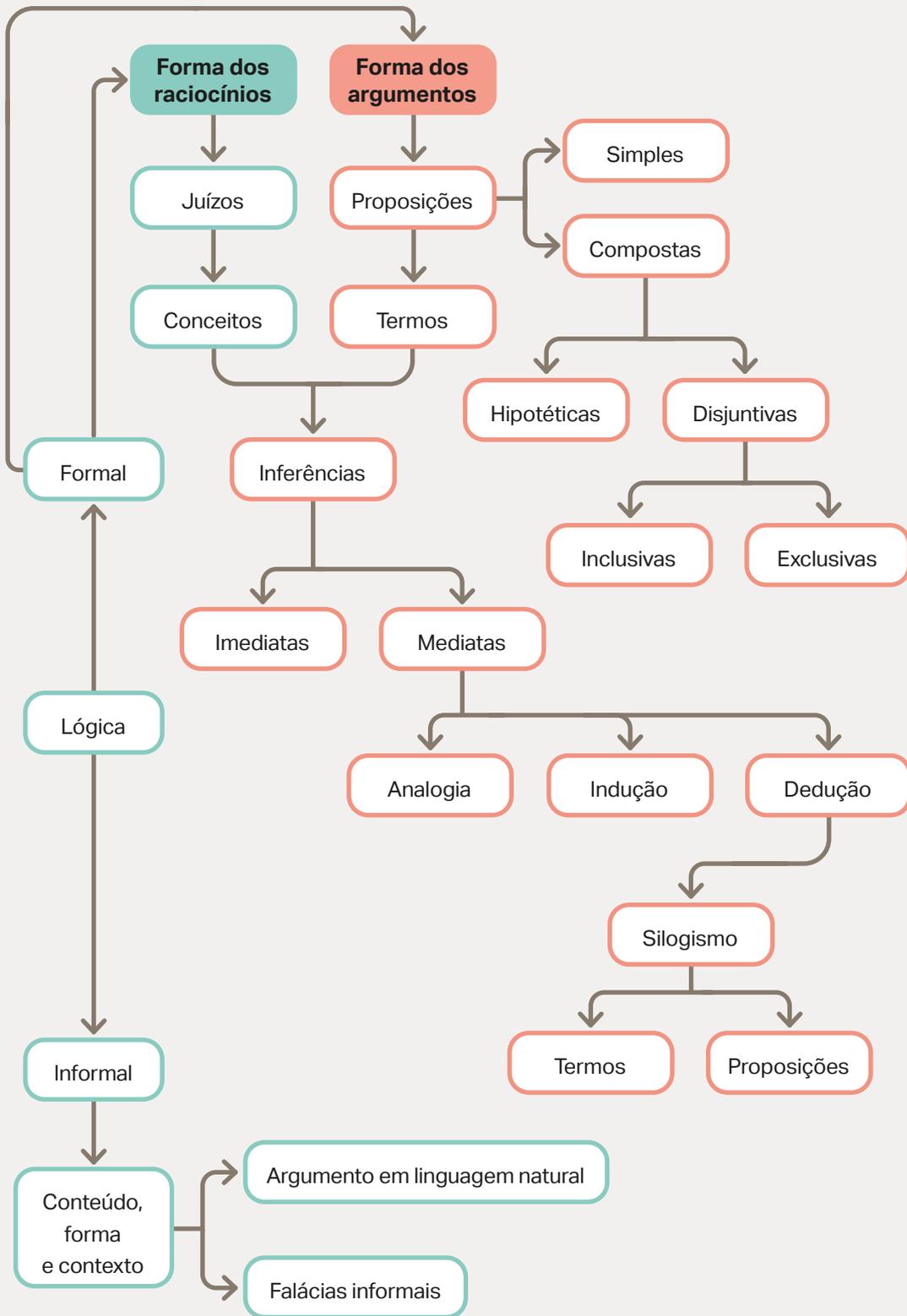
Uma **falácia formal** é um argumento cuja invalidade consiste num erro na forma.

A **lógica informal** ocupa-se dos argumentos que usamos em **linguagem natural** e corrente, avaliando sobretudo o seu **conteúdo**, contexto e/ou sujeito e o seu poder persuasivo.

Uma **falácia informal** é um argumento aparentemente correto, mas que apresenta falhas ou **erros**.

Algumas das principais **falácias informais** são: generalização precipitada; amostra não representativa; previsão incorreta; falsa analogia; apelo ilegítimo à autoridade; petição de princípio; falso dilema; falsa relação causal; *ad hominem*; *ad populum*; apelo à ignorância; boneco de palha; derrapagem.

Esquema-síntese



Ficha de trabalho

Grupo I

1 Para cada um dos itens seguintes, seleciona a única opção correta.

1.1. A lógica formal não procura

- A. distinguir verdade de falsidade.
- B. averiguar a validade do conteúdo das proposições que constituem o argumento.
- C. avaliar a validade das conclusões.
- D. distinguir argumentos válidos de argumentos inválidos.

1.2. Um argumento indutivo é bom quando

- A. tem premissas verdadeiras e conclusão verdadeira.
- B. a conclusão é retirada diretamente das premissas.
- C. existe uma grande probabilidade de a conclusão ser suportada pelas premissas.
- D. existe uma pequena probabilidade de a conclusão ser suportada pelas premissas.

1.3. Um argumento dedutivo válido possui uma conclusão

- A. necessária.
- B. falsa.
- C. contingente.
- D. verdadeira.

1.4. Considera o seguinte argumento: "Eu penso, logo existo." Seleciona a opção que corresponde à premissa em falta para o argumento ser válido.

- A. Todos os que pensam existem.
- B. Todos os que existem pensam.
- C. Pensar é necessário para existir.
- D. Podemos existir sem pensar.

1.5. O termo diz respeito

- A. ao tipo de proposição dos argumentos.
- B. à verbalização do conceito.
- C. à qualidade das proposições categóricas.
- D. à verbalização do juízo.

1.6. Qual a proposição subalterna da proposição "Só existem pensadores humanos."?

- A. Alguns pensadores não são humanos.
- B. Não existem pensadores humanos.
- C. Nem todos os pensadores são humanos.
- D. Existem pensadores humanos.

1.7. Seleciona a opção que corresponde à premissa em falta do seguinte argumento (válido): "Alguns termos médios são termos menores. Logo, alguns termos menores não são termos maiores."

- A. Alguns termos maiores não são termos médio.
- B. Todos os termos maiores são termos médios
- C. Nenhum termo maior é termo médio.
- D. Alguns termos médios são termos menores.

Grupo II

1 O estudo da lógica permite compreender claramente a diferença entre as noções de validade e de verdade. Clarifica essa distinção.

2 Através de um exemplo, distingue conceito de termo.

3 Preenche, corretamente, os espaços vazios do texto que se segue.

As proposições particulares afirmativas são de tipo **A** e são subalternas das **B**.
As proposições de tipo O são consideradas **C** em relação às proposições de tipo A e subalternas em relação às proposições de tipo **D**.

4 Considera as seguintes proposições. Identifica a categórica, a disjuntiva inclusiva, a disjuntiva exclusiva e a hipotética.

- A. Não há sucesso se não houver empenho.
- B. A felicidade é difícil ou trabalhosa.
- C. A música é arte universal.
- D. Ou as obras de arte são conhecidas mundialmente ou não têm valor.

5 Atenta nos seguintes argumentos.

- A. Alguns políticos não são pessoas alegres.
As pessoas alegres são pessoas de confiança.
Logo, algumas pessoas de confiança não são políticos.
- B. Todas as bailarinas são pessoas esforçadas.
Algumas pessoas esforçadas são sofredoras.
Logo, algumas sofredoras são bailarinas.

5.1. Identifica os termos maior, menor e médio.

5.2. Classifica cada uma das proposições.

5.3. Avalia a validade dos argumentos, indicando e explicando todas as regras que infringem.

Grupo III

1 Lê o texto que se segue.

Podemos estabelecer o quadro de desenvolvimento da lógica formal, que tem como base e modelo o raciocínio próprio da matemática. A Lógica, assim entendida, pode ser genericamente caracterizada pelo formalismo, pela univocidade e pela objetividade.

1.1. Explica o enunciado, partindo da definição de lógica formal e do seu objeto de estudo. Na tua resposta, explicita os seguintes aspetos:

- conceitos de juízo e raciocínio;
- importância do estudo da Lógica;
- distinção entre argumentação dedutiva e indutiva.

6





O ato de conhecer

- 6.1. A estrutura do ato de conhecer
- 6.2. O problema da possibilidade do conhecimento
- 6.3. O problema da origem do conhecimento
- 6.4. Análise comparativa de duas teorias explicativas do conhecimento

Objetivos de aprendizagens

- Problematizar o conceito de conhecimento.
- Caracterizar a relação existente entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível.
- Definir/clarificar: Gnosiologia; conhecimento; tipos de conhecimento (proposicional, por contacto e prático); fontes de conhecimento (*a priori* e *a posteriori*).
- Clarificar os conceitos nucleares, as teses e os argumentos das teorias racionalista (Descartes) e empirista (Hume), enquanto respostas aos problemas da possibilidade e origem do conhecimento.
- Avaliar criticamente as teorias de Descartes e D. Hume sobre os problemas da possibilidade e da origem do conhecimento.

O que é a **Gnosiologia**? O conhecimento é uma das questões que está presente na Filosofia desde os seus primórdios. Platão e Aristóteles, por exemplo, apesar de se terem ocupado de vários assuntos, elegeram também a Gnosiologia como um dos seus principais objetos de estudo, justamente pelas implicações que esta área acabaria por ter em campos tão distintos, como os da política, ética ou metafísica.

Podemos definir a Gnosiologia como a disciplina filosófica que se ocupa dos problemas relativos ao **conhecimento**, nomeadamente a sua **natureza e origem**, os seus **limites e possibilidades**. Talvez uma das questões mais fundamentais no campo da Filosofia seja precisamente se é possível obter **conhecimento verdadeiro**. Filósofos, ao longo da História da Filosofia, têm debatido sobre este tema.

Texto 1

«Durante séculos, os filósofos debateram o modo como os seres humanos podem conhecer o mundo exterior. Os seus argumentos refletiram uma preocupação quanto à validade das experiências sensoriais. Embora a nossa conceção do mundo derive da informação dos nossos sentidos, poder-se-á confiar nesses sentidos para conhecer a verdade? Não poderemos estar iludidos em relação ao mundo? [...] Na verdade, as pessoas já sabem há muito tempo que os seus sentidos são falíveis. Ao compreenderem que a informação sensorial não era totalmente fidedigna, os filósofos tornaram-se cada vez mais céticos quanto à nossa capacidade para conhecer o mundo tal como realmente é. Este ceticismo atingiu o seu ponto mais elevado durante o final do século XVII e o início do século XVIII. Durante essa época, o filósofo britânico John Locke fez uma observação crucial: a água de um recipiente pode parecer quente ou fria ao tato, consoante o sítio em que a nossa mão acabou de estar. Se a nossa mão esteve em água fria, a água do recipiente parece quente; se a nossa mão esteve previamente em água quente, a água do recipiente parece fria. O frio ou calor aparentes da água não residem na própria água; são uma qualidade do estado do próprio sujeito.»

Sekuler, Robert; Blake, Randolph.
Perception. Trad. de Pedro Galvão. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1994, pp. 8-11.
Disponível em https://criticanarede.com/fil_aparenciareal.html [consult. mar 2025].



Fig. 1 Robert Sekuler (1939-).



Fig. 2 Randolph Blake (1945-).

Os autores do texto referem uma experiência levada a cabo pelo filósofo **John Locke** (1632-1704), que questionou a fiabilidade dos dados dos sentidos, partindo de uma experiência interessante. Verificou que, se tivermos a mão fria, a água que está num recipiente parece quente. No entanto, se a mão tiver estado em água quente, a água do recipiente irá parecer fria.

- Onde reside o frio e o calor?
- É no **objeto** ou no sujeito?
- **A realidade é, efetivamente, aquilo que parece ser?**
- Como é possível, imaginemos, que duas pessoas coloquem a mão no mesmo recipiente de água e terem sensações distintas?
- Qual será a sensação correta? Ou será que ambas são?

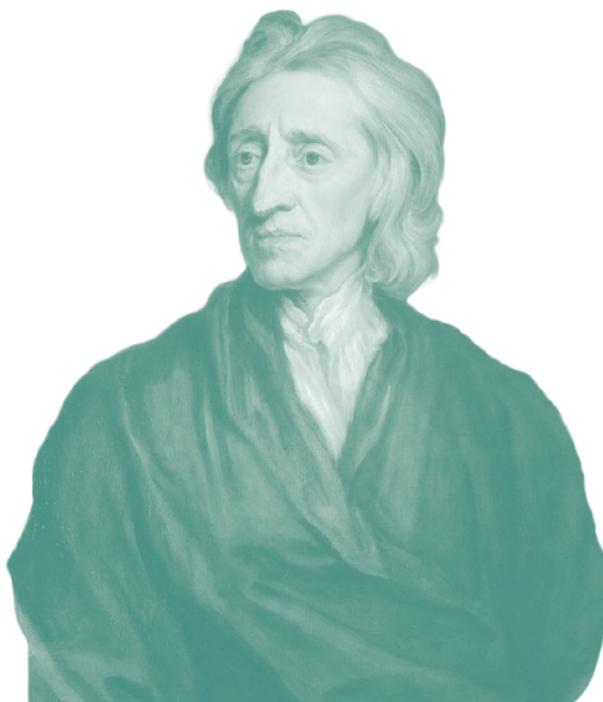


Fig. 3 Imagem a partir da pintura a óleo *Retrato de John Locke*, 1697, de Godfrey Kneller.



O conhecimento, até o aparentemente mais óbvio, pode ser questionado. Veremos, ao longo desta unidade, entre outros aspetos, como alguns filósofos o fizeram.

Fig. 4 Podes aplicar o exemplo de Locke ao teu quotidiano, por exemplo, uma caneca com um líquido frio vai parecer mais fria se as tuas mãos estiverem quentes.

6.1. A estrutura do ato de conhecer

Considerando o **conhecimento como o produto de uma relação entre um sujeito e um objeto**, é necessário, antes de analisar outros aspetos, como os seus limites e possibilidades, caracterizar essa relação, de modo a compreender qual é a sua especificidade.

6.1.1. Fenomenologia e Gnosiologia

A **fenomenologia** constitui uma abordagem que encara os seus objetos de estudo enquanto fenómenos, isto é, **o que se revela ou aparece na experiência de um sujeito**. Podemos, por exemplo, estudar a arte enquanto fenómeno, independentemente dos movimentos artísticos ou técnicas utilizadas, ou seja, simplesmente enquanto manifestação que afeta os nossos sentidos e a nossa mente.

A fenomenologia do conhecimento centra-se, deste modo, na descrição do conhecimento enquanto fenómeno, mais concretamente, a descrição da **relação** que se estabelece entre um **sujeito que conhece** (cognoscente) e um **objeto que é conhecido** (cognoscível) no ato de conhecer.



Fig. 5 O conhecimento, de acordo com a descrição fenomenológica, corresponde à construção de uma representação (imagem) mental das características do objeto.

De acordo com esta perspetiva, no ato de conhecer estão presentes um sujeito e um objeto, havendo uma relação entre eles. Esta relação é uma **correlação**, isto é, o sujeito do conhecimento só o é em função do objeto do conhecimento, e vice-versa. Nesta relação, as funções do sujeito – conhecer – e do objeto – ser conhecido – são irreversíveis. Assim, sujeito e objeto nunca trocam de lugar durante o ato de conhecimento. Por exemplo, quando duas pessoas se estão a conhecer, cada uma dessas pessoas é o objeto de conhecimento da outra e o sujeito do seu próprio conhecimento, ou seja, as funções que desempenham enquanto sujeito e enquanto objeto não se alteram.

Sujeito que conhece

Objeto que é conhecido

Texto 2

«No conhecimento encontram-se frente a frente a consciência e o objeto, o *sujeito* e o *objeto*. O conhecimento apresenta-se como uma relação entre estes dois elementos, que nela permanecem eternamente separados um do outro. O dualismo sujeito e objeto pertence à essência do conhecimento.

A relação entre os dois elementos é ao mesmo tempo uma *correlação*. O sujeito só é sujeito para um objeto e o objeto só é objeto para um sujeito. Ambos eles só são o que são enquanto são para o outro. Mas esta correlação não é reversível. Ser sujeito é algo completamente distinto de ser objeto. A função do sujeito consiste em apreender o objeto, a do objeto em ser apreendido pelo sujeito.

Visto pelo lado do *sujeito*, esta apreensão apresenta-se como uma saída do sujeito para fora da sua própria esfera, uma invasão da esfera do objeto e uma recolha das propriedades deste. O objeto não é arrastado, contudo, para dentro da esfera do sujeito, mas permanece, sim, transcendente a ele. Não no objeto mas sim no sujeito alguma coisa se altera em resultado da função do conhecimento. No sujeito surge algo que contém as propriedades do objeto, surge uma "imagem" do objeto. Visto pelo lado do *objeto* o conhecimento apresenta-se como uma transferência das propriedades do objeto para o sujeito. Ao que transcende do sujeito para a esfera do objeto corresponde ao que transcende do objeto para a esfera do sujeito. São ambos somente aspetos distintos do mesmo ato. Porém, tem nele o objeto predomínio sobre o sujeito. O objeto é o determinante, o sujeito é o determinado.

O conhecimento pode definir-se, por último, como uma *determinação do sujeito pelo objeto*.»

Hessen, Johannes. *Teoria do Conhecimento*.
Coimbra: Arménio Amado Editor, 1978, pp. 26-27.

Análise e interpretação

- 1 Descreve a correlação existente entre os dois elementos presentes no conhecimento.
- 2 Caracteriza o que surge no sujeito como resultado da função do conhecimento.

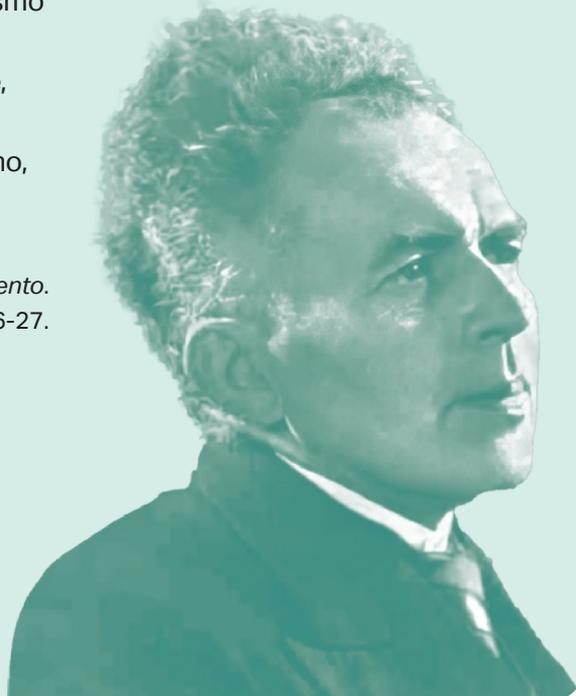


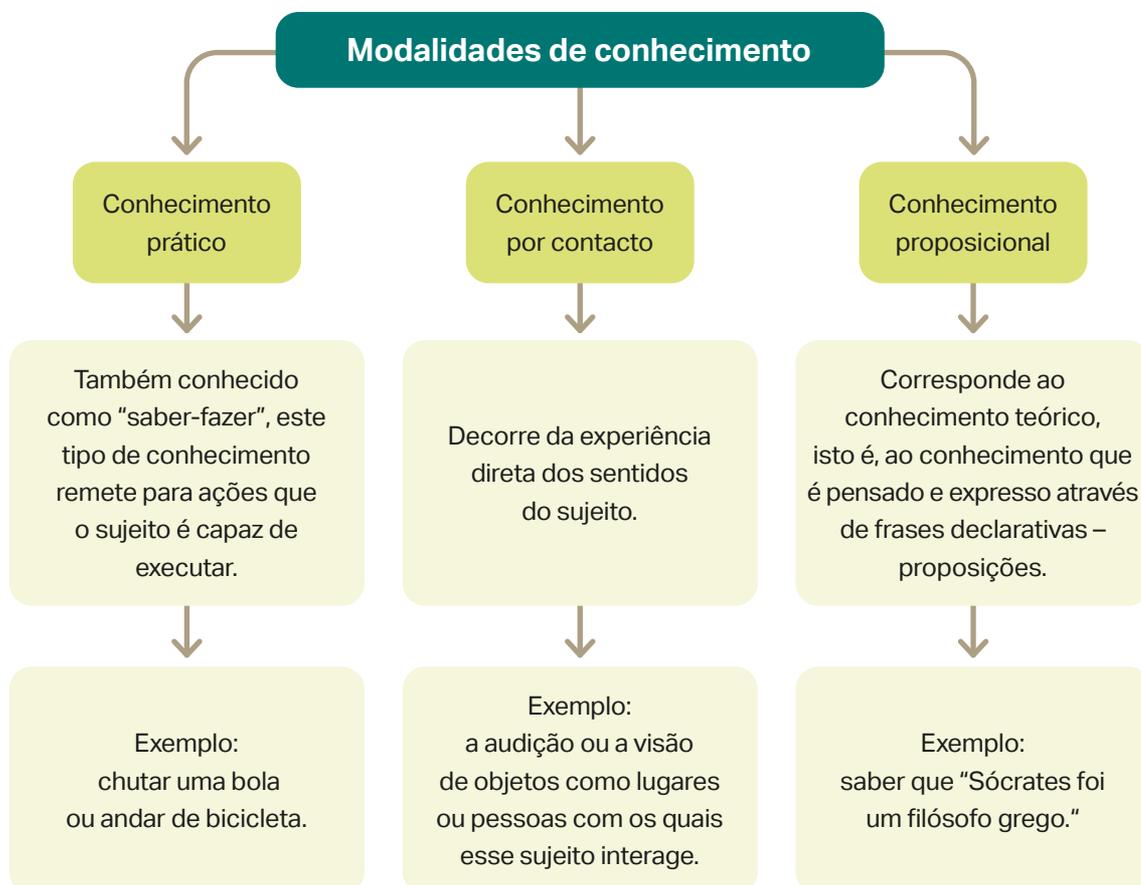
Fig. 6 Johannes Hessen (1889-1971).

Esta abordagem não tem como foco os processos psíquicos que estão envolvidos na construção da representação mental, ou "imagem" do objeto, mas sim a descrição dos elementos e das etapas que levam ao conhecimento. A representação mental que o sujeito tem do objeto, isto é, a apropriação que faz das suas características ou atributos, é aquilo que designamos por conhecimento. Mas como poderemos confirmar se esse conhecimento é de confiança?



Antes de procurarmos responder a essa questão, problematizando os limites e as possibilidades do conhecimento humano, teremos, primariamente, de compreender que tipos de conhecimento existem. Assim, o conhecimento pode revestir-se de três modalidades distintas.

Fig. 7 Quando olhas para esta imagem, muito provavelmente conseguirás identificar um barco. A representação mental que tens de um barco pode ter várias formas ou perspetivas. O que te permitiu concluir que se tratava de um barco?



A Gnosiologia debruça-se essencialmente sobre o **conhecimento proposicional**, do qual podemos identificar:

	Conhecimento <i>a priori</i>	Conhecimento <i>a posteriori</i>
Origem	Conhecimento originado na razão/pensamento, sendo a sua justificação independente da experiência sensível.	Conhecimento que provém da experiência sensível, sendo a sua justificação dependente desta.
Características	O conhecimento que daqui advém é considerado necessário e universal, isto é, quando é verdadeiro, é sempre verdadeiro e em toda e qualquer parte, pelo que a sua negação implica uma contradição.	O conhecimento que daqui advém é considerado particular e contingente, isto é, quando é verdadeiro, é verdadeiro mediante determinadas circunstâncias, pelo que a sua negação não implica uma contradição.
Exemplos	" $2 + 2 = 4$ " "Todos os corpos têm extensão."	"Aquela casa é amarela." "A Terra é esférica."



Fig. 8 Uma forma geométrica tem um carácter *a priori*, isto é, independente da experiência sensível.

Atividades

1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.

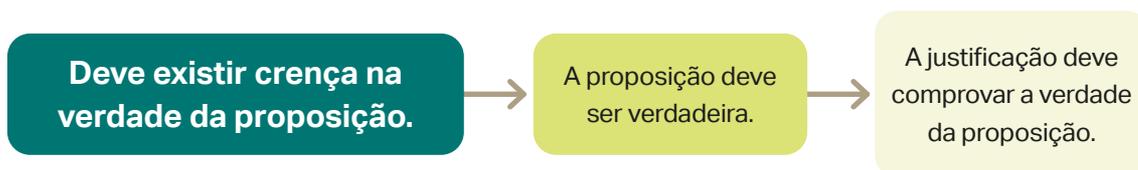
- A. O conhecimento prático é um conhecimento que é pensado e expresso através de frases declarativas, isto é, proposições.
- B. Saber que Descartes foi um filósofo racionalista corresponde ao conhecimento proposicional.
- C. Saber que um cego não vê constitui um tipo de conhecimento *a priori*.
- D. O conhecimento *a posteriori* funda-se e justifica-se através da razão.
- E. Sendo universal e necessário, a negação de um conhecimento *a priori* implica contradição.

6.2. O problema da possibilidade do conhecimento

Ainda dentro da discussão sobre o que é o conhecimento, enquadra-se a **definição tradicional de conhecimento** (proposicional), que subsistiu até à contemporaneidade, a qual teve origem na Grécia Antiga, com o filósofo **Platão**. Num dos seus diálogos, *Teeteto*, Platão deixa uma proposta de definição que só no século XX seria questionada.

6.2.1. Definição tradicional de conhecimento

Segundo a conceção platónica, existem **três condições necessárias e suficientes** para definir conhecimento. Cada uma das condições, sendo, como se afirmou, necessárias, por si só não são suficientes, pelo que todas têm de estar presentes na definição de conhecimento para que esta seja explícita. Assim, segundo o filósofo grego, para haver conhecimento é necessário a crença de que uma proposição é verdadeira, a proposição ser efetivamente verdadeira e que a justificação comprove a verdade da proposição.



Crença, verdade e justificação são as três condições necessárias e, em conjunto, suficientes para que haja conhecimento. No âmbito do conhecimento, não basta acreditar que uma proposição, como "a soma dos três ângulos internos de um triângulo corresponde a 180 graus", é verdadeira.

Será também necessário que efetivamente o seja, isto é, que corresponda à realidade.

No entanto, podemos ter muitas crenças verdadeiras, mas, sem justificações que o comprovem, não podemos encaixá-las nesta definição. A crença de que o planeta Terra tem uma forma esférica é verdadeira, mas se não o conseguirmos demonstrar, como podemos considerar esta crença um efetivo conhecimento?



Texto 3

«SÓCRATES – Estás então a dizer que persuadir é fazer com que alguém opine?

TEETETO – Sem dúvida.

SÓCRATES – Então, quando os juízes foram justamente persuadidos acerca de assuntos dos quais apenas pode saber aquele que viu e não outro, nesse momento, ao decidir sobre esses assuntos por ouvir dizer e ao adquirir uma opinião verdadeira, ainda que tenham sido corretamente persuadidos, tomaram a sua decisão, sem saber se na realidade julgaram bem, não?

TEETETO – Certamente.

SÓCRATES – Amigo, se a opinião verdadeira e o saber fossem o mesmo, nem sequer o juiz mais competente poderia emitir uma opinião correta sem saber. E, contudo, neste momento cada uma delas parece ser diferente.

TEETETO – Sócrates, fiquei agora a pensar numa coisa que tinha esquecido e que ouvi alguém dizer: que o saber é opinião verdadeira acompanhada de explicação e que a opinião carente de explicação se encontra à margem do saber. E aquilo de que não há explicação não é suscetível de se saber – é assim que se referia a isto – sendo, pelo contrário, cognoscível aquilo de que há explicação.»

Platão. *Teeteto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 302.

Análise e interpretação

- 1 Segundo Sócrates, é possível tomar uma decisão correta sem conhecimento?
- 2 De acordo com Teeteto, quando é que uma opinião verdadeira se torna conhecimento?

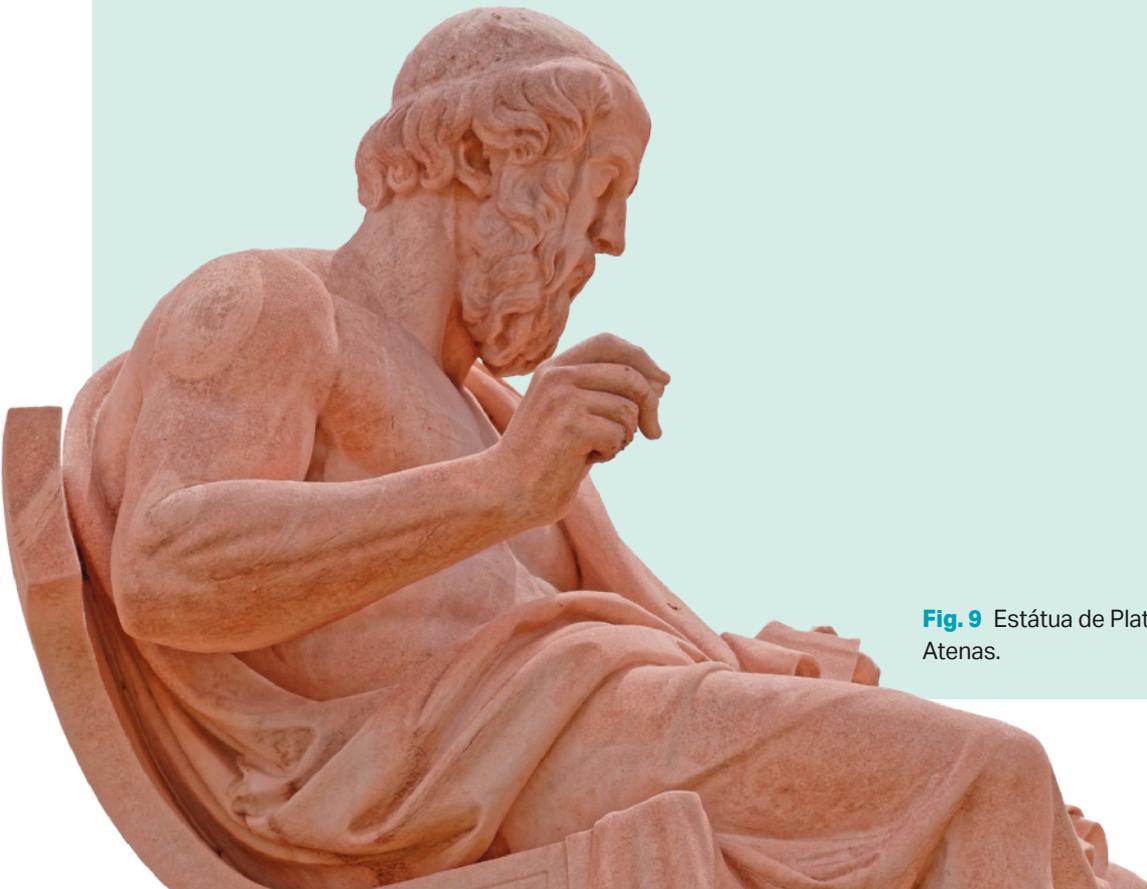


Fig. 9 Estátua de Platão, Atenas.

Imaginemos que vamos assistir a um jogo de futebol. Tendo em conta o valor de ambas as equipas, podemos acreditar que a melhor equipa ganhará o jogo. A crença até pode ser verdadeira porque a melhor equipa pode vir a ganhar o jogo. Mas também pode suceder que a pior equipa empate ou até acabe por ganhar. Neste exemplo, as boas justificações que poderíamos ter para acreditar que uma determinada equipa iria ganhar também não são suficientes enquanto não tivermos acesso ao resultado do jogo.



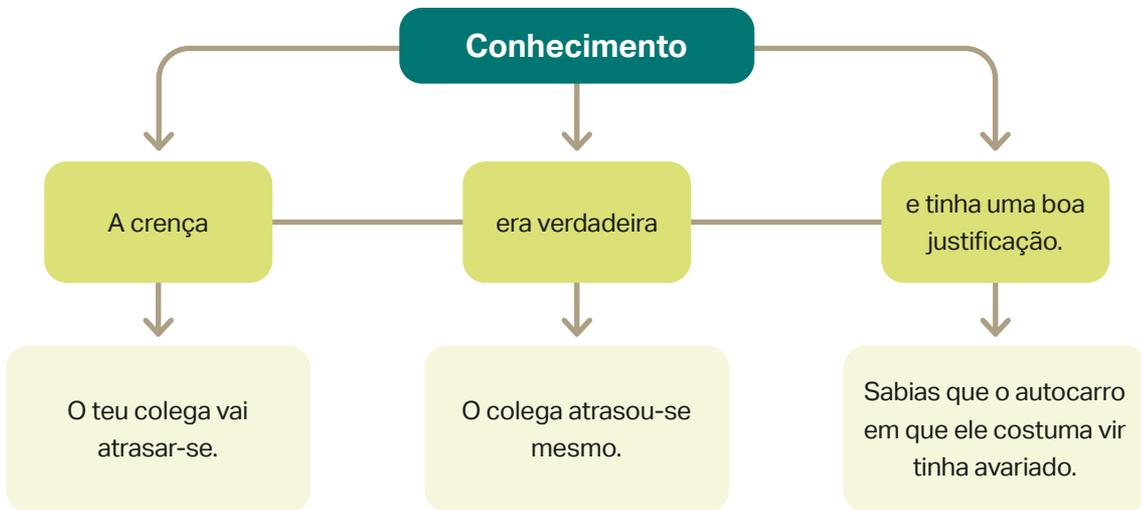
Fig. 10 Edmund Gettier.

Como já tivemos oportunidade de referir, a definição tradicional de conhecimento foi, na generalidade, aceite durante séculos da História da Filosofia. No entanto, no século XX, um filósofo – **Edmund Gettier** (1927-2021) – publicou, em 1963, na revista *Analysis*, o artigo “É uma crença verdadeira justificada conhecimento?” no qual criticava esta visão. De acordo com Gettier, as três condições não seriam suficientes para se poder inferir que há conhecimento.

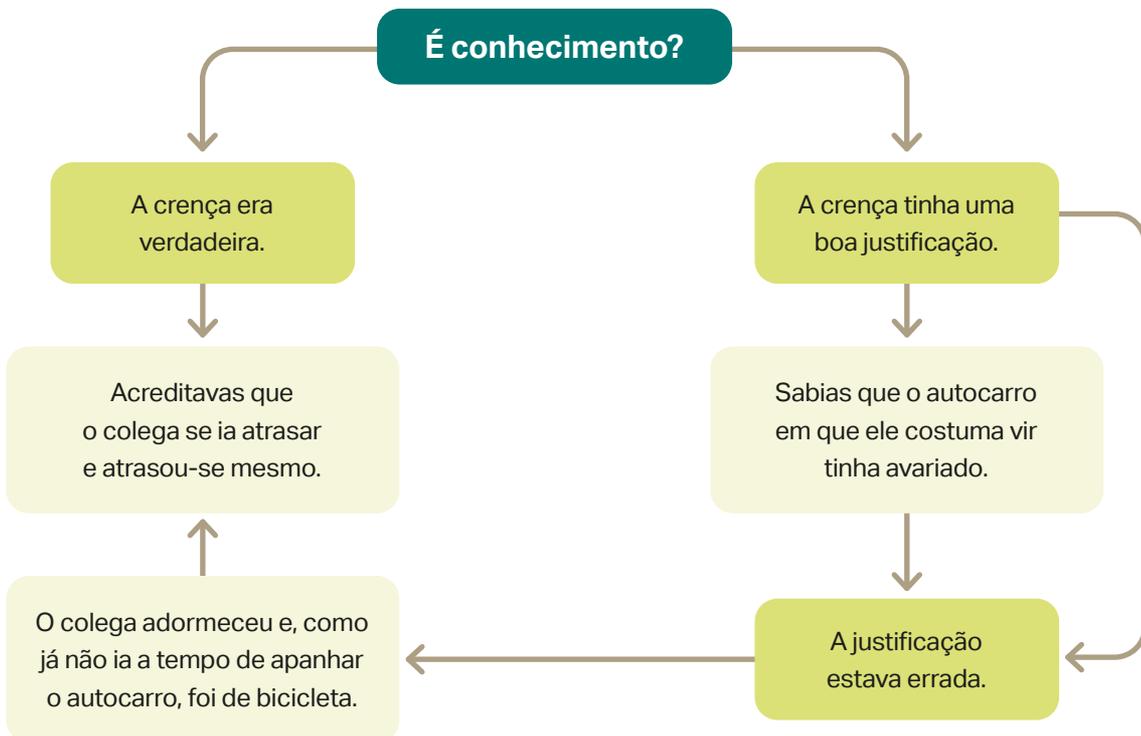
Gettier não rejeita a importância da crença e da verdade dessa crença. Compreende que, de facto, são condições necessárias. O que ele refuta é que a presença da terceira condição, a justificação, juntamente com as outras duas, garantam que o sujeito detém conhecimento.

O problema de Gettier, ou problema da quarta condição, corresponde à dificuldade de encontrar uma condição que, junto das três já identificadas (crença, verdadeira, justificada), permita alcançar as condições suficientes para o conhecimento. Os casos expostos por Gettier mostram que é possível ter uma crença verdadeira justificada e não ter conhecimento.

Imagina a seguinte situação: sabes que um colega teu costuma vir de autocarro para a escola. Num dos dias, soubeste que o autocarro tinha tido uma avaria. Então, avisaste o teu professor de que o colega ia chegar atrasado. Meia hora após a aula ter começado, finalmente chega o teu colega. Concluis que a tua crença era efetivamente verdadeira e tinhas uma boa justificação.



No entanto, suponhamos que o teu colega, nesse dia, adormeceu e foi de bicicleta, porque já não iria a tempo de apanhar o autocarro, e o atraso deveu-se ao facto de ter demorado mais tempo face ao meio de transporte. Neste caso, a justificação, apesar de bem razoável e plausível, é falsa ou accidental.



Podemos considerar que estamos na posse de conhecimento, quando justificamos acidentalmente ou erradamente as nossas crenças? E como garantir que as justificações são efetivamente fidedignas? Veremos como os filósofos **René Descartes** (1596-1650), **David Hume** (1711-1774) e **Immanuel Kant** (1724-1804) tentarão resolver este problema.

Gettier alerta precisamente para isso: **podemos ter crenças verdadeiras e boas justificações, e mesmo assim não ter conhecimento**. Deste modo, as condições que Platão indicou como necessárias e suficientes deixam de ser suficientes para podermos dizer que estamos na presença de conhecimento.

O problema da possibilidade de conhecimento remete para a questão de até que ponto o conhecimento humano é **confiável** ou **fidedigno**.

Atividades

1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.

- A. De acordo com a definição tradicional de conhecimento, uma crença verdadeira é suficiente para considerarmos que temos conhecimento.
- B. Uma previsão não se enquadra na definição tradicional de conhecimento, por melhores justificações que tenhamos para acreditar na veracidade dessa previsão.

2 Para cada um dos itens seguintes, seleciona a única opção correta.

2.1. De acordo com a definição tradicional de conhecimento, qual destes elementos é efetivamente necessário para que haja conhecimento?

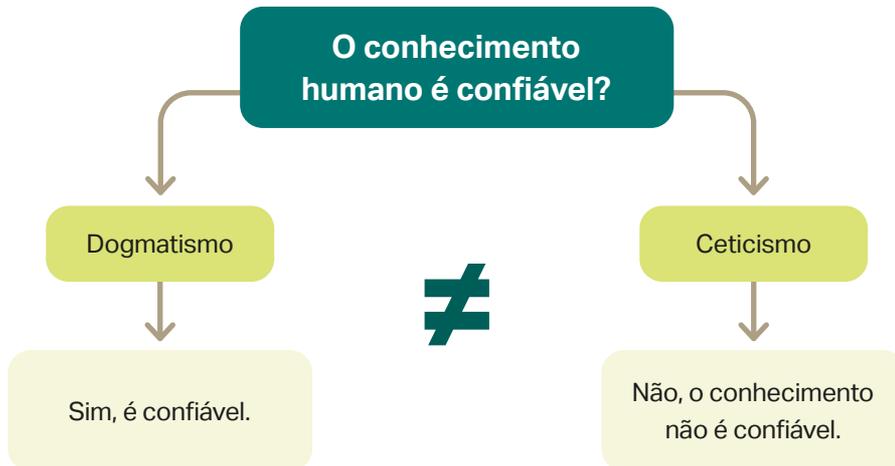
- A. Uma convicção muito forte.
- B. A justificação racional dessa crença.
- C. O número de pessoas que partilha essa crença.
- D. A existência de especialistas que defendem essa crença.

2.2. De acordo com Gettier, qual é a principal fragilidade da definição tradicional de conhecimento?

- A. As crenças falsas, com justificações verdadeiras, tornam-se conhecimento.
- B. Só obtemos conhecimento se existir uma crença verdadeira justificada.
- C. As crenças verdadeiras estão sempre mal justificadas.
- D. Podemos ter uma crença verdadeira justificada que não é conhecimento.

6.2.2. O desafio cético

Várias correntes de pensamento procuraram, ao longo de toda a História da Filosofia, responder a essa questão. Das várias correntes, destacamos o dogmatismo e o ceticismo.



O **dogmatismo** defende que é possível obter **conhecimento absoluto e inquestionável**. Na sua vertente mais "ingénua", o problema do conhecimento não existe. Não existe diferença entre a percepção e o entendimento do sujeito da realidade e a própria realidade. Já o **dogmatismo filosófico**, próprio dos racionalistas dos séculos XVII e XVIII, como Descartes, Baruch Spinoza (1632-1677) e Gottfried Leibniz (1646-1716), por exemplo, remete para a importância da construção do conhecimento com um carácter crítico e questionador.



Fig. 11 Imagem a partir da pintura a óleo *Retrato de Baruch Spinoza*, cerca de 1665, Biblioteca Herzog August, Wolfenbüttel.



Fig. 12 Imagem a partir da pintura a óleo *Retrato de Gottfried Leibniz*, 1695, de Christoph Bernhard Francke.



Fig. 13 Sexto Empírico, imagem baseada numa medalha de bronze.

O **ceticismo**, na sua vertente mais radical, remete para a **impossibilidade do conhecimento**, defendendo que não é possível para um sujeito cognoscente apreender o objeto. Isto implica que não temos justificações suficientes para mostrar a verdade das nossas crenças, ainda que algumas sejam verdadeiras. O ceticismo radical duvida de tudo ao mesmo tempo, ou seja, é absoluto. **Pirro de Élis** (360 a.C.-270 a.C.) é um dos mais famosos céticos desta vertente mais radical do ceticismo. Para Pirro, o conhecimento não é possível, pois nega que existam justificações suficientes para as nossas crenças. Mesmo que as justificações sejam aparentemente as melhores, são sempre falíveis e insuficientes, o que implica que não sabemos aquilo que pensamos saber.

Górgias (485 a.C.-380 a.C.), sofista celebrizado nos diálogos de Platão, também defende uma visão mais extremada do ceticismo, como se pode constatar no texto que se segue, partindo da obra de **Sexto Empírico** (160-210).

Texto 4

«(65) Górgias [...] Na obra intitulada *Do Não Ente ou Da Natureza* propõe três teses sucessivas: uma e a primeira, que nada existe; a segunda, que se algo existe não é apreensível ao homem; a terceira, que se é apreensível é, sem dúvida, intransmissível e explicável a outrem. [...]

(84) O meio por que [...] exprimimos [as coisas existentes] é a palavra, e a palavra não é nem o fundamento das coisas nem as coisas existentes.»

AAVV. *Sofistas - Testemunhos e Fragmentos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, pp. 113-117.

Fig. 14 Cabeça de Pirro de Elis em mármore, cópia romana (século II a.C) do bronze grego (século IV a.C), Museu Arqueológico de Corfu.

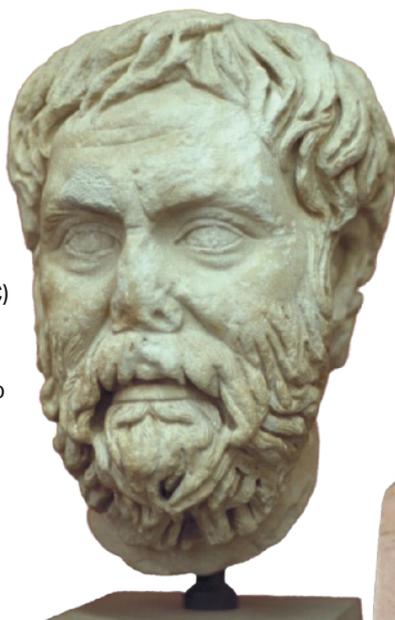
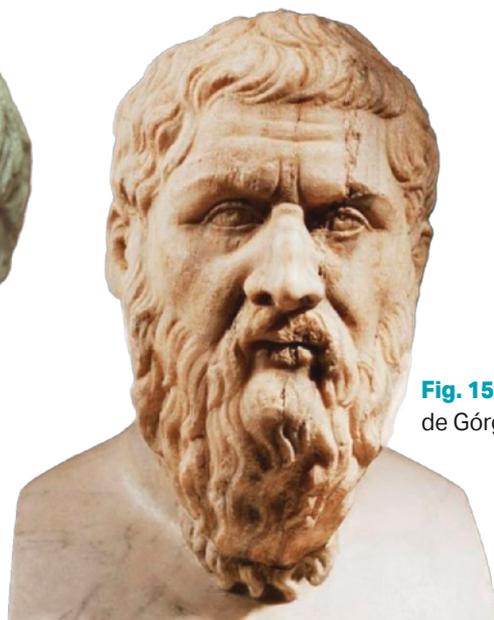


Fig. 15 Busto de Górgias.

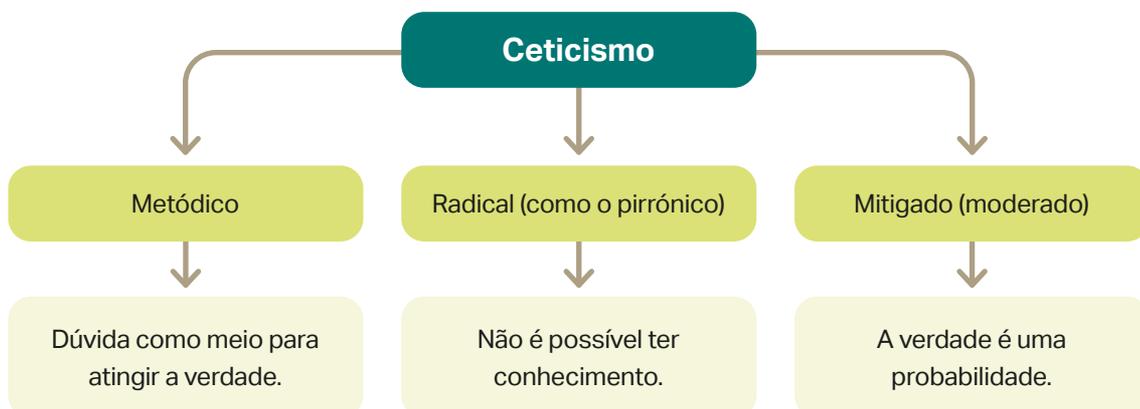


O termo "sofista", na sua origem etimológica, significa "sábio". Os sofistas foram um grupo de pensadores originários da Grécia Antiga (séculos V-IV a.C.). Viajando de cidade em cidade, ofereciam os seus serviços a troco de uma remuneração. Celebrizaram-se pelo relativismo e ceticismo, assim como pelo desenvolvimento e ensino do discurso persuasivo (retórica). As suas posições filosóficas originaram críticas muito corrosivas de filósofos como Platão, que os acusou de serem uns "mercenários do saber" e de ensinarem a manipular através do discurso.



Fig. 16 Tímon de Flíis (320 a.C.-230 a.C.), filósofo cético grego que estudou com Pirro. Ilustração da obra de Thomas Stanley, *A História da Filosofia*, 1655.

Ainda dentro do ceticismo, podemos considerar o **ceticismo metódico**, em que a dúvida é utilizada, não como um fim em si mesma, mas como um meio para atingir a verdade (como poderemos constatar no **pensamento cartesiano**), e também o **ceticismo mitigado ou moderado** (que abordaremos mais à frente, na análise do pensamento de **David Hume**). Este tipo de ceticismo substitui a ideia de certeza ou verdade pela ideia de probabilidade.



Quer o ceticismo radical, quer o ceticismo mitigado são contraditórios, como podemos ver no seguinte texto.

Texto 5

«É evidente que o ceticismo radical ou absoluto se anula a si próprio. Afirma que o conhecimento é impossível. Mas com isto exprime um conhecimento. Por consequência, considera o conhecimento como possível de facto e, no entanto, afirma simultaneamente que é impossível. O ceticismo cai, pois, numa contradição consigo próprio. [...]

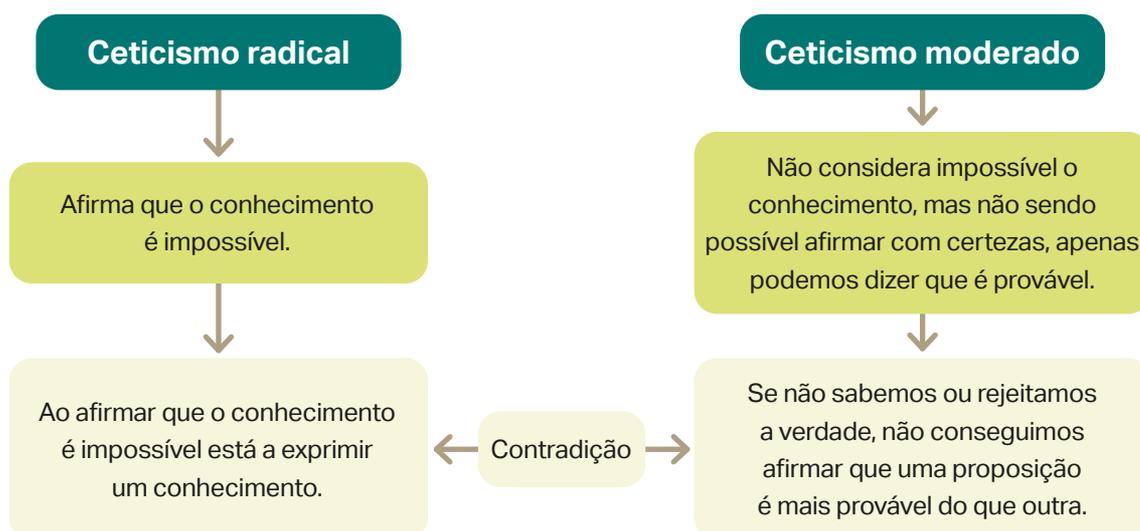
Já tomámos também conhecimento com uma forma mitigada do ceticismo. Segundo ela, não há verdade nem certeza, mas apenas probabilidade. Não podemos nunca ter a pretensão de que os nossos juízos sejam verdadeiros, mas apenas de que sejam prováveis. [...] O conceito de probabilidade pressupõe o de verdade. Provável é aquilo que se aproxima do verdadeiro. Quem renuncia ao conceito de verdade tem, pois, de abandonar também o de probabilidade.»

Hessen, Johannes. *Teoria do Conhecimento*. Coimbra: Arménio Amado Editor, 1978, pp. 43-44.

Análise e interpretação

- 1 Por que motivo o ceticismo radical é contraditório?
- 2 Por que razão o conceito de probabilidade não resolve o problema do ceticismo?

Como podemos observar, **o ceticismo radical entra em contradição quando, com a negação do conhecimento, acaba por exprimir um conhecimento**. O ceticismo mitigado também não consegue escapar a uma contradição. **Como podemos afirmar que uma determinada proposição é mais provável do que outra se não sabemos ou até rejeitamos a verdade?**



A definição tradicional de conhecimento, como vimos, foi aceite até ao século XX (altura em que foi questionada). No entanto, séculos antes de ter sido refutada, esta definição deixou um problema em aberto que filósofos como Descartes ou Hume tentaram resolver – o problema da justificação do conhecimento.

Mesmo que aceitemos na totalidade a definição fornecida por Platão, poderíamos sempre questionar se a justificação encontrada poderia ser considerada conhecimento, o que obrigaria a procurar uma justificação para essa justificação, e assim sucessivamente, caindo no **problema da regressão infinita de justificações**.

Deste modo, para resolver este problema, seria necessário encontrar um primeiro patamar, isto é, uma crença, por princípio autojustificável, que impedia essa regressão infinita.

Fig. 17 Um dos legados do ceticismo reside precisamente no desenvolvimento e aprofundamento do método científico como forma de identificar e reduzir a possibilidade de aparecimento e persistência do erro.



6.2.3. O fundacionalismo dogmático de Descartes

De acordo com **Descartes**, é a **razão** que, de modo absoluto e irrefutável, fornece essa primeira crença.

Segundo o filósofo francês, é na razão que se encontra o **conhecimento universal e necessário**, isto é, o conhecimento *a priori*, o que permite enquadrar este autor no dogmatismo. Não é um dogmatismo ingênuo ou acrítico, já referido, que acredita que a realidade é aquilo que parece ser, confundindo o ser das coisas com a sua aparência. É um dogmatismo filosófico, alicerçado no questionamento – ceticismo metódico – e no rigor necessário para a construção de conhecimento fiável e seguro.

Como poderemos constatar mais à frente, o sistema cartesiano, fundando-se na razão, permitiu dar uma resposta dogmática ao problema da possibilidade do conhecimento.

Texto 6

«Não é verosímil que todos se enganem; mas, pelo contrário, isto mostra que o poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se chama o bom senso, ou a razão, é naturalmente igual em todos os homens; e assim que a diversidade das nossas opiniões não provém de uns serem mais razoáveis do que os outros, mas apenas de que conduzimos nossos pensamentos por vias diversas e não consideramos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, mas o principal é aplicá-lo bem.»

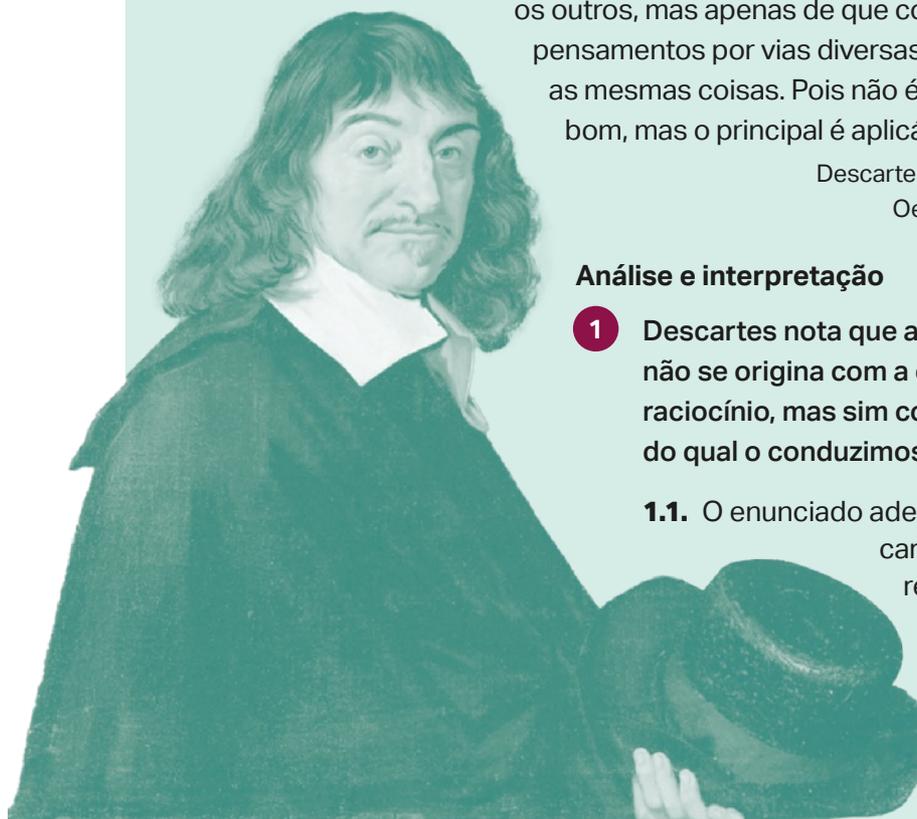
Descartes, René. *Discurso do Método*.
Oeiras: Edições 70, 2010, p. 53.

Análise e interpretação

1 Descartes nota que a diferença de opiniões não se origina com a capacidade de raciocínio, mas sim com o processo através do qual o conduzimos.

1.1. O enunciado adequa-se ao pensamento cartesiano? Justifica a tua resposta com elementos do texto.

Fig. 18 Imagem a partir da pintura a óleo *Retrato de René Descartes*, de Frans Hals, cerca de 1646.



6.2.4. O ceticismo moderado de David Hume

Já **David Hume**, ao contrário de Descartes, nunca largou o seu ceticismo. **Sem a experiência, a razão permaneceria sempre como uma folha em branco.**

A experiência sensível é a base de todo o conhecimento, *a priori* e *a posteriori*, apesar de a verdade das proposições *a priori* ser independente da experiência, como a Lógica e a Matemática.

No entanto, a experiência não é considerada absolutamente segura, o que leva à desconfiança do filósofo escocês relativamente às possibilidades do conhecimento. Deste modo, questões teológicas ou metafísicas escapam por completo à experiência e, portanto, ao conhecimento humano.

Texto 7

«A nossa experiência, tão imperfeita em si mesma e tão limitada, tanto em extensão como em duração, não nos pode oferecer qualquer conjectura provável acerca da totalidade das coisas. [...].

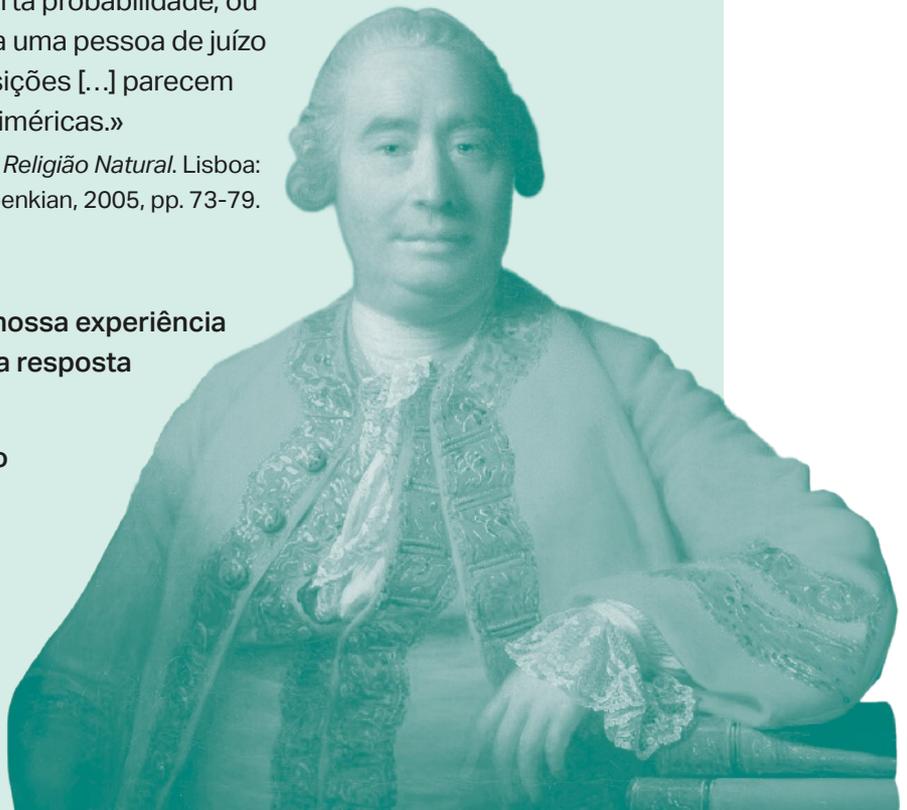
Em matérias adaptadas ao curto alcance da razão humana, há vulgarmente apenas uma determinação que comporta probabilidade, ou convicção em si mesma e, para uma pessoa de juízo fundamentado, todas as suposições [...] parecem completamente absurdas e quiméricas.»

Hume, David. *Diálogos Sobre a Religião Natural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 73-79.

Análise e interpretação

- 1 De acordo com Hume, a nossa experiência é ilimitada? Justifica a tua resposta com elementos do texto.
- 2 Segundo Hume, é correto afirmar que as nossas convicções são incontestáveis? Justifica a tua resposta com elementos do texto.

Fig. 19 Imagem a partir da pintura a óleo *David Hume*, de Allan Ramsay, 1766.



6.2.4. O criticismo de Immanuel Kant

Kant propõe uma perspetiva que permite **superar a aparente oposição entre dogmatismo e ceticismo**. O **criticismo** kantiano vai ao encontro de Hume quando defende que a razão não pode ir além dos limites que a experiência lhe impõe. No entanto, é a partir do uso da própria razão que são estabelecidos os seus limites.

Texto 8

«O primeiro passo nas coisas da razão pura, que indica a infância desta, é dogmático. O segundo passo, de que acabamos de falar, é cético e testemunha a prudência do juízo avisado pela experiência. Mas é ainda necessário um terceiro passo, que pertence unicamente ao juízo maduro e viril, o qual tem profundamente máximas sólidas e de provada universalidade; consiste em submeter a exame não os factos da razão, mas a própria razão no que respeita a todo o poder e capacidade de conhecimento puro *a priori*; já não se trata aqui da censura mas da crítica da razão, que não se contenta em presumir simplesmente que a nossa razão tem barreiras, mas demonstra, por princípios, que tem limites determinados [...]»

Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 610.

Análise e interpretação

- 1 Explica, pelas tuas próprias palavras, os passos que a razão tem de dar em direção ao conhecimento.

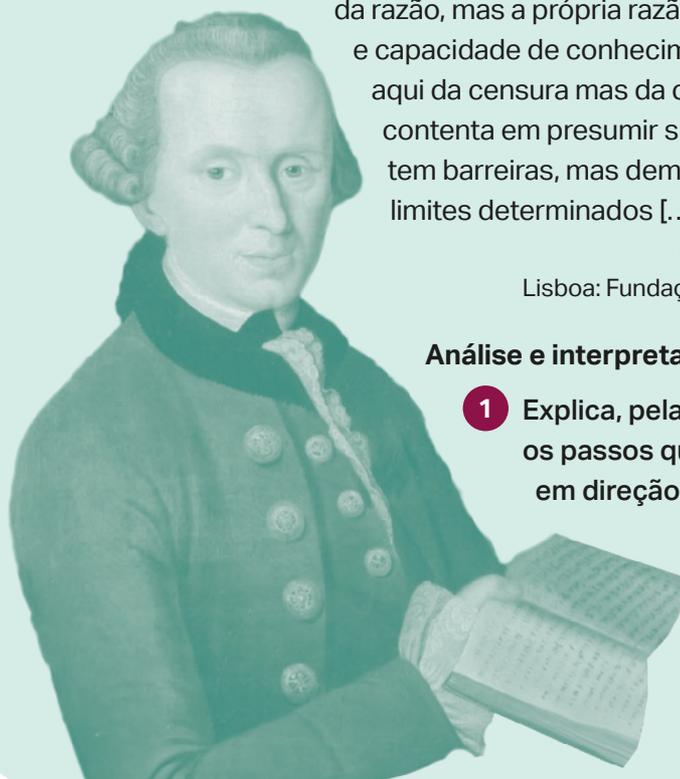
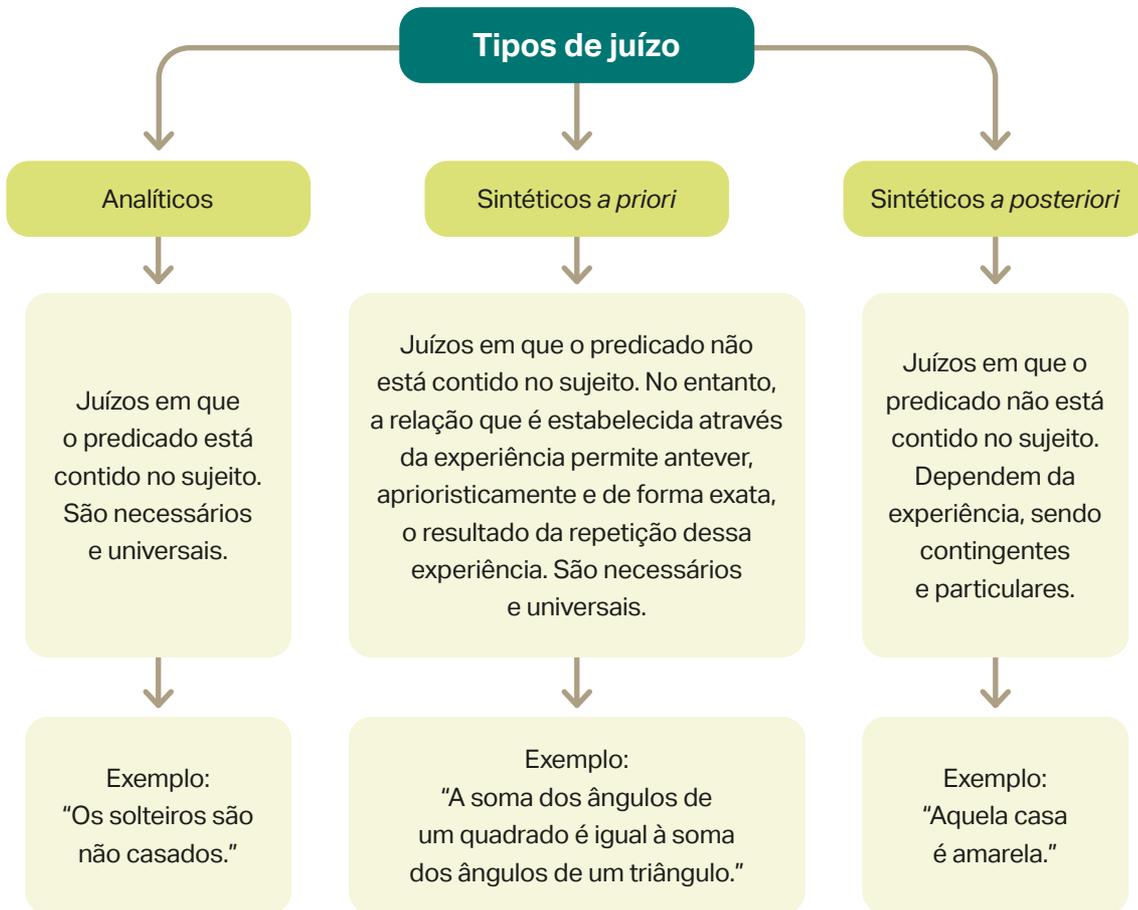


Fig. 20 Imagem a partir da pintura a óleo *Retrato de Immanuel Kant*, de Johann Gottlieb Becker, 1768.

Kant aceita, do dogmatismo, que a razão nasce com estruturas inatas, por isso reconhece que **todo o nosso conhecimento começa com a experiência**. Contudo, **tal não significa que todo o conhecimento seja dependente da experiência**. Nós não nascemos a saber somar ou subtrair. É através da experiência que aprendemos os cálculos matemáticos. No entanto, o cálculo matemático é independente dessa experiência, visto que se trata de um tipo de conhecimento necessário e universal, isto é, *a priori*.

Assim, distingue três tipos de juízos:



Ainda na linha do pensamento kantiano, é introduzida uma distinção fundamental para compreendermos os limites e as possibilidades do conhecimento humano: a distinção entre **fenómeno** e **númeno**. Kant aceita, do ceticismo, que não é possível conhecer nada sem ser a partir da intuição sensível, o que é apreendido pelos sentidos são os fenômenos (objeto de conhecimento), isto é, aquilo que se mostra ao sujeito cognoscente. Assim, **nós não conhecemos os objetos em si, ou a sua essência, mas sim a experiência que deles temos**. Fora do campo dos fenômenos encontra-se o númeno, que, de acordo com o filósofo, corresponde à realidade em si mesma, independentemente da percepção que temos dela. A ideia de Deus ou a ideia de mundo são bons exemplos de realidades que não poderemos nunca conhecer.

Fenómeno	Númeno
É adquirido pela experiência e conhecido pelo entendimento.	É a coisa em si.
É conhecido pela experiência.	Permanece incognoscível.

Com o conceito de fenómeno, Kant estabelece as possibilidades do nosso conhecimento. Com o conceito de númeno, Kant impõe-lhe limites. Desta forma, Kant consegue mostrar que existem limites ao conhecimento humano, mas consegue libertar-se das amarras do ceticismo ao afirmar a possibilidade de conhecimento necessário e universal.

O conhecimento é como um bolo, que precisa de uma forma e ingredientes para ser produzido. A mente humana corresponde às formas que têm de ser preenchidas para existir conhecimento. O númeno (a coisa em si) não pode ser conhecido por si mesmo, porque vemos a partir da nossa própria estrutura, impondo, assim, uma ordem, ou seja, da nossa forma.



Fig. 21 Estátua de Descartes, em Tours, por Alfred Emile O'Hara, em 1848, cópia em mármore da estátua de bronze (1846) de Emile de Nieuwerkercke, em Haia.

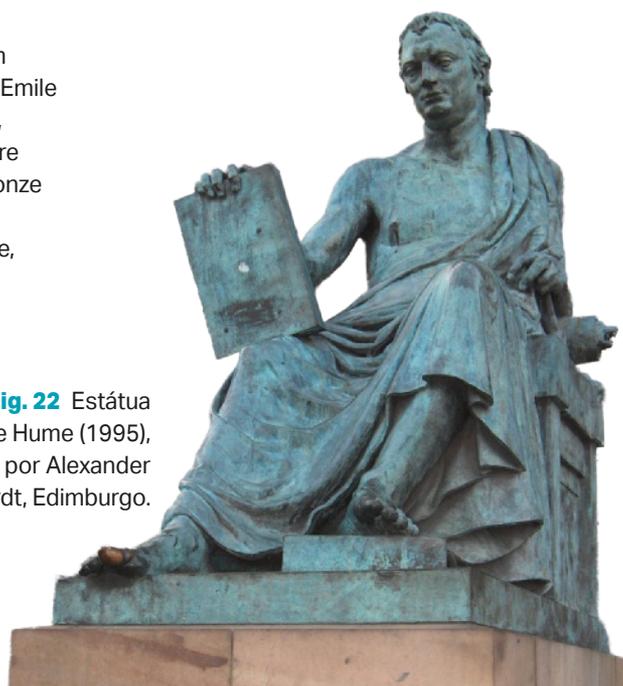


Fig. 22 Estátua de Hume (1995), por Alexander Stoddardt, Edimburgo.

Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A. O ceticismo mitigado afirma que o conhecimento é apenas provável.
 - B. O dogmatismo cartesiano é ingénuo, visto que defende que a realidade é aquilo que parece ser.
- 2 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. Podemos obter conhecimento.
 - B. Não podemos obter conhecimento.

2.1. Com qual das teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

6.3. O problema da origem do conhecimento

O problema da origem do conhecimento remete para a indagação sobre as fontes do conhecimento. Ao longo da História da Filosofia, duas perspetivas foram tomando o seu lugar, perspetivas estas com carácter bastante distinto e até dicotómico.

Uma das perspetivas afirmou o **inatismo do conhecimento**, defendendo que algum tipo de conhecimento ou ideias já estão presentes à nascença dos seres humanos, ou seja, não são adquiridos pela aprendizagem ou experiência, estando presente na sua razão. A outra perspetiva realçou que **o conhecimento é adquirido**, isto é, que provém da experiência proporcionada pelos dados dos sentidos.

O **racionalismo** é a perspetiva que defende o carácter inato do conhecimento. Apesar de as suas raízes remontarem a filósofos como Platão, é em Descartes e no movimento racionalista da Idade Moderna que a corrente ganhou os contornos que hoje conhecemos.

O racionalismo realça e dá primazia ao conhecimento independente da experiência, isto é, ao conhecimento fornecido pela **razão, a priori, necessário e universal**. Desconfia da sensibilidade – experiência sensível –, afirmando que esta é ilusória e induz muitas vezes em erro, pelo seu carácter frágil e enganador.

Texto 9

«Com efeito, embora vejamos o sol muito claramente, não devemos por isso julgar que ele só tem a grandeza que vemos; e podemos à vontade imaginar distintamente uma cabeça de leão unida ao corpo de uma cabra, sem que tenhamos de concluir que no mundo existem quimeras: porque a razão não garante que seja verdadeira o que assim vemos ou imaginamos.»

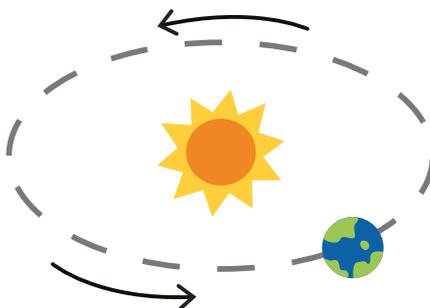
Descartes, René. *Discurso do Método*. Oeiras: Edições 70, 2010, p. 92.



Fig. 23 Estátua de uma quimera nos jardins da Estação de Arezzo, réplica do bronze original descoberto em 1553.

Já reparaste que todos os dias os teus olhos te dizem que é o Sol que se move e que a Terra está imóvel? Pois bem, é por este e muitos outros exemplos que o racionalismo desvaloriza o conhecimento dado pelos cinco sentidos. Deste modo, o racionalismo reconhece a experiência sensível como fonte de conhecimento, mas uma fonte de conhecimento na qual não se pode confiar.

Modelo heliocêntrico



Modelo geocêntrico

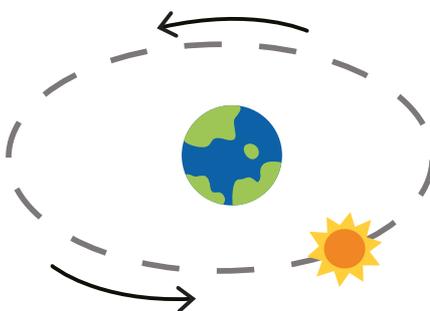


Fig. 24 O geocentrismo é a perspetiva que defende que a Terra se encontra fixa no centro do Universo e todos os planetas e outros corpos celestes, como o Sol, giram à sua volta. O heliocentrismo retira o nosso planeta do centro do Universo e coloca-o a girar à volta do Sol, juntamente com os outros planetas.

O racionalismo tende a cair no dogmatismo, porque acredita que o conhecimento fundado e justificado pela razão pode ser verdadeiramente absoluto e incontestável. A atitude racionalista caracteriza-se, assim, por uma postura anticética.

Pelo exposto, compreende-se por que motivo os racionalistas elegem as ciências exatas, como a **Matemática** ou a **Geometria**, como os grandes modelos a seguir na construção do conhecimento.

O **empirismo** é a perspetiva que defende que o conhecimento provém, primeiramente, **da experiência** e também remonta a autores tão antigos como Aristóteles. **David Hume** é um dos filósofos mais célebres que defendeu esta corrente.

O empirismo tende a ser cético porque, apesar de eleger a experiência sensível como a fonte principal de conhecimento, reconhece que esta não é infalível, sendo, portanto, limitada. A atitude empirista caracteriza-se, assim, por uma postura anti-dogmática.

Após analisarmos em detalhe a perspectiva racionalista de Descartes e a perspectiva empirista de Hume, estudaremos o modo como Kant olhou para esta dicotomia, aparentemente impossível de superar.

Atividades

1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.

- A. O racionalismo rejeita a existência de conhecimento *a posteriori*.
B. O empirismo não nega o conhecimento *a priori*.

2 Para o item seguinte, seleciona a única opção correta.

2.1. O empirismo defende que todo o conhecimento

- A. provém da experiência.
B. depende da experiência.
C. é dogmático e incontestável.
D. provém da razão.

Fig. 26 Banco supostamente usado por Immanuel Kant, acompanhado de esculturas do seu chapéu, bastão e manuscrito, Kaliningrado, Museu do Oceano do Mundo.



6.4. Análise comparativa de duas teorias explicativas do conhecimento

Descartes e Hume são dois dos filósofos mais proeminentes no campo da Gnosologia. As suas propostas constituíram autênticos marcos na filosofia do conhecimento. Iremos agora estudar em pormenor os dois autores.

6.4.1. A resposta racionalista de Descartes

Como vimos, Descartes foi um dos mais representativos filósofos da corrente racionalista – a corrente que defende que o conhecimento tem, principalmente, origem na razão. Segundo ele, o entendimento humano, devidamente orientado por um método, pode conhecer algo com carácter seguro.

Tendo em vista a procura do conhecimento indiscutível, Descartes propõe um método. Este deve ser aplicado a todas as áreas de saber que tenham como pretensão a procura rigorosa e fundamentada da verdade. Tomando como modelo a matemática, Descartes acredita que é possível aplicar os princípios organizativos desta área do saber universalmente, isto é, a todos os ramos do conhecimento. Assim, propõe um conjunto de **quatro regras fundamentais**: da **evidência**; da **análise**; da **síntese**; e da **enumeração e revisão**.

Segundo Descartes:

Regra		Consiste em
1	da evidência	Só aceitar como verdadeiro aquilo que é evidente ou claro e distinto, isto é, indubitável.
2	da análise	Perante um problema complexo, decompô-lo no maior número de parcelas simples e indivisíveis possível.
3	da síntese	Conduzir o pensamento no sentido dos conhecimentos mais simples para os mais complexos, de modo a formar um todo ordenado, tornando-se evidente o todo, assim como as relações entre as partes.
4	da enumeração e revisão	Observar se, na construção do conhecimento, todos os passos foram dados de modo seguro e rigoroso, revendo possíveis erros que poderiam ter sido cometidos. A enumeração e revisão funcionam como mecanismo de controlo que assegura a qualidade, certifica-se assim que tudo é claro e distinto.

Texto 11

«Julguei que me bastariam os quatro seguintes, contanto que tomasse a firme e constante resolução de não deixar uma só vez de os observar.

O primeiro consistia em nunca aceitar como verdadeira alguma coisa sem a conhecer evidentemente como tal: isto é, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção [os preconceitos]; em não incluir nos nossos juízos senão o que se apresentasse tão clara e tão distintamente ao meu espírito [...].

O segundo era dividir cada uma das dificuldades que eu havia de examinar em tantas parcelas quantas fosse possível e necessário para melhor as resolver.

O terceiro, conduzir por ordens os meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, gradualmente, até ao conhecimento dos mais compostos [...].

E o último, fazer sempre enumerações tão íntegras, revisões tão gerais que tivesse a certeza de nada omitir.»

Descartes, René. *Discurso do Método*, Oeiras: Edições 70, 2010, p. 69.

Análise e interpretação

- 1 Explica, por palavras tuas, em que consiste o primeiro princípio do método cartesiano.
- 2 Distingue o primeiro do segundo princípio do método cartesiano.

Nestas regras, encontram-se **duas operações fundamentais do pensamento**, segundo Descartes: a **intuição** (presente na regra da evidência, diz respeito à apreensão direta e imediata de ideias simples e evidentes); e a **dedução** (presente na regra da síntese, diz respeito ao encadeamento de intuições através de raciocínios que conduzem a conclusões necessárias).



A **dúvida** – o ato de duvidar – é usada metodicamente por Descartes. Através da dúvida, recusaremos todas as crenças em que notarmos a mínima suspeita de incerteza. Ou seja, qualquer ideia que suscite a menor dúvida nunca poderá constituir um conhecimento. **Só as ideias indubitáveis podem possuir o estatuto de conhecimento.**

Texto 12

«A dúvida cartesiana implica dois momentos distintos: 1.º – o reconhecimento do carácter incerto e problemático dos conhecimentos sobre os quais recai; 2.º – a decisão de suspender o assentimento a tais conhecimentos e de considerá-los provisoriamente falsos. O primeiro momento é de carácter teórico, o segundo é de carácter prático, implica um ato livre da vontade.»

Abbagnano, Nicola. *História da Filosofia*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 6, 2000, p. 36.

Análise e interpretação

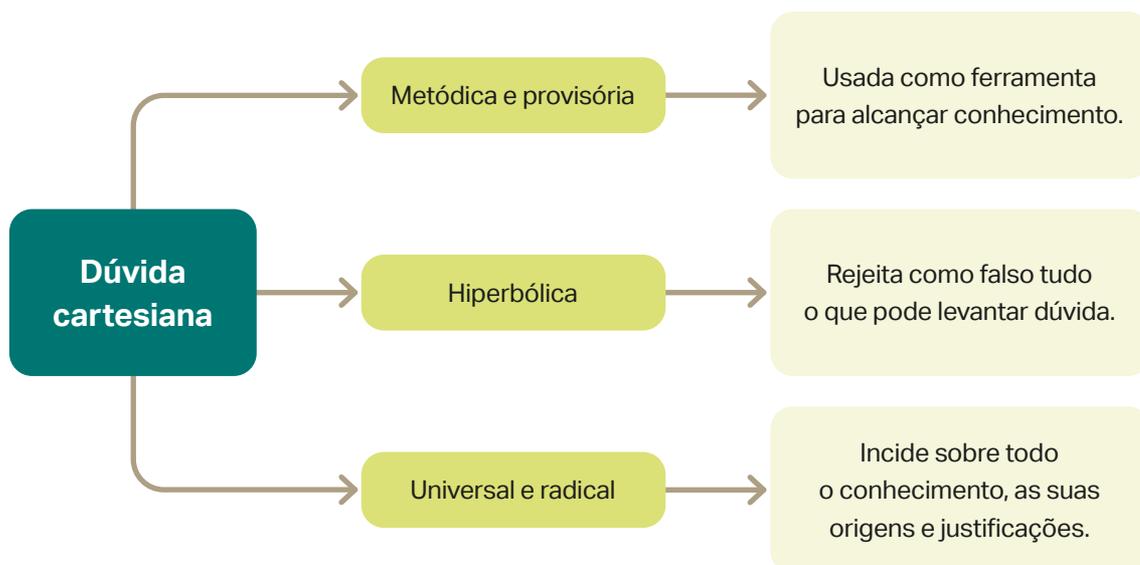
- 1 Descartes propõe dois momentos no ato de duvidar. Esclarece cada um desses momentos, com um exemplo ilustrativo.

Descartes adota inicialmente a postura do cético (que de tudo duvida e põe em causa):

- Muitas das **crenças e preconceitos** que possuímos desde a infância são facilmente postos em causa. Por exemplo: a ideia de que todas as prendas de Natal são oferta do Pai Natal.
- Os **órgãos dos sentidos iludem-nos** frequentemente, pelo que admitir como certas as ideias que construímos a partir deles será um erro. Por exemplo: um lápis dentro de um copo de água parecer estar partido.
- No âmbito das ciências exatas **somos capazes de nos enganar nos cálculos** mais simples.
- Aquilo que supomos ser a realidade pode não passar de um **sonho** e tudo ser ilusório. Por exemplo: Se sonhar que estou a cair o meu coração pode estar tão agitado como se estivesse mesmo a cair.
- Por “último”, um **gênio maligno** pode enganar-nos no que de mais elementar julgamos saber – as demonstrações matemáticas.

A hipótese de um gênio maligno/enganador equivale a admitir que nos podemos enganar sempre, isto é, que o entendimento humano pode estar equivocado quando pensa possuir a verdade – tudo é duvidoso! Por isso dizemos que a dúvida cartesiana é:

- **metódica e provisória**: utilizada como ferramenta com o objetivo de alcançar conhecimento;
- **hiperbólica**: rejeita como falsa toda a ideia minimamente duvidosa;
- **universal e radical**: sobre o conhecimento em geral, os seus fundamentos e justificações.



A dúvida tem uma função crucial, já que liberta o espírito humano dos erros. De acordo com Descartes, a dúvida não se produz a ela mesma, ou seja, é preciso que haja uma substância que duvide. Afirma também que a dúvida é um ato do pensamento. Do mesmo modo, para que haja pensamento é preciso que exista uma substância que pense. Assim, conclui Descartes, se eu duvido, é porque penso. E, **se penso, logo existo**.

Texto 13

«Depois disso, considere em geral o que é indispensável a uma proposição para ser verdadeira e certa; porque, como acabava de achar uma que conhecia como tal, pensei que devia saber também em que consiste essa natureza. E tendo notado que no *Eu penso; logo, existo* não há nada que me garanta que diga a verdade a não ser que vejo muito claramente que, para pensar, é preciso existir, julguei que podia tomar como regra geral que as coisas que concebemos muito clara e distintamente são todas verdadeiras, havendo apenas alguma dificuldade em notar bem quais são as que concebemos distintamente.»

Descartes, René. *Discurso do Método*. Oeiras: Edições 70, 2010, pp. 86-87.

Análise e interpretação

- 1 Explica a importância da primeira verdade alcançada por Descartes na construção do seu sistema de conhecimento.

O *cogito* (mais precisamente, a existência do eu enquanto substância pensante) é uma certeza inabalável, se penso, não posso não existir. «Penso, logo existo» é a primeira evidência cartesiana, o primeiro conhecimento, ideia irrefutável ou indubitável. É uma certeza obtida por intuição, puramente racional – sei que penso por pensar – sem qualquer contributo da experiência sensível. A existência é indissociável do pensamento.

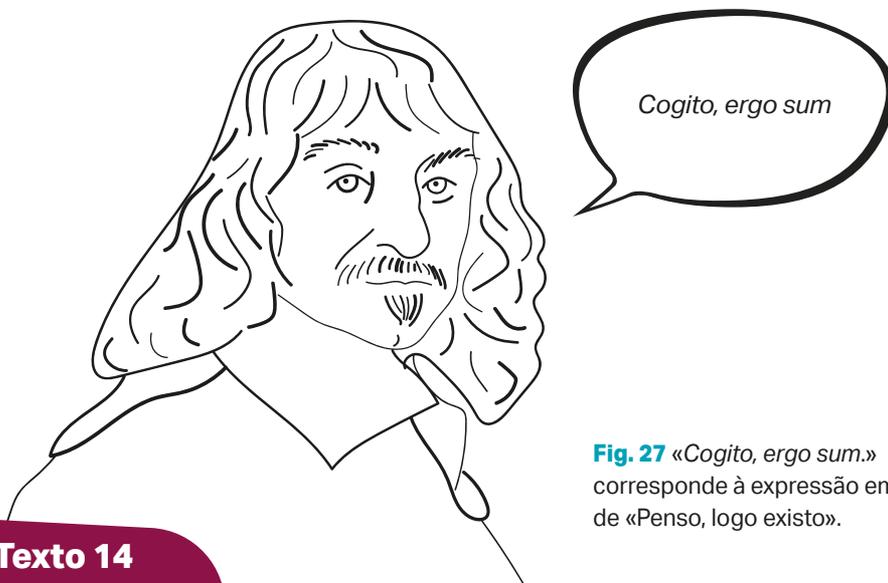


Fig. 27 «*Cogito, ergo sum.*» corresponde à expressão em latim de «Penso, logo existo».

Texto 14

«Se fui capaz de pensar e de me persuadir de alguma coisa, existia com certeza. Mas há um enganador, não sei qual, muito poderoso e muito astuto, que emprega todo o seu engenho em me enganar. Não há dúvida de que eu existo, se ele me engana; e que me engano quanto queira, nunca conseguirá que eu seja nada, enquanto eu pensar que sou alguma coisa. De modo que, após ter pensado muito nisto e cuidadosamente examinado todas as coisas, deve finalmente concluir-se e reconhecer como constante que esta proposição – Eu sou, eu existo – é necessariamente verdadeira, sempre que a pronuncio ou a concebo no meu espírito.»

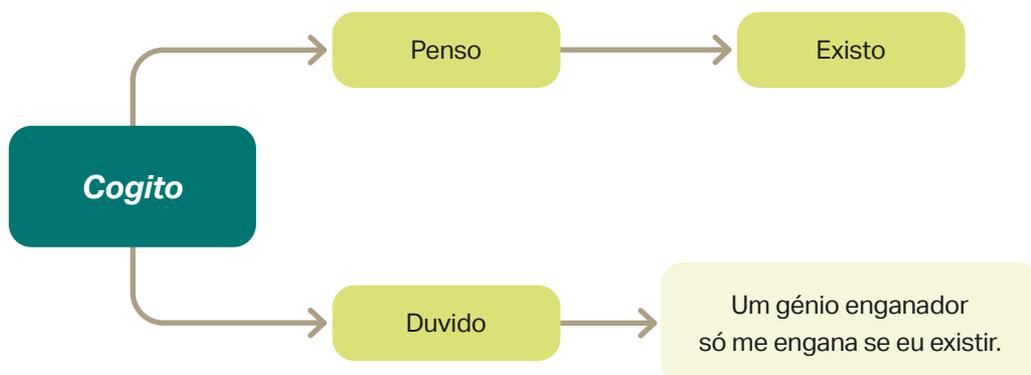
Descartes, René. *Meditações Metafísicas*. Porto: Rés-Editora, 2003, p. 23.

Análise e interpretação

- 1 "Através da desconstrução do argumento do génio maligno, Descartes descobre o *cogito*." Explica esta afirmação.

Como podemos confrontar no texto, o *cogito* constitui uma exceção ao carácter universal da dúvida: **não consigo duvidar da minha existência se não existir**. Nem o argumento de um génio poderoso que tudo faz para me enganar é suficiente para contrariar esta certeza – mesmo que esse génio enganador exista, ele só me engana se, antes de mais, eu existir.

O *cogito* assume, deste modo, uma dupla função, a saber: por um lado, constitui a primeira verdade clara e distinta, verdadeiramente inquestionável; por outro lado, constitui um modelo para as verdades que Descartes procura – qualquer ideia tão clara e distinta quanto esta primeira ideia será igualmente inquestionável e absoluta.

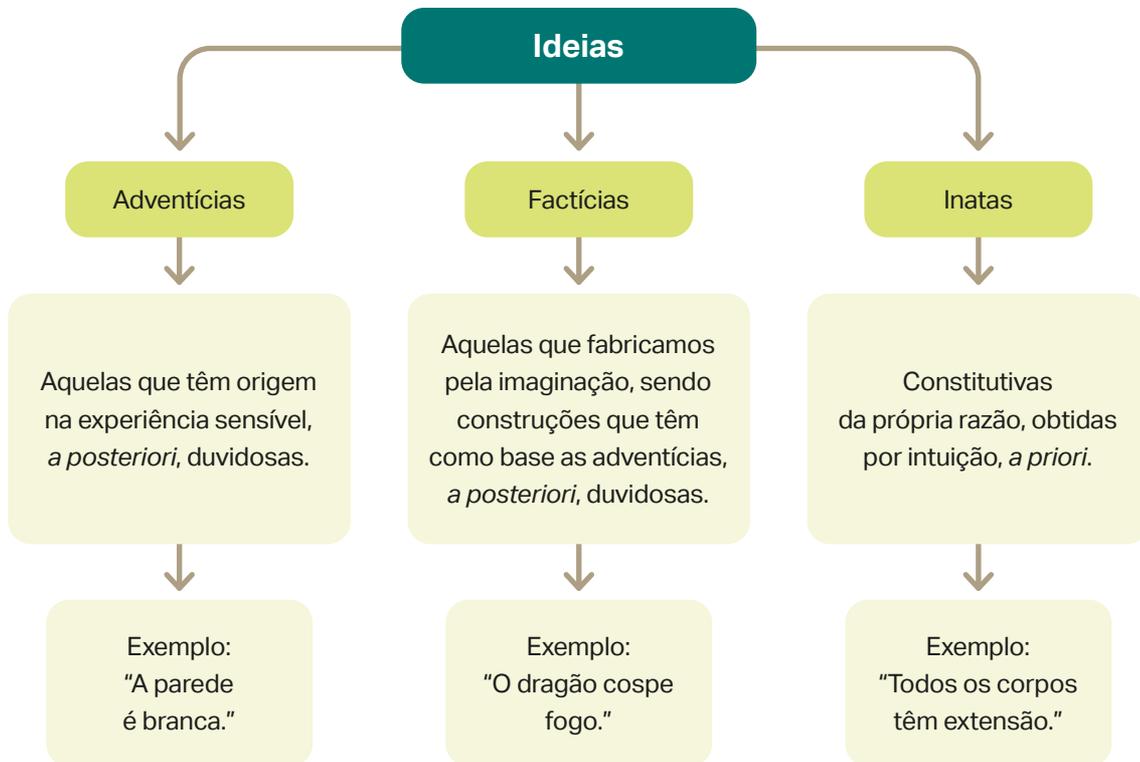


Descartes ainda constata que **uma das características do cogito é a sua imperfeição**. Se o ser pensante fosse perfeito, decerto não teria dúvidas ou se enganaria, porque a dúvida ou o engano são sinais de imperfeição.

Neste momento, Descartes determina que, na sua busca pelo conhecimento, para já, apenas pode estudar aquilo que já sabe que evidentemente existe – o *cogito*. O corpo ou o mundo, por exemplo, ainda podem ser fruto de uma ilusão. Assim, ao analisar os conteúdos presentes na sua mente, encontra e distingue **três tipos de ideias**, quanto à sua origem:



Fig. 28 Descartes também foi cientista e matemático, é ainda conhecido por ter desenvolvido as coordenadas cartesianas, um sistema usado em geometria analítica para localizar um ponto em relação a dois ou três eixos.

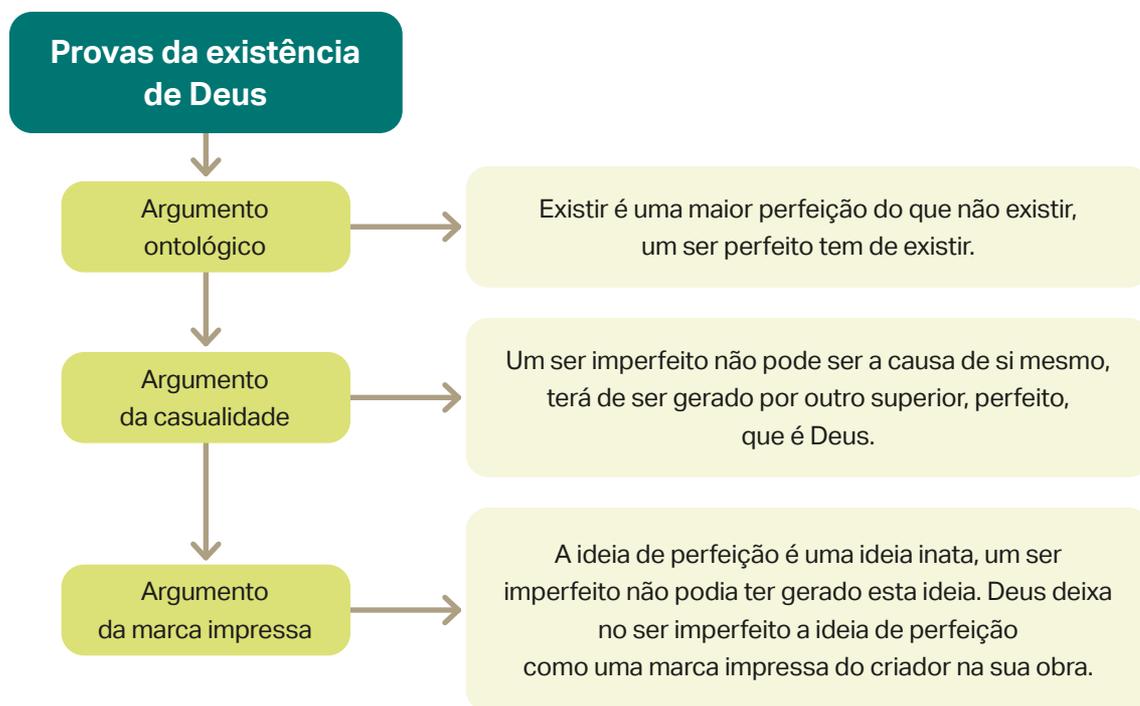


As ideias inatas são **claras e distintas**, isto é, são evidentes ao entendimento e diferentes das que têm origem empírica. Além da ideia de eu enquanto substância pensante, Descartes depara-se com uma ideia que se destaca de uma forma muito mais evidente do que todas as outras: a **ideia de um ser perfeito**.

O filósofo conclui que não é possível esta ideia ser adventícia, visto que não existe um objeto no mundo sensível que corresponda a essa ideia de perfeição. Mas também não pode ser factícia, já que isso seria uma impossibilidade lógica: **uma das características necessárias da perfeição é a existência**, ou seja, é mais perfeito existir do que não existir, pelo que não é possível a ideia de perfeição ser apenas um produto da imaginação. Para Descartes, admitir que a perfeição pode ser apenas imaginada é como admitir que um triângulo tem quatro lados, ou seja, um absurdo.

Também **não pode ter sido o sujeito pensante a gerar essa ideia**, visto que **este é imperfeito** e, segundo Descartes, **a imperfeição não pode gerar a perfeição**. Então, qual será a origem desta ideia? Só um ser perfeito poderia ter gerado esta ideia em nós: Deus.

Descartes demonstra a existência de Deus com base na ideia de perfeição – se possuo a ideia de Deus, Ele existe com todas as perfeições (existir é uma delas). Este é designado por **argumento ontológico**. E essa ideia é a marca da existência divina, só Ele pode ser a causa dessa ideia em nós – **argumento da marca impressa**. É, ainda, a causa da existência do ser pensante e de tudo o que existe – **argumento da casualidade**.



Texto 15

«Mas no que se refere à ideia de Deus, isto é, de uma substância infinita, eterna, onisciente, onipotente e criadora, é difícil supor que possa eu próprio tê-la criado. A ideia de Deus é a única ideia em que há alguma coisa que não poderia vir de mim próprio, na medida em que eu não possuo nenhuma das perfeições que estão representadas nessa ideia. Descartes afirma, em geral, que a causa duma ideia deve ter sempre pelo menos tanta perfeição quanto a que a ideia representa. Por isso, a causa da ideia de uma substância infinita só pode ser uma substância infinita; e a simples presença em mim da ideia de Deus demonstra a *existência* de Deus.»

Abbagnano, Nicola. *História da Filosofia*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 6, 2000, p. 40.

Análise e interpretação

- 1 Esclarece o motivo que Descartes apresenta para concluir que não pode ter sido ele a gerar a ideia de Deus.

Deus existe e não é enganador – a hipótese do génio maligno é afastada porque conheço clara e distintamente que Deus é perfeito. Sendo perfeito, Ele não me pode querer enganar ou iludir, porque, como já vimos, o engano é um sinal de imperfeição. **Deus é, pois, o princípio do ser e do conhecimento – Deus permite a minha existência e possibilita o conhecimento (é a garantia de que eu conheço).** Daí o dogmatismo crítico de Descartes – duvidar de tudo conduz-me à descoberta de que é possível alcançar o conhecimento verdadeiro.

Por fim, Descartes, com a garantia de que Deus não é enganador, parte para a sua terceira verdade – a **existência de um mundo exterior**. Defende o filósofo que todos nós temos uma capacidade de sentir, isto é, de receber, através dos dados dos sentidos, as ideias das coisas sensíveis. **É muito intensa a sensação de que temos um corpo e de que existem outras coisas corpóreas**. Deus nunca nos enganaria ao ponto de nos fazer crer na existência de um mundo exterior se este mundo não existisse. Assim, **podemos confiar na existência de um mundo físico, sendo que é Deus quem garante a verdade dessa existência**.

A partir deste momento, com o **método** determinado – evidência, análise, síntese e enumeração e revisão –, o **critério de verdade** definido – a **clareza e distinção** das ideias – e o **garante da verdade – Deus** – Descartes conclui que, procedendo com rigor e cautela, auxiliando-nos na razão, poderemos abrir caminho e construir conhecimento verdadeiramente indubitável.

Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A. Segundo Descartes, a intuição consiste na apreensão direta e imediata de ideias simples e evidentes.
 - B. A dúvida cartesiana tem como objetivo mostrar que não existem verdades absolutas.
 - C. O *cogito* representa uma exceção imposta ao ato de duvidar.
- 2 Das afirmações que se seguem, seleciona a resposta correta.
 - 2.1. De acordo com o argumento ontológico cartesiano Deus existe porque,
 - A. o funcionamento tão eficiente e perfeito da Natureza comprova definitivamente a necessidade de uma entidade criadora.
 - B. como ser comprovadamente perfeito, a sua perfeição contém necessariamente o atributo da existência.
 - C. existe uma quantidade muito considerável de pessoas que detêm essa crença.
 - D. se não existisse, não seria possível fundamentar de modo suficiente e necessário a presença da moral humana.

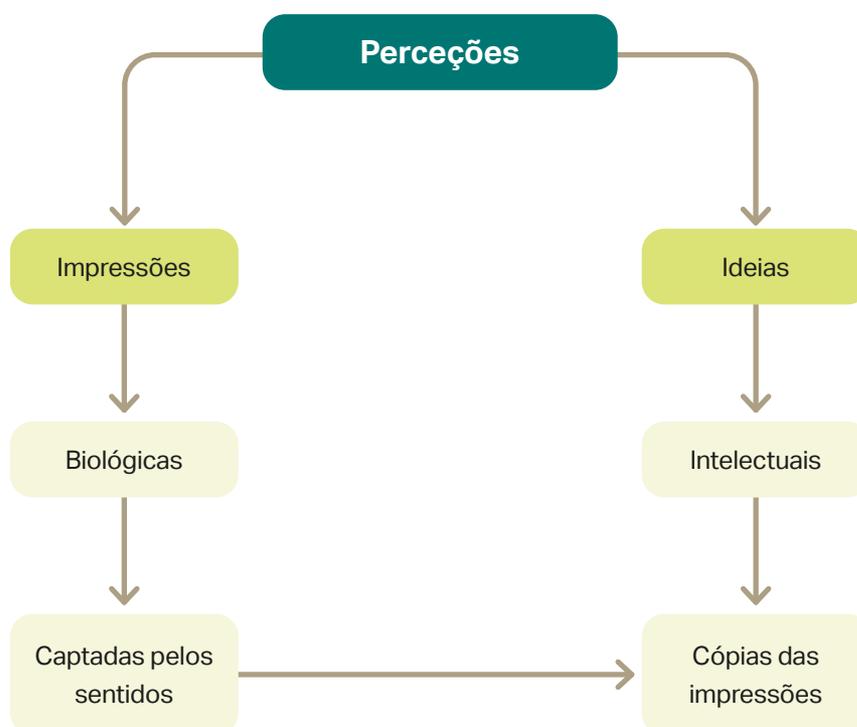
6.4.2. A resposta empirista de David Hume

David Hume é um filósofo que discorda profundamente da visão cartesiana. Segundo o filósofo escocês, não existe conhecimento que não tenha sido fornecido pela experiência sensível. Dito de outro modo, **todas as ideias** – ou conteúdos mentais – **provêm**, direta ou indiretamente, da **sensibilidade**, o que leva à **rejeição de qualquer tipo de inatismo do conhecimento**.

David Hume distingue dois tipos de percepções – **impressões** e **ideias**. As primeiras, de ordem biológica, são responsáveis pela informação captada pelos sentidos, e as segundas, de ordem intelectual, são as representações mentais (cópias) das primeiras, sendo, por isso, mais fracas.

De acordo com o filósofo, as **impressões**, provenientes diretamente da experiência sensível, explicam-se a partir dos **dados dos sentidos** (impressões de **sensação**), como tato ou audição, mas também a partir das **emoções que sentimos** (impressões de **reflexão**), como amor ou ódio.

Quanto às **ideias**, cópias mentais das impressões, distinguem-se entre aquelas que correspondem a **recordações** de experiências anteriores (ideias de **memória**) e as que correspondem à projeção do **futuro** ou de um **cenário alternativo à realidade** (ideias da **imaginação**).



As **impressões** podem ser ainda distinguidas entre **simples** e **complexas**. A impressão visual de uma cor, como o vermelho, é indivisível e, como tal, não pode ser desconstruída. No entanto, a impressão que temos da Cidade da Praia é uma impressão complexa, que pode ser dividida em inúmeras impressões simples.

O mesmo se passa com as **ideias**. As ideias **simples** são aquelas que derivam das impressões simples. As ideias **complexas** são aquelas que derivam das impressões complexas ou até da combinação de outras ideias simples. A ideia de Deus, por exemplo, é uma ideia complexa que deriva da combinação de ideias simples, como a onipotência (um ser que tudo pode) ou a onisciência (um ser que tudo sabe).

Assim, a partir desta distinção, Hume desconstrói a ideia de Deus proposta por Descartes. Possuímos a **ideia de Deus**, todos temos na mente a ideia de um ser absolutamente perfeito. **O facto de termos essa ideia não prova que exista realmente um ser com essa característica.** Não podemos garantir que existe na realidade um ser que corresponda à ideia de perfeição. Construimos essa ideia através da imaginação. A imaginação é a capacidade de dividir e combinar ideias, formando novas ideias, como a combinação das ideias de "montanha" e de "ouro" cria a ideia de "montanha de ouro"; a imaginação também é capaz de ideias fictícias, como a combinação das ideias de "cavalo" e "asas" cria a ideia de "cavalo com asas", pégaso. A imaginação combina qualidades empiricamente percebidas, elevando-as ao expoente máximo. Assim, de facto, não conhecemos nenhum indivíduo que seja onipotente ou onisciente. No entanto, conhecemos indivíduos que têm estas perfeições em menor grau. Assim, como nos diz Hume:

Texto 16

«A ideia de Deus, enquanto significa um ser infinitamente inteligente, sábio e bom, promana da reflexão sobre as operações da nossa própria mente eleva sem limite essas qualidades da bondade e sabedoria.»

Hume, David. *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Edições 70, 2020, p. 27.

Dito de outro modo, se contactamos com diversos atributos e qualidades através dos sentidos, basta imaginar esses mesmos atributos num mesmo ser, ser que contém em si todas as virtudes e nenhum defeito. Se não pudermos encontrar uma impressão que suporte esta ideia, então essa ideia não pode ser conhecimento. É, por esse motivo, um exemplo de ideia sem objeto, isto é, ideia à qual não corresponde necessariamente um objeto real (carácter agnóstico, isto é, da ausência de conhecimento, da posição de Hume).

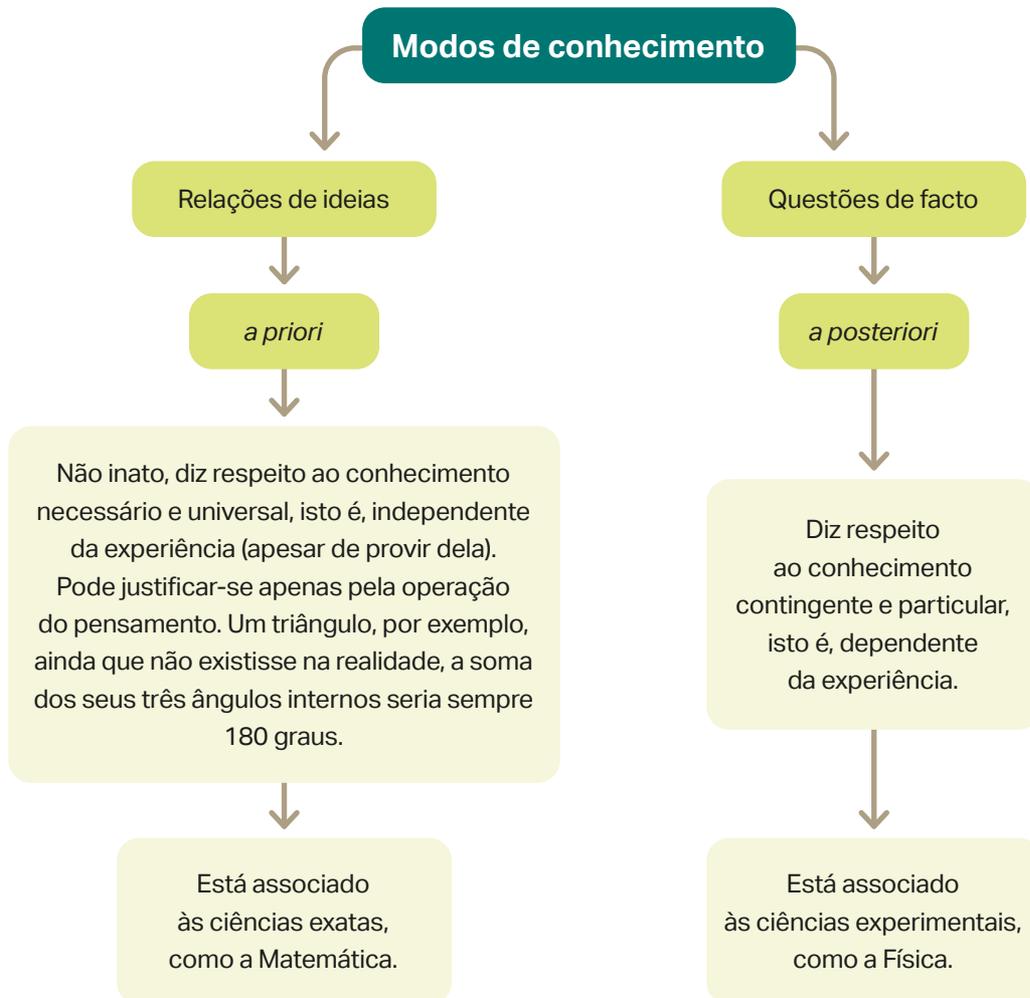
Após identificar a origem de todas as nossas ideias, Hume debruça-se sobre o modo como elas se associam. Hume refere **três princípios de associação de ideias**:

Princípios de associação de ideias		
Semelhança	Contiguidade	Causalidade
Uma ideia leva a outras ideias que são semelhantes à primeira, como quando, perante uma caneta, pensamos em outros objetos de escrita.	Ideias que, apesar de diferentes, estão próximas no tempo ou no espaço, como quando associamos um comboio aos caminhos de ferro.	Ideias responsáveis pela origem de outras ideias, como quando identificamos a avaria no nosso autocarro como a causa do nosso atraso à escola. Sobre este princípio iremos debruçar-nos mais atentamente.



Fig. 29 Excertos retirados de Hume, David. *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Edições 70, 2020, p. 32, que se referem, da esquerda para a direita aos princípios de semelhança, contiguidade e causalidade.

David Hume ainda distingue **dois modos de conhecimento**:



O **princípio da causalidade** – todo o fenómeno tem uma **causa**, toda a causa gera um **efeito** – é, segundo Hume, o princípio que observamos nos fenómenos à nossa volta, sendo a **base de todo o conhecimento, nomeadamente do conhecimento científico**, que se debruça sobre as **questões de facto**. Aliás, a ciência estuda precisamente a causa dos fenómenos da Natureza. Por observação empírica aprendemos que a chuva molha, o fogo queima, o sol põe-se todos os dias, etc. Observamos que entre estes acontecimentos há uma regularidade, isto é, determinada causa gera regularmente determinado efeito.

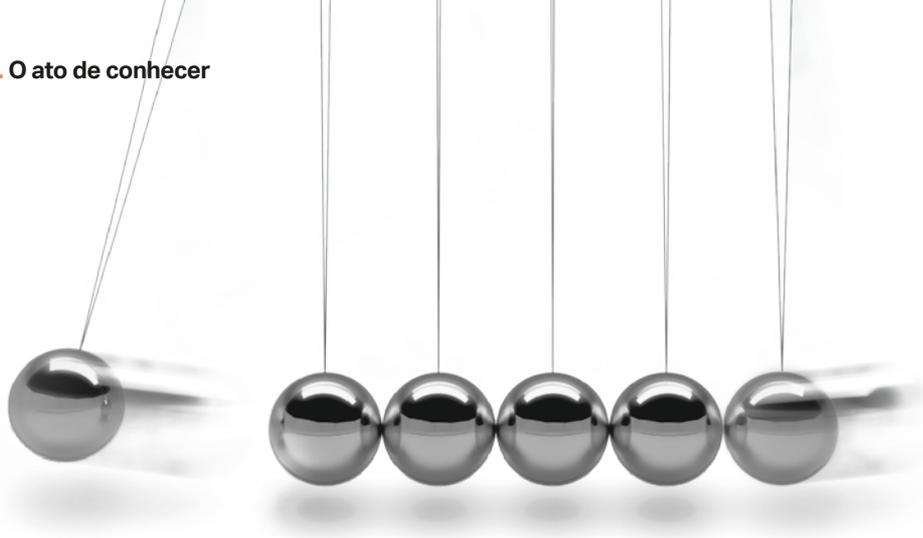


Fig. 30 O pêndulo de Newton é um clássico exemplo para demonstrar a causalidade.

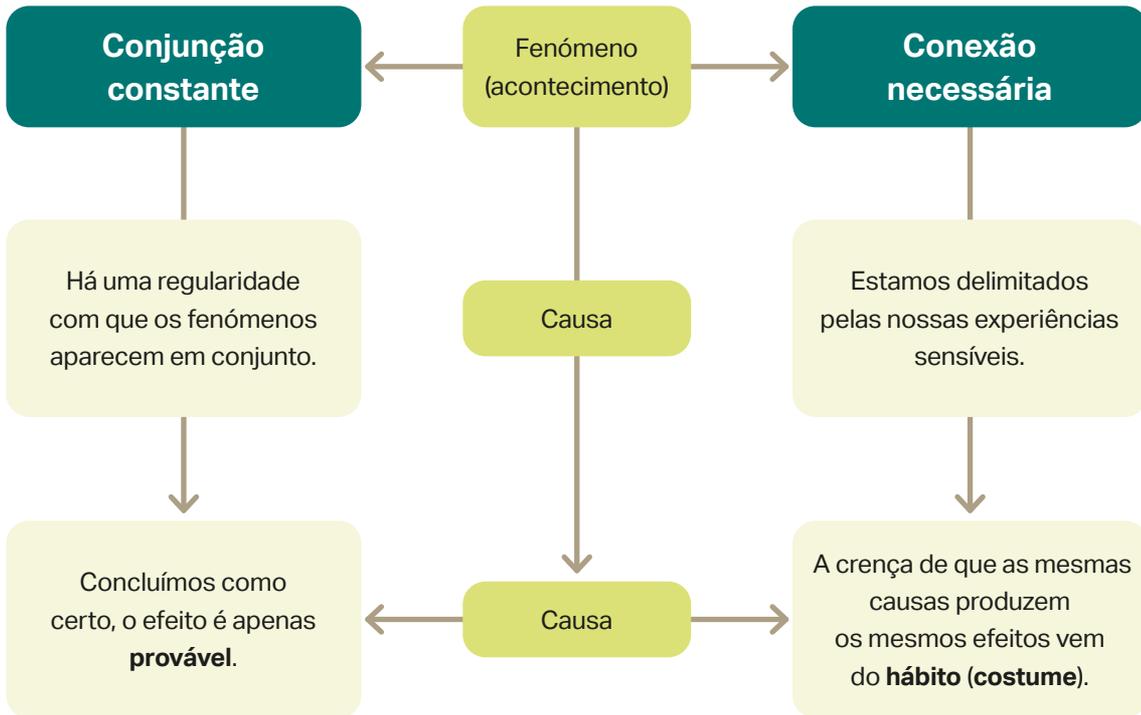
No entanto, como já vimos, o **conhecimento empírico é contingente e particular**, o que quer dizer que **nada nos garante que as mesmas causas, nas mesmas circunstâncias, produzam os mesmos efeitos**. Se consigo imaginar um fogo que não queima ou um dia que não clareie, então existe a possibilidade de que isso possa acontecer. Como Hume explica, o sol levantar-se ou não amanhã corresponde a duas proposições plausíveis, isto é, **ambas as proposições são plausíveis porque consigo imaginá-las, não em simultâneo, sem entrar em contradição**.

Hume explica que confundimos aquilo que é uma **conjunção constante**, isto é, a regularidade com que dois fenómenos aparecem em conjunto, com uma **conexão necessária**, ou seja, o princípio de que existe *a priori* uma relação necessária de causa e efeito entre esses dois fenómenos. Não dispomos de conhecimento sobre esses fenómenos a não ser sobre o que observamos, ou seja, não sabemos se essa regularidade permanecerá sempre – não temos a experiência dos acontecimentos de amanhã. Como tal, **apenas podemos prevê-los, imaginá-los ou supô-los**. Concluindo, tomamos como certo o que é apenas **provável**. Percecionamos conjunções constantes (que observamos) entre acontecimentos, mas assumimo-las como lógicas/necessárias.



Fig. 31 O efeito dominó permite observar a relação de causa e efeito.

Como sabemos, Hume defende que o conhecimento humano se encontra delimitado pela experiência sensível. Assim, se existir conexão necessária entre os fenômenos, ela escapará completamente aos dados dos sentidos. De onde vem esta “certeza”? De acordo com Hume, é uma crença enraizada no **hábito** ou **costume**.



Texto 17

«O costume, pois, é o grande guia da vida humana. Unicamente este princípio nos torna útil a experiência e nos faz esperar, para o futuro, uma série de eventos semelhantes àqueles que apareceram no passado. Sem a influência do costume, seríamos plenamente ignorantes em toda a questão de facto para além do que está imediatamente presente à memória aos sentidos. Nunca saberíamos como ajustar os meios aos fins ou empregar as nossas potências naturais na produção de qualquer efeito. Dar-se-ia de imediato o termo de toda a ação e da principal parte da especulação.»

Hume, David. *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Edições 70, 2020, p. 54.

Análise e interpretação

1 Segundo Hume, qual a importância do costume:

- 1.1.** Para a construção do conhecimento.
- 1.2.** Para o quotidiano da vida humana.



Fig. 32 O costume leva-te a crer, por exemplo, que as peças de ouril não vão saltar do tabuleiro.

Hume não rejeita a importância do costume. Ele é fundamental, não só na construção do nosso conhecimento, mas até na construção do nosso quotidiano. Como seria a organização do teu dia se tivesses de rejeitar toda a tua experiência passada? Ficarias, com toda a certeza, estagnado, sem saber o que fazer. No entanto, do ponto de vista gnosiológico, **esta necessidade psicológica que temos de confiar na nossa experiência não pode corresponder a uma resposta absolutamente satisfatória**, o que obriga, pelo menos, ao questionamento das nossas certezas mais profundas.

Deste modo, Hume está na linha de um ceticismo, apesar do que foi dito, **mitigado** ou **moderado**. As suas indagações alertam para a incerteza do conhecimento, mas o seu objetivo não é rejeitá-lo, mas sim incutir-lhe alguma humildade e abertura para a admissão do erro e constante retificação, por um lado, e, por outro, enquadrar o conhecimento humano nos limites da experiência sensível.

Texto 18

«Há, de facto, um ceticismo mais *mitigado* ou uma filosofia académica que podem ser duradouros e úteis [...]. Mas, se estes argumentadores dogmáticos pudessem tornar-se conscientes das estranhas enfermidades do entendimento humano, mesmo no seu mais perfeito estado e quando mais rigoroso e circunspecto e nas suas terminações, uma tal reflexão inspirar-lhes-ia naturalmente maior modéstia e reserva e atenuaria a opinião simplória deles mesmos e o seu preconceito contra os antagonistas. [...]

Outra espécie de ceticismo *mitigado*, que pode ser vantajosa para a humanidade e que talvez seja em parte o resultado natural das dúvidas e escrúpulos pirrónicos, é a limitação das nossas inquirições a objetos tais que se ajustem otimamente à estreita capacidade do entendimento humano.»

Hume, David. *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Edições 70, 2020, pp. 170-171.

Análise e interpretação

1 Hume defende a importância do ceticismo mitigado na construção do conhecimento.

1.1. Explica, com elementos do texto, esta afirmação.

Por fim, e como se depreende do exposto, Hume remete a discussão sobre **Deus**, a sua possível existência ou os seus possíveis atributos, para o âmbito da **imaginação**, visto que esta entidade, a existir, está claramente **fora dos limites da experiência sensível**.

Texto 19

«Ao passarmos os olhos pelas bibliotecas, persuadidos destes princípios, que devastação devemos fazer? Se pegarmos num volume de teologia ou de metafísica escolástica, por exemplo, perguntemos: *Contém ele algum raciocínio acerca da quantidade ou do número? Não. Contém ele algum raciocínio experimental relativo à questão de facto e a existência? Não.* Lançai-o às chamas, porque só pode conter sofisma e ilusão.»

Hume, David. *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Edições 70, 2020, p. 174.

Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A. Hume rejeita a existência de conhecimento inato.
 - B. Hume rejeita a existência de conhecimento *a priori*.
 - C. De acordo com Hume, todas as ideias provêm, direta ou indiretamente, da sensibilidade.
 - D. As ideias mais fortes, de acordo com Hume, são mais fortes do que as impressões mais fracas.
 - E. A ideia de Deus, segundo Hume, é uma ideia sensível, mas *a priori*.
- 2 Das afirmações que se seguem, seleciona a resposta correta.
 - 2.1. Identifica qual das opções descreve corretamente o princípio de associação de ideias da causalidade, de acordo com Hume.
 - A. Quando, perante uma fotografia de alguém, pensamos na pessoa representada nessa fotografia.
 - B. Quando associamos as ideias de cama ou de armário à ideia que temos de quarto.
 - C. Quando atribuímos à origem da nossa alegria a boa classificação que obtivemos num teste.
 - D. Quando associamos à ideia de escola as ideias de alunos, professores ou de salas de aula.

6.4.3. Análise comparativa das teorias de Descartes e Hume

	Descartes	Hume
Origem do conhecimento	Razão (inato).	Experiência (adquirido).
Conhecimento inato	Conhecimento verdadeiro e indiscutível.	Não existe.
Conhecimento sensível	Inseguro e não fidedigno.	Fonte de todo o conhecimento, apesar de ser considerada uma fonte insegura.
Ideia de Deus	Racional, inata e <i>a priori</i> .	Adquirida, fruto da imaginação e <i>a posteriori</i> .
Possibilidades de conhecimento	Dogmatismo (filosófico).	Ceticismo (moderado).

Atividades

1 Das afirmações que se seguem, seleciona a resposta correta.

1.1. Descartes e Hume têm em comum:

- A. fornecerem a mesma resposta no que diz respeito à fonte principal do conhecimento.
- B. apresentarem a mesma resposta no que diz respeito aos limites e possibilidades do conhecimento.
- C. rejeitarem a possibilidade das ideias inatas.
- D. referirem a falibilidade dos dados dos sentidos.

1.2. Seleciona a opção que corresponde ao correto preenchimento dos espaços vazios do texto que se segue.

Descartes privilegia o conhecimento *a priori*, visto que é o único conhecimento que pode ser considerado e, portanto, da experiência.

- A. universal e necessário; dependente.
- B. universal e necessário; independente.
- C. particular e contingente; dependente.
- D. particular e contingente; independente.

6.4.4. Objeção às teorias de Descartes e Hume: o apriorismo de Kant

Immanuel Kant propõe uma alternativa a esta oposição entre racionalismo e empirismo – o **apriorismo**. Segundo o filósofo prussiano, não há necessidade de termos de escolher entre a **experiência** e o **entendimento**, porque ambas são fundamentais na construção do conhecimento.

De acordo com Kant, o conhecimento humano origina-se a partir da articulação entre estas duas fontes. De facto, é através da sensibilidade que nos chegam os conteúdos que são o objeto de conhecimento, mas é o entendimento que os organiza e lhes dá significado.

«Parece-nos, pois, apenas necessário saber, como introdução ou prefácio, que há dois troncos do conhecimento humano, porventura oriundos de uma raiz comum, mas para nós desconhecida, que são a sensibilidade e o entendimento; pela primeira são-nos dados os objetos, mas pela segunda são esses objetos pensados.»

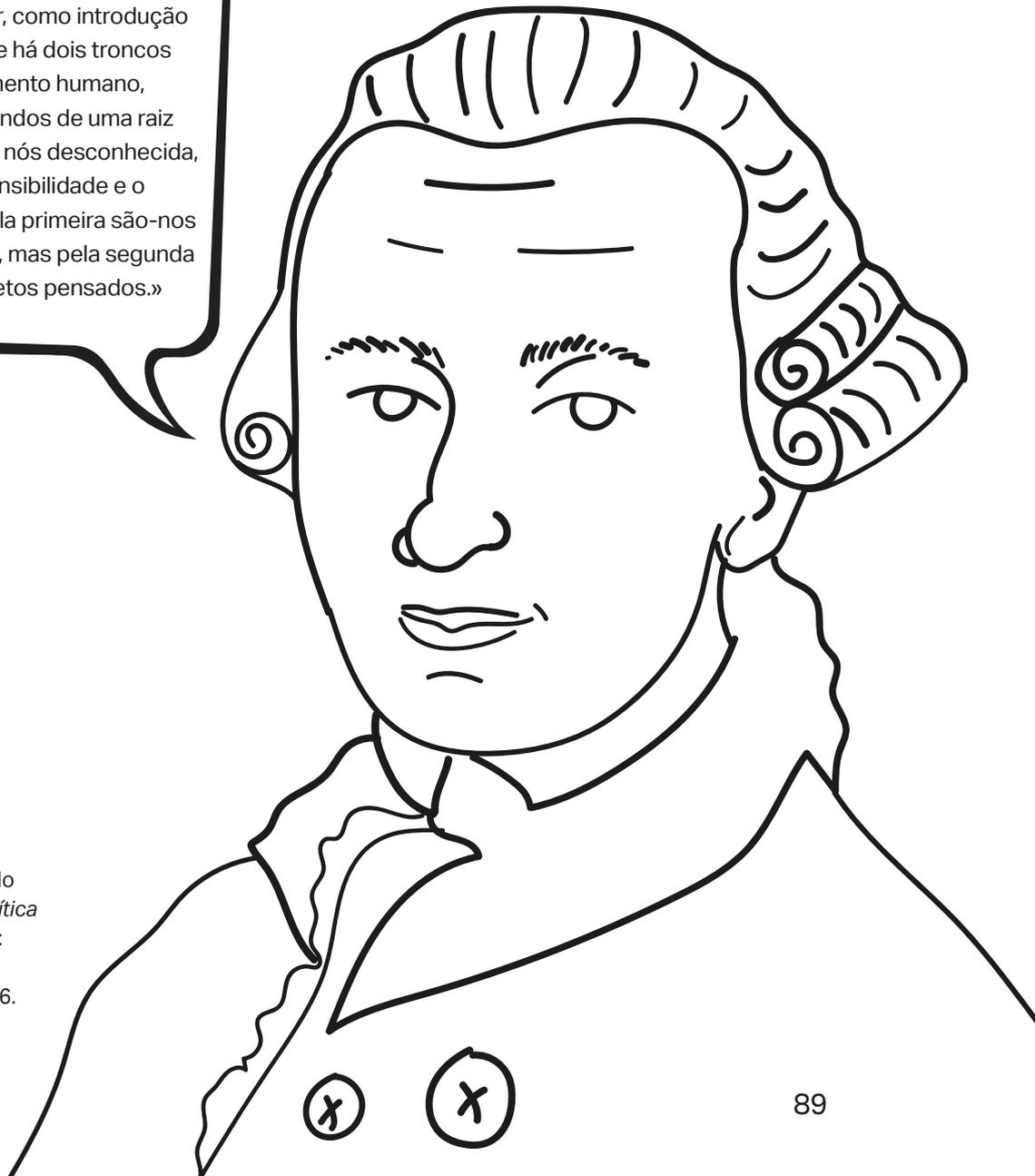


Fig. 33 Excerto retirado de Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 56.

Kant demonstra que, sem a sensibilidade ou sem o entendimento, o conhecimento não seria de todo possível, reconhecendo, deste modo, a **preponderância de ambas as fontes do conhecimento**. Tal como Kant diz, o entendimento não tem competências sensoriais para captar dados relativos aos objetos. No entanto, também a sensibilidade não tem competências interpretativas ou de “processamento” dos dados sensoriais que consegue captar. Acresce a este facto a impossibilidade de haver algum tipo de permuta de funções.

Kant considera que, efetivamente, existem **estruturas inatas, a priori**, específicas do ser humano, preparadas para receber e organizar os dados do conhecimento. No entanto, estas estruturas, os seus princípios organizativos – como o espaço e o tempo, no caso da sensibilidade –, permaneceriam inúteis sem a **ativação da experiência sensível, a posteriori**.

Texto 20

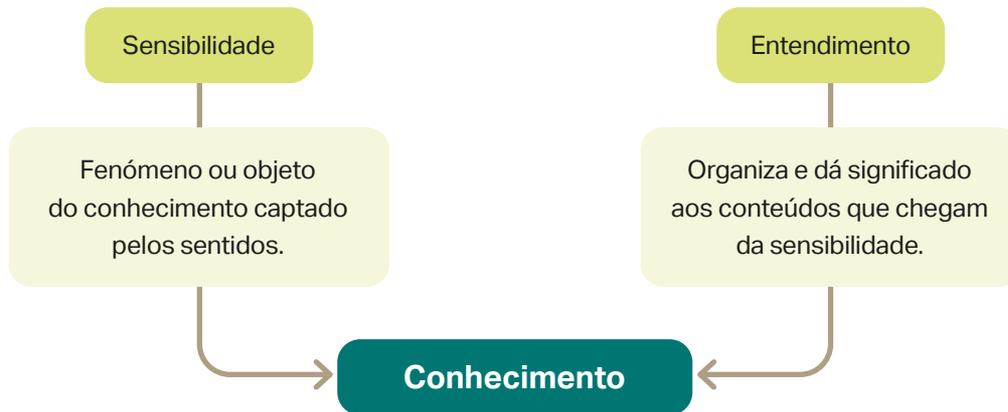
«Se chamarmos sensibilidade a recetividade do nosso espírito em receber representações na medida em que de algum modo é afetado, o *entendimento* é, em contrapartida, a capacidade de produzir representações ou *espontaneidade* do conhecimento. Pelas condições da nossa natureza a intuição nunca pode ser senão *sensível*, isto é, contém apenas a maneira pela qual somos afetados pelos objetos, ao passo que o entendimento é a capacidade de *pensar* o objeto da intuição sensível. Nenhuma destas qualidades tem primazia sobre a outra. Sem a sensibilidade, nenhum objeto nos seria dado; sem o entendimento, nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas. Pelo que é tão necessário tornar sensíveis os conceitos (isto é, acrescentar-lhes o objeto na intuição) como tornar compreensíveis as intuições (isto é, submetê-las aos conceitos). [...] O entendimento nada pode incluir e os sentidos nada podem pensar. Só pela sua reunião se obtém conhecimento.»

Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 88-89.

Análise e interpretação

- 1 Explica a distinção que Kant faz entre sensibilidade e entendimento.
- 2 Explica o significado da afirmação de Kant: “Pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas.”
- 3 Como ultrapassa Kant a oposição entre racionalismo e empirismo?

Como afirma Kant: «**Pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas.**» Isto é, o entendimento, sem a sensibilidade, permaneceria sem conteúdo para pensar e analisar; a sensibilidade, sem o entendimento, daria conteúdos que permaneceriam absolutamente confusos e desorganizados. Por isso, conclui Kant, «**Só pela sua reunião [entre a sensibilidade e o entendimento] se obtém conhecimento.**»



Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
- A. Kant defende o racionalismo e rejeita o empirismo.
 - B. Kant defende a união de sensibilidade e entendimento para a obtenção de conhecimento.
 - C. Segundo Kant, entendimento tem as competências sensoriais necessárias para obter conhecimento.
 - D. De acordo com Kant, entendimento organiza e dá significado aos conteúdos que provêm da sensibilidade.
 - E. Kant defende que as estruturas inatas são ativadas a partir da experiência sensível.

Síntese

A **Gnosiologia** é a disciplina filosófica que se ocupa dos problemas relativos ao conhecimento, nomeadamente a sua natureza e origem, os seus limites e possibilidades.

A **Fenomenologia** constitui uma abordagem que encara os seus objetos de estudo enquanto fenómenos, isto é, o que se revela ou aparece na experiência de um sujeito.

Existem três modalidades de conhecimento: prático; por contacto; proposicional.

O **conhecimento a priori** é originado na razão/pensamento, sendo a sua justificação independente da experiência sensível; o **conhecimento a posteriori** provém da experiência sensível, sendo a sua justificação dependente desta.

A **definição tradicional de conhecimento** (Platão) defende que, para haver conhecimento, é necessário a crença de que uma proposição é verdadeira, a proposição ser efetivamente verdadeira e que a justificação comprove a verdade da proposição.

Gettier critica a definição tradicional de conhecimento, realçando que podemos ter crenças verdadeiras e boas justificações, mas mesmo assim não ter conhecimento.

O **dogmatismo** defende que é possível obter conhecimento absoluto e inquestionável, e o **ceticismo** afirma que o conhecimento é impossível (radical) ou apenas provável (moderado).

Descartes defende o dogmatismo e **Hume** defende o ceticismo moderado.

Kant defende o criticismo, isto é, que não conhecemos os objetos em si (númeno), ou a sua essência, mas sim a experiência que deles temos (fenómenos).

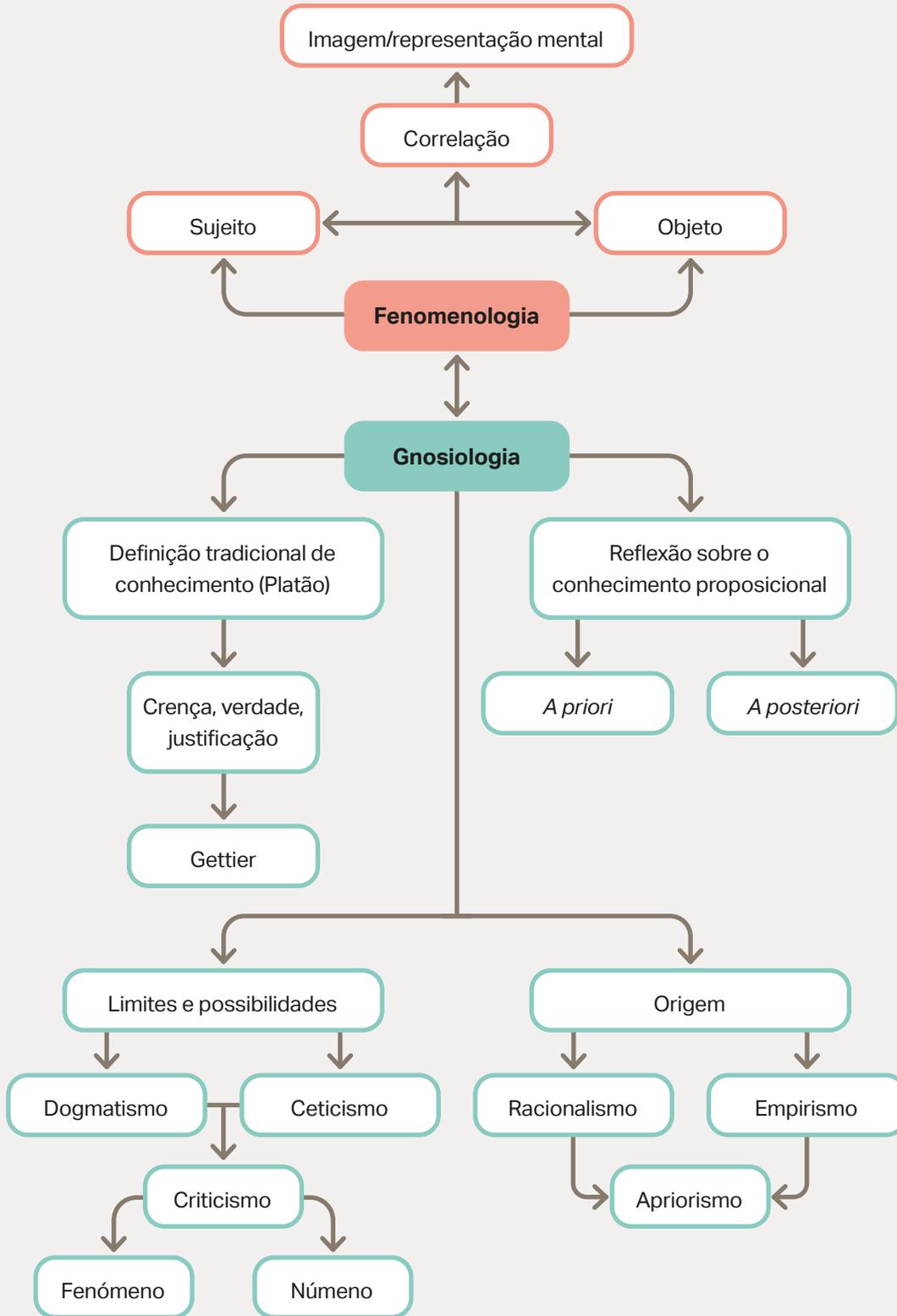
O **racionalismo** cartesiano assume o carácter inato do conhecimento e o **empirismo** humeano defende que todo o conhecimento é adquirido.

Descartes, apoiando-se na dúvida, funda a **ideia do Eu** e, partindo do critério da **clareza e distinção**, estabelece a base para a construção do conhecimento universal e indiscutível.

Hume realça a **fragilidade dos nossos dados dos sentidos** e admite o conhecimento certo das relações de ideias e o conhecimento probabilístico das questões de facto.

O **apriorismo** (Kant) defende que a sensibilidade e o entendimento se encontram ambos na origem do conhecimento.

Esquema-síntese



Ficha de trabalho

Grupo I

1 Das afirmações que se seguem, seleciona a resposta correta.

1.1. De acordo com a descrição fenomenológica do ato de conhecer:

- A. sujeito e objeto trocam de lugar durante o ato de conhecimento.
- B. sujeito e objeto têm funções irreversíveis durante o ato de conhecimento.
- C. o objeto fica com as características do sujeito.
- D. o sujeito sai inalterado desta correlação.

1.2. Qual destes enunciados corresponde a um conhecimento proposicional?

Saber

- A. andar de bicicleta.
- B. praticar um desporto.
- C. que Hume era um empirista.
- D. tocar um instrumento.

1.3. Qual destes enunciados não corresponde a uma proposição *a posteriori*?

- A. Aquela pessoa está sozinha.
- B. A língua oficial de Portugal é o português.
- C. As mesas são seres falantes.
- D. Quem está sozinho não está acompanhado.

1.4. Acerca da relação entre crença e conhecimento é correto afirmar que, no âmbito da definição tradicional de conhecimento

- A. há crenças falsas, mas nenhuma crença falsa é conhecimento.
- B. podemos conhecer tudo aquilo em que acreditamos.
- C. não podemos acreditar naquilo em que não conhecemos.
- D. as crenças são falsas, mas o conhecimento é verdadeiro.

1.5. No âmbito da definição tradicional de conhecimento, considera os seguintes enunciados.

Enunciado 1: A crença é condição necessária do conhecimento.

Enunciado 2: A justificação é condição suficiente do conhecimento.

- A. O enunciado 1 está incorreto e o enunciado 2 está correto.
- B. O enunciado 1 está correto e o enunciado 2 está incorreto.
- C. Ambos estão corretos
- D. Ambos estão incorretos.

Grupo II

- 1** Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
- A. A definição tradicional de conhecimento pode dar origem ao problema da regressão infinita de justificações.
 - B. Descartes era dogmático porque acredita que a realidade se apresenta tal qual efetivamente é.
 - C. Hume não rejeita a importância da razão, mas defende que a mesma, sem a experiência, permanece vazia de conteúdos.
 - D. Segundo Kant, todo o nosso conhecimento começa e depende da experiência sensível.
 - E. Os juízos sintéticos *a priori* são, de acordo com Kant, necessários e universais, mas não acrescentam conhecimento.

Grupo III

- 2** Lê o seguinte enunciado:

O ceticismo mitigado de Hume e o ceticismo metódico de Descartes realçam a mesma preocupação, mas não desencadeiam conclusões muito distintas.

2.1. Explica a afirmação.

2.2. Com qual dos ceticismos te identificas mais? Justifica a tua resposta.

- 3** É correto afirmar que Hume rejeita a existência de Deus? Justifica a tua resposta.

- 4** Lê o texto que se segue:

«Suponhamos que uma pessoa, embora dotada das mais fortes faculdades de razão e reflexão, é trazida subitamente para este mundo; observaria, de facto, imediatamente uma contínua sucessão de objetos e um evento seguindo-se a outro, mas nada mais seria capaz de descobrir. Não conseguiria, a princípio, mediante qualquer raciocínio, alcançar a ideia de causa e efeito, visto que os poderes particulares, pelos quais todas as operações naturais são executadas, nunca aparecem aos sentidos; nem é justo concluir, unicamente porque um evento, num caso, precede outro, que o primeiro é, pois, a causa, e o segundo, o efeito. A sua conjugação pode ser arbitrária e casual.»

Hume, David. *Investigação Sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Edições 70, 2020, p. 4.

4.1. Explica o texto com base na distinção que Hume faz entre conjugação constante e conexão necessária.

- 5** Lê o seguinte enunciado:

Kant supera a oposição entre Descartes e Hume.

5.1. Explica esta afirmação, partindo da distinção e relação entre sensibilidade e entendimento, segundo Kant.



O estatuto do conhecimento científico

- 7.1. A especificidade do conhecimento científico
- 7.2. Construção do conhecimento científico
- 7.3. Os problemas da objetividade e da evolução da ciência

Objetivos de aprendizagens

- Caracterizar o conhecimento científico.
- Avaliar criticamente a importância do senso comum e da ciência enquanto formas de conhecimento.
- Enunciar os critérios que permitem distinguir entre uma teoria científica de uma teoria não científica.
- Avaliar criticamente o método indutivo e o método hipotético-dedutivo.
- Formular o problema da objetividade e evolução do conhecimento científico fundamentando a sua pertinência filosófica.
- Discutir as posições de K. Popper e T. Kuhn sobre a origem e o progresso da ciência.

A **Filosofia da Ciência** é uma disciplina da Filosofia que se dedica a examinar os fundamentos, os métodos e as implicações da atividade científica. O principal objetivo da Filosofia da Ciência é compreender a natureza do conhecimento científico. A Filosofia da Ciência ocupa-se de questões como:

- O que caracteriza o conhecimento científico?
- Como é produzido o conhecimento científico?
- Como é que se pode validar o conhecimento científico?
- O conhecimento científico é diferente dos restantes tipos de conhecimento?
- Como são os processos de mudança e progresso na ciência?

Texto 1

«Dhara Gupta viveu toda a sua vida numa aldeia perto de Jaisalmer, no deserto do Rajastão. Um dia, em 1822, enquanto estava a preparar o jantar, apercebeu-se de um alvoroço. Olhou para cima e descobriu que o seu primo, Mahavir, tinha regressado de uma viagem que começara dois anos antes. Ele parecia estar em boa saúde e, durante o jantar, contou-lhes as suas aventuras. Havia histórias de ladrões, animais selvagens, grandes montanhas e outras paisagens e aventuras incríveis. Mas o que

realmente deixou Dhara pasmada foi a sua afirmação de ter visto algo chamado “gelo”. “Fui a regiões onde estava tão frio, que a água parou de fluir e formou um bloco sólido e translúcido”, disse Mahavir. “O mais surpreendente é que não há um estado intermédio onde o líquido se espessa. A água que flui livremente é apenas ligeiramente mais quente do que aquela que se solidificou.” Dhara não queria desafiar o seu primo em público, mas não acreditava nele. O que ele disse contradizia toda a sua experiência. Ela não acreditou quando os viajantes lhe contaram sobre dragões que cospem fogo. Também não acreditaria nessa tolice sobre gelo. Ela achava precisamente que era inteligente demais para isso.»

Baggini, Julian. *The Pig that Wants to be Eaten: And 99+ Other Thought Experiments*. Trad. Nuno Freixo e Ricardo Sousa, Croydon: Granta Books, 2024, p. 7.



Fig. 1 Julian Baggini (1968-).

Nesta experiência mental podemos imaginar como é difícil aceitar uma nova ideia da qual não temos qualquer experiência prévia que lhe dê força. Para alguém que apenas viveu em climas quentes pode ser difícil conceber a existência de água em estado sólido, ou seja, gelo.

Texto 2

«Como poderia Dhara estar certa quando, de certa forma, ela estava tão obviamente errada? Sabemos que o relato de Mahavir sobre o gelo não era uma fantasia comparável a contos de dragões, mas uma descrição precisa do que acontece com a água no ponto de congelamento.

Dhara estava certa no sentido de que, às vezes, estamos errados pelas razões certas. [...] Não devemos acreditar em tudo o que nos dizem sobre como funciona o mundo natural. Quando as pessoas nos dizem que podem levitar, parar relógios com as suas mentes ou curar doenças com cristais, devemos estar justamente céticos. A nossa experiência passada diz-nos que tais eventos não acontecem, e todas as reivindicações anteriores de que isso ocorreu ou não tiveram evidências para apoiá-las ou foram mostradas como fraudulentas. Não precisamos de pensar que aqueles que fazem as reivindicações são, eles próprios, génios do engano: eles podem simplesmente estar equivocados ou basear as suas afirmações em raciocínios errados. O problema é que, por vezes, algo genuinamente aparece e nos obriga a reconsiderar o que pensávamos saber. Não podemos descartar uma ideia simplesmente porque não se encaixa nas nossas crenças atuais. Em vez disso, precisamos de razões muito boas para fazê-lo, porque o que é firme e estabelecido deve ter mais peso do que o que está a ser afirmado por um indivíduo ou um pequeno grupo que vai contra isso. Aqui é que Dhara tem um problema. O testemunho de uma pessoa, mesmo que seja o seu primo, não é forte o suficiente para contradizer o que ela sabe sobre o mundo natural, onde os líquidos não se transformam em sólidos a uma temperatura aparentemente mágica. No entanto, ela também deve aceitar que não esteve nesses climas mais frios, enquanto o primo esteve. A sua própria experiência é, portanto, limitada, mas ela só tem a palavra do primo sobre o que se encontra além disso. Ao recusar-se a acreditar nele, estará ela a fazer com que os limites do seu conhecimento sejam demasiado estreitos ou será que estar errada nesta ocasião é o preço que pagou por não ser crédula e estar enganada em muitas outras situações?»

Baggini, Julian. *The Pig that Wants to be Eaten: And 99+ Other Thought Experiments*. Trad. Nuno Freixo e Ricardo Sousa, Croydon: Granta Books, 2024, pp. 7-9.

As nossas experiências pessoais podem levar à rejeição de novas informações, mesmo que estas sejam verdadeiras, principalmente quando as novas informações desafiam a nossa compreensão do mundo.

7.1. A especificidade do conhecimento científico

Na unidade anterior – Gnosiologia – colocamos e discutimos os problemas relativos ao conhecimento em geral. Refletimos sobre a definição e os tipos de conhecimento, o modo como conhecemos e aquilo que realmente podemos (ou não podemos) conhecer. Mas falar de conhecimento implica “convocar” para a nossa discussão aquele que é considerado a forma de conhecimento mais rigorosa para o estudo dos fenómenos naturais: o conhecimento científico.

Texto 3

«A disciplina de Epistemologia integra-se no quadro geral dos problemas que se levantam no âmbito da Filosofia do Conhecimento. Ambas partilham a preocupação de compreender as condições que asseguram a capacidade do pensamento de exprimir o que na realidade são os objetos e situações a que se refere. Por outras palavras, procuram tomar consciência dos apoios que sustentam a nossa convicção de que o conhecimento nos encaminha na direção da verdade. Cada uma delas se caracteriza pelo distanciamento crítico que toma face aos dados imediatos que afetam um sujeito, ou seja, pela recusa em conceber o conhecimento como mera transcrição das estimulações sensíveis, que, apesar de tudo, não deixam de conferir à nossa relação com o mundo um sinal de realidade.»

Luz, José Luís Brandão da. *Introdução à Epistemologia – Conhecimento, Verdade e História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 9.

Análise e interpretação

- 1 A epistemologia permite distinguir o que é uma simples observação do mundo à nossa volta do que é conhecer. Clarifica essa distinção tendo por base o texto.



Fig. 2 José Luís Brandão da Luz (s.d.).

O texto reflete uma das principais reflexões no âmbito da epistemologia, ou seja, o questionamento relativo a alguns **problemas relativos à ciência, nomeadamente as suas características e limitações**. Para compreendermos bem o que algo é, devemos procurar distinguir esse algo daquilo que não é. Assim, para entender corretamente o que é a ciência (e o que pode ser considerado conhecimento científico), vamos distingui-la daquilo que não é ciência, também conhecido como problema da demarcação. Mais concretamente, estabeleceremos a distinção entre **conhecimento científico, conhecimento vulgar e pseudociência**.

7.1.1. Ciência e pseudociência

Quando nos referimos à ciência, tratamos de um modo de abordar e explicar a realidade assente numa metodologia específica que lhe confere o rigor e a objetividade que todos nós lhe atribuímos. O termo “ciência”, na sua origem, remete para a noção de conhecimento, mas é na Idade Moderna, a partir do século XVIII, que a ciência se afirma como conhecimento experimental, demarcando-se da filosofia por recorrer a instrumentos que amplificam a especulação e o raciocínio. A **ciência** é, pois, **o estudo dos fenómenos naturais assente num método que inclui observação e experimentação**, com vista a desenvolver uma descrição, explicação, previsão e, eventualmente, controlo desses fenómenos.

Mais adiante, analisaremos mais pormenorizadamente o método científico. Centraremos o nosso estudo especificamente nas ciências experimentais (ou empíricas), mas convém lembrar que existe uma classificação para diferentes ciências, consoante o seu objeto de estudo e o método a que recorrem.

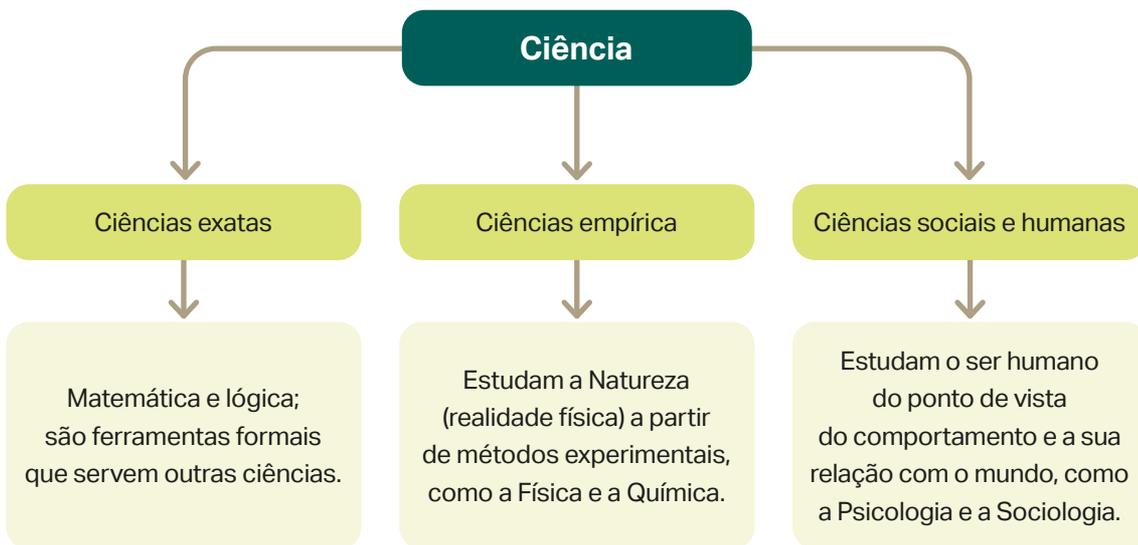


Fig. 3 Os instrumentos para estudar a realidade física são diversos e são constantemente atualizados, como os microscópios, que eram mais rudimentares no século XIX.

Certamente já terás ouvido (ou mesmo usado), a propósito de uma qualquer discussão, o argumento da ciência como forma de autoridade – “os cientistas comprovam isto”, ou “a ciência mostra-nos aquilo”, ou ainda, “há estudos que dizem que...”. Ou seja, não é invulgar recorrermos à ciência como forma de credibilizar as nossas ideias ou dar força às nossas argumentações (recorda o argumento do apelo ilegítimo à autoridade). Importa, contudo, alertar para a possibilidade do uso indevido e nem sempre rigoroso da expressão “ciência”. Dito de outro modo, recorreremos à ciência como “critério de verdade”, assumindo a ciência como garantia de conhecimento absoluto. Contudo, e apesar do reconhecimento da ciência como uma das mais importantes manifestações do progresso civilizacional, é igualmente importante saber reconhecer as suas limitações e o modo como, muitas vezes, conduziu a uma atitude dogmática em torno do seu valor.

O **cientismo** corresponde à crença de que a ciência constitui a única fonte de conhecimento e que só ela pode facultar-nos leituras do mundo.

A **pseudociência** remete para toda a atividade que se faz passar por científica sem que efetivamente o seja; sem o rigor e a isenção que definem a investigação científica, a pseudociência designa as atividades que fazem uso da confiança (por vezes excessiva e “cega”) na ciência para manipular a opinião pública.

Cientismo

Crença de que a ciência é o único conhecimento verdadeiro.

Pseudociência

Atividade não científica que se faz passar, fraudulentamente, por científica.

Fig. 4 A homeopatia é considerada uma pseudociência.

A ideia de que a ciência, como grande invenção do ser humano, conduzirá à descoberta de todas as leis que governam os fenômenos naturais e humanos ganha forma no século XIX, cuja corrente positivista é a expressão mais visível. O **positivismo** é a corrente filosófica que exalta o estatuto rigoroso do conhecimento científico, assente em dois grandes pilares: **a observação isenta e o rigor da experiência**.

Atualmente, o valor inegável da ciência e do seu contributo para a melhoria das condições da vida humana não significa ver na ciência uma descrição absolutamente inequívoca do mundo. A evolução da ciência e da tecnologia significou uma evolução no conhecimento, nos cuidados de saúde, no desenvolvimento de sistemas de apoio às atividades quotidianas, nos meios de comunicação ou na melhoria de acesso a bens e serviços, entre outros. Mas é também essa evolução que nos mostra que a ciência é uma leitura dos acontecimentos do mundo, sujeita a revisão, reformulação ou até refutação.

As teses científicas têm, pois, um estatuto de perspectivas organizadas e fundamentadas do mundo natural e humano, não devendo ser entendidas como respostas fechadas e definitivas sobre esse mesmo mundo.

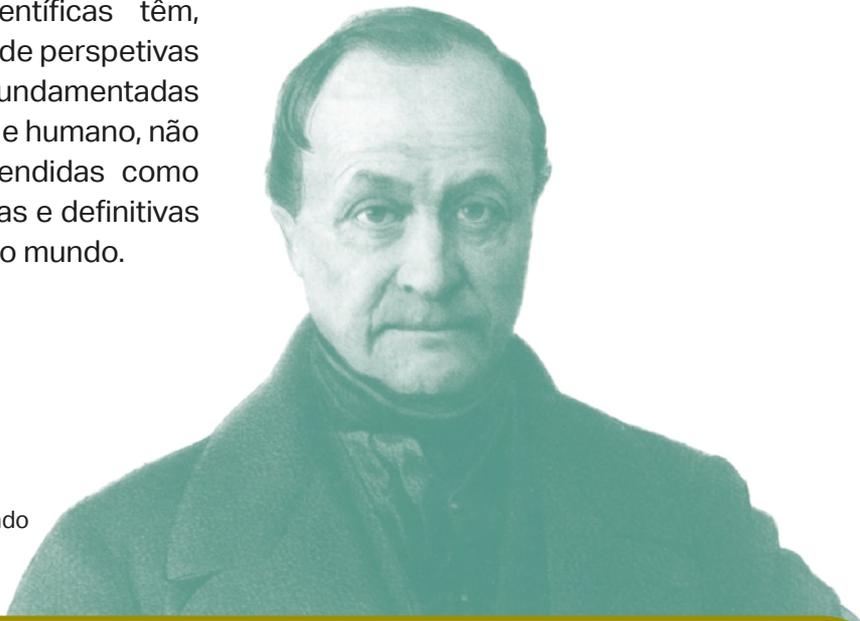


Fig. 5 Auguste Comte (1798-1857), considerado pai do positivismo moderno.

Atividades

1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.

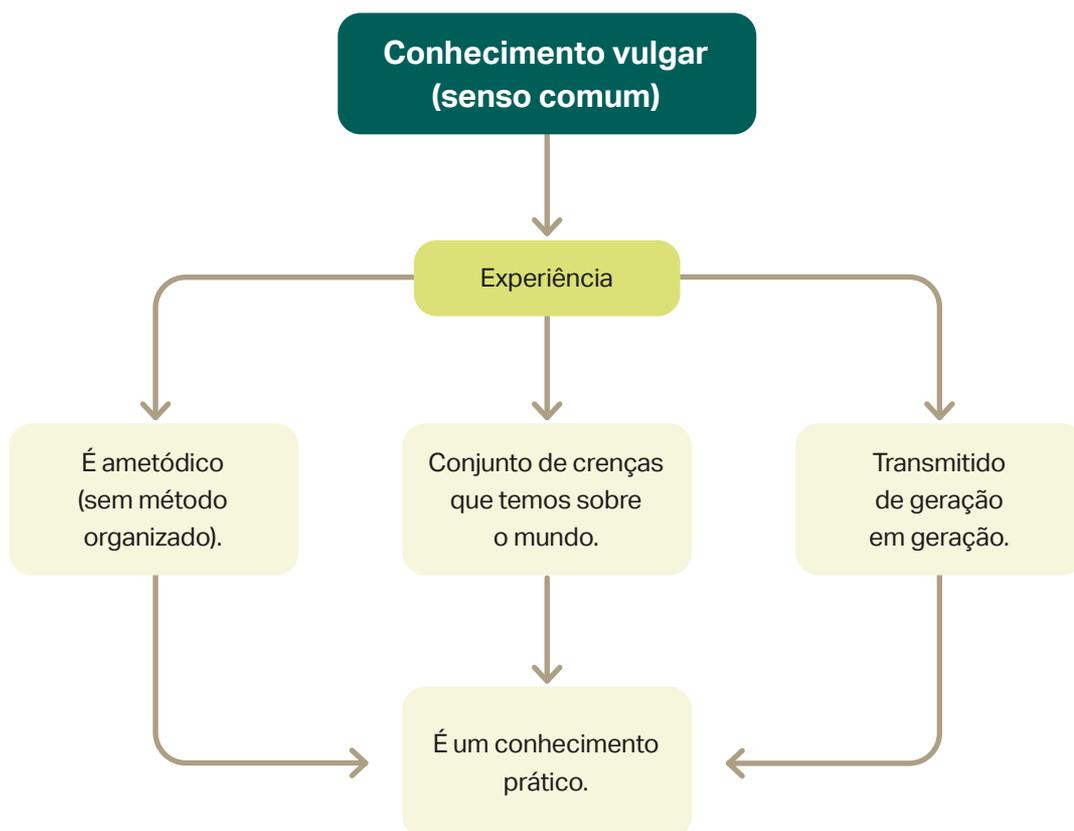
- A. A pseudociência é a única atividade que pode ser classificada como conhecimento rigoroso.
- B. O cientismo desvaloriza outros modos de conhecimento face à ciência.
- C. O rigor da ciência deve-se, essencialmente, ao método que utiliza na investigação.
- D. As teses das teorias científicas não estão sujeitas a crítica ou a revisões.

7.1.2. Conhecimento vulgar e conhecimento científico

Como já referido, para melhor caracterizar a ciência importa demarcá-la de outras formas de conhecimento. Nem todo o conhecimento que possuímos é científico; aliás, uma boa parte do conhecimento que possuímos e que empregamos no nosso dia a dia é o **conhecimento vulgar**.

Também denominado **senso comum**, o conhecimento vulgar constitui o “primeiro nível” do conhecimento, o mais elementar e aquele que adquirimos desde as primeiras vivências. Sendo um saber derivado da experiência, é ametódico (sem um método organizado) e construído a partir do contacto, mais ou menos, recorrente com o mundo à nossa volta.

O senso comum representa uma forma de conhecimento superficial, assistemática e não fundamentada. Associado à sabedoria popular, consiste num tipo de conhecimento pouco rigoroso e que faz uso de uma linguagem também ela popular. O senso comum é, então, um conjunto de crenças que possuímos sobre o mundo, transmitido de geração em geração de modo acrítico – é saber sem saber porquê.



Apesar de muitas das crenças do senso comum serem duvidosas ou injustificadas (como o tempo frio ser a causa de gripes e constipações), não podemos deixar de reconhecer o valor e a importância do conhecimento vulgar: é acessível a todos, pois é adquirido sem a necessidade de qualquer instrução ou formação académica (aprende-se vivendo), e é fundamental na resolução prática dos problemas do quotidiano (como saber que o fogo queima e pode provocar vários danos).



Fig. 6 Um exemplo de conhecimento vulgar é que o gelo derrete com o calor.

Gaston Bachelard (1884-1962), filósofo da ciência, sempre questionou o senso comum, vendo-o como um obstáculo ao desenvolvimento da ciência.

Texto 4

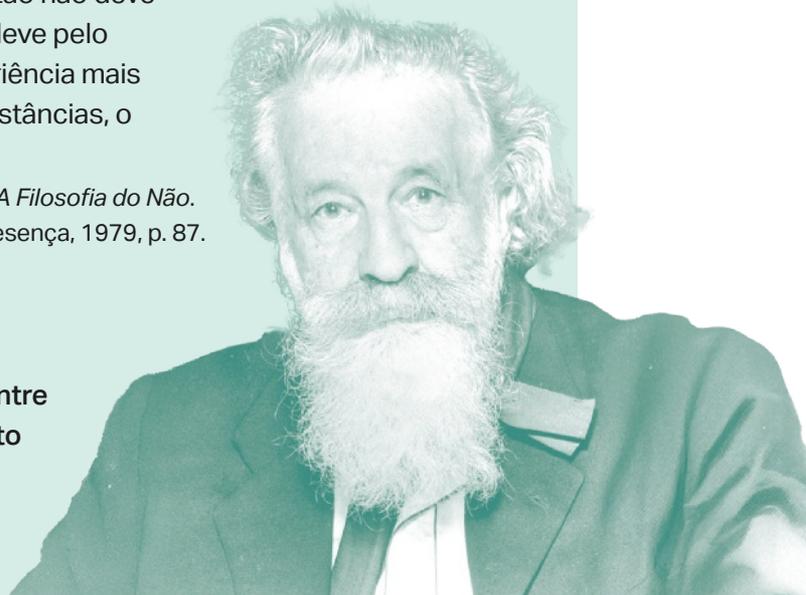
«Em suma, a ciência instrui a razão. A razão deve obedecer à ciência, à ciência mais evoluída, à ciência em evolução. A razão não deve sobrevalorizar uma experiência imediata; deve pelo contrário pôr-se em equilíbrio com a experiência mais ricamente estruturada. Em todas as circunstâncias, o imediato deve ceder ao *construído*.»

Bachelard, Gaston. *A Filosofia do Não*.
Lisboa: Editorial Presença, 1979, p. 87.

Análise e interpretação

- 1 Relaciona as noções de «imediato» e de «construído» com a distinção entre conhecimento vulgar e conhecimento científico.

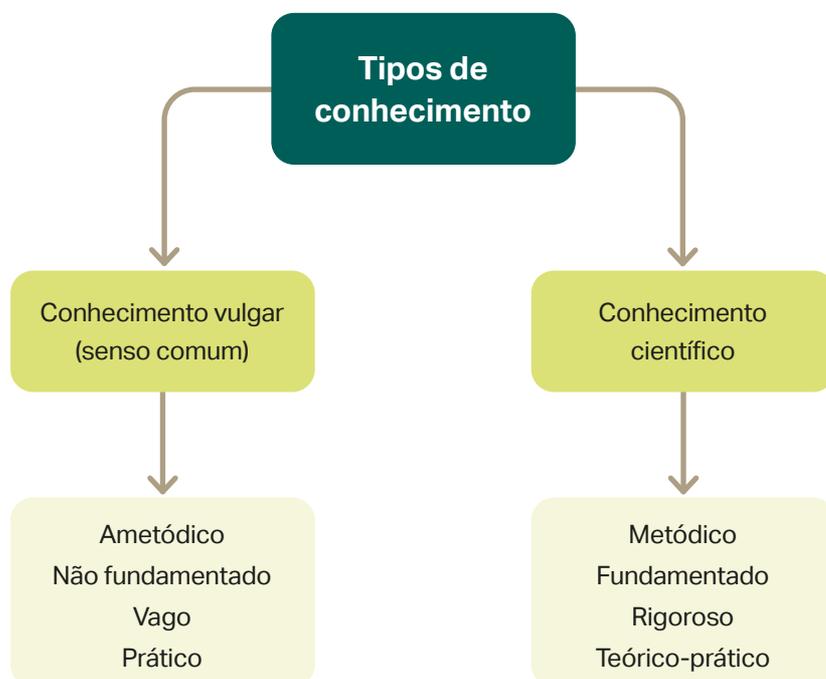
Fig. 7 Gaston Bachelard (1884-1962).



Como podemos ver, **Bachelard rejeita o conhecimento que surge pelo imediatismo do senso comum**. O entendimento que pretendemos ter da realidade deve ser alicerçado na construção do conhecimento científico.

E a ciência? A **ciência** é, já o dissemos, uma investigação racional dos fenómenos do mundo, procurando descrevê-los de um modo rigoroso e fundamentado. E de onde vem esse rigor? Precisamente de uma das características mais distintivas da ciência – o método. É por assentar num estudo metódico que o conhecimento científico se afasta das convicções do senso comum.

O método científico, aliado à linguagem técnica e inequívoca (os conceitos científicos apresentam definições específicas e precisas), torna a ciência um tipo de conhecimento que exige formação académica e especialização, pois tal permite o domínio de procedimentos e metodologias de investigação, bem como da linguagem específica de cada área de estudo.



Mas a exigência e o rigor da ciência não fazem do conhecimento científico uma visão hegemónica e fechada do mundo, pelo contrário: é necessário compreender que o espírito crítico que caracteriza a investigação científica faz da ciência uma tentativa de descrição teórica da realidade sujeita a diferentes interpretações, revisões, refutações ou até revoluções.

7.1. A especificidade do conhecimento científico

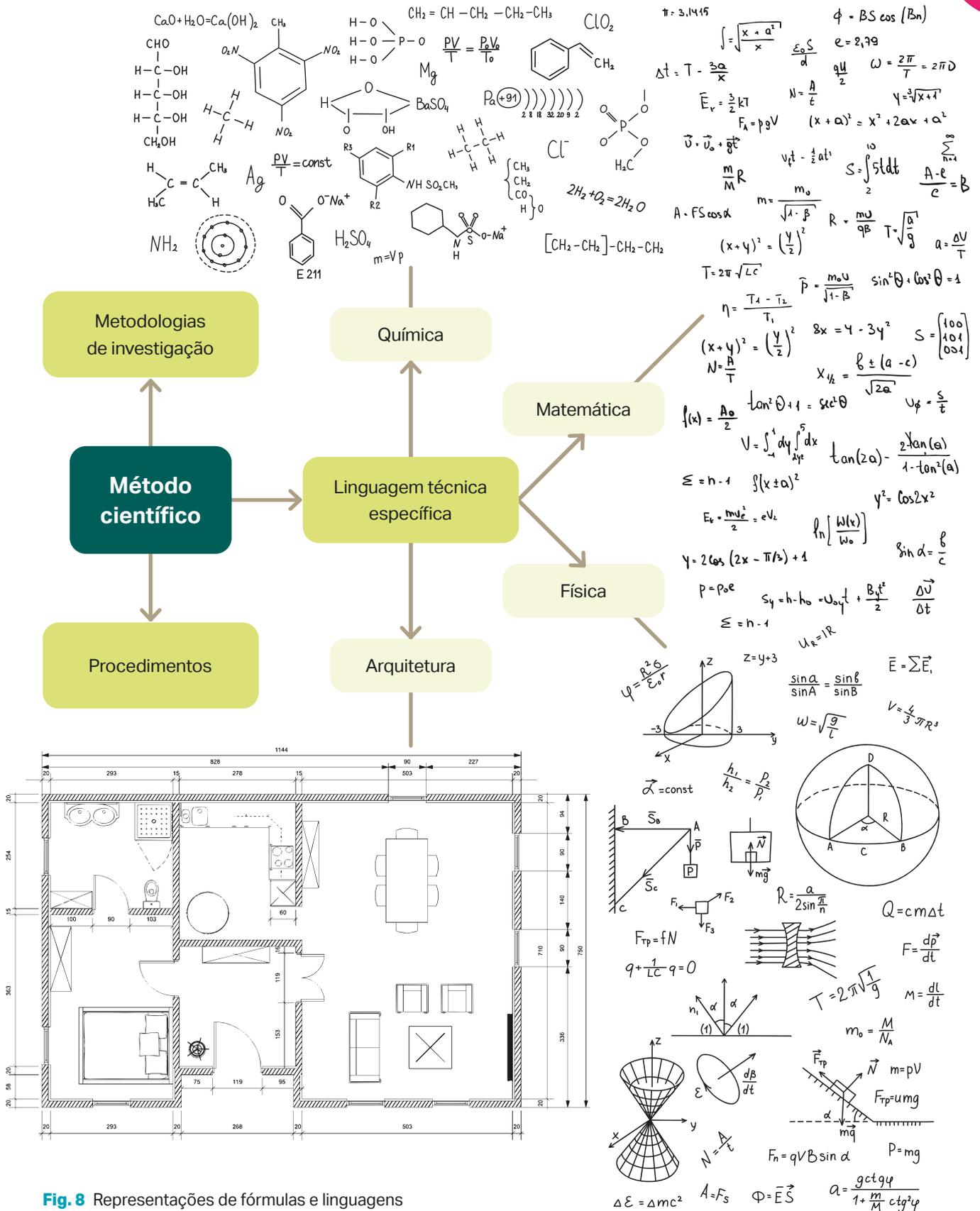
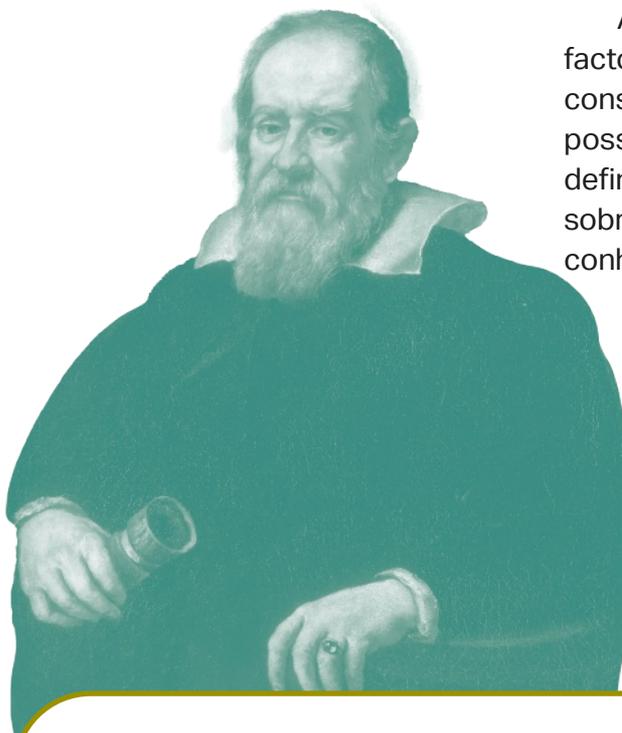


Fig. 8 Representações de fórmulas e linguagens técnicas das áreas de estudo.



A história da evolução da ciência é, de facto, uma evidência de que não podemos considerar que o conhecimento científico possui um estatuto de “verdade absoluta e definitiva”. Vamos então, agora, deter-nos sobre o modo como se constrói e evolui o conhecimento científico.

Fig. 9 Galileu Galilei (1564-1642), famoso por defender o modelo heliocêntrico, é uma personalidade recordada por um claro espírito crítico sobre a ciência. Imagem a partir do *Retrato de Galileu*, de Justus Sustermans, 1636.

Atividades

1 Para cada um dos itens seguintes, seleciona a única opção correta.

1.1. O conhecimento científico

- A. é essencialmente prático, porque deriva da experiência.
- B. não possibilita explicações fundamentadas da realidade.
- C. não evolui por ser um sistema fechado de conhecimentos.
- D. procura explicar o funcionamento do mundo através de teorias.

1.2. Sobre o conhecimento vulgar podemos dizer que é

- A. superficial e ametódico.
- B. subjetivo e metódico.
- C. teórico e rigoroso.
- D. prático e rigoroso.

1.3. A linguagem utilizada na ciência é

- A. técnica, equívoca e subjetiva.
- B. simples, ambígua e numérica.
- C. técnica, rigorosa e objetiva.
- D. complexa, subjetiva e numérica.

2 Atenta nas duas teses seguintes:

- A. O senso comum é um obstáculo para o conhecimento científico.
- B. O senso comum é um ponto de partida para o conhecimento científico.

2.1. Com qual das teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

7.2. Construção do conhecimento científico

Sabemos que o conhecimento científico deve o seu rigor ao método utilizado. Já vimos que é o facto de ser um estudo metódico que distingue a ciência de outras formas de abordar a realidade, como o senso comum. Vamos então tentar perceber quais as especificidades desse método e como tem sido visto ao longo da História da Ciência.

De facto, nem sempre foi consensual a visão sobre o método científico. A visão positivista, que marcou a ciência da Idade Moderna, atribuía ao conhecimento científico um estatuto de superioridade e domínio sobre todas as outras leituras do mundo.

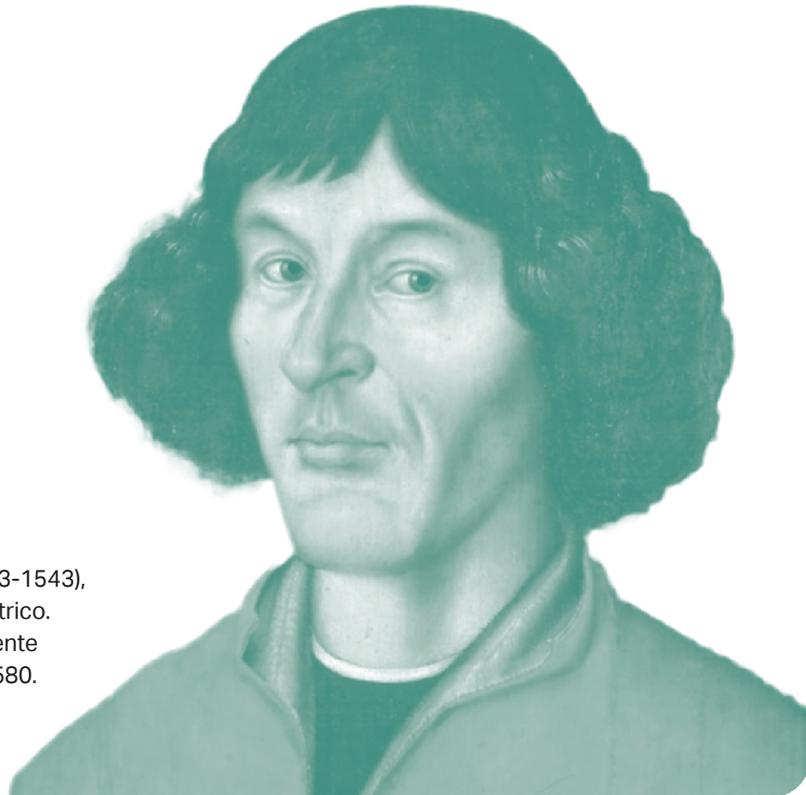
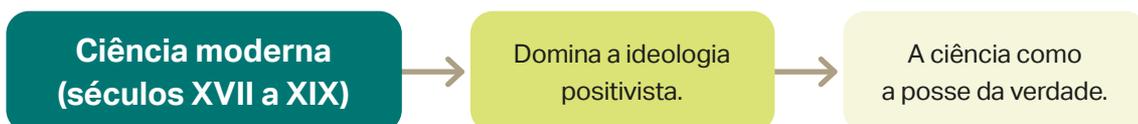


Fig. 10 Nicolau Copérnico (1473-1543), desenvolveu o modelo heliocêntrico. Imagem a partir do retrato presente na câmara de Torún, cerca de 1580.

O positivismo caracteriza-se, essencialmente, por uma atitude de plena confiança nas capacidades humanas aliadas ao poder da ciência, que, juntas, possibilitariam desvendar a verdade acerca do mundo.



7.2.1. O método científico e o problema da verificação das hipóteses – a perspectiva indutivista de Bacon e Mill

O **positivismo** foi uma corrente que vigorou na Idade Moderna e que enalteceu as qualidades da ciência, considerando-a um estudo que permitia descrever, de um modo objetivo e preciso, os fenômenos da realidade.

Filósofos como **Francis Bacon** (1561–1626) e **John Stuart Mill** (1806–1873) exaltaram o valor da investigação científica como sendo capaz de explicar a realidade de um modo inequívoco e romper com outras tentativas “menos racionais” de compreender a Natureza e o ser humano (tais como a arte ou a religião).



Fig. 11 Imagem a partir da pintura a óleo *Francis Bacon, Visconde de Alban*, de John Vanderbank, cerca de 1731.

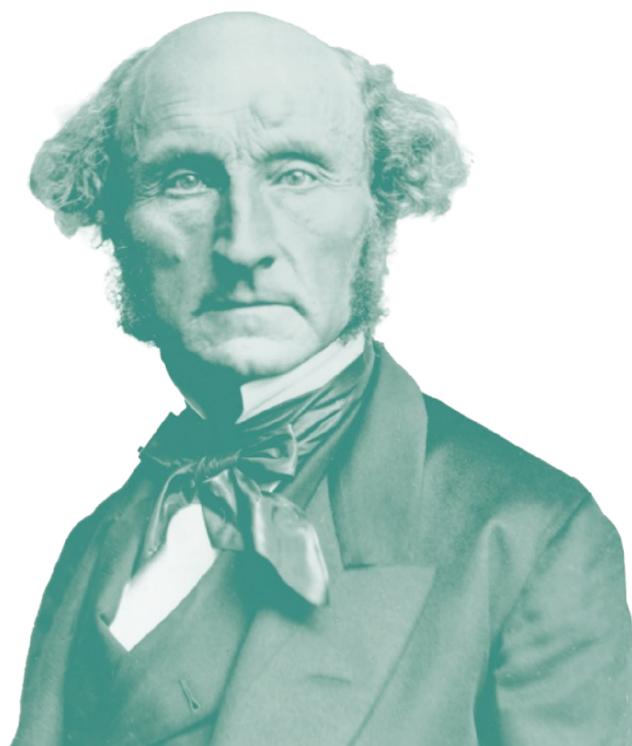
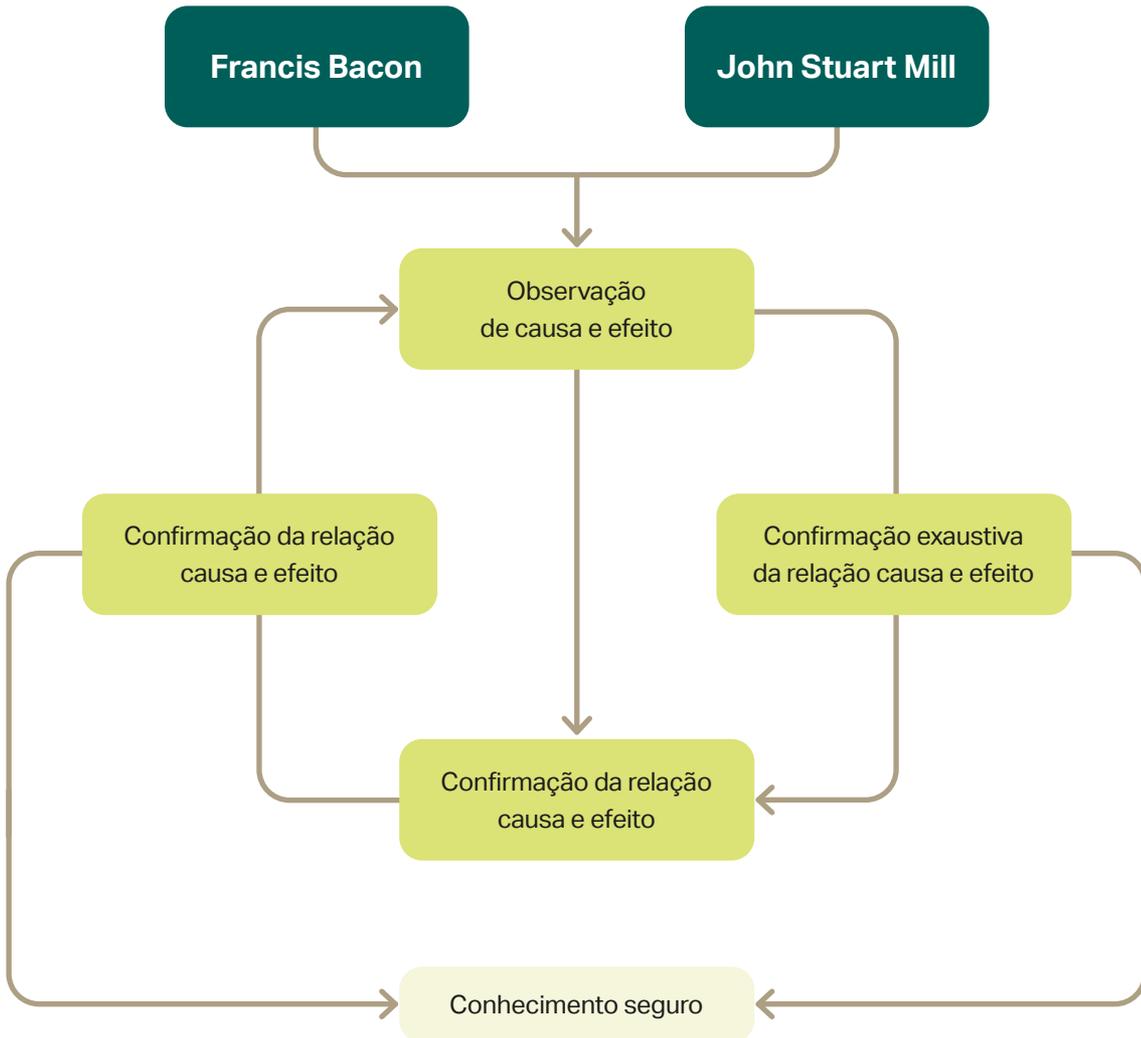


Fig. 12 John Stuart Mill.

Bacon enfatiza a necessidade de um método científico baseado na acumulação sistemática de dados empíricos e livre de preconceitos ou crenças falsas; já Mill afirma que a metodologia científica é como um processo sistemático de investigação que mostra as relações causais frequentes entre fenômenos, permitindo, assim, identificar e confirmar leis científicas.

Para ambos, a ciência é a garantia de conhecimento seguro, assente em observações cuidadas e isentas e confirmações robustas. O grande número de casos observados e a confirmação exaustiva de relações de causa e efeito entre os objetos ou casos estudados eram a chave do rigor do conhecimento científico.



A perspetiva indutivista do método científico realça, portanto, a observação e a experiência como critérios de verdade (recorda os raciocínios indutivos por generalização e previsão).

E como opera o método indutivo na ciência? Como se processa e concretiza na prática?

Fig. 13 Estátua de Francis Bacon, 1910, Londres.



Fig. 14 Estátua de bronze de John Stuart Mill, por Thomas Woolner, 1878, Londres.



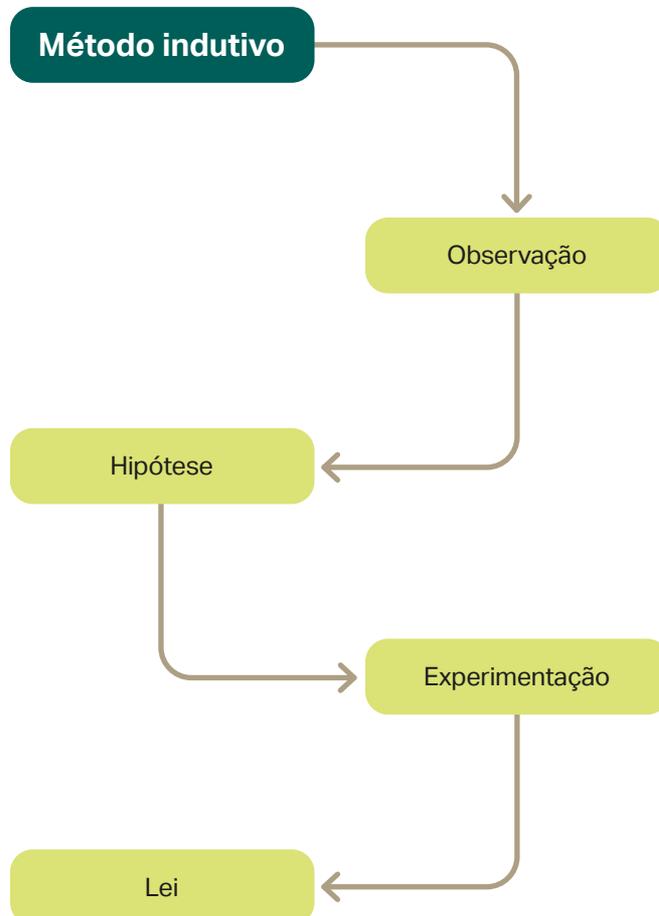
Atividades

- 1** Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
- A. O positivismo defende a superioridade da ciência face a outros modos de interpretar o mundo.
 - B. O positivismo rejeita a objetividade das observações científicas.
 - C. A ciência da Idade Moderna afastou-se do método experimental, valorizando sobretudo a especulação.
 - D. Mill destaca a importância da observação na confirmação de padrões na Natureza.

7.2.2. As etapas do método indutivista na ciência

A ciência constrói-se, segundo esta perspectiva, a partir de observação; hipótese explicativa; generalização da relação entre causa e efeito; e lei geral.

Etapas do método indutivista		
1	Observação	É o primeiro passo da investigação e consiste em observar de modo rigoroso e objetivo um determinado acontecimento ou objeto.
2	Hipótese	Formulação de uma hipótese teórica que se supõe que seja a explicação (causa) desse acontecimento (efeito).
3	Experimentação	Submissão da hipótese a testes de verificação, procurando confirmar a hipótese num conjunto significativo de casos.
4	Generalização dos resultados	Enunciação da lei geral, que assume como regra universal essa relação de causa e efeito.



De acordo com a visão indutivista, esta sequência de procedimentos assegura a validade das leis gerais da ciência. Se a observação de múltiplos casos que mostram que o calor dilata os objetos materiais e se a verificação em várias experiências dessa mesma relação confirma a hipótese “os corpos expostos a uma fonte de calor sofrem dilatação”, então, podemos assumir como confiável a lei científica: “o calor dilata os corpos.”

E onde reside aqui o princípio ou raciocínio indutivo que dá nome ao método? A lei geral prevê para todos os casos aquilo que foi verificado em (apenas) alguns. Ou seja, é da análise de uma amostra que se extrai uma conclusão geral. Do facto de encontrarmos uma relação entre o calor e a dilatação dos objetos em alguns casos infere-se – por indução – que todos os corpos dilatam com o calor.



De acordo com os indutivistas, o método apresentado permite fazer previsões rigorosas e possibilita o estabelecimento de conhecimento seguro. Mas será mesmo assim?

Atividades

- 1 Apresenta as etapas do método científico de acordo com a perspetiva indutivista e explica porque é denominado método indutivista.
- 2 Clarifica o estatuto atribuído ao conhecimento científico pelos filósofos indutivistas.
- 3 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. Podemos considerar os estudos confiáveis.
 - B. Não podemos considerar os estudos confiáveis.

3.1. Com qual das teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

7.2.3. As críticas ao método indutivista

Alguns filósofos apontam limitações e falhas ao método indutivista. Filósofos como **David Hume** (já estudado) e **Karl Popper** (1902-1994) foram dois dos principais críticos da metodologia indutivista, rejeitando o critério da verificação como forma de distinguir a ciência do que não é ciência.

Hume salienta as limitações do raciocínio indutivo na obtenção de conhecimento, alertando para o erro de assumirmos como lógico (ou verdadeiro em todos os casos) aquilo que a experiência nos mostra como regular. A observação de casos particulares não permite garantir o conhecimento seguro (nem previsões rigorosas) sobre todos os casos – **problema da indução**.

Texto 5

«É comum dizer-se "indutiva" uma inferência, caso ela conduza de *enunciados singulares* (por vezes denominados também enunciados "particulares"), tais como descrições dos resultados de observações ou experimentos, para *enunciados universais*, tais como hipóteses ou teorias.

Ora, está longe de ser óbvio, de um ponto de vista lógico, haver justificativa no inferir enunciados universais de enunciados singulares, independentemente de quão numerosos sejam estes; com efeito, qualquer conclusão colhida desse modo sempre pode revelar-se falsa: independentemente de quantos casos de cisnes brancos possamos observar, isso não justifica a conclusão de que todos os cisnes são brancos. [...]

Muitas pessoas acreditam, com efeito, que a verdade desses enunciados universais é "*conhecida através da experiência*"; contudo, está claro que a descrição de uma experiência – de uma observação ou do resultado de um experimento – só pode ser um enunciado singular e não um enunciado universal.

Assim sendo, o princípio da indução há de constituir-se num enunciado sintético, ou seja, enunciado cuja negação não se mostra contraditória, mas logicamente possível.»

Popper, Karl. *A Lógica da Pesquisa Científica*.
São Paulo: Editora Cultrix, 2008, pp. 27-28.

Análise e interpretação

- 1 Clarifica a posição de Popper sobre o uso da indução na ciência.

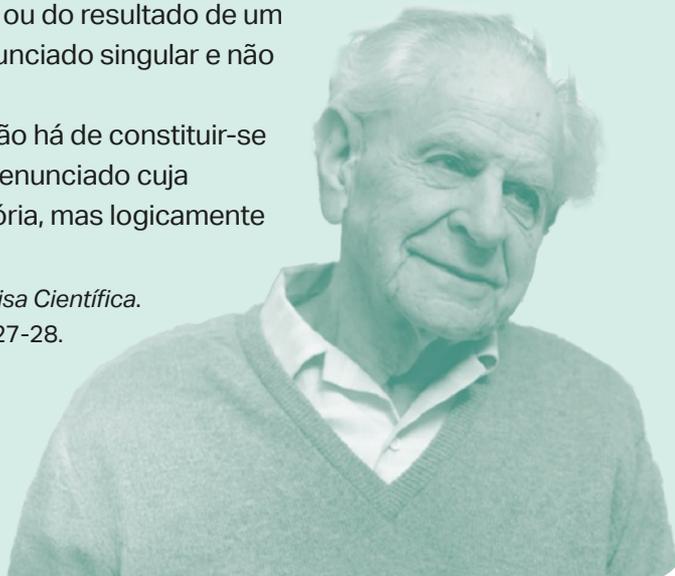


Fig. 15 Karl Popper.

Como podemos constatar, Popper contesta o uso da indução e o valor da confirmação como critérios de cientificidade, ou seja, as etapas do método indutivista não permitem estabelecer conhecimento seguro.

Fig. 16 Cisne branco. Um exemplo clássico que ilustra os limites da indução, em que se observa um padrão e se generaliza era a afirmação "todos os cisnes são brancos".



Segundo Popper, se a investigação científica se basear na indução, então teremos de concluir que a ciência não é fiável e as leis científicas não são justificáveis. Por isso, Popper rejeita o papel da indução e da confirmação no trabalho científico, propondo um método assente na dedução e na falsificação (ou refutação).



Fig. 17 Cisne negro. A teoria que vigorava foi posteriormente desmentida quando se descobriram cisnes negros.

Atividades

- 1** Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
- A. Popper sustenta que a ciência deve desenvolver-se tendo por base a indução.
 - B. A metodologia indutiva permite extrair conclusões lógicas a partir da observação.
 - C. No raciocínio indutivo, a amostra não garante a verdade da conclusão geral.
 - D. As conclusões obtidas por métodos indutivos possuem um carácter probabilístico.

7.2.4. A perspectiva falsificacionista de Karl Popper

Os filósofos positivistas defendem que uma hipótese é científica apenas se for verificável pela experiência. Popper, por outro lado, adota o método hipotético-dedutivo e considera que uma hipótese é científica se for falsificável pela experiência. O cientista não deve procurar observações que confirmem a hipótese, deve procurar ou imaginar observações que possam colocar em causa a teoria. Este seria o critério de demarcação entre ciência e não-ciência, pois é possível imaginar, como se viu antes, um possível contraexemplo observacional para a proposição “Todos os cisnes são brancos” que é “Há um cisne que não é branco”, ao passo que para afirmações metafísicas como “Deus existe” não conseguimos imaginar qualquer observação que a possa falsificar.

Texto 6

«Importa distinguir claramente entre [falsificabilidade] e falsificação. Introduzimos a [falsificabilidade] apenas como um critério aplicável ao carácter empírico de um sistema de enunciados. Quanto à falsificação, deveremos introduzir regras especiais que determinarão em que condições um sistema há de ser visto como [falsificado]. Dizemos que uma teoria [é falsificada] somente quando dispomos de enunciados básicos aceites que a contradigam. Essa condição é necessária, porém não suficiente. [...]

Se os enunciados básicos aceites contradisserem uma teoria, só os tomaremos como propiciadores de apoio suficiente para a [falsificação] da teoria caso eles, concomitantemente, corroborarem uma hipótese [falsificadora].»

Popper, Karl. *A Lógica da Pesquisa Científica*.
São Paulo: Editora Cultrix, 2008, pp. 91-92.

Análise e interpretação

- 1 Distingue, tendo por base o texto, teoria falsificada de teoria falsificável.

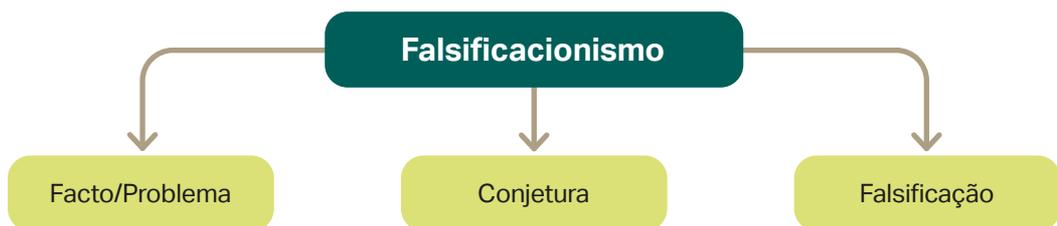


Fig. 18 Busto de bronze de Karl Popper, obra de Christine Pillhofer, revelado em 2002, que se encontra na Universidade de Viena.

Para Popper, depois de se determinar que uma proposição é científica ou falsificável, passa-se ao processo de justificação para determinar se as observações imaginadas ocorrem ou não. Se as observações que podem colocar em causa a hipótese ocorrem, então a hipótese está falsificada (é definitivamente falsa); se as observações que podem colocar em causa a hipótese não ocorrem, então, enquanto a hipótese resistir a esse teste ela estará corroborada (é provisoriamente verdadeira).

Se o método indutivista estabelece leis gerais a partir do estudo de uma amostra (casos particulares), o método falsificacionista, proposto por Popper, assenta na ideia de que a ciência testa as suas hipóteses gerais, concluindo consequências que possam colocar em causa essa hipótese e vendo a sua capacidade dela resistir a essas potenciais objeções.

De acordo com Popper, o raciocínio indutivo não permite encontrar a verdade, mas apenas mostrar o que é provável. Do facto de termos observado vários cisnes brancos não podemos concluir com certeza ou como lógico que todos os cisnes são brancos. Assim, Popper diz-nos que a ciência se faz por um processo de construção criativa de hipóteses – **conjeturas** – para responder a **problemas**. O conhecimento científico inclui, portanto, a **criatividade**, característica fundamental no processo em que o cientista procura formular uma hipótese explicativa como tentativa de resposta ao problema com o qual se depara. **A observação não é o ponto de partida da ciência** – Popper rejeita a ideia de que o conhecimento científico parte de uma observação neutra ou isolada; toda a teoria científica está associada a teorias ou ideias prévias, já existentes (por exemplo, o senso comum).



Assim, a ciência evolui a partir das hipóteses/conjeturas propostas face aos problemas e a atitude do cientista é a de procurar **falsificar** essas mesmas hipóteses. Ou seja, uma vez formulada a conjetura, o cientista trabalha no sentido de a falsificar (e não de a confirmar!), o que leva à produção de conjeturas capazes de resistir às objeções e testes mais rigorosos. **Os testes experimentais nunca poderão confirmar ou provar como definitivamente verdadeira uma dada hipótese – por mais casos que suportem essa hipótese, ela nunca será definitivamente verdadeira.**

Atividades

1 Seleciona a única opção correta, de acordo com a conceção de Popper.

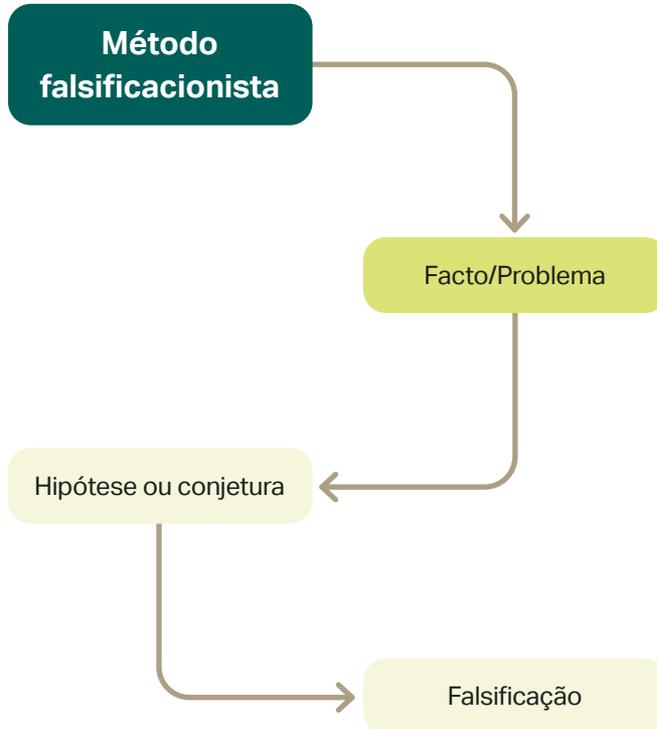
O conhecimento científico

- A. evolui por meio de confirmações empíricas.
- B. não tem um estatuto de verdade por não possuir um método rigoroso.
- C. não sofre qualquer tipo de evolução, porque é sempre duvidoso.
- D. é constituído por teses refutáveis.

7.2.5. As etapas do método falsificacionista

Também denominado **método das conjeturas e refutações**, o falsificacionismo salienta que a ciência não pode mostrar a verdade definitiva de uma hipótese, mas pode mostrar que ela é definitivamente falsa.

Método falsificacionista		
Etapa		O cientista
1	Problema	Depara-se com factos e/ou teorias anteriores que, à luz dos seus conhecimentos, suscitam dificuldades que devem ser investigadas.
2	Conjetura	Elabora uma tentativa de explicação, uma suposição ou hipótese que pensa constituir a solução para o problema ou dificuldade.
3	Testes de falsificação	Teste severo da hipótese procurando determinar se as hipóteses falseadoras imaginadas (exemplos de observações que possam colocar em causa a hipótese) ocorrem ou não. Se sim, a hipótese está falsificada; se não, está corroborada.

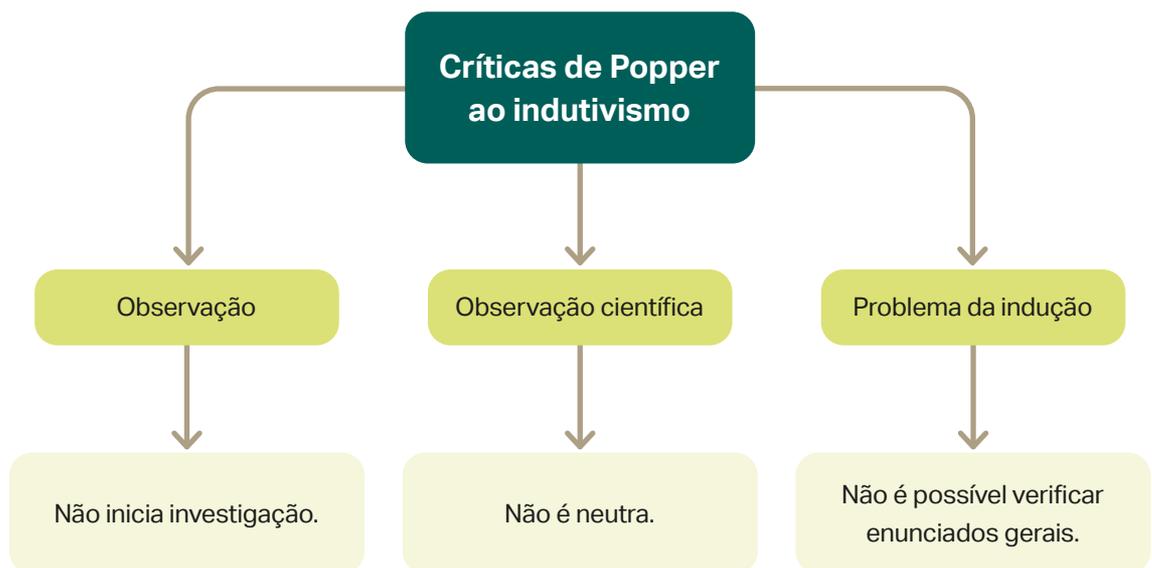


Quando uma hipótese é falsificada, cabe ao cientista procurar e propor uma nova hipótese, mais abrangente e que constitua uma “melhor hipótese” do que a refutada. Popper substitui, portanto, a noção de confirmação pela de falsificação: a ciência não pode confirmar que todos os metais são bons condutores de eletricidade, mas poderá descobrir um que não tenha essa propriedade.

Os cientistas não são imparciais e livres de preconceitos ou pressupostos. As observações que fazem são afetadas por expectativas, teorias, conceitos e pressupostos que os cientistas acumulam durante a investigação.

Podemos, então, resumir as principais críticas de Popper ao indutivismo:

- a observação não é o ponto de partida da investigação;
- a observação científica não é um procedimento neutro ou objetivo;
- a verificação de enunciados gerais é impossível (problema da indução).



As teorias científicas são, para Popper, conjeturas (hipóteses) que estão em vigor num determinado tempo enquanto resistem aos testes de falsificação. Uma tese que permanece em vigor é uma tese **corroborada**, aceite pela comunidade científica como hipótese, mas **não tem o estatuto de verdade definitiva**.

«Dizemos que uma teoria está “corroborada” enquanto resistir a esses testes [de falsificação]. A apreciação que assevera a corroboração (a apreciação corroboradora) estabelece algumas relações fundamentais, como, por exemplo, de compatibilidade e incompatibilidade. Consideramos a incompatibilidade como [a falsificação] da teoria.»

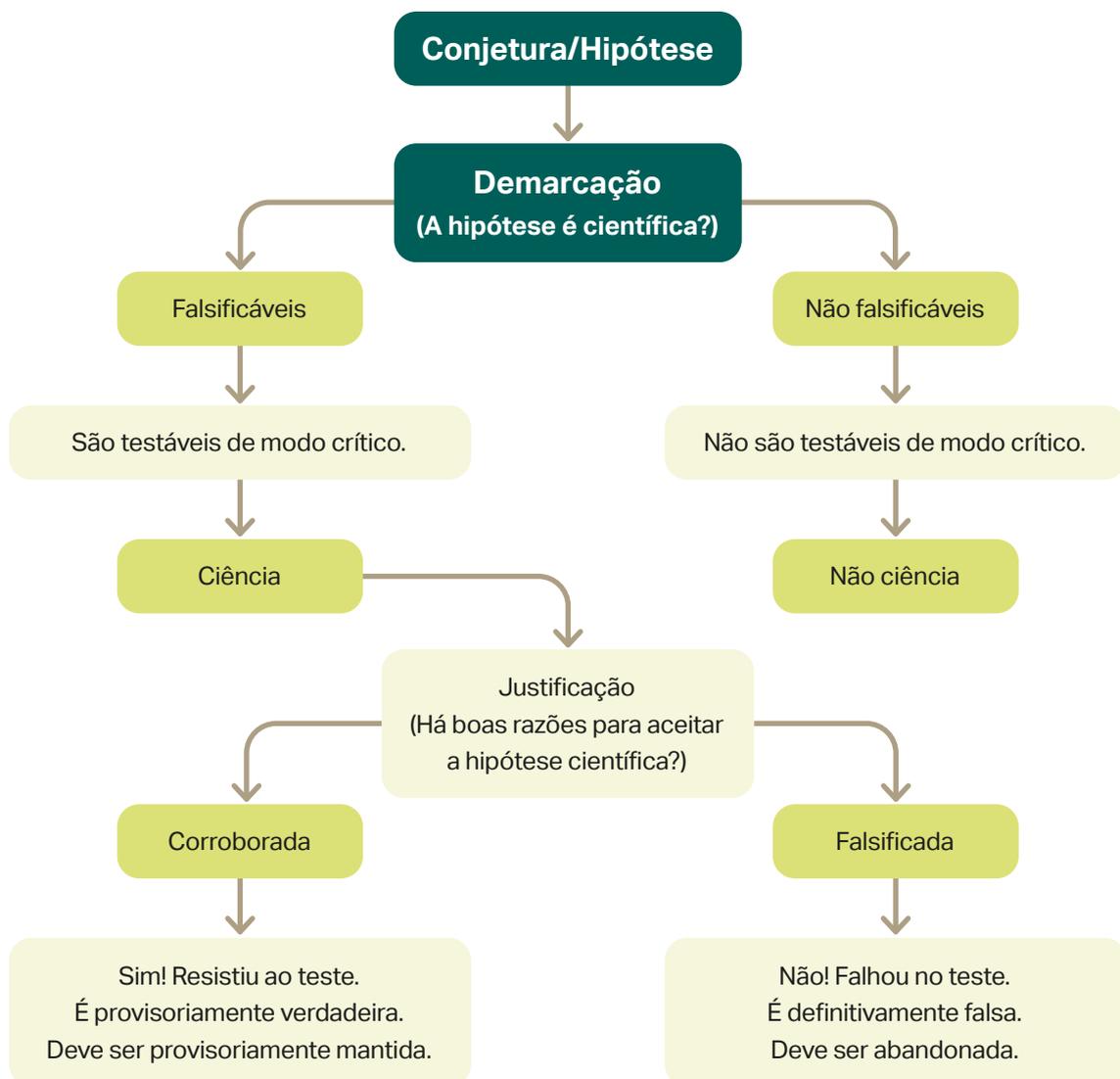


Assim, uma hipótese corroborada é uma hipótese resistente, que ainda não foi falsificada, mas permanece **falsificável** (admite a possibilidade de, futuramente, vir a ser provada como falsa).

Fig. 19 Excerto retirado de Popper, Karl. *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Editora Cultrix, 2008, pp. 291-292.

Fig. 20 Uma hipótese ou teoria falsificável pode ser testada com vista a determinar se a hipótese é falsa (falsificada) ou provisoriamente verdadeira (corroborada).





É a descoberta do erro que promove o avanço científico, o erro é o motor do progresso do conhecimento, uma vez que permite estabelecer como objetivamente falsa uma hipótese explicativa e força os cientistas a formularem uma nova conjetura. É precisamente sobre a evolução e a objetividade da ciência que trataremos a seguir.

Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas, de acordo com a tese de Popper.
 - A. As teorias científicas possuem um estatuto temporário e revisível.
 - B. A primeira etapa da ciência é a formulação de hipóteses.
 - C. As conjeturas científicas correspondem a suposições teóricas.

7.3. Os problemas da objetividade e da evolução da ciência

A objetividade da ciência parece ser um dado inquestionável. Quando pensamos no conhecimento científico, pensamos num tipo de conhecimento racional, fundamentado e dotado de objetividade. Do mesmo modo, parece indiscutível afirmar que a ciência progride alinhada com o progresso tecnológico – o desenvolvimento de instrumentos cada vez mais sofisticados e o uso de tecnologias com cada vez maior potencialidades e capacidades contribuem para a ideia de que o conhecimento científico vai eliminando erros, esclarecendo dúvidas e acabando com os “mistérios” da Natureza. Mas será mesmo assim? Será a ciência uma forma objetiva de conhecimento? E estará a ciência a aproximar-nos cada vez mais da verdade sobre o mundo?

7.3.1. A perspetiva de Popper sobre a evolução e a objetividade da ciência

Podemos compreender melhor a perspetiva de Popper sobre o modo como a ciência evolui a partir de uma comparação entre a sua tese e a tese darwinista sobre a evolução das espécies animais. Ou seja, o modo como Popper vê a evolução da ciência é semelhante à proposta de Charles Darwin sobre a evolução das espécies:

- A ciência evolui por um processo de seleção; as teorias mais aptas como explicação e que resistem aos testes de falsificação são aquelas que são corroboradas;
- As teorias corroboradas não têm o estatuto de definitivamente verdadeiras, tal como as espécies resistentes num determinado momento não têm o estatuto de eternas. As mudanças no contexto/meio podem significar a extinção de espécies, tal como acontece na ciência, com a falsificação de conjeturas que elimina aquelas em que são descobertos erros.

Fig. 21 Charles Darwin (1809-1882).





Fig. 22 A teoria da evolução das espécies de Darwin está presente no seu livro *A Origem das Espécies* (1859).

Concluindo, o progresso da ciência dá-se por **eliminação de erros que tornam o conhecimento mais próximo da verdade** – meta para a qual a ciência avança. À medida que deteta erros e os elimina (formando novas conjecturas), a ciência dá passos em direção à verdade. A **ciência como aproximação à verdade** impede uma visão que considera o conhecimento como um processo estagnado ou dogmático.

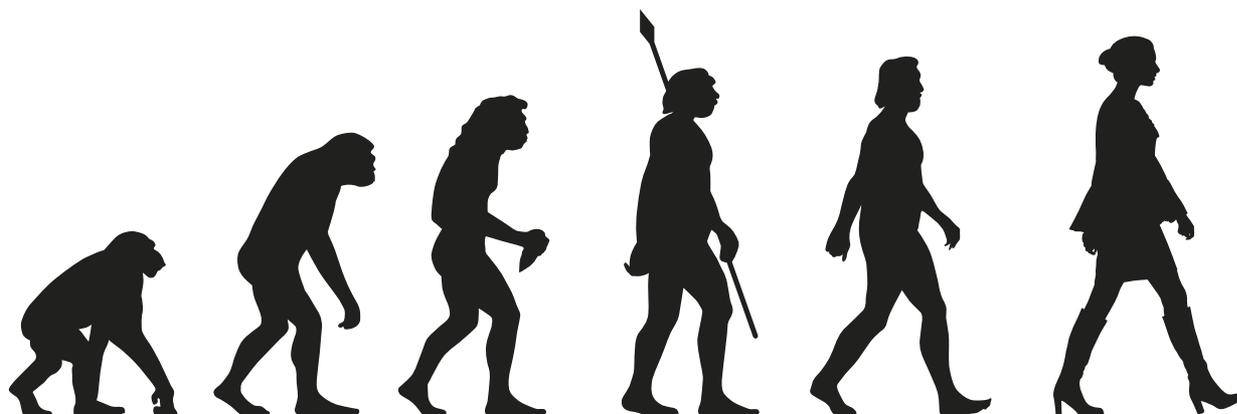
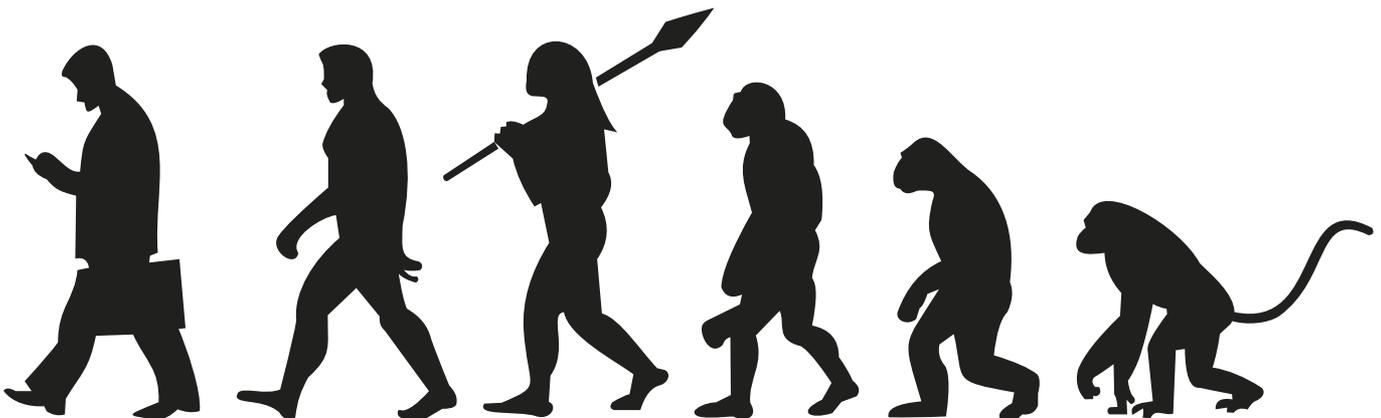


Fig. 23 Um exemplo habitual, quando referimos a evolução das espécies, é o caso da evolução humana, muitas vezes representada com figuras representativas das várias etapas.

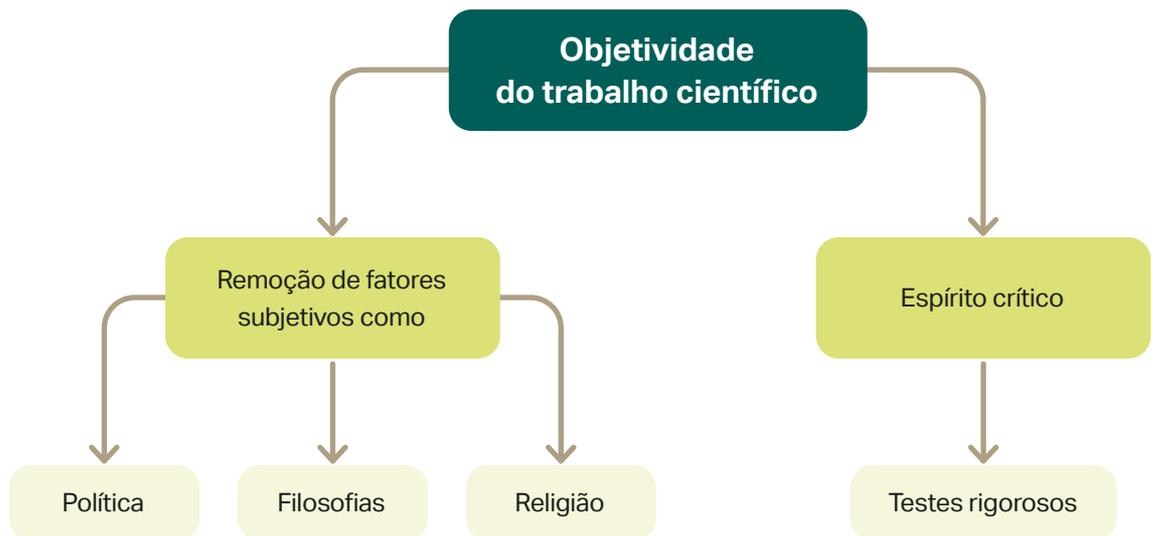
Apenas podemos considerar as teorias científicas como provisoriamente verdadeiras, são apenas conjeturas que, no presente, se encontram corroboradas enquanto não forem falsificadas.

Neste sentido, a ciência é conjetural, nunca chega à verdade, apenas se aproxima dela. E a evolução científica é teleológica, na medida em que se direciona para esse fim – a aproximação à verdade através da eliminação de hipóteses erradas.



Apesar de rejeitar a possibilidade de alcançar a verdade absoluta, **Popper não rejeita a objetividade do trabalho científico**. Na investigação científica não interferem, segundo o filósofo, fatores subjetivos, como crenças religiosas, convicções políticas ou ideologias filosóficas.

O trabalho científico é marcado apenas por um espírito crítico permanente dos cientistas, que aplicam testes rigorosos no sentido de falsificar, deixando de fora da sua atividade fatores que anulem ou reduzam a objetividade da investigação. Os testes de falsificação permitem, portanto, descobrir objetivamente quais as teorias falsas e que devem ser abandonadas como hipótese explicativa.



Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas, de acordo com a tese de Popper.
- A. Na História da Ciência não existem hipóteses verdadeiras nem hipóteses falsas.
 - B. Corroboração e verdade são conceitos equivalentes.
 - C. Uma conjectura corroborada é falsificável.
 - D. A objetividade da ciência decorre do rigor dos testes de falsificação.

7.3.2. As críticas à perspetiva de Popper

A perspetiva de Popper salienta a atitude crítica inerente ao trabalho científico e contribui para afastar a ideia de conhecimento científico como conhecimento absolutamente verdadeiro. Contudo, não está isenta de algumas críticas.

Principais críticas à perspetiva de Popper	
O processo de falsificação não parece ser o mais frequente no trabalho científico.	A História da Ciência mostra que nem sempre a falsificação é sinónimo de evolução.
A visão mais comum sobre a ciência defende que os cientistas trabalham, durante a maior parte do tempo, de acordo com o conhecimento estabelecido, procurando acumular informação e aprofundá-la. Dito de outro modo, a ideia de falsificação é controversa, considerando-se que a prática mais vulgar em ciência é, pelo contrário, a tentativa de confirmação das leis e das convicções estabelecidas.	Filósofos como Kuhn (1922-1996), que estudaremos a seguir, defendem que, ao longo da História da Ciência, existiram vários casos de teorias que foram alvo de críticas e estudos que as contrariavam, mas isso não significou que fossem abandonadas ou tomadas como falsas – persistiram e permaneceram em vigor (o que mostra que o “erro” não conduz, necessariamente, ao abandono das teorias).

Uma das críticas que pode ser apontada a Popper é que a sua tese constitui uma **visão normativa da ciência** – mostra-nos como ela deveria ser –, e não uma visão descritiva – o que ela, de facto, é na prática.

Atividades

- 1 Selecciona a opção que corresponde ao correto preenchimento dos espaços vazios do texto que se segue, segundo a conceção de Popper.

Diz-se que uma se

- A. teoria é verdadeira; for confirmada pelos testes experimentais.
 B. conjectura é corroborada; resiste aos testes de falsificação.
 C. teoria é verdadeira; resiste aos testes de falsificação.
 D. conjectura é corroborada; for refutada pelos testes de falsificação.

- 2 O contraexemplo, ou estudo que contraria uma dada hipótese, pode ser apenas um caso excepcional, que não invalida a tese inicial. Esta afirmação corrobora ou critica a perspetiva de Popper? Justifica a tua resposta.

7.3.3. A perspectiva de Kuhn sobre a evolução e a objetividade da ciência

Thomas Kuhn, epistemólogo contemporâneo, descreve a evolução da ciência através da **sucessão de paradigmas**. Um **paradigma** é um modelo teórico/explicativo que serve de referência e orienta o trabalho científico durante um determinado período temporal. **O paradigma determina o modo de “fazer ciência”**, define as metodologias, orienta as pesquisas e compreende o conhecimento disponível sobre cada tema, as crenças e expectativas da comunidade científica.

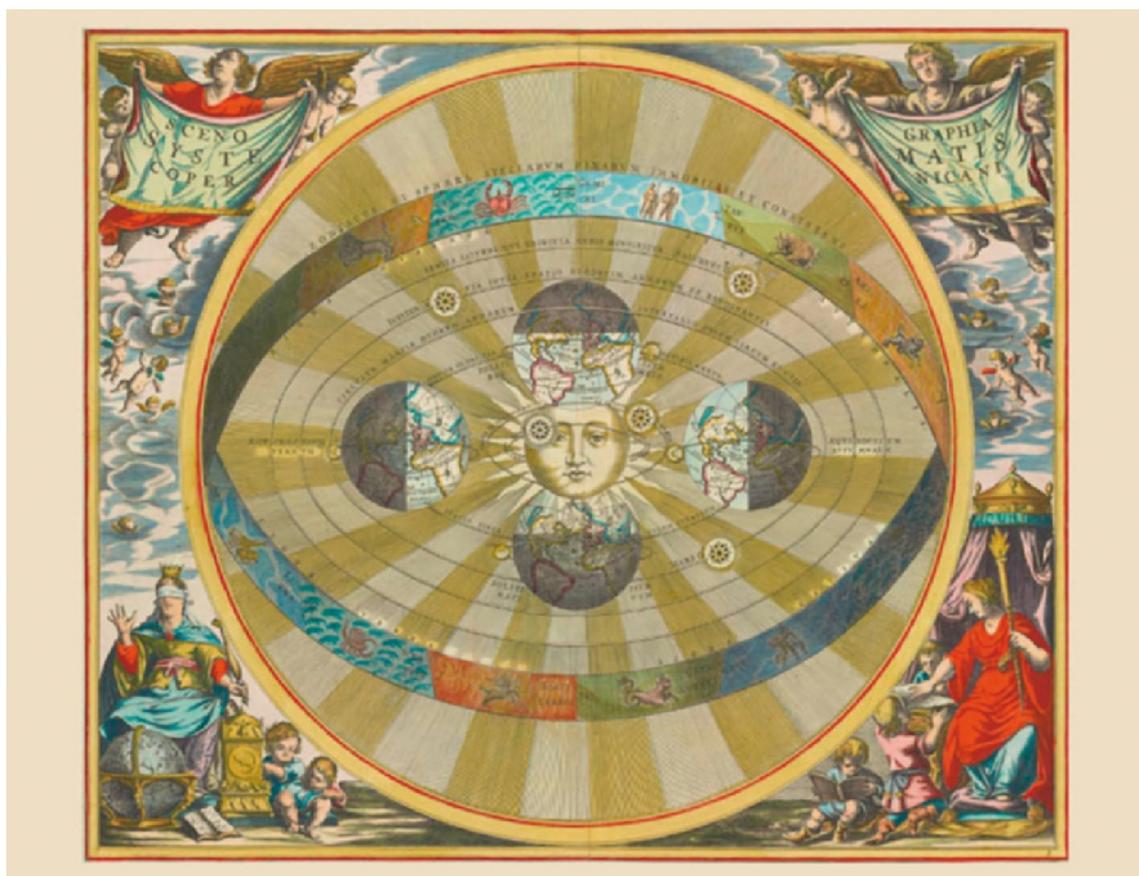
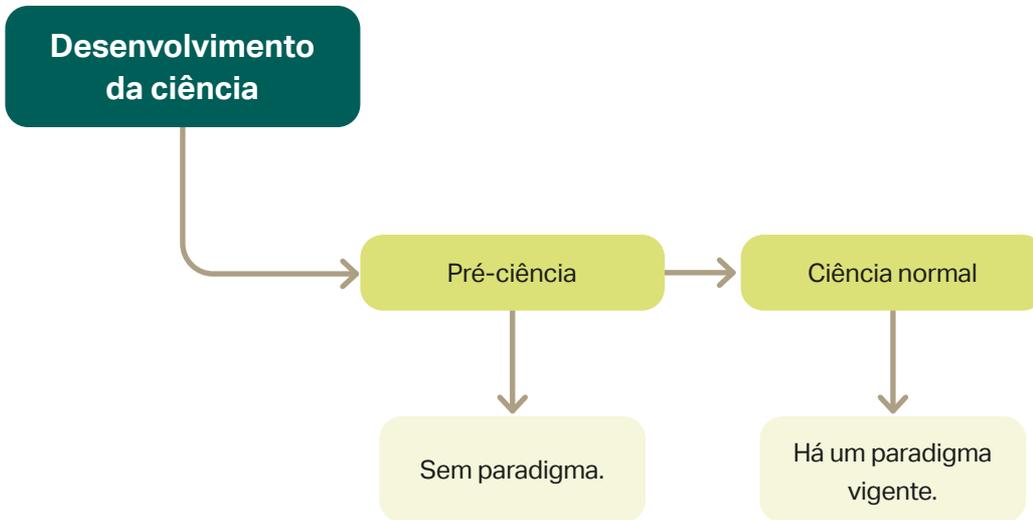


Fig. 24 Representação do Universo num sistema heliocêntrico presente na obra *Harmonia Macrocosmica* (1660), de Andreas Cellarius, publicada por Johannes Janssonius.

Na fase pré-paradigmática, aquilo que Kuhn designa por período de **pré-ciência**, os cientistas discutiram visões, propostas e hipóteses sobre os acontecimentos. Como se fossem explicações avulsas, **esta fase foi marcada por desorganização e divergência entre cientistas**. É com o surgimento do paradigma que os cientistas encontram um modelo que organiza e orienta o conhecimento. O trabalho científico desenvolve-se de acordo com o que está pressuposto no paradigma vigente e os cientistas solucionam os problemas e questões como enigmas. Kuhn designa este período de ciência normal, que, segundo o autor, ocupa a maior parte do trabalho científico.



Texto 7

«Neste ensaio, “ciência normal” significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para a sua prática posterior. Embora raramente na sua forma original, hoje em dia essas realizações são relatadas pelos manuais científicos elementares e avançados.»

Kuhn, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*.
São Paulo: Editora Perspetiva, 1998, p. 29.

Análise e interpretação

- 1 Relaciona, partindo do texto, as noções de ciência normal e de paradigma.



Fig. 25 Thomas Kuhn.

As “realizações científicas” reconhecidas pela comunidade científica correspondem precisamente ao paradigma. Como se de um *puzzle* se tratasse, **o trabalho científico corresponde, em larga medida, à explicação de factos e à resposta a questões seguindo as normas, o protocolo e as convenções científicas estabelecidas.** Contrariamente ao que Popper defende, o cientista trabalha de acordo – não contra – com as teorias dominantes em cada área e época.

7.3.4. A crise científica

E as anomalias? Kuhn designa por **anomalias** (erros) os casos ou estudos que vão contra as leis vigentes, isto é, os casos que, aparentemente, contrariam ou não correspondem ao paradigma.

Texto 8

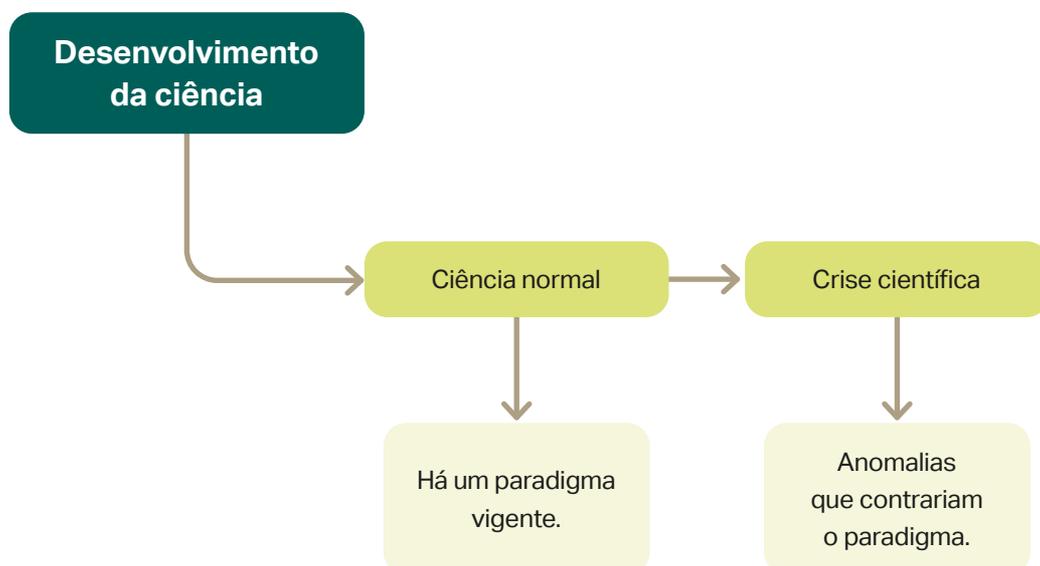
«A descoberta começa com a consciência da anomalia, isto, com o reconhecimento de que, de alguma maneira, a natureza violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal. Segue-se então uma exploração mais ou menos ampla da área onde ocorreu a anomalia. Esse trabalho somente se encerra quando a teoria do paradigma for ajustada, de tal forma que o anómalo se tenha convertido no esperado.»

Kuhn, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspetiva, 1998, p. 78.

Análise e interpretação

- 1 Mostra o que se entende por anomalia, de acordo com Kuhn.

A resolução de problemas e enigmas caracteriza o trabalho comum em ciência, mas alguns destes problemas e enigmas, as anomalias, são acontecimentos excepcionais, mais persistentes e mais difíceis de explicar tendo em conta o conhecimento e os meios disponíveis. Neste caso, os cientistas tendem a “desvalorizar” essas anomalias, interpretando-as como desafios, como “peças que não encaixaram no *puzzle*” e, portanto, é necessária uma reformulação do problema, uma nova leitura para que a peça encaixe devidamente no *puzzle* (paradigma).



O erro, uma anomalia, um caso anormal não põem em causa a soberania e a estabilidade do paradigma, não derrubam as convicções estabelecidas. Além disso, o aparecimento de um caso ou estudo que não está de acordo com o paradigma pode ser, ele próprio, um estudo mal conduzido! O erro pode ser, ele próprio, um erro.

Se as anomalias se sucederem, se os erros se acumularem, ou seja, se surgirem vários casos que não correspondem à informação estipulada e às leis ou teorias vigentes, então o paradigma parece estar "ameaçado". **As crises científicas dão-se quando há uma acumulação de anomalias significativas**, fazendo com que o paradigma se torne insuficiente e insatisfatório como explicação.

Um paradigma em crise é um paradigma que parece já não dar resposta aos problemas e dúvidas da comunidade científica. A crise surge quando há "peças que não encaixam definitivamente no *puzzle*", isto é, quando a comunidade científica não consegue explicar determinados problemas à luz do paradigma. **Este é o momento em que a comunidade científica vê abalada a confiança depositada no paradigma.**

Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas, de acordo com a tese de Kuhn.
 - A. O paradigma corresponde a tudo aquilo que a ciência não admite ou não consegue explicar.
 - B. As fases de ciência normal correspondem a fases paradigmáticas.
 - C. Os cientistas procuram falsificar os paradigmas.
 - D. A anomalia é o caso que fortalece o paradigma.
 - E. A crise científica pode conduzir ao fim da vigência de um paradigma.
 - F. A acumulação de anomalias difíceis de resolver põe em causa a confiança dos cientistas no modelo teórico estabelecido.
 - G. A expressão "o cientista é um solucionador de *puzzles*" procura mostrar como o trabalho dos cientistas é orientado no sentido de contrariar as teorias.
 - H. A ciência normal corresponde a um período de ausência de crise.
- 2 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. O conhecimento científico é importante para a vida quotidiana.
 - B. O conhecimento científico não é importante para a vida quotidiana.

2.1. Com qual das teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

7.3.5. As revoluções científicas

A revolução científica é uma possível consequência da crise. Nem todas as crises provocam necessariamente uma revolução, a crise pode também ser resolvida pela absorção da anomalia pelo paradigma vigente ou a anomalia pode ser guardada na esperança de que as gerações futuras, com o desenvolvimento do paradigma, a possam solucionar. **A revolução científica dá-se quando o paradigma que até então vigorara é definitivamente abandonado pela comunidade científica e substituído por outro.**

Texto 9

«Consideramos revoluções científicas aqueles episódios de desenvolvimento não cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior. [...]

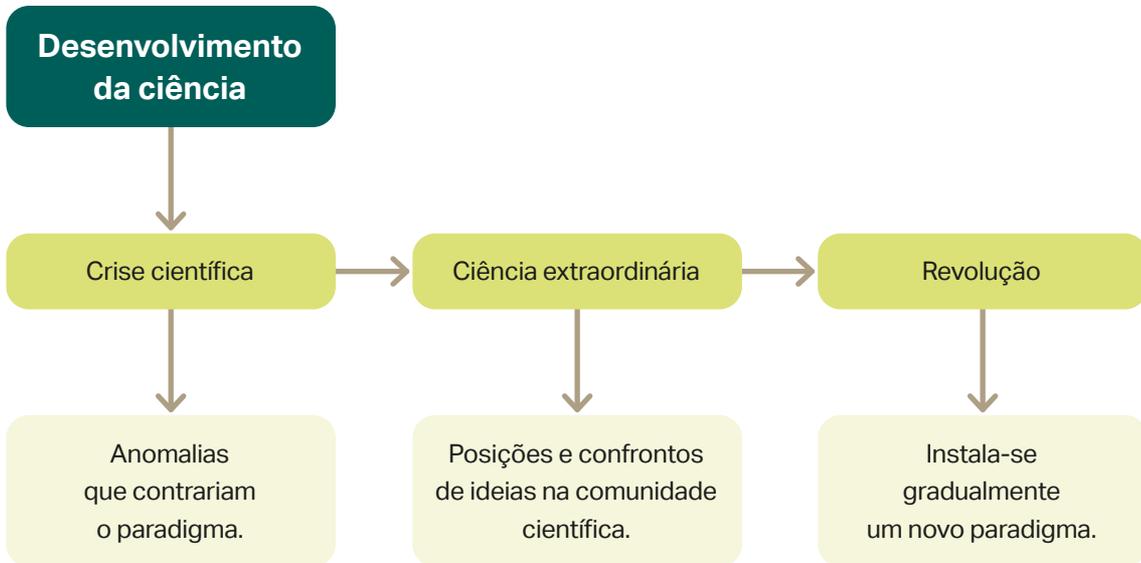
As revoluções científicas iniciam-se com um sentimento crescente, também seguidamente restrito a uma pequena subdivisão da comunidade científica, de que o paradigma existente deixou de funcionar adequadamente na exploração de um aspeto da natureza, cuja exploração fora anteriormente dirigida pelo paradigma. Tanto no desenvolvimento político como no científico, o sentimento de funcionamento defeituoso, que pode levar à crise, é um pré-requisito para a revolução.»

Kuhn, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspetiva, 1998, pp. 125-126.

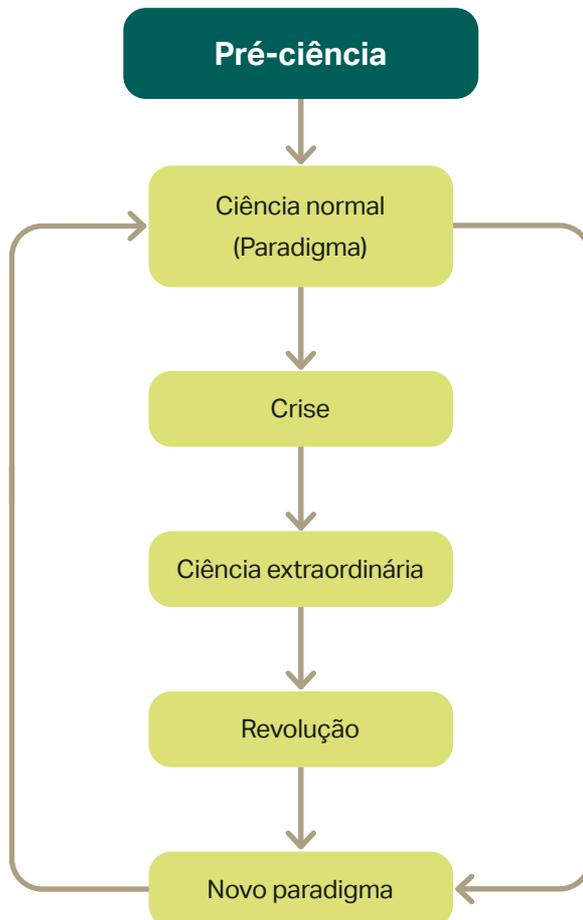
Análise e interpretação

- 1 Mostra a importância das revoluções científicas, de acordo com Kuhn.
- 2 Discute com os teus colegas as eventuais semelhanças entre revoluções científicas e revoluções políticas.

Esta **revolução** não decorre sem o debate, sem o confronto de posições e ideias de várias equipas ou grupos de cientistas. Conservar o paradigma ou mudar é o que nesta fase está em causa. Do debate e discussão sairá um novo rumo para a ciência. Ou seja, **após um período de debate entre concepções (o que salienta a importância da argumentação na ciência e na sua evolução)**, a comunidade poderá acabar por decidir escolher um novo paradigma que irá passar a ditar as “regras” e a orientar o modo de fazer ciência e de conhecer o mundo.



Assim, a sucessão de paradigmas não é um processo pacífico, calmo ou linear; pressupõe debate, confronto de teses, crenças e expectativas, e o corte com o paradigma anterior.



Os dois principais momentos na evolução da ciência são a ciência normal e a ciência extraordinária.

Ciência normal	Ciência extraordinária
O período paradigmático, ou seja, o período em que há a vigência e dominância de um paradigma e sob o qual as pesquisas se desenvolvem. É uma fase marcada por algum dogmatismo da comunidade científica, que trabalha de acordo com a ideologia, tecnologia e metodologia vigentes. Nesta fase, os cientistas procuram, essencialmente, contribuir para o fortalecimento do paradigma , acumulando e aprofundando a informação e o conhecimento.	O período mais atribulado e fértil no progresso da ciência. É a fase em que os cientistas procuram novas respostas e soluções para as anomalias que se encontram sem elas. Apesar de mais curto temporalmente, o período de ciência extraordinária consiste na fase em que se dão as grandes ruturas e avanços na ciência . É desta fase que surgirão novas conceções, novas perspetivas e novas formas de ver o mundo.

Atividades

1 Seleciona a única opção correta, de acordo com a conceção de Kuhn.

1.1. O paradigma

- A. diz respeito à teoria vigente, não às crenças da comunidade científica.
- B. tem um carácter prescritivo na medida em que orienta o trabalho científico.
- C. é posto em causa perante o surgimento de uma anomalia.
- D. nunca é desacreditado pela comunidade científica.

2 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas, de acordo com a tese de Kuhn.

- A. A atividade científica é marcada por momentos de debate, dúvida e crise.
- B. A crise pode significar o princípio do fim do paradigma.
- C. Há crises que não conduzem a revoluções e revoluções que não derivam de crises.
- D. O debate e a procura de novas soluções ou inovações caracterizam as fases paradigmáticas.
- E. O paradigma atual responde a questões que não eram respondidas pelo anterior.

7.3.7. A incomensurabilidade paradigmática

Segundo Kuhn, os paradigmas são incomensuráveis, isto é, são **inconciliáveis** e **incomparáveis**. Na ciência não coexistem diferentes paradigmas na mesma área de conhecimento. O estabelecimento de um pressupõe o abandono de outro. Além disso, os paradigmas não são comparáveis do ponto de vista qualitativo, ou seja, o paradigma atual não é “melhor” do que o anterior, corresponde antes a uma diferente visão do mundo. Nas palavras do filósofo:

Texto 10

«As mudanças de paradigma realmente levam os cientistas a ver o mundo definido por seus compromissos de pesquisa de uma maneira diferente.»

Kuhn, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspetiva, 1998, p. 145.



Fig. 26 A ilusão do coelho-pato. Dependendo do lado em que observamos a imagem pode parecer-nos um coelho ou um pato. A versão original deste desenho foi publicada, em 1892, na revisão alemã *Fliegende Blätter*, acompanhada, no topo, da seguinte questão: “Que animais são mais parecidos entre si?”; e abaixo: “Coelho e Pato”.

Cada paradigma é o mais adequado na época em que vigora, de acordo com os meios disponíveis nessa mesma época. Por isso, **a ciência não evolui em direção à verdade, não estamos hoje mais próximos da verdade do que ontem (carácter ateleológico da evolução da ciência)**.

«Para ser mais preciso, talvez tenhamos que abandonar a noção, explícita ou implícita, segundo a qual as mudanças de paradigma levam os cientistas e os que com eles aprendem a uma proximidade sempre maior da verdade.»

Kuhn rejeita, deste modo, a aproximação progressiva à verdade e realça o papel fundamental da **comunidade científica**, órgão decisor por excelência na escolha e rejeição dos paradigmas em concurso.

Assim, no âmbito da questão sobre a objetividade, qual a posição de Kuhn? O filósofo afirma que **o conhecimento científico não pode ser dissociado de fatores (culturais, económicos ou até estéticos) que influenciam o modo como vemos e analisamos o mundo.** Como refere Kuhn:

«O conhecimento científico, como a linguagem, é intrinsecamente a propriedade comum de um grupo ou então não é nada. Para entendê-lo, precisamos conhecer as características essenciais dos grupos que o criam e utilizam.»

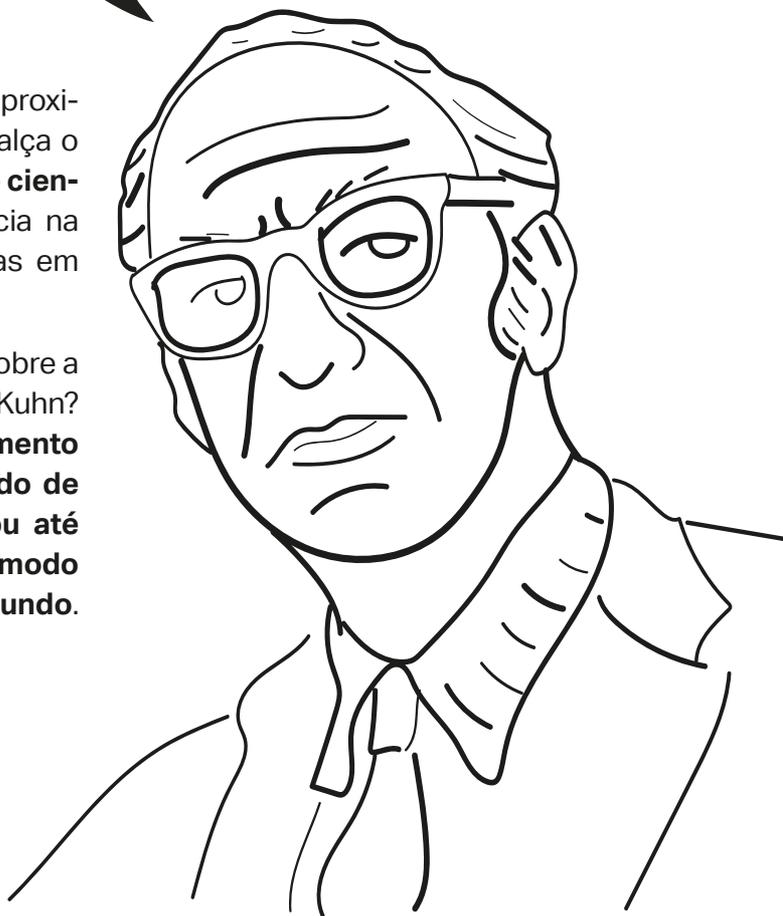


Fig. 27 Excertos retirados de Kuhn, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspetiva, 1998, p. 213 (acima) e p. 257 (abaixo).

São estes fatores que impedem que a ciência corresponda a uma forma objetiva de ver a realidade. **As concepções científicas estão sempre condicionadas pela época e por todos os fatores – políticos, económicos, sociais entre outros – presentes em cada época.**

A implementação de um novo paradigma que rompe radicalmente com o anterior é, no fundo, uma “eleição” ou escolha entre paradigmas rivais. **Esta escolha traz a marca sociológica e histórica**, ou seja, o modelo, como já referimos, não pode ser dissociado do **contexto histórico e social dos cientistas**. Mas essa escolha obedece também, como não poderia deixar de ser na ciência, a **critérios objetivos**.

Entre outros aspetos, Kuhn realça que:

Texto 11

«Em primeiro lugar, o novo candidato [paradigma] deve parecer capaz de solucionar algum problema extraordinário, reconhecido como tal pela comunidade e que não possa ser analisado de nenhuma outra maneira. Em segundo, um novo paradigma deve garantir a preservação de uma parte relativamente grande da capacidade objetiva de resolver problemas, conquistada pela ciência com o auxílio dos paradigmas anteriores.»

Kuhn, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspetiva, 1998, p. 211.

Dizer que a ciência abre as portas à subjetividade não equivale, em Kuhn, a afirmar que a ciência é irracional. No entanto, mais do que um conhecimento objetivo, Kuhn descreve **a ciência como uma atividade intersubjetiva**, em que concorrem simultaneamente aspetos subjetivos e critérios objetivos. E quais são esses critérios?

Critério	Descrição
Exatidão	A teoria deve ser empiricamente precisa, ou seja, as suas previsões devem corresponder aos dados observados e analisados.
Consistência	Deve ser internamente coerente e compatível com outras teorias científicas aceites.
Alcance	Deve ter uma ampla abrangência explicativa, permitindo explicar uma quantidade significativa de acontecimentos ou fenómenos.
Simplicidade	Deve ser a mais simples possível, sem suposições desnecessárias, isto é, ser capaz de explicar e descrever fenómenos de modo claro e direto.
Fecundidade	Deve gerar novas questões, previsões e avanços no campo da ciência.

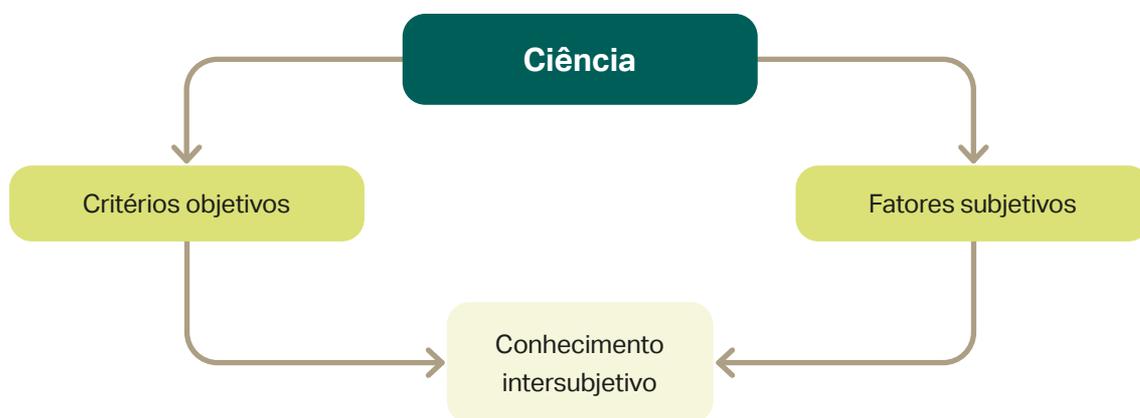


Fig. 28 Os paradigmas não existem simultaneamente.



Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas, de acordo com a tese de Kuhn.
 - A. A ciência normal tem um carácter durável, mas não permanente.
 - B. O surgimento de uma anomalia é encarado pelo cientista como um desafio que deve ser revisto e repensado no sentido de ser resolvido.
 - C. As revoluções científicas confirmam a total subjetividade do trabalho científico.
 - D. Os paradigmas científicos são as leis e teorias da ciência dotadas de objetividade e, como tal, independentes de fatores externos à ciência.
- 2 Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. A ciência é um conhecimento objetivo que não sofre interferência de fatores e interesses subjetivos ou económicos.
 - B. A ciência não é um conhecimento objetivo que não sofre interferência de fatores e interesses subjetivos ou económicos.

2.1. Com qual das teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

7.3.8. As críticas à perspectiva de Kuhn

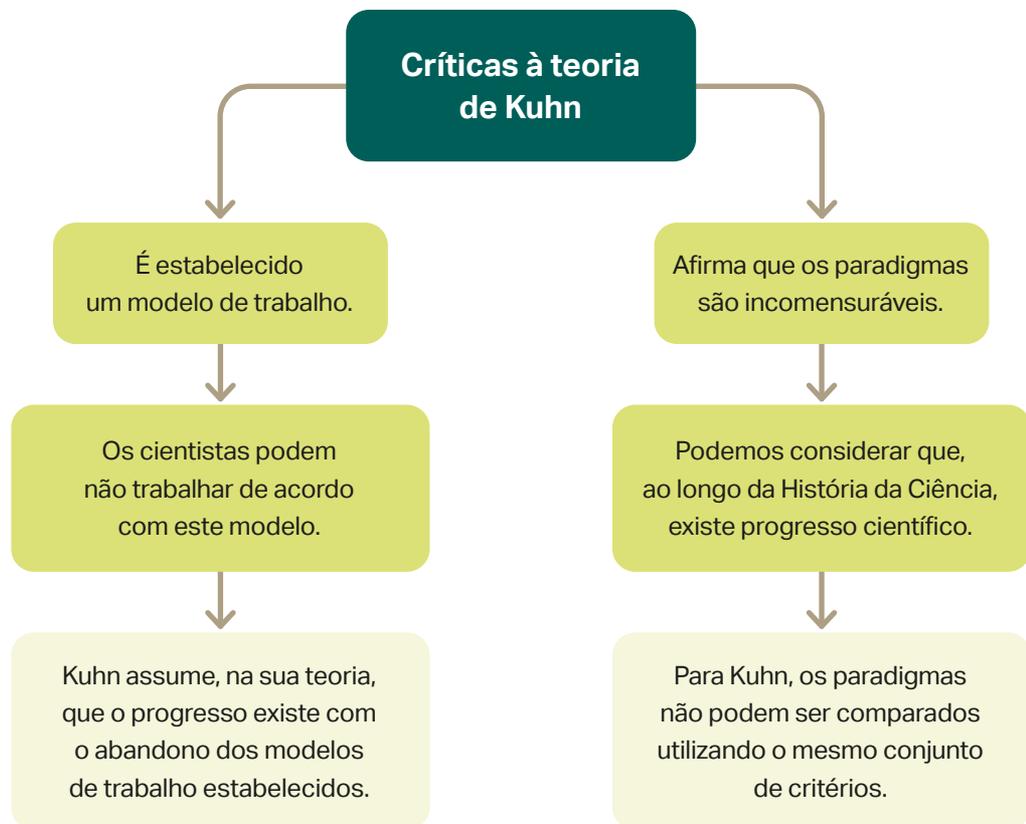
A perspectiva de Kuhn acentua a dimensão histórica e sociológica da ciência, isto é, explica a evolução da ciência tendo por base a relação com a época, o contexto e todos os fatores sociais que caracterizam cada período histórico.

Kuhn reforça a ideia de que o conhecimento científico não é imune ao impacto de diversos fatores que estão presentes em cada período histórico, tais como a política ou a economia. Mas algumas críticas podem ser apontadas à sua tese.

Críticas à teoria de Kuhn	
O carácter dogmático da atitude dos cientistas	A evolução qualitativa do conhecimento científico
Não é consensual a ideia proposta por Kuhn sobre o modo como os cientistas trabalham na fase de ciência normal. Ao apresentar o paradigma como ideal definidor e orientador de toda a pesquisa, ao propor que os cientistas trabalham de acordo com um modelo estabelecido, Kuhn parece esquecer a atitude crítica que é entendida como caracterizadora da investigação científica.	Também a tese da incomensurabilidade é controversa entre filósofos. Afirmar a incomensurabilidade paradigmática é negar o progresso e os ganhos aparentemente inequívocos de conhecimentos ao longo da História da Ciência. Se aceitarmos que os paradigmas são incomensuráveis e que não existe aproximação à verdade, ficamos impedidos de assumir que existem efetivamente teorias melhores e piores em ciência.

Fig. 29 A atitude crítica dos cientistas pode implicar que nem todos vão trabalhar de acordo com o modelo estabelecido.





Estes dois aspetos estão na base da acusação feita à tese de Kuhn, de que pende para uma visão relativista do conhecimento científico; o ideal de conhecimento que aspira à objetividade, ao rigor e à verdade não é aquele que se infere da tese de Kuhn. Assim, parece ser posto em causa um conjunto de características e valores tradicionalmente associados à ciência.

Atividades

- 1 Caracteriza sucintamente o espírito/atitude do cientista nas fases de ciência normal e ciência extraordinária.
- 2 A tese de Kuhn é criticada pelo modo como caracteriza a atitude dos cientistas. Explicita essa crítica.
- 3 Atenta nas teses seguintes:
 - A. A ciência orienta-se pela perseguição da verdade.
 - B. A ciência orienta-se pela descoberta do que é falso.

3.1. Com qual das teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

7.3.9. Análise comparativa às perspectivas de Popper e Kuhn

	Karl Popper	Thomas Kuhn
Como evolui a ciência?	Pela falsificação e formulação de novas conjecturas.	Por revoluções que correspondem a mudança de paradigmas.
Qual o papel do erro na ciência?	O erro é o motor do progresso na ciência que obriga a formação de novas conjecturas e, por isso, é a finalidade do trabalho científico.	O erro ou anomalia não são concebidos como contraexemplos ao paradigma nem conduzem automaticamente à crise ou à falsificação do paradigma.
Qual a atitude dos cientistas?	Permanentemente crítica, testando continuamente e de modo severo todas as conjecturas científicas.	Dogmática nos períodos de ciência normal, de acordo com o paradigma; crítica nos períodos de ciência extraordinária em busca de novas soluções.
Qual a relação entre a ciência e a verdade?	A verdade é a meta para a qual a ciência avança sem que isso signifique que a atinge. Não há teorias definitivamente verdadeiras, mas cada vez mais verosímeis ou em aproximação à verdade.	Não é correto falar de aproximação à verdade em ciência, cada paradigma corresponde a um modo de pensar, interpretar e compreender a realidade. Não é possível afirmar que um paradigma está mais ou menos próximo da verdade.
É a ciência um conhecimento objetivo?	Sim. Os critérios que permitem falsificar uma hipótese são objetivos e rigorosos, mostrando-nos quais as teses objetivamente falsas e que não servem como explicação.	Não. O conhecimento científico é marcado pela combinação de critérios objetivos com fatores subjetivos, o que torna a ciência uma atividade intersubjetiva e sempre vinculada ao contexto em que decorre.

Atividades

- 1** Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas, de acordo com as teses de Kuhn e de Popper.
- A. Para Kuhn, a ciência aproxima-se cada vez mais da verdade.
- B. Para Popper, a ciência aproxima-se cada vez mais da verdade.
- C. O trabalho científico tem como objetivo, para ambos os filósofos, descobrir quais as teorias falsas.

Síntese

A **Epistemologia** ocupa-se do estudo do conhecimento científico, procurando caracterizar a ciência, mostrar o que a distingue de outros modos de conhecer, como evolui e qual a sua relação com a objetividade e com a verdade.

A **pseudociência** é a atividade não científica que se faz passar por ciência; o **cientismo** é a atitude que considera a ciência como a única forma de conhecimento rigorosa.

A **ciência**, enquanto conhecimento rigoroso e metódico, opõe-se ao senso comum ou **conhecimento vulgar**, ametódico e não fundamentado.

A ciência deve o seu rigor ao **método** experimental; a visão **positivista** da ciência está associada à perspetiva **verificacionista** do método, que contrasta com a perspetiva **falsificacionista** de Popper.

Popper rejeita o papel da **indução** na ciência, adotando o método hipotético-dedutivo e propõe o **método das conjeturas e refutações**, afirmando que a ciência evolui pelo erro e pela falsificação de hipóteses ou conjeturas que são substituídas por outras, com menos erros e, como tal, mais próximas da verdade.

De acordo com o falsificacionismo, as conjeturas falsificáveis são científicas e mediante teste empírico, rigoroso e objetivo, pode determinar-se se essa conjetura é corroborada (provisoriamente verdadeira) ou falsificada (definitivamente falsa).

A defesa de Popper da atitude crítica poderá ser excessiva quer pelo facto de historicamente a falsificabilidade ter sido pouco usada, quer pelo facto de na ciência se procurarem factos positivos.

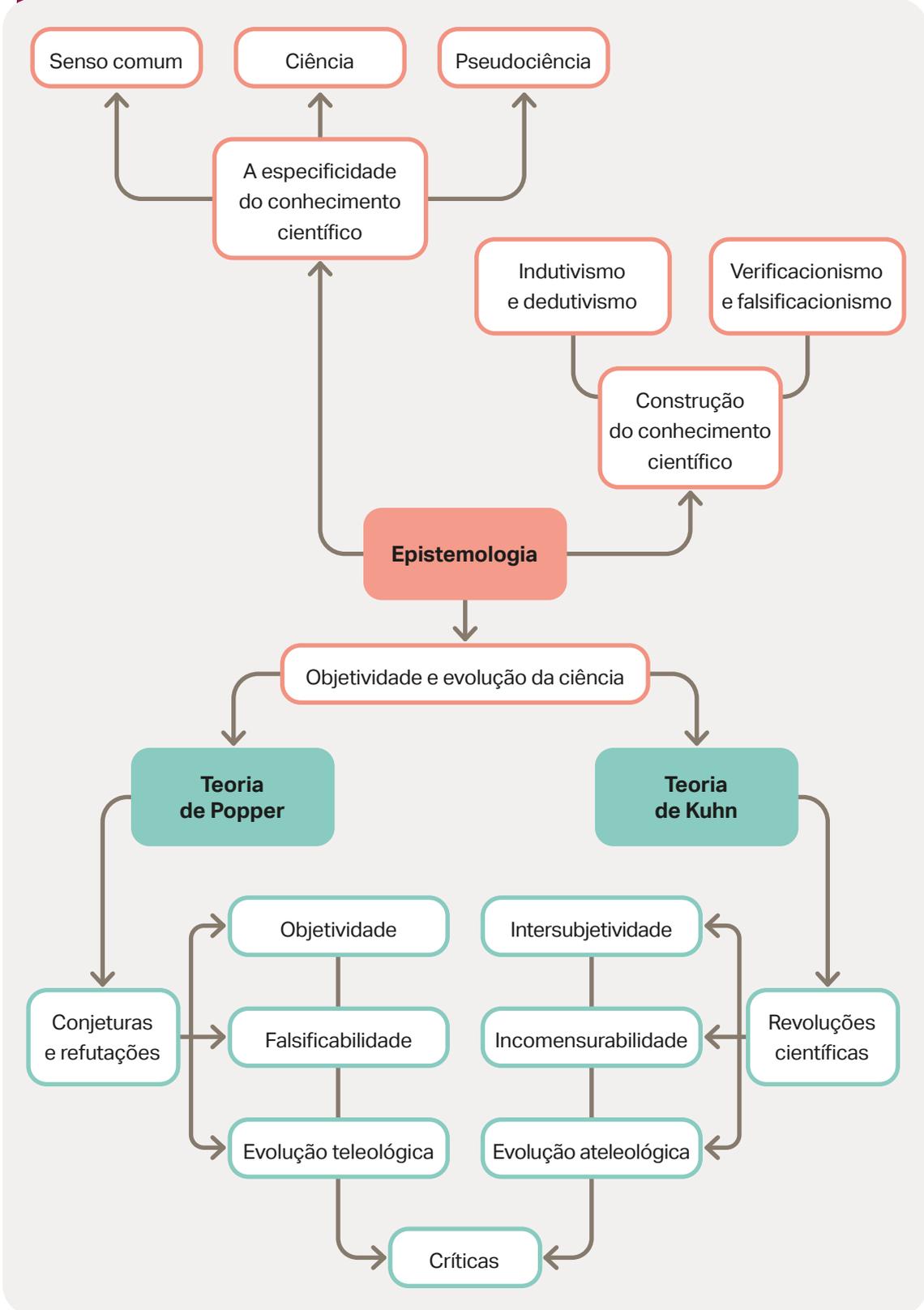
Kuhn defende que a evolução da ciência se dá por **sucessão de paradigmas** que ocorrem por **revoluções**; os paradigmas, ou modelos, determinam o que é ciência enquanto estão em vigor (o período de **ciência normal**), até que a **crise** (anomalias não explicadas) põe em causa a sua estabilidade e soberania.

As crises conduzem a períodos de **ciência extraordinária**, marcados pela construção criativa de candidatos a paradigma e pelo debate na comunidade científica, do qual poderá surgir a escolha ou eleição de um novo paradigma ou a resolução da anomalia pelo paradigma vigente.

Os paradigmas são **incomensuráveis**, pois não podem ser objetivamente comparados, correspondendo a diferentes modos de interpretar o mundo; como tal, Kuhn defende que **não é correto falar de aproximação à verdade na ciência**.

Kuhn destaca, ainda, o **carácter intersubjetivo** da investigação e do conhecimento científico, que se constrói tendo por base a conciliação de **critérios objetivos** com **diversos fatores subjetivos**, que mostram que a ciência não pode ser dissociada do contexto histórico-social em que se desenvolve.

Esquema-síntese



Grupo II

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
- A. Segundo Popper, existe um critério que nos assegura que chegamos à verdade.
 - B. Popper rejeita a certeza de chegar à verdade, apesar de considerar que nos aproximamos dela.
 - C. Popper é um objetivista e, portanto, um dogmático.
 - D. Popper e Kuhn são antidogmáticos, no sentido em que afirmam que a ciência não deve ser entendida como instrumento que possui a verdade segura.
 - E. A incomensurabilidade dos paradigmas determina que os mesmos não possam ser objetivamente comparados.
 - F. Kuhn destaca a importância da comunidade científica na resposta ao problema da distinção entre ciência e não ciência.
 - G. É correto dizer que, segundo Popper, os testes de falsificação são sempre subjetivos.
 - H. As teorias atuais não são melhores do que as anteriores, segundo Popper.

Grupo III

- 1 Lê o seguinte texto.

Supomos que, em virtude de o Sol ter nascido todos os dias no passado, temos boas razões para supor que nascerá amanhã. Porém, se o filósofo David Hume tiver razão, o passado não fornece qualquer espécie de pista para o que acontecerá no futuro.

Hume conclui que não temos realmente qualquer justificação para supor que o raciocínio indutivo conduz necessariamente a conclusões verdadeiras.

- 1.1. Explica em que consiste o método indutivo, desenvolvendo a crítica presente no texto.

- 2 Lê o seguinte texto.

Suponhamos que inventam uma boa hipótese, calculam as consequências e verificam repetidamente que as consequências que calcularam estão de acordo com a experiência. A teoria estará, então, certa? Não, diz-nos Popper. Simplesmente, não se provou que estava errada. Mais tarde, podem descobrir que o resultado é falso.

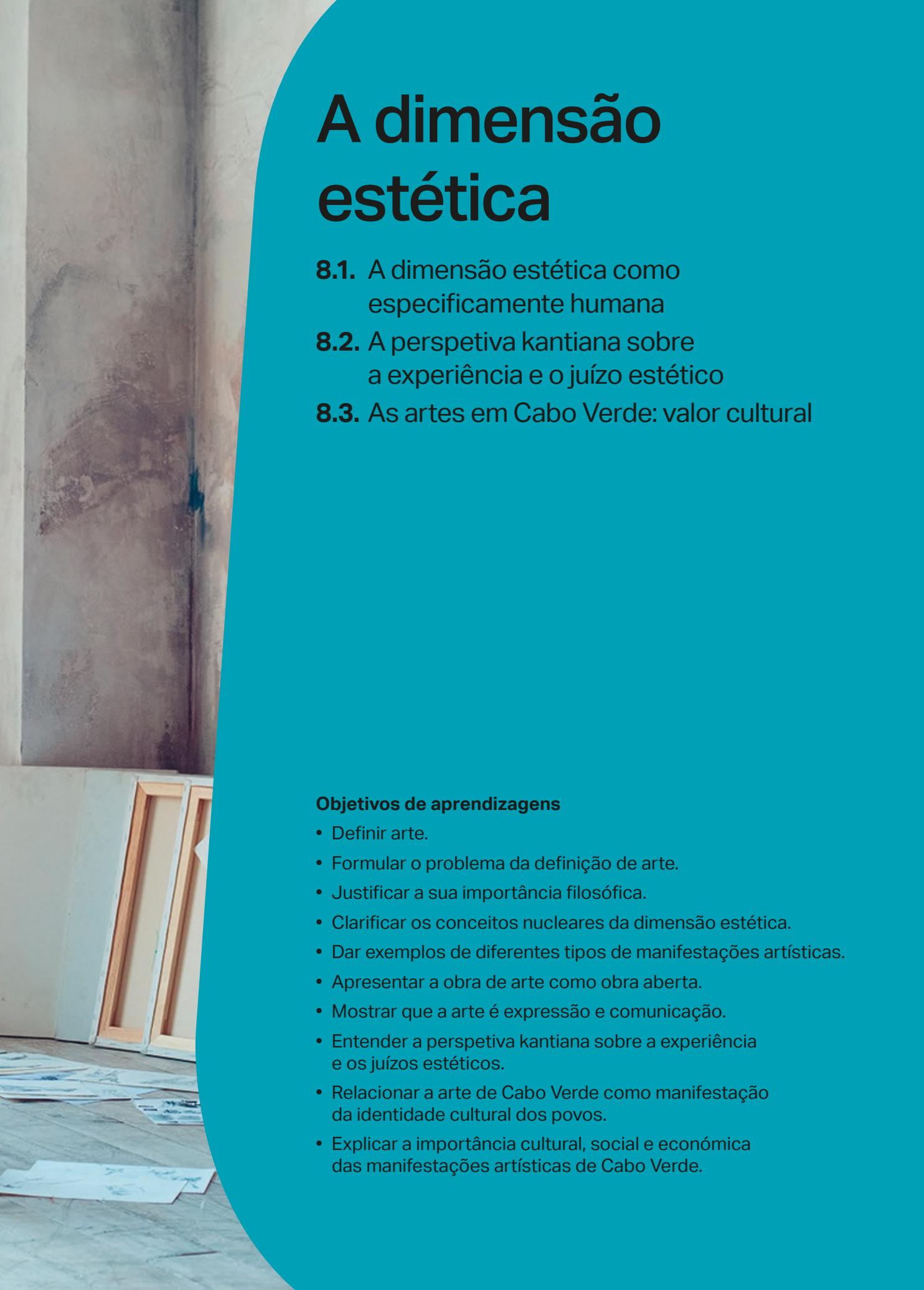
- 2.1. Explica o texto à luz da distinção popperiana entre verdade e corroboração.

- 3 Identifica o período em que, segundo Kuhn, o cientista se limita a ser um "solucionador de *puzzles*" e caracteriza-o.

- 4 Supõe que um cientista descobre um erro/anomalia numa teoria/paradigma. Compara as respostas de Popper e Kuhn relativamente ao papel do cientista nesta situação.

8





A dimensão estética

- 8.1.** A dimensão estética como especificamente humana
- 8.2.** A perspetiva kantiana sobre a experiência e o juízo estético
- 8.3.** As artes em Cabo Verde: valor cultural

Objetivos de aprendizagens

- Definir arte.
- Formular o problema da definição de arte.
- Justificar a sua importância filosófica.
- Clarificar os conceitos nucleares da dimensão estética.
- Dar exemplos de diferentes tipos de manifestações artísticas.
- Apresentar a obra de arte como obra aberta.
- Mostrar que a arte é expressão e comunicação.
- Entender a perspetiva kantiana sobre a experiência e os juízos estéticos.
- Relacionar a arte de Cabo Verde como manifestação da identidade cultural dos povos.
- Explicar a importância cultural, social e económica das manifestações artísticas de Cabo Verde.

Texto 1

«Han teve a ideia, provavelmente genial, de nunca mais ver um quadro seu despreciado. E a melhor forma de o conseguir era pintando quadros dos outros como se fossem seus. *A Ceia em Emaús*, de Vermeer, brotou-lhe dos dedos mágicos como se fosse o próprio Vermeer a desenhá-la. Todos os grandes especialistas em Vermeer, incluindo o dr. Abraham Bredius, uma sumidade desse tempo, não tiveram dúvidas em considerar o quadro autêntico. [...]

Em maio de 1945, a polícia invadiu o palacete de Han van Meegeren e levou-o para o cárcere sob a acusação de ter colaborado com os nazis durante a ocupação.

Acusação suficientemente grave para lhe garantir uns anos de cadeia efetiva, se não mesmo uma sentença de morte por enforcamento, muito vulgares à época.

O principal esteio da acusação estava alicerçado no facto de ter sido encontrado por entre os despojos de Göring um Vermeer intitulado *A Mulher Apanhada em Adultério* que só podia ter-lhe sido vendido por Han, segundo o procurador. Surpreendentemente, van Meegeren lançou em sua defesa um argumento formidável e radical. *A Mulher Apanhada em Adultério* não era, nem nunca fora, pintada pelo mestre Vermeer. Limitava-se a ser uma cópia rabiscada pelo próprio Meegeren.»

Melo, Afonso de. (2 setembro 2021) "Han van Meegeren. O falsificador que engazopava nazis". SOL. Disponível em <https://sol.sapo.pt/> [consult. mai 2025].

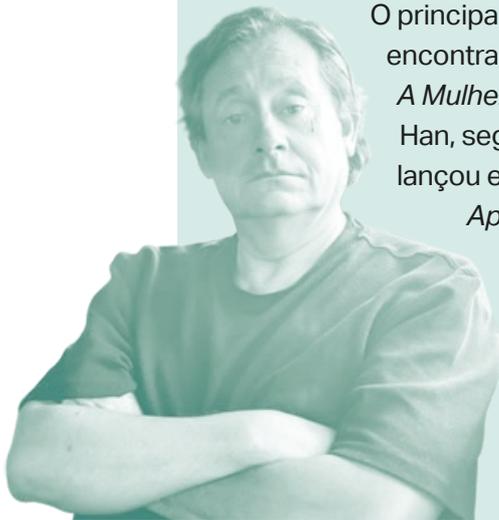


Fig. 1 Afonso de Melo (1964-).

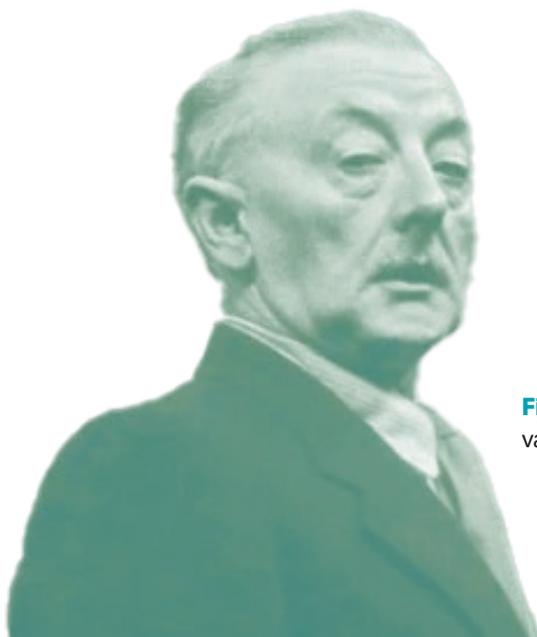


Fig. 2 Henricus Antonius "Han" van Meegeren (1889-1947).

O texto apresentado pode evocar uma problemática bastante interessante no âmbito da **Filosofia da Arte**: o que é mais valioso? **A obra original ou a sua cópia**? E como justificariamos a resposta a esta questão?

O texto que se segue fornece algumas pistas para a análise mais aprofundada desta problemática.

Texto 2

«Suponhamos que um falsário cria um Picasso perfeito – feito exatamente ao estilo do mestre, imaculada até a última pincelada, indetetável como falso pelos peritos. Normalmente desprezariamos uma cópia, por melhor que fosse, já que ela não é obra do mestre; é uma mera imitação, à qual falta originalidade e génio criativo. Mas logo que a obra seja separada das suas raízes, não passarão tais considerações a ser secundárias? Um cínico diria no mínimo isso: preferir uma cópia perfeita a um original é uma mistura pouco edificante de vaidade, cobiça e fetichismo.»

Durpé, Ben. *50 ideias de Filosofia que precisa mesmo de saber*.
Alfragide: Dom Quixote, 2021, p. 150.



Fig. 3 Ben Dupré (s.d).

Ben Dupré introduz uma reflexão interessante sobre o **valor da arte**. De facto, que motivos nos levam a preferir, por exemplo, um quadro **original** ao invés de uma **cópia**? Do mesmo modo, regra geral, porque é o original mais **valioso** – do ponto de vista **artístico** ou **económico**?

Este texto leva-nos a outras questões, tais como:

- O que determina que um objeto seja artístico?
- As **características** que determinam um objeto como artístico encontram-se no próprio **objeto** ou, pelo contrário, é o **sujeito** – individual ou coletivo – que determina subjetivamente se um objeto é artístico?
- E o que significa apreciar um objeto artístico?



Fig. 4 Pablo Picasso (1881-1973)
foi pintor e um dos fundadores
do cubismo.

O texto que se segue apresenta mais um exemplo de **falsificação**, mostrando-nos que até nesta atividade podemos estar perante um exercício de **imaginação** e **criatividade** quando, por exemplo, juntamos elementos de várias pinturas copiadas para a criação de uma outra cópia.

Texto 3

«O julgamento de Henricus Antonius quase se transformou num circo quando este ergueu a voz, obrigando ao silêncio de todos os presentes, e declarou que pintaria, ali mesmo, na sala de audiências, uma cópia de um quadro de Vermeer que nenhum especialista seria capaz de negar a autoria do mestre de Delft: *Jesus Entre os Médicos*. Usaria a técnica e os produtos que utilizara nas anteriores falsificações e desafiava os jurados e o juiz a encontrarem algum sapiente da obra de Vermeer a apontar as diferenças entre os quadros. Até aí, o maior dos problemas de Han foi o de manter o seu trabalho completamente incógnito o que o impedia até de contratar modelos que o auxiliassem nas falsificações. Quando resolveu, por exemplo, copiar a *Última Ceia*, de Vermeer, viu-se na contingência de usar como modelo a figura de *A Rapariga do Brinco de Pérola* do mesmíssimo Vermeer. Ou seja, atingira o ponto mais alto da arte da falsificação, trazendo para os quadros que copiava elementos de outros quadros dos mesmos pintores.»

Melo, Afonso de. (02 setembro 2021) "Han van Meegeren. O falsificador que engazopava nazis". SOL. Disponível em <https://sol.sapo.pt/> [consult. mai 2025].



Fig. 5 Johannes Vermeer, *Mulher de azul a ler uma carta*, 1662-1663.



Fig. 6 Han van Meegeren, *Mulher a ler música*, 1935-1940. Com este quadro podemos perceber as semelhanças com a obra de Vermeer.

O problema da definição de arte já é tão antigo quanto a própria Filosofia ocidental. Filósofos como Platão e Aristóteles, por exemplo, também se dedicaram a este problema. O objetivo desta reflexão incide sobre a tentativa de estabelecimento, se é que é possível, das características – necessárias e suficientes – que permitiriam distinguir um objeto artístico, como um quadro ou uma composição musical, de outros objetos, como uma caneta ou um garfo.



Fig. 8 Todos os objetos artísticos são objetos, mas nem todos os objetos são objetos artísticos.

A Estética é a disciplina filosófica que se debruça sobre dois objetos – o belo e a arte. Ou seja, a Estética procura responder às questões:

- O que é o belo?
- O que é a arte?

Neste capítulo, debruçar-nos-emos essencialmente sobre a última questão.



Fig. 7 Leonardo da Vinci, *Mona Lisa*, 1503-1506.



Fig. 9 Tutu Sousa, *Releitura da obra Mona Lisa*, 2020. Uma reinterpretação consiste numa obra original.

8.1. A dimensão estética como especificamente humana

8.1.1. A experiência estética

Antes de mais, qual a relevância deste tema para a Filosofia. Será o problema da definição de arte assim tão importante para esta área do saber e até para nós? Considera-se que a **apreciação estética** de um objeto artístico ou a própria **criação artística** correspondem a **atividades especificamente humanas**.

Parece ser exclusivamente humana a propensão para a criação de objetos sem “utilidade”, isto é, sem uma funcionalidade prática ou aplicável a problemas ou situações do quotidiano. Somos, então, capazes de apreciar e criar objetos que procuram despertar um “**prazer**”, que não é físico – como um tipo de comida que nos sabe muito bem –, mas sim **mental** – como quando ouvimos uma música de que tanto gostamos.

Seria um erro reduzir a experiência estética a um estado meramente sensível. No entanto, também constituiria um erro encará-la como um processo meramente cognitivo. Sabemos que ambas as faculdades – sentidos e intelecto – intervêm naquilo que designamos por experiência estética.

Como ainda há pouco referíamos, quando ouves uma **música** da qual gostas, essa experiência só é, antes de mais, possível porque o sentido da **audição** funciona. Contudo, a experiência estética não termina aqui. O sentido da audição é a primeira fase de um processo bem mais complexo que desagua no nosso **intelecto** e nas nossas **emoções**.

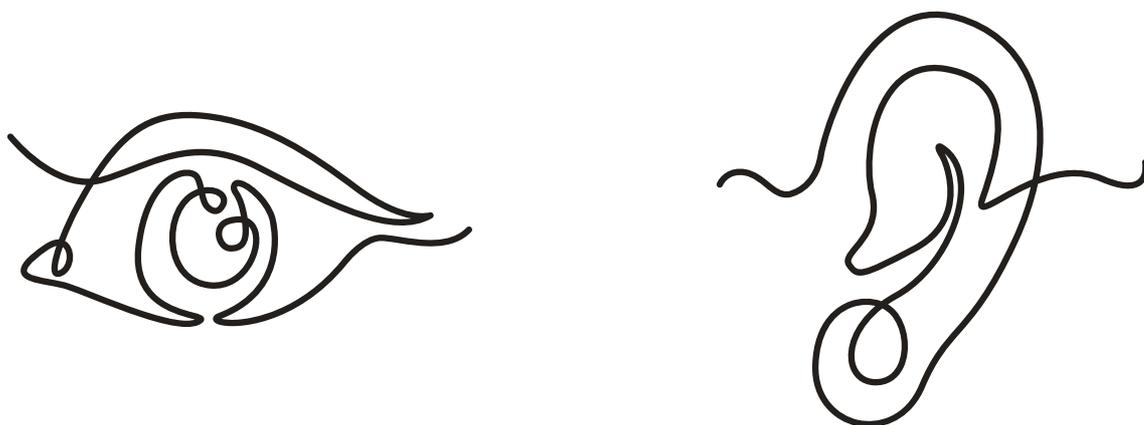


Fig. 10 A visão, a par da audição, constitui um dos principais sentidos na apreciação estética, por exemplo, na apreciação de uma paisagem, mas também de uma escultura ou pintura.

Texto 4

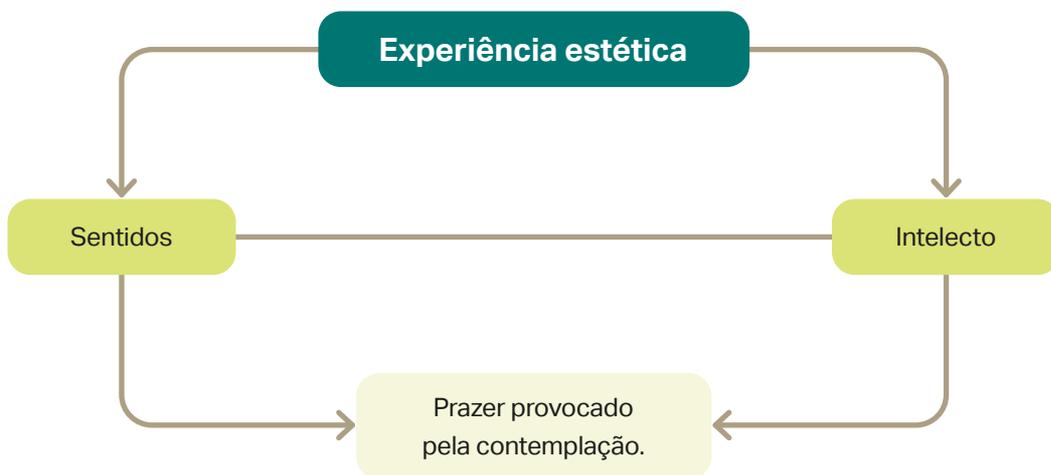
«O Belo, que não reside nas impressões visuais e auditivas, manifesta-se, principalmente por intermédio delas, a uma espécie de *visão interior*, da qual, na primeira metade do século XVIII, Shaftesbury (1671-1713) falava. Mais próxima do sentimento do que da Razão, essa visão interior constitui, para Addison (1672-1719), uma faculdade inata, específica, que é privilégio da espécie e que permite ao homem deleitar-se com o reconhecimento do Belo. Esse deleite não se compara com qualquer outro: é um prazer do espírito, em função do qual as coisas naturais nos agradam ou desagradam. Ao julgarmos, segundo o agrado ou desagrado que sentimos, que uma coisa ou uma obra é bela, é o deleite experimentado o fundamento dos nossos juízos de gosto.»

Nunes, Benedito. *Introdução à Filosofia da Arte*.
São Paulo: Editora Ática, 1999, p. 7.



Fig. 11 Benedito Nunes (1929-2011).

A experiência estética é indissociável do conceito de **atitude estética**. Esta traduz-se num **desinteresse relativamente à potencial utilidade do objeto apreciado**, centrando-se, essencialmente, no **prazer que a sua contemplação provoca**.



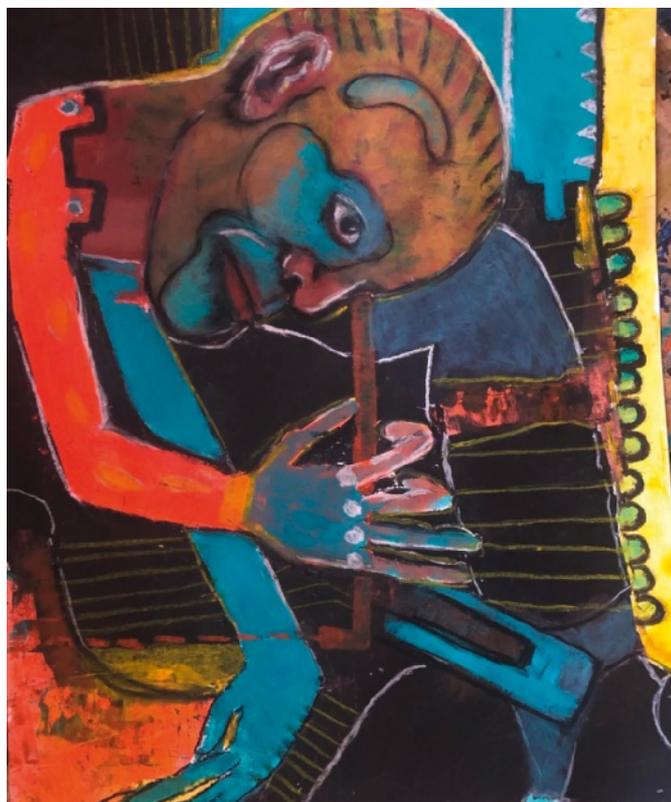


Fig. 12 Alan de Oliveira, *A existência por um canudo*, 2022. Será que os valores estéticos que te suscita esta obra são iguais aos dos teus colegas?

A atitude estética ajuda a compreender a natureza dos nossos **juízos estéticos**. Vistos comumente como **subjetivos**, dependentes da apreciação de cada indivíduo, este tipo de juízos tende a manifestar-se a partir de **valores estéticos**, como a **beleza** e a **fealdade**, sendo o primeiro acompanhado de uma sensação de **agrado** e o segundo de uma sensação de **desagrado**.

Os valores estéticos, deste modo, ajudam a sustentar os juízos estéticos. Além dos dois já indicados, muitos outros estão presentes no decorrer da experiência estética, como a **originalidade**, mas também a **harmonia**, a **simetria** ou o **sublime**, assim como a **desarmonia** ou o **horrível**.



Texto 5

«As observações que fazemos acerca de obras de arte são de diversos géneros. Neste artigo quero distinguir entre dois grupos amplos. Afirmamos que um romance tem um grande número de personagens e que é acerca da vida numa cidade fabril; que uma pintura tem cores suaves, predominantemente azuis e verdes, e que exhibe figuras ajoelhadas em primeiro plano; que o tema numa fuga ocorre invertido num dado ponto e que há um *stretto* no final; que a ação de uma peça decorre no período de um dia e que há uma cena de reconciliação no quinto ato. Essas observações podem ser feitas, e pode-se chamar a atenção para as ditas características, a qualquer pessoa dotada de visão, audição e inteligência normais. Por outro lado, afirmamos também que um poema é denso ou profundamente tocante; que uma imagem é desprovida de equilíbrio, ou que tem uma certa serenidade e quietude, ou que a distribuição dos elementos gera uma tensão excitante; que os personagens de um romance nunca chegam a ganhar vida, ou que um dado episódio não parece genuíno. Fazer observações como essas requer o exercício do gosto, da perspicácia, ou sensibilidade, do discernimento ou apreciação estéticos. Consequentemente, quando uma palavra ou expressão é tal que a sua aplicação exige o gosto ou a perspicácia, chamar-lhe-ei um termo ou expressão *estético*, e, em conformidade, falarei de conceitos *estéticos* ou conceitos de gosto.»

Sibley, Frank. "Conceitos Estéticos". In *The Philosophical Review*, Vol. 68, n.º 4. Trad. Vítor Guerreiro. 1959, p. 421. Disponível em <https://criticanarede.com/> [consult. abr 2025].

Análise e interpretação

- 1 O autor distingue dois tipos de observação sobre as obras de arte. Esclarece essa distinção.

Importa ainda lembrar que a experiência estética não se centra apenas nos objetos artísticos. Objetos naturais, como uma árvore ou o mar, também podem ser objeto deste tipo de apreciação. No entanto, interessa-nos centrar a discussão nos **objetos artísticos**, porque estes contêm um **propósito** – de quem os cria – e são uma **forma de comunicação humana**.

Fig. 13 Monumento de Diogo Gomes, estátua de ferro fundido, de Joaquim Correia, 1956, Praia. Um objeto artístico como este contém um propósito artístico evidente.



8.1.2. Tipos diferentes de manifestações artísticas

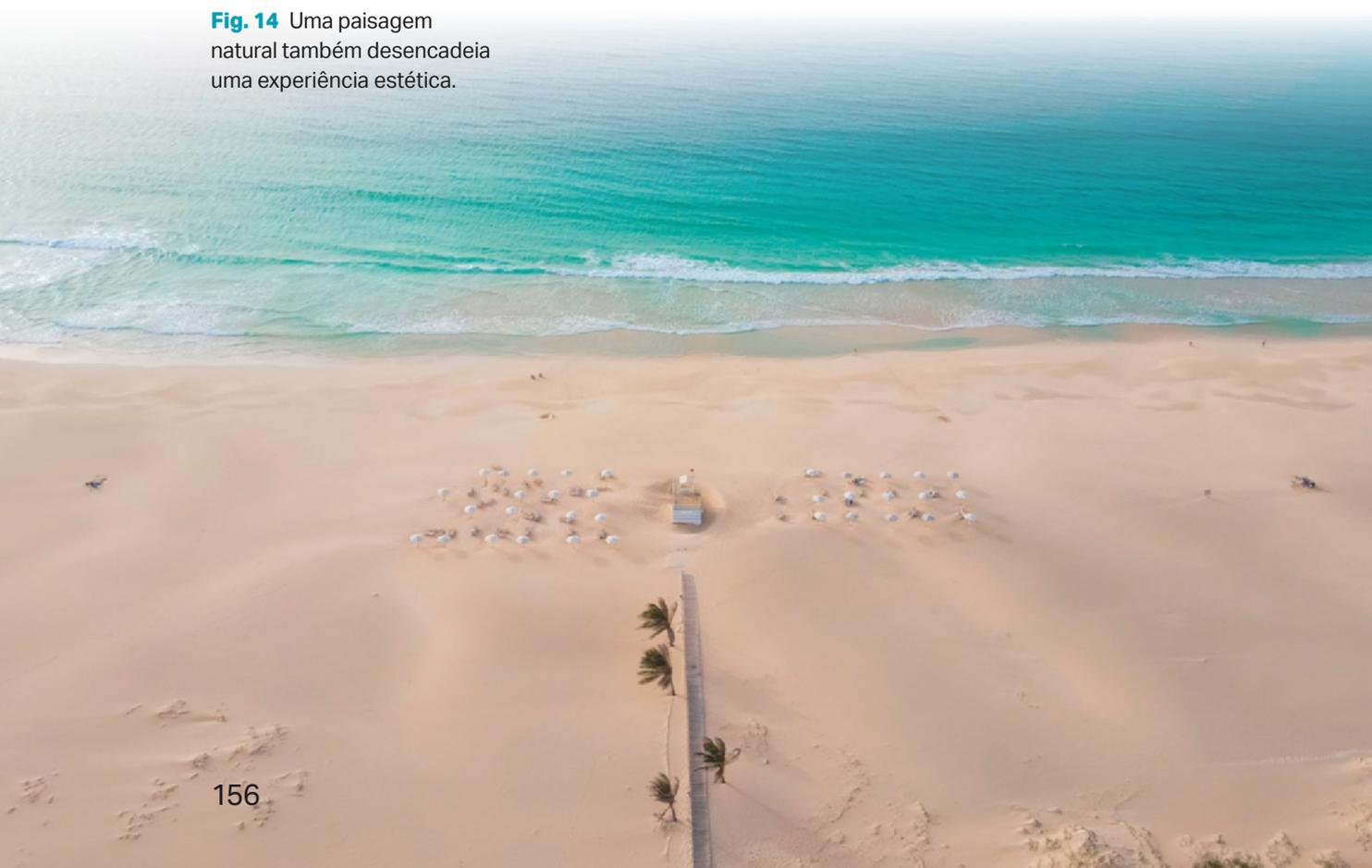
De facto, **a arte é também uma forma de interpretar e comunicar uma visão sobre o mundo**. No entanto, é uma forma de interpretação e comunicação muito distinta, por exemplo, da ciência. Não tem pretensões de objetividade ou de rigor, como esta última. Mas expressa algo sobre o mundo, nem que seja o mundo interior do artista.

Assim, se a Filosofia, antes de mais, é uma reflexão sobre o ser humano, então, desvalorizar esta temática corresponderia a analisar a totalidade da experiência humana de modo deficitário e incompleto.

- Será que toda a arte é bela?
- Ou o seu valor reside noutras características?
- Um objeto natural, como uma árvore ou um céu polvilhado de estrelas, também pode ser considerado um objeto artístico?

De acordo com **Hegel** (1770-1831), deve reservar-se termos como **"arte"** ou **"artístico"** para os **objetos criados pelo ser humano**, acreditando que, inclusivamente, são superiores a qualquer objeto natural.

Fig. 14 Uma paisagem natural também desencadeia uma experiência estética.



Texto 6

«Mas pode-se desde já afirmar que o belo artístico está *acima* da natureza. Pois a beleza artística é a beleza *nascida e renascida do espírito* e, quanto mais o espírito e suas produções estão colocadas acima da natureza e seus fenómenos, tanto mais o belo artístico está acima da beleza da natureza. Sob o aspeto *formal*, mesmo uma má ideia, que porventura passe pela cabeça dos homens, é superior a qualquer produto natural, pois em tais ideias sempre estão presentes a espiritualidade e a liberdade.»

Hegel, Georg Wilhelm. *Cursos de Estética – Volume I*, São Paulo: Edusp, 2001, p. 28.

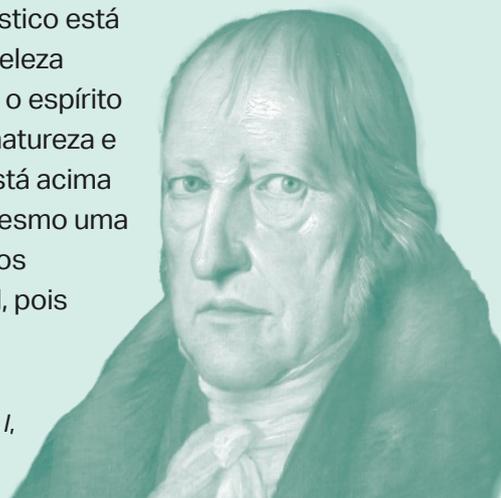


Fig. 15 Imagem a partir da pintura de Jakob Schlesinger, *O Filósofo Georg Friedrich Wilhelm Hegel*, 1831.

No que diz respeito à **Filosofia da Arte**, esta é uma disciplina que remete para a **reflexão sobre o objeto artístico** propriamente dito, mas também a sua finalidade ou o seu valor enquanto **projeto de criação humana**.

Texto 7

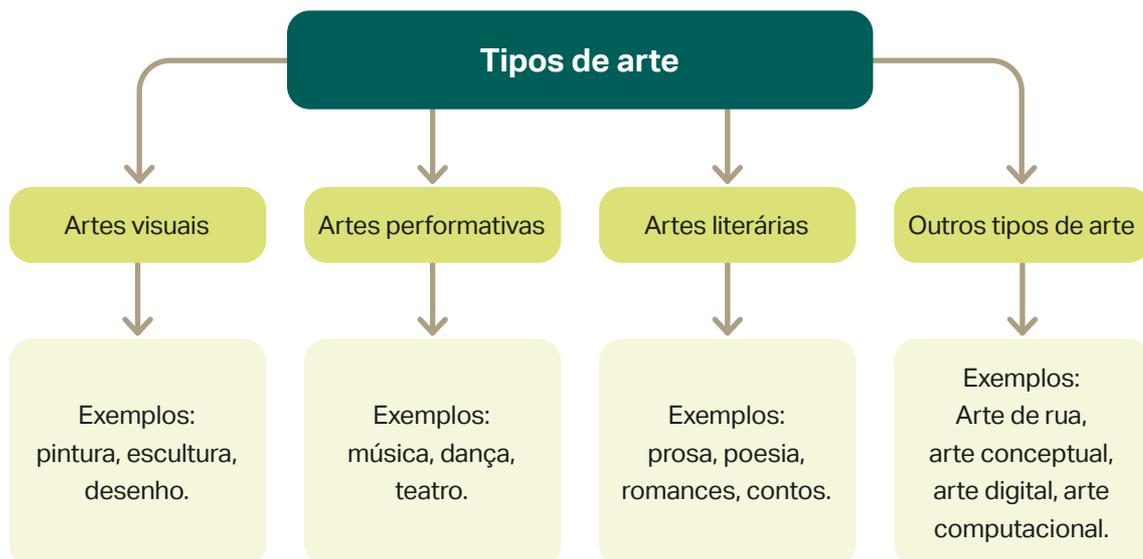
«Os idealistas alemães, Schelling, Schopenhauer, e principalmente Hegel, embora submetessem a Filosofia da Arte aos sistemas filosóficos que elaboraram, contribuíram, de maneira decisiva, depois de Kant e de Schiller, para fazer dessa filosofia o que ela é atualmente: uma reflexão que tem como um dos seus fins últimos justificar a existência e o valor da Arte, determinando, no conjunto das criações do espírito humano, a função que ela desempenha, ao lado da ciência, da religião, da moral e, também, facto digno de nota, ao lado da própria filosofia, cujo atual interesse pela Arte não encontra paralelo em épocas passadas.»

Nunes, Benedito. *Introdução à Filosofia da Arte*. São Paulo: Editora Ática, 1999, p. 9.

Análise e interpretação

- 1 Quais são os principais contributos dos idealistas, de acordo com o autor?
- 2 De acordo com o autor, por que motivo é tão importante associar a arte à atividade filosófica?

Como sabemos, a arte pode ser expressa de vários modos. Existem muitos tipos de **manifestações artísticas**.



O **cinema**, por exemplo, inserido nas artes **audiovisuais**, pode incluir várias manifestações artísticas, visto que existe um **argumento**, uma **banda sonora**, assim como o **desempenho dos atores** ou o trabalho de fotografia.



Fig. 16 O cinema, ou a “sétima arte”, é, em comparação com outras formas artísticas, uma das mais recentes. No entanto, a sua importância no mundo artístico é inegável.

Independentemente dos seus múltiplos formatos, podemos, efetivamente, dizer que a **arte** constitui uma forma de **expressão** e **comunicação**, **aberta à interpretação** de quem a aprecia.

8.1.3. A obra de arte como obra aberta

Como defende Umberto Eco (1932-2016):

Texto 8

«Se devêssemos sintetizar o objeto das presentes pesquisas, valer-nos-íamos de uma noção já adotada por muitas estéticas contemporâneas: a obra de arte é uma mensagem fundamentalmente ambígua, uma pluralidade de significados que convivem num só significante [o objeto artístico]. Essa condição constitui [...] toda [a] obra de arte [...]. Visando a ambiguidade como valor, os artistas contemporâneos voltam-se consequentemente e amiúde para os ideais de informalidade, desordem, casualidade, indeterminação dos resultados; daí [sendo levantado também] o problema de uma dialética entre “forma” e “abertura”: isto é, definir os limites dentro dos quais uma obra pode lograr o máximo de ambiguidade e depender da intervenção ativa do consumidor, sem, contudo, deixar de ser “obra”. Entendendo-se por “obra” um objeto dotado de propriedades estruturais definidas, que permitam, mas coordenem, o revezamento das interpretações, o deslocar-se das perspetivas.»

Eco, Umberto. *Obra Aberta*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991, pp. 22-23.

Análise e interpretação

- 1 De acordo com o autor, de que modo a valorização da ambiguidade da obra de arte influencia o trabalho do artista?

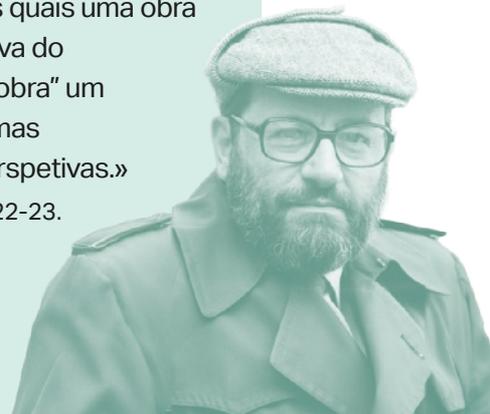


Fig. 17 Umberto Eco (1932-2016).

Eco aponta para a **multiplicidade de interpretações** que o mesmo objeto artístico pode provocar. A **obra de arte** remete para a **abertura** de diferentes leituras e análises, por vezes até opostas ou antagónicas, escapando à determinação de uma mensagem única, inalterável e definitiva. De difícil definição, ao longo da História da Filosofia, muitas tentativas foram levadas a cabo para distinguir objetos artísticos de objetos não artísticos, podendo ser divididas em duas grandes correntes: teorias **essencialistas** e teorias **não essencialistas**.



Teorias sobre a arte	
Essencialistas	É no objeto que se encontram as características que permitem distinguir o objeto artístico do objeto não artístico. Defendem a existência de propriedades intrínsecas comuns a todos os objetos artísticos (expressão de emoções, forma significativa, representação, imitação) que são condições necessárias e suficientes para os distinguir dos objetos não artísticos.
Não essencialistas	É no contexto em que o objeto está enquadrado que se encontram as características que permitem distinguir o objeto artístico do objeto não artístico. Defendem a existência de propriedades extrínsecas comuns a todos os objetos artísticos que são condições necessárias e suficientes para os distinguir dos objetos não artísticos (contexto social, histórico e cultural, intenção do criador).

A teoria da arte que iremos destacar é uma **teoria essencialista: teoria da arte como expressão**. Esta teoria atesta que o **objeto artístico é aquele que expressa de forma intencional o sentimento vivido pelo artista, despertando esse mesmo sentimento no público** que frui do dito objeto.



Fig. 18 Hélder Cardoso (HJC), *Cesária*, 2020. Nesta obra, dirias que o foco está no objeto ou no contexto?

Lev Tolstói, o famoso escritor russo, defende essa **dupla dimensão da arte**, isto é, **expressar e “contagiar” sentimentos**:

Texto 9

«Invocar em si mesmo um sentimento certa vez experimentado e, havendo-o invocado, transmiti-lo por meio de movimentos, linhas, cores, sons, imagens expressas em palavras, de forma que outros vivenciem o mesmo sentimento – nisso consiste a atividade da arte. Portanto, arte é a atividade humana que consiste em um homem, conscientemente, transmitir a outros, por certos sinais exteriores, os sentimentos que ele vivenciou, e esses outros serem contagiados por esses sentimentos, experimentando-os também.»

Tolstói, Lev. *O que é Arte?*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019, p. 93.

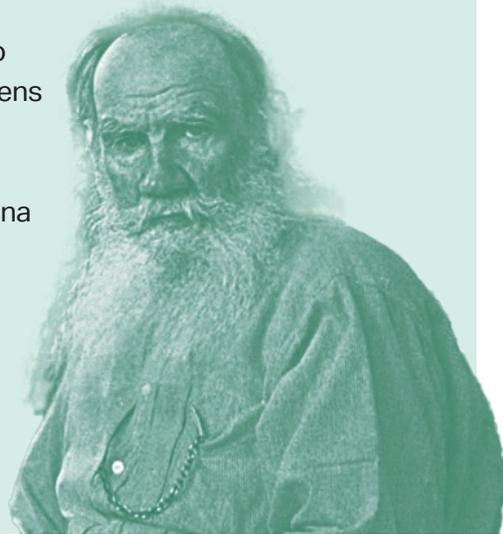


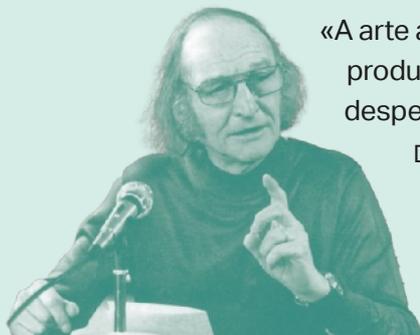
Fig. 19 Lev Tolstói (1828-1910).



Fig. 20 Kiki Lima, *Colá na Coladera*, 2012. Podemos considerar que esta obra transmite os sentimentos do artista a outros?

Filósofos como **Mikel Duffrene** também **encontram no carácter expressivo da arte o seu verdadeiro valor**, realçando a capacidade de convocar emoções no público que a contempla.

Texto 10



«A arte autêntica é um discurso originário que, em vez de produzir um significado conceptual, simultaneamente desperta um sentimento e evoca uma presença.»

Duffrene, Mikel. *The Phenomenology of Aesthetic Experience*. Trad. Nuno Freixo e Ricardo Sousa, Evanston: Northwestern University Press, 1979, p. 135.

Fig. 21 Mikel Duffrene (1910-1995).

Segundo **Robin Collingwood**:

Texto 11

«Assim sendo, se a arte é a atividade de exprimir emoções, o leitor é tão artista quanto o escritor. Não há qualquer distinção de natureza entre o artista e o público. Tal não significa que não exista nenhuma diferença. Quando Pope escreveu que a função do poeta era dizer "aquilo que todos sentiam mas que nenhum tão bem exprimira", podemos interpretar as suas palavras como querendo dizer (quer Pope tenha ou não querido dizer isto, conscientemente, quando as escreveu) que a diferença do poeta em relação ao seu público reside no facto de o poeta ser um homem que consegue resolver para si mesmo o problema de exprimir uma emoção particular, ao passo que o público apenas a pode exprimir depois de o poeta lhe ter mostrado como se faz, e isto apesar de ambos fazerem exatamente a mesma coisa, nomeadamente, exprimir esta emoção particular através destas palavras particulares.»

Collingwood, Robin. "A arte autêntica como expressão". In *Arte em Teoria – Uma Antologia Estética*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2009, p. 52.



Análise e interpretação

- 1 Que relação estabelece o artista com o seu público na expressão das emoções?
- 2 Qual a diferença entre o artista e o seu público?

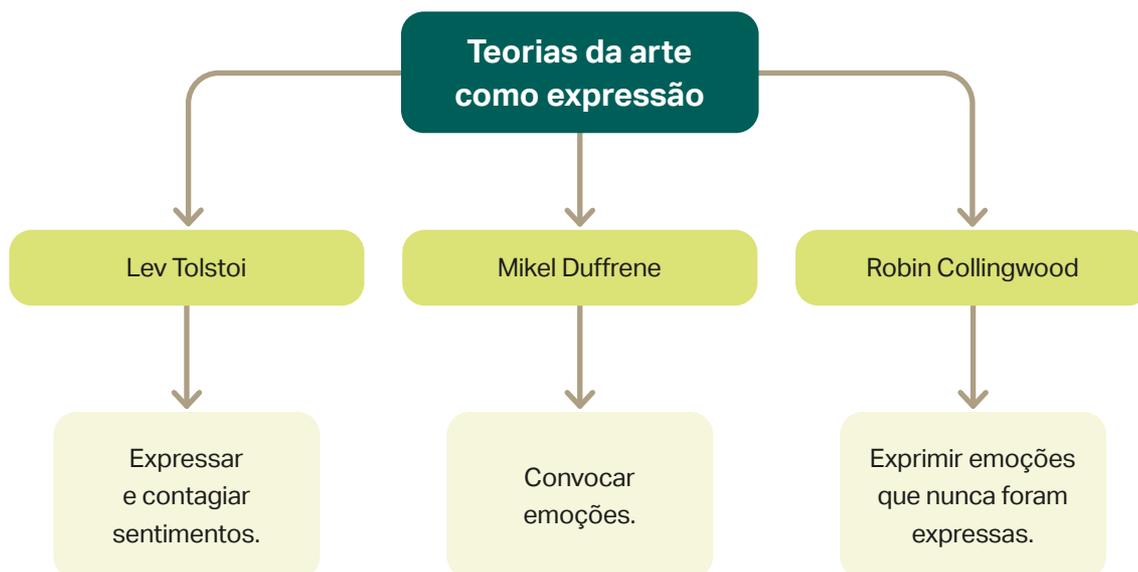
Fig. 22 Robin George Collingwood (1889-1943).

Como podemos depreender das palavras de Collingwood, a obra de arte, como a poesia, **contém a chave para exprimir e despertar sentimentos particulares**, nomeadamente aqueles **que o artista deseja consciente e intencionalmente exprimir**.

Ainda segundo Collingwood, o **sentimento ou emoção** originalmente sentido pelo artista é algo de **indefinido**, que está por desvendar. É no processo de **criação artística** que se vai desvendando. Através da **imaginação**, o artista **constrói uma forma de exprimir esse sentimento**, tornando para si, e para o seu **público, claro o que está a sentir**.



Fig. 23 Tchalé Figueira, *Gritos*, s.d. Será que, nesta obra, é possível identificar a emoção originalmente sentida pelo artista?



Texto 12

«Daí, ao conceber esta exposição sob o signo “Tempos líquidos”, um conceito rastreado do pensamento ético-social e filosófico de Zigmunt Bauman (1925-2017), Carlos Lopes, numa espécie de ressonância contemporânea, (re)cria cenários-mundos imaginários e dá a pensar (des)concertantes imagens, com vista a provocar o espectador (um espect-ator) a refletir acerca da situação do nosso tempo. Tempo(s) que, na linguagem de Bauman, são subsidiários de uma *modernidade líquida*, um estado de acelerada modificação das relações sociais, das instituições e da própria identidade pessoal dos sujeitos: tudo é efémero, passageiro, fluído e ontologicamente (in)seguro. Por isso, entre demais tendências estéticas possíveis, ele se inspira na arte conceptual, desafiando o espectador a ser-se ativo e a (en) volver-se numa *estética da percepção* e não da mera *representação*.

A própria configuração espacial desta exibição cria uma envolvência que favorece uma *experiência estética percetiva*, direta e (inter)subjativa, a partir das impressões que a interação do sujeito ativo com os objetos beneficia: sujeito que participa na construção do significado artístico e, nesta lógica, questiona a própria natureza de uma experiência estética que não é condicionada *a priori*. Tais inusitadas e radicais impressões poderão conduzir esse sujeito a estados reflexivos e críticos, o que nem sempre acontece na *representação estética* (pois, aqui a beleza é dada no objeto representado). Daí ser a exploração conceptual da arte de Carlos Lopes o exemplo vivo de que *interessa mais a ideia a transmitir* (ou a provocar) do que a beleza do objeto proposto.»

Carlos, Elter Manuel. *Tempos Líquidos* (excerto de texto inédito), 2025.



Fig. 24 Elter Manuel Carlos (1980-).



Na arte contemporânea, como a dança, o espectador é convidado a dialogar com o objeto artístico, atribuindo-lhe subjetivamente um sentido. A peça *Coração de Lava*, da companhia de dança contemporânea Raiz di Polon, constitui um bom exemplo do exposto.

Fig. 25 Carlos Lopes, *Mistério do pensamento* (pormenor), 2020.

Texto 13

«



Figura 1 (fotografia de Mariana Luz Carlos: peça *Coração de Lava*) [...]

O Espectador: mais que um elo de receção da obra

Mais do que um sujeito de receção da obra de arte o espectador é ele mesmo uma peça constituinte da mesma. Tenho vindo a observar a atitude estética de um público habitual que, entrementes, tem vindo a renovar-se a cada encontro raizpoloniano. É mister sublinhar a (per)sistente atitude estética desse público “quase” fixo que, religiosamente (sentido de re-ligar), está presente em todas as estreias/ repetição do trabalho coreográfico da companhia. [...] A atitude do espectador ultrapassa a mera estética da receção. Duchamp confere “ao espectador uma dimensão constituinte da obra, muito para além da dimensão da receção que lhe estaria tradicionalmente atribuída [...]” (Gomes, 2004, pp.37-38).

Ultrapassando uma visão estética objetiva à maneira clássica, em que a liberdade do espectador encontrava-se comprometida sob a égide de padronizadas referências, uma outra estética teria inevitável lugar: uma estética de cariz mais subjetiva, perceptiva, sensitiva e inclusiva. A dança não tem, assim, de copiar (mimese) ou representar objetivamente uma narrativa, seja ela literária, histórica, plástica ou outra. Nem sequer a própria música a dança deve necessariamente imitar. Aliás, um exemplo concreto é essa peça em análise que, mesmo inspirando-se no livro *Coração de Lava*, não é sua mimética. Trata-se de uma nova obra que, do diálogo com aquela e com demais signos e símbolos da cultura cabo-verdiana, nasce. Desponta! Reverbera! Trata-se do “Coração de Lava de Raiz di Polon” e dos espectadores que a atribuem estético sentido.»

Carlos, Elter Manuel. *Raiz di Polon - a dança contemporânea caboverdiana como forma de expressão filosófica, vol. I*. Lisboa: MIL/DG Edições, 2025, pp. 100-106.

Análise e interpretação

1 Qual é o papel do espectador na peça *Coração de Lava*?

A teoria expressivista da arte não se encontra isenta de críticas:

- Esta teoria deixa de fora muitas possíveis manifestações artísticas, como aquelas que podemos encontrar no âmbito da arquitetura ou de formas de arte mais abstratas;
- Se encontrarmos uma composição musical de um autor desconhecido, como poderemos identificar a emoção que ele tinha como intenção transmitir? Muitas vezes, os estados mentais do artista permanecem inacessíveis;
- O artista nem sempre sente o que a obra transmite. Isto acontece, por exemplo, quando lhe é encomendada uma peça artística (musical, visual, etc.). Deverão estes objetos também estar afastados da noção de arte?

Atividades

1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.

- A. Segundo Umberto Eco, uma das condições da obra de arte é a diversidade de interpretações que a mesma provoca.
- B. É o sujeito que determina se um objeto é ou não é artístico, de acordo com as teorias essencialistas.
- C. As teorias não essencialistas, por colocarem o foco no sujeito, defendem que não é possível definir uma obra de arte.
- D. De acordo com Lev Tolstói, a obra de arte expressa e contagia os sentimentos experienciados por um artista.
- E. Mikel Duffrene defende que a arte não expressa um significado conceptual, mas sim um sentimento.

2 Das afirmações que se seguem, seleciona a resposta correta:

- 2.1.** A teoria expressivista da arte não está isenta de críticas. Indica o enunciado no qual se enquadra uma crítica ao expressivismo:
- A. A arte é uma forma de convocar emoções no espectador.
 - B. É possível contagiar o público com uma emoção sentida pelo artista.
 - C. Podemos não conhecer o estado mental ou emocional do artista.
 - D. As emoções podem ser transmitidas pela arte.

3 Atenta nas duas teses seguintes:

- A. A obra de arte tem de exprimir uma emoção.
- B. A obra de arte não tem de exprimir uma emoção.

3.1. Com qual das teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

8.2. A perspectiva kantiana sobre a experiência e o juízo estético

8.2.1. A experiência do belo

Já tiveste a oportunidade de estudar Kant no âmbito da Gnosiologia. O filósofo também se debruçou sobre a experiência estética, remetendo a sua investigação para o âmbito da experiência do **belo**. E o que é o belo, de acordo com o autor? Kant liga este conceito à noção de **prazer** ou **desprazer**.

Texto 14

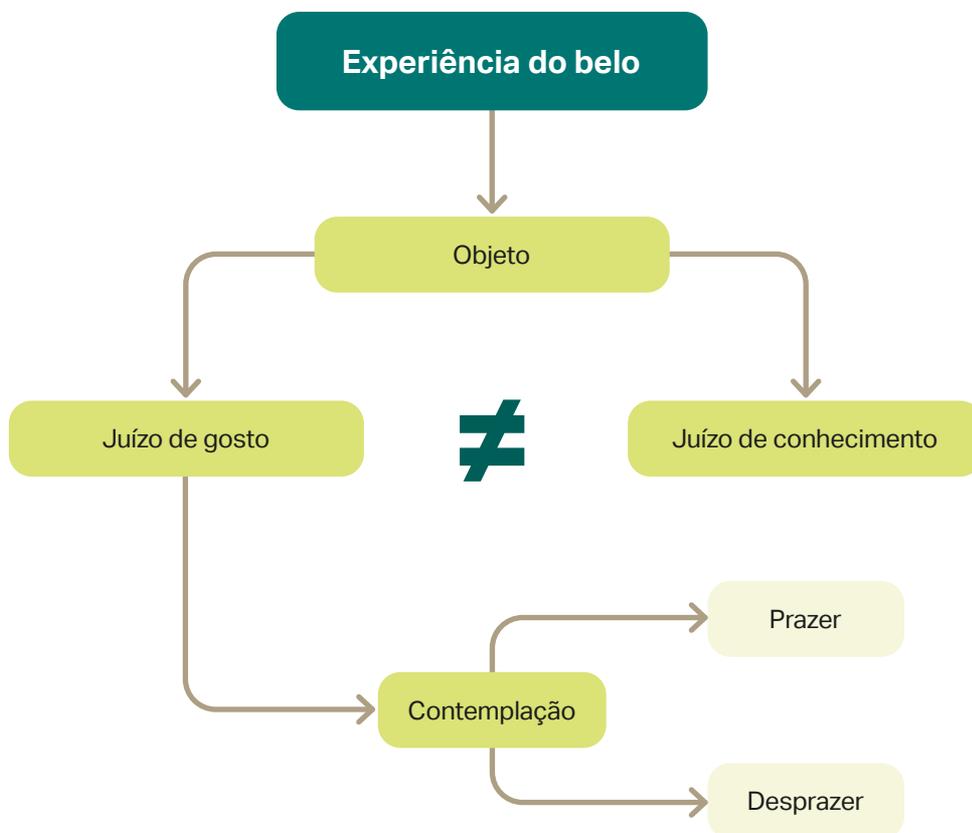
«Para distinguir se algo é belo ou não, referimos a representação, não pelo entendimento ao objeto [com] vista [a]o conhecimento, mas pela faculdade da imaginação (talvez ligada ao entendimento) [d]o sujeito e [d]o seu sentimento de prazer ou desprazer. O juízo de gosto não é, pois, nenhum juízo de conhecimento, por conseguinte não é lógico e sim estético [...]»

Kant, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 47-48.

Assim, é importante realçar que a experiência do belo é vivenciada no âmbito dos juízos estéticos ou, como Kant lhes chama, os **juízos de gosto**. Não constitui um conhecimento teórico sobre a natureza nem tem um valor moral, visto que não fornece qualquer tipo de norma de conduta. O belo provém da satisfação que sentimos ao contemplá-lo. A relação estética que o ser humano estabelece com a beleza é uma **relação desinteressada**, visto que não recolhe daí nenhum proveito ou ganho concreto.



Fig. 26 Eduardo Bentub, *Sodade*, 2019. Segundo Kant, para apreciáres esta obra não precisas de conhecimento sobre ela.



Texto 15

«O Belo, manifesta-se, de acordo com Kant, por intermédio dos juízos estéticos ou juízos de gosto, fundamentados na satisfação interior, desinteressada, de carácter contemplativo, proveniente das representações ou intuições, desembaraçadas dos conceitos do Entendimento.

Não basta, porém, dizer que a satisfação que acompanha o juízo de gosto é interior e de carácter contemplativo. O prazer relacionado com o Belo tende a universalizar-se, e é nisso que difere do prazer sensível. Ao experimentarmos a Beleza, reconhecemos um objeto valioso que outras consciências também poderão reconhecer. O juízo de gosto ou estético, por mim formulado, é universalizável: o seu objeto provoca a adesão de outros sujeitos conscientes, na medida em que o prazer desinteressado não é uma satisfação confinada ao que me particulariza como indivíduo, mas depende da capacidade de sentir e de pensar, comum a todos os homens.»

Nunes, Benedito. *Introdução à Filosofia da Arte*. São Paulo: Editora Ática, 1999, pp. 23-24.

Análise e interpretação

- 1 De acordo com Kant, qual a diferença entre prazer estético e prazer sensível?
- 2 Como pode ser um juízo de gosto universalizável, segundo Kant?

8.2.2. A experiência do sublime

De acordo com Kant, os juízos de gosto, apesar de subjetivos, aspiram a uma validade universal. Assim, quando dizemos que uma paisagem é bela ou até sublime, esperamos que os outros sujeitos que apreciam essa paisagem estejam de acordo conosco. Apesar de esta perspectiva ser aparentemente contraditória, segundo Kant, não o é.

Texto 16

«O juízo estético, como imediata apreensão da conformidade da natureza com a liberdade, é o prazer do belo. Este prazer é puramente subjetivo: não dá qualquer conhecimento, nem claro nem confuso, do objeto que o provoca. Ao mesmo tempo, carece de interesse porque não está ligada à realidade do objeto, mas apenas a representação dele. [...] A natureza subjetiva do sentimento do belo não exclui a sua universalidade; só que esta universalidade não consiste na validade objetiva própria do conhecimento intelectual, mas na *comunicabilidade*, isto é, na possibilidade de ser partilhado por todos os homens.»

Abbagnano, Nicola. *História da Filosofia*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 7, 2000, p. 152.

O que Kant defende é que existe um sentimento, comum a todas as pessoas, subjacente à experiência do belo, que produz satisfação. O prazer que daqui nasce é, efetivamente, subjetivo, mas, simultaneamente, pode ser partilhado por todos os indivíduos, dado o seu carácter desinteressado.

Na sua reflexão sobre a experiência estética, Kant ainda distingue aquilo que é belo do que é sublime.

O belo está relacionado com os próprios objetos, isto é, com a sua forma. Há uma limitação, e esta limitação encontra-se dentro da forma dos diferentes objetos. Já o sublime é ilimitado, não cabe dentro dos objetos, sendo aquilo que causa espanto, admiração ou até temor, tendo em conta a sua grandiosidade.

Texto 17

«O belo da natureza concerne à forma do objeto, que consiste na limitação; o sublime, contrariamente, pode também ser encontrado [num] objeto sem forma, na medida em que seja representada o que o objeto [possibilite] representar nele uma ilimitação, pensada, além disso, na sua totalidade; de modo que o Belo parece ser considerado como apresentação de um conceito indeterminado do entendimento, o sublime, porém, como apresentação de um conceito semelhante da razão.»

Kant, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 47-48.

Há uma **grandiosidade** inerente ao sentimento do **sublime**. Segundo Kant, esse sentimento pode dar-se ao contemplarmos **objetos da Natureza que nos ultrapassam absolutamente em tamanho ou grandeza**.

Texto 18

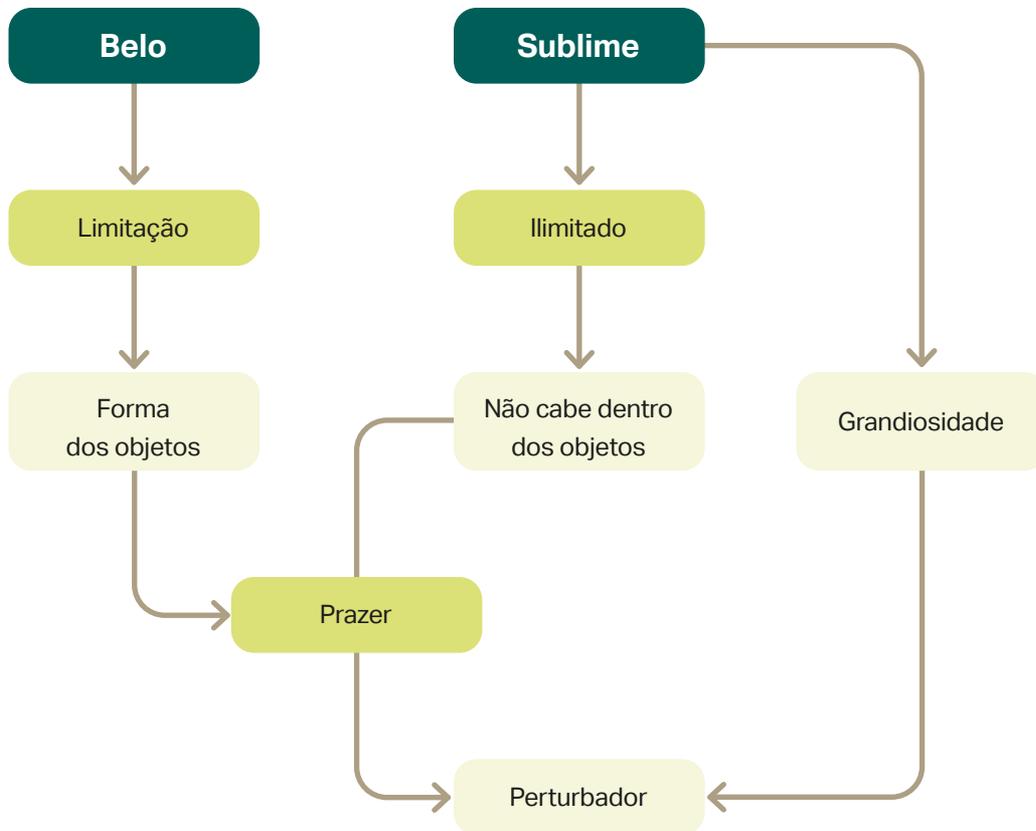
«Rochedos audazes sobressaindo-se por assim dizer ameaçadores, nuvens carregadas acumulando-se no céu, avançando com relâmpagos [...], vulcões [na] sua inteira força destruidora, furacões com a devastação deixada para trás, o ilimitado oceano revolto [...], tornam a nossa capacidade de resistência de uma pequenez insignificante em comparação com o seu poder. Mas o seu espetáculo só se torna tanto mais atraente quanto mais terrível ele é, [desde que] nos encontremos em segurança; e de bom grado denominamos estes objetos sublimes, porque eles elevam a fortaleza da alma acima d[*o*] seu nível médio e permitem descobrir em nós uma faculdade de resistência de espécie totalmente diversa, a qual nos encoraja a medir-nos com a aparente onnipotência da natureza.»

Kant, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 107.

O **sublime**, de acordo com Kant, pode ser acompanhado de **prazer**. No entanto, também pode ser profundamente **perturbador**, pela sua já referida grandiosidade e, por consequência, insignificância do indivíduo.

Fig. 27 Paisagem montanhosa. Segundo Kant, os picos de uma montanha, pela sua grandiosidade, podem encaixar-se nos objetos naturais que despertam o sentimento do sublime.





Atividades

1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.

- A. Segundo Kant, é somente através do entendimento que distinguimos um objeto belo de um objeto que não é belo.
- B. Kant defende que os juízos de gosto se baseiam numa relação desinteressada que o sujeito estabelece com a beleza.
- C. Os juízos de gosto kantianos são juízos de conhecimento lógicos e racionais, e, por isso, estéticos.
- D. De acordo com Kant, o prazer estético tende a universalizar-se e o prazer sensível não.
- E. Kant afirma que os juízos de gosto, apesar de subjetivos, aspiram à universalidade.
- F. O prazer do belo, segundo Kant, é só para os intelectuais e conhecedores das diferentes manifestações artísticas.
- G. Kant defende que o sublime pode ser, simultaneamente, prazeroso e perturbador.

8.3. As artes em Cabo Verde: valor cultural

8.3.1. A arte de Cabo Verde como manifestação da identidade cultural dos povos

A arte cabo-verdiana, tal como em qualquer outra nação, constitui um elemento cultural fundamental de expressão cultural. Várias figuras da cultura de **Cabo Verde** contribuíram para a sua fundação e construção como país, não apenas autónomo e independente, mas também com uma **identidade própria e única**.

Eugénio Tavares (1867-1930) foi uma das personalidades que mais contribuiu para a **formação da cabo-verdianidade**.

Texto 19

«Eugénio Tavares é considerado um ícone da vida cultural, política e social de Cabo Verde entre 1890 e 1930. Durante estas quatro décadas, ele se mostrou o nome mais importante em todas as áreas da cultura de seu povo, tendo-se tornado o seu maior intérprete até os dias de hoje. A sua obra é vasta e vai da poesia à música, da retórica à ficção, enveredando também pelo ensaio. Em sua poética, Eugénio Tavares busca da tradição crioula a morna, representante máxima da alma cabo-verdiana, aproximando o discurso literário da canção e da fala do povo. No entanto, ainda paira no ar, entre os cabo-verdianos, a evocação de Nhô Eugénio como um ente mítico, que alcançou o ápice do lirismo da mais representativa manifestação da identidade crioula.»

Rodrigues Sobrinho, Genivaldo. *Eugénio Tavares: um precursor da cabo-verdianidade*. [s.l.]: XI Congresso Internacional da ABRALIC, 2008.



Fig. 28 Genivaldo Rodrigues Sobrinho (1969-).



Fig. 29 Eugénio Tavares.

De acordo com o estudo apresentado, Eugénio Tavares destacou-se pela sua **produção literária e musical**, entre outras, assim como pela sua originalidade e pela defesa de uma **identidade própria para Cabo Verde**, mesmo numa altura em que o sistema colonialista português restringia este tipo de pensamento. É também considerado um dos **pioneiros da morna** e destacou-se igualmente **na preservação do crioulo**, não obstante a sua produção em português.

Texto 20

«Poeta do amor, bem expresso no seu bilinguismo, Eugénio Tavares soube, mediante uma versatilidade insólita, reconhecer o valor da língua Cabo-verdiana e da língua de Camões na formação da cultura literária e do imaginário sociocultural cabo-verdiano. Os seus textos, em diversos géneros literários, apresentam várias influências, onde se pode destacar o romantismo e o classicismo renascentista. O poeta legou ao Povo cabo-verdiano e aos outros cultores da língua de Camões um autêntico património espiritual que se traduz na nossa experiência linguística, histórica, estética e artística. Compositor de belas mornas, escritor de várias peças de teatro, distinto poeta, cultor de uma prosa sedutora, sem desmerecer a riqueza dos seus contos e crónicas, Nhô Eugénio, como era sobejamente conhecido na Brava, manifesta-se como um espírito criador multifacetado [...].

E é assim que, desabrochando uma monumental obra poética, de apurado valor estético, vertendo a epopeia sentimental da cabo-verdianidade, Eugénio Tavares destaca-se como personagem exemplar da cultura cabo-verdiana. Mas, também, das outras culturas de língua portuguesa. Indissociável de Deus, mas também do mar e da ilha, da viagem e da emigração, o amor advém como tema primordial da sua criação poética. E é pelo amor enquanto ápice norteador do existir que se manifesta a marca filosófica da sua poesia, sem esquecer a prosa poética, os contos e as composições musicais que marcam indelevelmente o Povo cabo-verdiano como povo de mornas e saudade. A sabedoria do amor conduziu, então, o nosso poeta a encontrar caminhos alternativos; caminhos que clamaram a cabo-verdianidade sempre procurando nesta aventura da experiência humana do sentido.»

Carlos, Elter Manuel. "Uma filosofia do amor na poesia de Eugénio Tavares". In Natário, Celeste [et al.]. *Filosofia e Poesia: Congresso Internacional de Língua Portuguesa*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016, pp. 104-105.

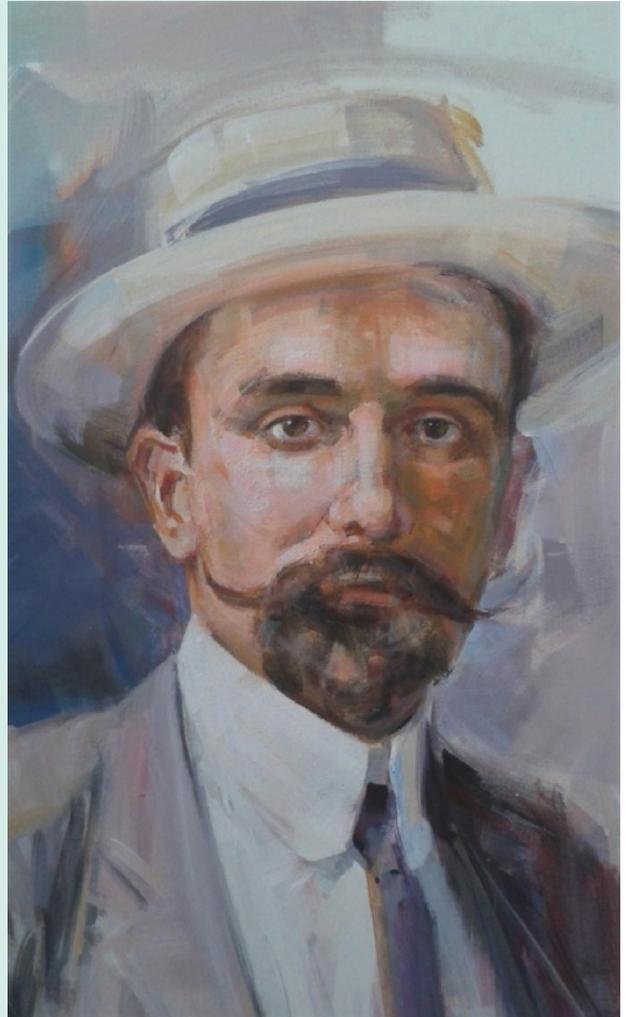


Fig. 30 David Levy Lima, *Eugénio Tavares*, 2017.

Texto 21

«A dedicação de Eugénio Tavares à sua terra e ao seu povo, o seu profundo humanismo, a sua preocupação constante com a justiça social, a sua revolta perante a negligência do Governo central e suas extensões locais principalmente perante a situação dos estratos mais desfavorecidos da população da sua ilha em particular, mas de Cabo Verde em geral, levam-no a entregar-se à causa e aos ideais republicanos em plena efervescência na época. Dedicar-se ao jornalismo e utiliza a sua pena e extraordinária mestria da língua de Camões como arma de combate, denunciando as situações intoleráveis de injustiça e de incúria e abandono perante os males sociais que minavam a sua terra.

Essa determinação cria-lhe inimigos nas esferas do poder que lhe movem a mais cerrada perseguição, utilizando os meios mais torpes, que o obrigam a fugir para os Estados Unidos, fixando-se em New Bedford. Nesta emblemática cidade da Nova Inglaterra, a cidade-porto dos navios baleeiros, funda o jornal “Alvorada” onde publica

um polémico artigo sob o título “Autonomia”, no qual reclama “África para os Africanos” e lança, num autêntico desespero de causa, um apelo à independência de Cabo Verde.»

Barros, Carlota de; Barros, Viriato de (29 de março de 2025). “O Amor em Eugénio Tavares”. Disponível em <https://www.eugeniotavares.org/> [consult. mai 2025].



Fig. 31 Viriato de Barros (1932-2018).

Fig. 32 Carlota de Barros (1942-).

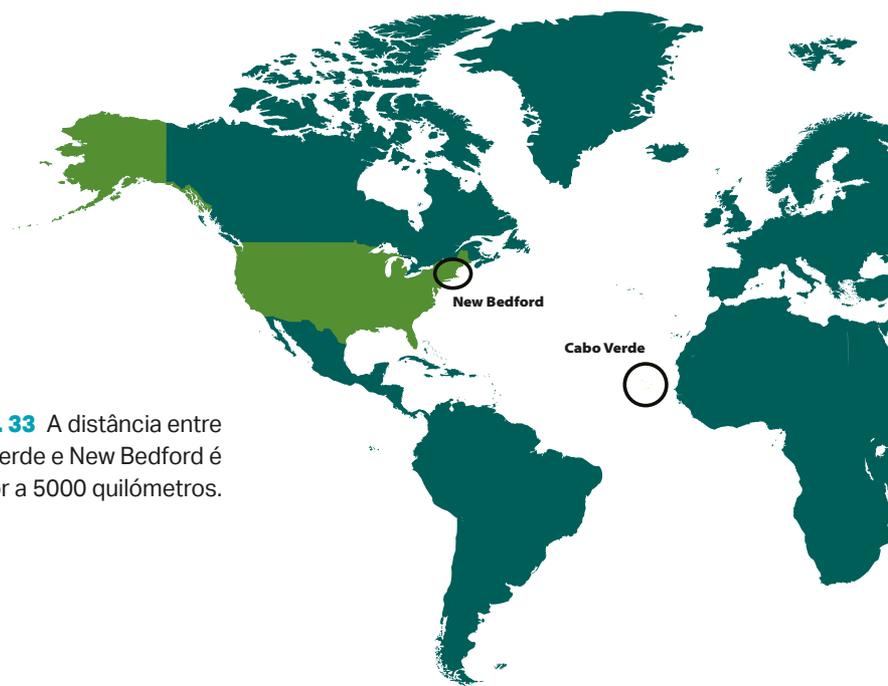


Fig. 33 A distância entre Cabo Verde e New Bedford é superior a 5000 quilómetros.

Como podemos depreender, Eugénio Tavares move-se em vários campos, desde o **artístico** até ao **político**, com uma irreverência e paixão que lhe é muito característica. É inegável o contributo da arte na construção da identidade cabo-verdiana. Como nos diz o seguinte texto:

Texto 22

«A construção da identidade nacional cabo-verdiana foi um processo progressivo iniciado pela elite letrada e pela imprensa, que divulgou ideias de uma identidade crioula. Desde meados do século XIX, a tipografia e a imprensa periódica tornaram-se vitais para os cabo-verdianos, facilitando a formação de uma consciência de pertença a uma “comunidade política imaginária”, na expressão de Benedict Anderson (1983). A distinção entre “filhos-da-terra” e “reinóis” já era evidente desde o século XVII, alimentando um sentimento de diferença e identidade entre locais e colonizadores. [...]

A construção da identidade nacional cabo-verdiana foi um processo complexo e multifacetado que envolveu a articulação de uma consciência cultural e política ao longo de mais de um século. Desde o sentimento nativista do século XIX até a afirmação nacionalista que culminou na independência em 1975, a elite intelectual, os artistas e o povo cabo-verdiano trabalharam juntos para definir e afirmar uma identidade que refletisse suas experiências, aspirações e desafios. A cultura, em todas as suas formas, desempenhou um papel central nesse processo, servindo tanto como meio de resistência quanto de afirmação da identidade nacional.»

Brito-Semedo, Manuel (20 de agosto de 2024). “Construção da Identidade Nacional Cabo-Verdiana”. *Expresso das Ilhas*. Disponível em <https://expressodasilhas.cv/> [consult. mai 2025].



Fig. 34 Manuel Brito-Semedo (1952-).



A importância de Eugénio Tavares é celebrada anualmente, a 18 de outubro, no Dia Nacional da Cultura e das Comunidades, desde 2005.

Texto 23

«Lei n.º 72/VI/2005

de 4 de julho

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 174.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

É instituído o dia 18 de outubro, data do nascimento de Eugénio de Paula Tavares, como o “Dia Nacional da Cultura”.

Artigo 2.º

A instituição do “Dia Nacional da Cultura” tem como objetivo:

- a) Exaltar a cultura Cabo-verdiana;
- b) Chamar a atenção da sociedade cabo-verdiana para a importância e valorização da cultura, incentivando a criação de condições necessárias em vista à promoção da mesma como fator de desenvolvimento de Cabo Verde;
- c) Homenagear os que se dedicam à atividade cultural, fazendo com que a cultura seja o estandarte e uma das expressões mais nobres do homem e da mulher cabo-verdianos.

Artigo 3.º

O “Dia Nacional da Cultura” é comemorado por toda a nação cabo-verdiana, no país e na diáspora. [...]»

Lei n.º 72/VI/2005, de 4 de julho, da Assembleia Nacional. [Em linha]. *Boletim Oficial*, I Série, n.º 27. Disponível em <https://boe.incv.cv/> [consult. mai 2025].

Texto 24

«Artigo 1.º

Alterações à Lei n.º 72/VI/2005, de 4 de julho

São alterados os artigos 1.º, 2.º e 3.º, todos da Lei n.º 72/VI/2005, de 4 de julho, que institui o dia 18 de outubro, como “Dia Nacional da Cultura” e que passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 1.º

Instituição

É instituído o dia 18 de outubro, data do nascimento de Eugénio de Paula Tavares, como o “Dia Nacional da Cultura e das Comunidades”.»

Lei n.º 9/VIII/2011, de 29 de dezembro, da Assembleia Nacional. [Em linha]. *Boletim Oficial*, I série, n.º 42. Disponível em <https://boe.incv.cv/> [consult. mai 2025].

Destaquemos também os contributos, já nos séculos XX e XXI, no âmbito da literatura, de autores como **Vera Duarte Pina** (1952-) ou **Tomé Varela da Silva** (1948-).

Tomé Varela da Silva tem sido um pilar na **preservação** e **divulgação** da cultura cabo-verdiana. No campo da **antropologia**, desenvolveu um trabalho interessantíssimo na **recolha** e **compilação** daquilo que é a **tradição oral cabo-verdiana**. Na sua produção literária também privilegiou o uso do **crioulo cabo-verdiano**.



Fig. 35 Tomé Varela da Silva.

Vera Duarte Pina é jurista e escritora. Já experimentou diferentes géneros literários, como a **poesia** e a **prosa**, tendo-se também destacado no **ativismo**, chegando, inclusivamente, a receber um prémio pelo seu papel na luta pelos direitos humanos.

Texto 25

«Ai se um dia...

Ai se em outubro Chovesse
a terra molhasse
o milho crescesse
e a fome acabasse

Ai se o milho crescesse
a fome acabasse
o homem sorrisse
e a terra molhasse

Ai se o homem sorrisse
a terra molhasse
a fome acabasse
e a chuva caísse

Ai se um dia...

Acordemos camaradas
As chuvas de outubro não existem!
O que existe
É o suor cansado
Dos homens que querem
O que existe
É a busca constante
Do pão que abundante virá

Homens mulheres crianças
Na pátria livre libertada
Plantando mil milharais
Serão a chuva caindo
Na nossa terra explorada.»

Pina, Vera Duarte. *Amanhã Amadruçada*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBNL), 2008, p. 119.



Fig. 36 Vera Duarte Pina.

Além destes, outros artistas poderiam ser destacados como importantes figuras da manifestação da identidade cultural de Cabo Verde. Assim, no próximo subcapítulo, veremos mais alguns dos principais artistas e os géneros artísticos nos quais se destacam, que constituem o grande património cultural e artístico que preenche o tecido cultural de Cabo Verde.



Fig. 37 Domingos Luísa, *Cesária Évora*, 2012, Aeroporto Internacional Cesária Évora, São Vicente. Muitos tipos de arte, como a escultura, fazem parte da cultura de Cabo Verde.

Atividades

- 1** Identifica, além dos enunciados, dois artistas de diferentes tipos de arte.
 - 1.1.** Selecciona uma ou duas produções dos artistas seleccionados e procura identificar a data e o nome das respetivas obras.
 - 1.2.** Regista os motivos pelos quais consideras que essas obras manifestam a identidade cultural de Cabo Verde.
 - 1.3.** Debate com os teus colegas acerca das obras que seleccionaste e das obras que eles seleccionaram, tendo em conta os seguintes temas:
 - A.** A representação da cultura de Cabo Verde.
 - B.** Os valores estéticos.
 - C.** A experiência estética.
 - D.** A que teoria ou autor estudados a obra podia ser usada como exemplo.

8.3.2. Os géneros artísticos em Cabo Verde

Cabo Verde constitui um país que, além das paisagens absolutamente estonteantes – ou sublimes, para usarmos a linguagem kantiana –, detém um legado cultural e artístico ímpar.

Vários são os géneros artísticos que marcam o legado cultural de Cabo Verde. Não se pretendendo fazer uma apresentação exaustiva de todos eles, iremos destacar alguns géneros, bem como alguns dos artistas cabo-verdianos que melhor representam cada um desses géneros.

A **pintura**, por exemplo, é ilustrativa da riqueza artística em Cabo Verde. **Nela Barbosa** (1973-), pintora autodidata com exposições em lugares tão distintos como África, Europa ou Estados Unidos da América, é um dos nomes da pintura cabo-verdiana que merece ser destacado. Numa exposição intitulada “O que saiu do meu pincel”, em 2024, Nela Barbosa centrou-se na **figura feminina**, exaltando qualidades como beleza, força ou resiliência.



Fig. 38 Nela Barbosa.



Fig. 39 Nela Barbosa, *Sem título*, s.d. Obra parte do *Catálogo n.º 62 – Arte de Cabo Verde no Feminino*, do Festival Sete Sóis Sete Luas, 2013. Através da arte muitos temas podem ser retratados.



Fig. 40 Baltasar Lopes.



Fig. 41 Manuel Lopes.



Fig. 42 Jorge Barbosa.

Igual destaque merece a literatura cabo-verdiana. Além dos já mencionados, destacamos ainda **Baltasar Lopes da Silva** (1907-1989), **Manuel Lopes** (1907-2005) **Arménio Vieira** (1941-) e **Germano Almeida** (1945-), que representam alguns dos talentos cabo-verdianos no âmbito da literatura.

Baltasar Lopes da Silva e **Manuel Lopes** são considerados os fundadores da literatura cabo-verdiana moderna. Juntamente com **Jorge Barbosa** (1902-1971), fundam, em 1936, a revista **Claridade**, que, apesar das suas dificuldades de publicação, muito contribuiu para a formação e emancipação de uma identidade cultural cabo-verdiana. Refira-se que, no primeiro número da revista, foram publicados três poemas da tradição oral na língua crioula.

Texto 26

«Geração da Claridade

O movimento literário cabo-verdiano surgiu com a revista *Claridade*, em 1936, e vai-se firmando, lenta e subterraneamente, alastrando-se para fora dessa revista, envolvendo uma geração inteira.

Claridade surgiu sem o habitual Manifesto, que andava na moda por essa altura, sem uma explicação prévia, sem um programa expresso. O principal projeto da Geração da *Claridade* era o de fincar os pés na terra – falar da terra, do homem em todo o seu envolvimento, da cultura mais própria, criando, assim, raízes com o chão, por forma a proporcionar uma íntima e profunda ligação de amor firme do homem à terra que o sustém.»

Porto Editora. *Geração da Claridade*. Infopédia. Porto: Porto Editora. Disponível em <https://www.infopedia.pt/> [consult. mai 2025].

Arménio Vieira, jornalista e escritor, foi o primeiro a ganhar o **Prémio Camões**, em 2009, e a sua produção literária permeia géneros como **poesia, novela** ou **romance**. O Prémio Camões foi instituído em 1988 por Portugal e Brasil, tendo como principal objetivo o enriquecimento do património literário e cultural da língua portuguesa, atribuindo anualmente um prémio monetário a um autor que escreva na língua portuguesa, independentemente da sua nacionalidade.



Fig. 43 Arménio Vieira.



Fig. 44 Luís Vaz de Camões (cerca de 1524-1579). Imagem a partir da obra de François Gérard, *Luís de Camões, o maior poeta português*, cerca de 1790-1810.

Germano Almeida, escritor, editor e advogado, também vencedor do Prémio Camões, em 2018, destaca-se pelo **uso do humor** nas críticas que aponta à sociedade cabo-verdiana, como nos romances *O testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo* (1989) ou *O Meu Poeta* (1990).



Fig. 45 Germano Almeida.



Fig. 46 Tutu Sousa, *Ferinho Funana*, 2017.
Obra parte do *Catálogo n.º 91 – Meus aCORdes*,
do Festival Sete Sóis Sete Luas, 2017.

No próximo subcapítulo, iremos abordar o género musical designado por **morna**. No entanto, a **ligação entre música e dança** em Cabo Verde não é exclusiva desta.

O **funaná**, por exemplo, é um género artístico cabo-verdiano que envolve música e dança, usando instrumentos de percussão e o acordeão. As suas letras sobre o quotidiano, isto é, as suas alegrias e tristezas, bem como a crítica social, são uma marca deste género artístico. Como dança, detém ritmo energético, envolvendo, geralmente, pares abraçados e de mãos dadas.

Muitos outros géneros podem ser referidos, por exemplo, **tabanka**, **batuque** e **coladeira**.

Texto 27

«Nas ilhas de Santiago e Maio, a tabanka – ao mesmo tempo música, dança, representação teatral da sociedade e movimento de entreajuda – sai à rua para celebrar os santos de junho. A música é feita ao som do búzio, do rufar dos tambores e das vozes de dezenas de homens e mulheres, que integram a “procissão”.»

Monteiro, Vladimir (1 de fevereiro de 2014).

Disponível em <https://musicadecaboverde.com/os-outros-generos/> [consult. mai 2025].

Texto 28

«A Koladera é um género musical que também abrange a dança. As letras podem ser românticas, mas, na maioria dos casos, são usadas para descrever traços sociais e fazer comentários ou críticas. Estas características de crítica social estão presentes desde o início da Koladera. Este estilo de música pode incluir diferentes tipos de instrumentos. Guitarra, cavaquinho (semelhante a um ukelele) e um instrumento de percussão são, na maioria dos casos, o que é necessário adicionar à voz para fazer este tipo de música. Mas vários outros instrumentos podem ser adicionados a esta configuração básica. [...]»

Tabanka é um estilo musical tradicional, mas também uma manifestação nacional. Nos tempos coloniais, era proibido. Com o tempo, a música foi “reavivada” e vista como uma forma de construção da comunidade.

A música também é tocada em desfiles, nos quais os locais fazem uma representação para recuperar um santo que foi roubado. A tabanka é a música tocada nesse desfile por bateristas (tamborerus), por cornetas (corneterus) e cantoras (kantadeiras).»

Cabo Verde Travel Guide (s.d.). Disponível em <https://caboverdetravelguide.com> [consult. mai 2025]



Fig. 47 Kiki Lima, *Coladêra*, 2022.

A música cabo-verdiana é preenchida de ritmo e letras absolutamente envolventes. Destacaremos, por fim, a **morna**, que, pelo seu reconhecimento nacional e internacional, constitui uma das principais imagens de marca da cultura de Cabo Verde.

8.3.3. A morna, património cultural da humanidade

A **morna**, não sendo a única manifestação artística, como já tivemos oportunidade de constatar, é, ainda assim, fundamental na construção da **identidade cultural de Cabo Verde**.



Fig. 48 Gabriel Moacyr Rodrigues.



Fig. 49 Logótipo da UNESCO.

Gabriel Moacyr Rodrigues (1933-2020), um dos mais proeminentes intelectuais cabo-verdianos, além de se ter dedicado à promoção e divulgação da morna, celebrada anualmente em Cabo Verde no dia 3 de dezembro, ao ponto de ter sido declarada, pela **UNESCO, Património Cultural Imaterial da Humanidade**, também se debruçou sobre a sua importância na identidade cabo-verdiana. A UNESCO, ou Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, trabalha para garantir o acesso à educação para todos, proteger o património cultural e natural, promover o diálogo intercultural, desenvolver projetos de cooperação científica e defender a liberdade de expressão.

Como já tivemos oportunidade de constatar, **a morna é um elemento determinante para a compreensão da identidade cabo-verdiana**. Também já pudemos estudar uma das figuras com maiores responsabilidades na **construção da identidade de Cabo Verde – Eugénio Tavares**. Iremos, então, debruçar-nos sobre esta manifestação artística, o seu peso e a sua **influência**, não só **nacional**, mas também **internacional**.

A morna é um género musical cabo-verdiano com carácter popular, cujas origens são relativamente desconhecidas. São poucas as referências no século XIX e aquelas que vão aparecendo, já na segunda metade do século, referem-se a este género como um convívio que junta música à dança. É também um género considerado inicialmente polémico, chegando, inclusivamente, a ser rejeitado por algumas elites como música!



Fig. 50 Adriano Gonçalves, conhecido por Bana (1932-2013). A morna, considerada Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, em 2019, é caracterizada pela expressão de emoções como amor ou saudade.

Texto 29

«Sob a alta Presidência do senhor Presidente da República realizou-se no dia 2 do mês findo, na sala Algarve, da sociedade de Geografia de Lisboa, a sessão inaugural do primeiro Congresso dos músicos portugueses.

Eis um Congresso a que desejaríamos assistir, embora não sejamos músicos. E quer o leitor saber para quê? Simplesmente para defender a seguinte tese – *A “morna” é música?* Há quem afirme que não, por esta razão de arromba – *porque a “morna” não vem nos dicionários de música!*...

Para nós, que não costumamos manusear dicionários de música, é uma música popular de Cabo verde, como o *bandó* o é para a Índia, a *farândola* para alguns pontos da França e da Itália, o *bolero* para a Espanha, a *caninha verde*, o *vira*, etc., para Portugal. [...]

De resto – convém não o esquecer – a banda toca para o Público e não para os clássicos que leem dicionários de música, sendo realmente para estranhar que tocando ela rapsódias de músicas populares de Portugal, evidentemente pouco familiares a gente de Cabo Verde, se recusa, sistematicamente, a fazer outro tanto às nossas músicas populares – tudo por amor aos dicionários de música... Cebolório para tais dicionários.»

Recorte de jornal (10 de julho de 1913). “A morna é música?”. *O Futuro de Cabo Verde*. Disponível em <https://www.caboverdeamusica.online/> [consult. mai 2025].

Análise e interpretação

- 1 Debate com os teus colegas se é possível definir o que é música “legítima” e que critérios devemos adotar para assim a definir.

O carácter mais lento e sentimental que conhecemos nos dias de hoje não parece ser aquele que inicialmente constituía o género, havendo documentos que indiciam que tinha um ritmo mais rápido e letras mais animadas.

É precisamente com Eugénio Tavares que começa a desenhar-se a morna que chegou até aos nossos dias, com carácter e letras mais melancólicos, aludindo aos temas de amor, separação ou saudade.

Aliás, como podemos ver no seguinte texto, o amor adquire uma dimensão filosófica, sendo alvo de reflexão existencial, com uma carga inclusivamente teológica. O amor assume, neste autor, uma componente pedagógica, ligado não apenas à beleza, mas também à dimensão ética da vida.

Texto 30

«Ora, a dimensão dialética do poema é, deveras, fascinante. Há em Eugénio Tavares uma dialética do amor, aspeto que faz-nos lembrar Platão, embora sem com ele se confundir e, da nossa parte, não pretendemos estabelecer relações possíveis com o filósofo grego, sob pena de, não respeitando certos limites da interpretação, correndo o risco de desvirtuar a forma eugeniana de conceber o amor. [...] Nhô Tatai construiu uma poesia de ideias, de teses filosóficas!

Reforçando o que temos vindo a tentar esclarecer, a própria construção do poema assume uma forte dimensão filosófica. E daí essa dialética do amor que intensifica na terceira estrofe. A interjeição que evoca “Ó força de crecheu”, pedindo-lhe que abra as suas asas em flor, consentindo-lhe alcançar o reino do céu para ver Nosso Senhor e, ao mesmo tempo, pedi-lo a semente de um amor como o seu, é a própria experiência de uma dialética ascendente, mediante um esforço de superação constante, em direção à luz da Verdade e do bem. [...]

Por outro lado, há no amor eugeniano um sentido cosmológico, o facto de o amor ser “maior que céu, maior que mar”, um sentido teológico-metafísico (Deus como autor da semente do amor e do próprio Amor), portanto, a via em que os amantes devem caminhar para, no movimento descendente, comunicarem aos outros a vantagem ética do esforço e superação. Aliás, a dimensão pedagógica do amor na canção “Força de Crecheu” é uma pedagogia comunicativa do amor, uma nova ética do amor, em que o respeito à pessoa amada é exigido no diálogo amoroso. Assim, na experiência do amor se conjuga o belo, o bem e a verdade e a justiça.»

Carlos, Elter Manuel. *Experiência da Bildung (Formação Humana) em Eugénio Tavares e Baltasar Lopes da Silva*. Santiago de Compostela: Centro Internacional de Estudos de Doutoramento e Avanzados da USC (CIEDUS), 2019, pp. 216-217.

A morna, a par do crioulo, é um dos mais importantes **pilares da identidade nacional cabo-verdiana**, apesar das diversas influências que terá sofrido – por exemplo, portuguesa e brasileira –, tendo sido, nos anos que anteciparam a independência, um dos estilos musicais que ajudou a firmar essa identidade tão própria e distinta.

Texto 31

«A cultura desempenhou um papel central na construção da identidade nacional cabo-verdiana. Músicos como B. Léza e Manel d’Novas popularizaram a morna e a coladeira, géneros musicais que expressavam as alegrias e tristezas do povo cabo-verdiano. A música tornou-se uma forma de resistência cultural, afirmando a identidade cabo-verdiana e fortalecendo o espírito de unidade.»

Brito-Semedo, Manuel (16 de agosto de 2024). “Construção da Identidade Nacional”. *Esquina do Tempo*. Disponível em <https://brito-semedo.blogs.sapo.pt/> [consult. mai 2025].

Gabriel Moacyr Rodrigues explica que a **morna foi o género musical que mais contribuiu para a divulgação do pensamento que defendia a independência.**

Texto 32

«À leitura da análise feita ao texto de Humbertona *Morna ca sô dor*, compreende-se por que motivo a morna, e não outro género musical, foi o veículo mais eficaz na divulgação dos ideais independentistas. Com efeito, por altura da luta de libertação, a morna já tinha terminado a sua *national journey* e tinha-se já afirmado e consolidado o seu papel de *national music*, ou seja, de música nacional. Apesar de manifestar uma certa dificuldade em compreender esse fenómeno, Renato Cardoso teve de render-se a essa evidência e utilizar esse instrumento para atingir os seus objetivos.»

Rodrigues, Gabriel Moacyr. *O papel da morna na afirmação da identidade nacional em Cabo Verde*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015, p. 227.

Os contributos da morna são tão determinantes na identidade cabo-verdiana, que, como já indicado, em 2019, o género foi elevado à condição de Património Cultural Imaterial da Humanidade, pela UNESCO.

De realçar a importância deste género musical para a promoção de Cabo Verde, nomeadamente do ponto de vista **económico**. A morna exporta o nome de Cabo Verde pelo mundo, acabando por atrair um turismo que se mostra curioso por este género musical e pelos seus intérpretes.

É também necessário reconhecer o seu **valor cultural e social** como manifestação **unificadora** do povo de Cabo Verde, já que as suas letras são muitas vezes o retrato das vidas dos cabo-verdianos, por exemplo, os seus **valores e emoções mais identitários**.

É, efetivamente, um **legado** passado de geração em geração, estando este género musical associado à História deste país, marcado também pela **conquista da independência, no século XX**.

Com **Cesária Évora** (1941-2011), e a sua famosa *Sodade*, entre outros artistas, a morna extravasa a realidade cabo-verdiana e ganha contornos verdadeiramente internacionais, deixando de ser um **património** somente **nacional** e assumindo-se como um património da **humanidade**, tal como veio a ser reconhecido décadas mais tarde.

A obra de Cesária Évora destaca-se não só pelo seu valor artístico, mas também pelo carácter ontológico que confere à identidade cabo-verdiana.

Texto 33

«Autora de uma obra de alto valor artístico e nome invulgar na tradição da música cabo-verdiana, sem olvidar os amplos reflexos na cultura musical mundial, Cesária Évora encarna uma Voz que escolheu Cabo Verde como lugar ontoantropológico de seu fazer poético e transcendental. Da sua identidade cultural à alteridade das várias geografias musicais e palcos do mundo por ela frequentados, vividos e experimentados em plenitude, a cantora colocou a sua Voz a serviço do desvelamento dos segredos da alma humana à procura de forma. Parece que a cantora foi escolhida pelo dom dos deuses para louvar a cultura e o Povo cabo-verdianos ao seu mais alto nível de expressão, comunicação e elevação espiritual.»

Carlos, Elter Manuel. "Cesária Évora e a música como desvelamento dos segredos da alma".
In *Nova Águia*, n.º 31. Sintra: Zéfiro, 2023, p. 138.

Fig. 51 Vhils, *Retrato de Cesária Évora*, 2019. Fotografia da escultura na parede, em São Vicente.



Teté Alinho (1956-), célebre cantora e compositora cabo-verdiana, a propósito da importância da morna, afirma:

Texto 34

«A morna», diz Teté Alinho ao PÚBLICO, «é uma das nossas expressões identitárias mais fortes. Não há nenhum cabo-verdiano que fique indiferente a uma morna, porque o cabo-verdiano verteu nela a nostalgia, a saudade da terra, o passar mal, as dores amorosas, as perdas. A temática da morna está relacionada com a dor, embora hoje já mude um bocadinho. E foi através da morna, com a Cesária, que Cabo Verde se deu a conhecer ao mundo, com *Sodade*, que é uma morna rápida». Há outros géneros musicais em Cabo Verde, mas a morna sobressai. «É um fator identitário de comunhão entre todos os cabo-verdianos e é algo que nunca vai morrer, que vai existir sempre. Se analisarmos as mornas, podemos ver através delas a história de Cabo Verde.»

Pacheco, Nuno (29 de novembro de 2018). «A morna é algo que nunca vai morrer, vai existir sempre». *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/> [consult. mai 2025].

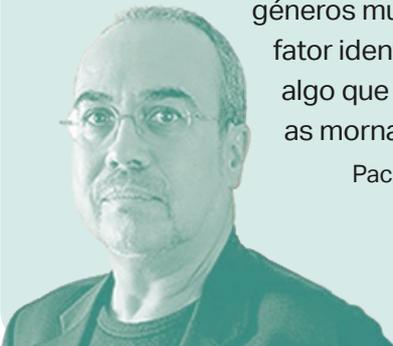


Fig. 52 Nuno Pacheco (1955-).

Todos estes fatores ajudam a cimentar a opção acertadíssima de reconhecer, internacional e formalmente, **a morna como um legado a ser preservado e divulgado**.



Fig. 53 Teté Alinho.

Atividades

1 Cabo Verde é berço de uma identidade cultural muito rica e diversa.

1.1. Na tua opinião, qual é(são) o(s) género(s) ou manifestação(ões) artística(s) que mais contribuiu(íram) e continua(m) a contribuir para a identidade cabo-verdiana? Justifica a tua resposta.

Síntese

A **Estética** é a disciplina filosófica que se ocupa dos problemas relativos à definição de **belo** e da **arte**.

A **experiência estética** envolve os sentidos – apreende o objeto – e o intelecto – representa o objeto.

A **atitude estética** traduz-se num desinteresse relativamente à potencial utilidade do objeto apreciado, centrando-se no prazer que a sua contemplação provoca.

Os **juízos estéticos** manifestam-se a partir dos valores estéticos – como o belo, o feio ou o harmonioso.

A arte é também uma forma de interpretar e comunicar uma visão sobre o mundo.

A filosofia de arte remete para a reflexão sobre o objeto artístico propriamente dito, mas também a sua finalidade ou o seu valor enquanto projeto de criação humana.

Existem vários **tipos de arte**, como visuais, performativas ou literárias.

A teoria da arte como expressão defende que o objeto artístico é aquele que expressa de forma intencional o sentimento vivido pelo artista, despertando esse mesmo sentimento no público que frui do dito objeto.

A **teoria da arte como expressão** tem algumas críticas, como: deixa de fora muitas possíveis manifestações artísticas; os estados mentais do artista podem ser inacessíveis; o artista nem sempre sente o que a obra transmite.

Segundo **Kant**, a **experiência do belo** é vivenciada no âmbito dos **juízos de gosto**.

De acordo com Kant, os juízos de gosto, apesar de subjetivos, aspiram a uma validade universal.

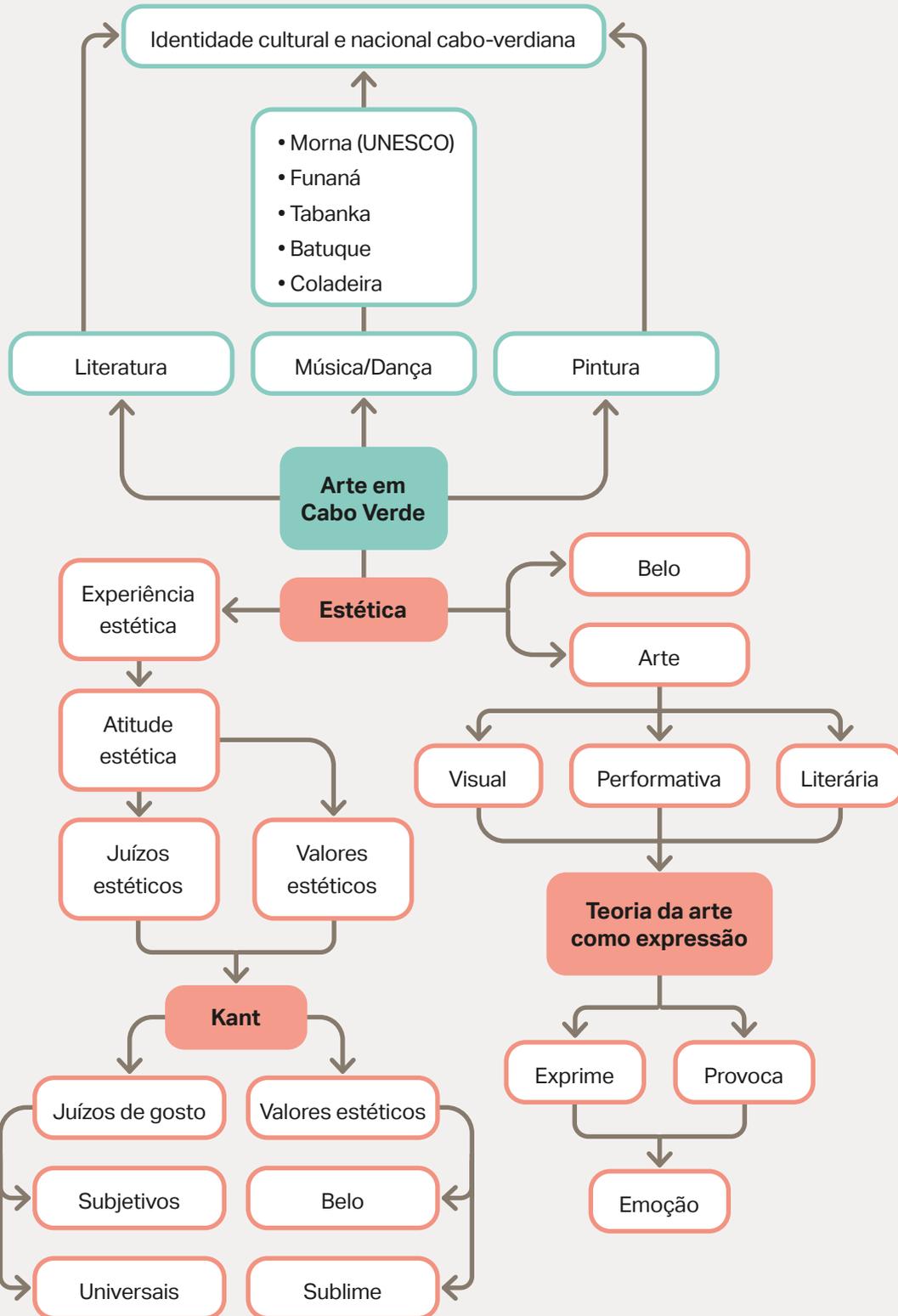
Kant defende que o belo e o **sublime** são valores estéticos distintos, sendo o primeiro limitado ao objeto e o segundo destacando-se pela sua absoluta grandiosidade.

O legado artístico e cultural de Cabo Verde é bastante rico e diverso.

A **morna** tem valor cultural e social como manifestação unificadora do povo de Cabo Verde, com um valor histórico inestimável.

A morna assume-se, simultaneamente, como **património nacional e da humanidade**, tal como reconhecido pela **UNESCO**.

Esquema-síntese



Ficha de trabalho

Grupo I

1 Na resposta a cada um dos itens seguintes, seleciona a única opção correta.

1.1. É um erro afirmar que a experiência estética se resume apenas aos dados dos sentidos. Esta afirmação é

- A. verdadeira, quer os sentidos, quer o intelecto participam na experiência estética.
- B. falsa, sem os sentidos, não existiria experiência estética.
- C. verdadeira, os sentidos não participam na experiência estética.
- D. falsa, o intelecto humano não é determinante para a experiência estética.

1.2. A atitude estética

- A. só se aplica aos objetos artísticos, mas não aos objetos naturais.
- B. caracteriza-se pelo desinteresse relativo à possível utilidade do objeto.
- C. diz respeito apenas ao artista, mas não ao público.
- D. refere-se apenas aos objetos com baixo valor monetário, suscitando desinteresse.

1.3. Seleciona a opção cujo enunciado não corresponde a um juízo estético.

- A. A morna é o mais belo dos géneros musicais cabo-verdianos.
- B. O quadro *Resistência*, de Kiki Lima, é uma obra-prima.
- C. A Cidade da Praia é lindíssima.
- D. Kiki Lima é um pintor cabo-verdiano.

1.4. Seleciona a opção cujo enunciado melhor se adequa à teoria da arte como expressão.

A arte

- A. deve comunicar e provocar no público o estado emocional do artista.
- B. imita a realidade, ao ponto de não se distinguir o original da cópia.
- C. é aberta a múltiplos significados e interpretações.
- D. é simbólica, geral e abstrata, sendo daí que advém o seu valor universal.

1.5. No âmbito da perspetiva kantiana sobre os juízos estéticos, atenta nos seguintes enunciados e seleciona a opção que os avalia corretamente.

1. Os juízos estéticos têm um valor gnosiológico.

2. Os juízos estéticos não têm valor moral.

- A. O enunciado 1 está correto e o enunciado 2 está incorreto.
- B. Ambos estão corretos.
- C. O enunciado 1 está incorreto e o enunciado 2 está correto.
- D. Ambos estão incorretos.

Grupo II

- 1** Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
- A. Umberto Eco defende que uma das características da obra de arte reside na sua ambiguidade.
- B. Collingwood defende que só a pintura pode exprimir convenientemente emoções.
- C. Segundo Collingwood, é através do processo de criação artística que o artista vai desvendando o que está a sentir.
- D. De acordo com a teoria expressivista da arte, a intenção do artista não é importante, mas sim aquilo que o público sente.
- E. De acordo com Kant, apenas os dados dos sentidos interferem com a experiência estética, já que esta não constitui nenhum conhecimento.

Grupo III

- 1** Atenta no enunciado.

A experiência estética não pode ser reduzida a um estado meramente sensível ou meramente intelectual.

1.1. Explica o enunciado.

1.2. O que te parece ser mais importante na experiência estética? Os sentidos ou o intelecto? Justifica a tua resposta.

- 2** É correto afirmar que os valores estéticos são todos positivos e prazerosos? Justifica a tua resposta.

- 3** Lê o texto que se segue:

«Se, como acabamos de ver, a obra tende a multiplicar sua presença, é para se oferecer ao espectador. O objeto estético precisa de um público. Todos sabemos bem disso, mas o artista que valoriza a sua obra ainda o sente mais intensamente. Uma pintura não exibida, um manuscrito não publicado e uma peça não encenada são objetos que ainda não têm posição no mundo cultural, que ainda não existem plenamente. Certamente, o artista pode dizer que as obras são suas e que existem, visto que foi ele quem as criou. No entanto, o artista também gostaria que elas existissem para os outros, que a sua existência fosse validada por um julgamento público.»

Dufrenne, Mikel. *The Phenomenology of Aesthetic Experience*. Trad. Nuno Freixo e Ricardo Sousa, Evanston: Northwestern University Press, 1979, p. 46.

3.1. Partindo do texto, explica por que motivo é tão importante para a teoria da arte como expressão a existência de público.

3.2. Consideras que uma obra de arte não exibida é como se não existisse? Justifica a tua resposta.

- 4** Explica, pelas tuas próprias palavras, a diferença kantiana entre belo e sublime, apresentando um exemplo para cada um dos valores estéticos.





A dimensão religiosa

- 9.1.** O problema da existência de Deus e o conceito teísta de Deus
- 9.2.** A religião: noção e razão explicativa da religiosidade humana
- 9.3.** Argumentos sobre a existência de Deus

Objetivos de aprendizagens

- Definir religião.
- Compreender o fenômeno religioso como um processo complexo, universal e diverso.
- Esclarecer as razões explicativas da atitude religiosa do homem.
- Mostrar a relação entre o sagrado e o profano.
- Esclarecer conceitos fundamentais ligados ao fenômeno religioso.
- Formular o problema da existência de Deus, justificando a sua importância filosófica.
- Explicitar o conceito teísta de Deus.
- Enunciar os argumentos cosmológico e teleológico (Tomás de Aquino) e ontológico (Anselmo) sobre a existência de Deus.
- Discutir criticamente os argumentos.

A **Filosofia da Religião** é uma disciplina filosófica que procura analisar racionalmente o fenómeno religioso, de modo imparcial e rigoroso. Esta análise inclui a investigação dos fundamentos e conceitos relacionados com a experiência religiosa, não tendo como ponto de partida nenhuma fé ou conjunto de crenças em particular. A Filosofia da Religião não se confunde com a **Teologia**. Esta disciplina já parte de pressupostos religiosos e assume a sua defesa e aprofundamento.

A Filosofia da Religião aborda vários problemas de ordem religiosa ou moral e até sobre a natureza e os atributos de Deus, como a onipotência, a capacidade de ter poder absoluto para tudo. Um destes problemas é o conhecido paradoxo da onipotência, também conhecido como paradoxo da pedra.

Texto 1

«(1) Ou Deus consegue criar uma pedra que não consiga levantar, ou não consegue criar uma pedra que consiga levantar.

(2) Se Deus consegue criar uma pedra que consiga levantar, então Ele não é onipotente (já que não consegue criar a pedra em questão).

(3) Se Deus consegue criar uma pedra que não consiga levantar, então Ele não é onipotente (já que não consegue criar a pedra em questão).

(4) Logo, Deus não é onipotente.»

Cowan, J. L. "The Paradox of Omnipotence Revisited", Trad. de Nuno Freixo e Ricardo Sousa. In *Canadian Journal of Philosophy*, volume III, n.º 3, março 1974, p. 435.

Considerando este paradoxo como ponto de partida, podemos apontar outras questões acerca das capacidades de Deus, como:

- Pode Deus alterar o que aconteceu no passado?
- Pode Deus fazer com que um quadro seja circular?

Estas questões levam-nos a considerar vários pontos de análise sobre os atributos divinos, nomeadamente aquele que diz respeito à **omnipotência**. Assim, podemos questionar o que Ele pode ou não fazer no **mundo material ou sensível**, mas também sobre conceitos, como os que estão presentes na Matemática ou na Geometria, que podemos considerar apenas **mentalmente**.

Texto 2

«Para que não haja qualquer suspeita de que a alegada incapacidade de Deus para criar um círculo quadrado seja simplesmente um escárnio ateu, deve salientar-se que os teístas clássicos, como São Tomás de Aquino, aceitaram alegremente tais restrições ao poder de Deus. Isto pode parecer estranho, uma vez que, se Deus é todo-poderoso, certamente não há literalmente nada que Ele não possa fazer? [...] O problema com coisas como círculos quadrados é que são logicamente impossíveis. Como um círculo é, por definição, uma forma com um só lado e um quadrado uma forma de quatro lados, e uma forma de um só lado de quatro lados constitui uma contradição, então um círculo quadrado é uma contradição e impossível em todos os mundos possíveis. É isto que a racionalidade exige. Assim, se dissermos que a onipotência de Deus significa que ele pode criar formas como círculos quadrados, então dizemos adeus à racionalidade.

Por esta razão, a maioria dos crentes religiosos fica feliz por concluir que a onipotência de Deus significa que ele pode fazer tudo o que é logicamente possível, mas não aquilo que é logicamente impossível. Isto, afirmam, não é um limite ao poder de Deus, uma vez que a ideia de um ser com mais poder cai em contradição.»

Baggini, Julian. *The Pig that Wants to be Eaten: And 99+ Other Thought Experiments*.

Trad. Nuno Freixo e Ricardo Sousa, Croydon: Granta Books, 2024, p. 21.

Questões como as que examinamos aqui partem da ideia **teísta** de Deus e foram analisadas por vários filósofos e pensadores em discussões sobre o problema da existência de Deus. A perspectiva teísta defende que Deus é **perfeito**. Faz parte da definição de um ser perfeito ser, simultaneamente, **omnipotente e infalível**.

Teremos a oportunidade de analisar os **argumentos** de alguns pensadores relativamente à existência de Deus, assim como sobre os Seus atributos. No entanto, antes de avançarmos, deixamos-te uma questão:

- Se Deus quiser, consegue cometer um erro?

Fig. 1 Um compasso pode marcar vários pontos de uma circunferência que se podem, depois, ligar com linhas retas obtendo assim figuras geométricas, como o triângulo, mas é um instrumento que desenha apenas arcos e circunferências.



9.1. O problema da existência de Deus e o conceito teísta de Deus

Sendo a Filosofia uma reflexão profunda e cuidada sobre tudo aquilo que envolve o ser humano, procurando compreender a relação do humano com a Natureza e toda a realidade, e encontrar respostas para as questões que dizem respeito à nossa existência, a religião não poderia deixar de ser objeto dessa reflexão filosófica. Até porque a **religião** consiste num modo, apesar de se fundar em princípios muito distintos dos da Filosofia, como a **fé** ou a **revelação**, de interpretar o ser humano e o mundo.

Texto 3

«Compreende-se facilmente que filosofia ou religião em geral, isto é, abstraindo da sua diferença específica, são idênticas, porque, uma vez que quem pensa e quem crê é um e o mesmo ser, também as imagens da religião exprimem ao mesmo tempo pensamentos e coisas; compreende-se que cada religião determinada, cada modo de crer é ao mesmo tempo um modo de pensar, por ser totalmente impossível que qualquer homem creia em algo que contradiga, pelo menos de facto, a *sua* faculdade de pensar e de representar.»

Feuerbach, Ludwig. *A Essência do Cristianismo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 2.

Análise e interpretação

1 Quais as semelhanças entre Filosofia e religião?

Fig. 2 Ludwig Feuerbach (1804-1872).

A relação entre Filosofia e religião tem sido um tema central ao longo da história do pensamento humano. Desde a Antiguidade, filósofos e teólogos procuraram compreender a existência, o sentido da vida, a natureza do divino e a moralidade. Dizendo de outro modo, cabe à inquietação filosófica procurar compreender o fenómeno religioso, a sua importância na sociedade e quais os motivos que explicam uma intemporal ligação ao divino ou a Deus.

Nesta unidade, problematizaremos questões como:

- “Qual o conceito de religião?”;
- “A religião é pessoal ou social?”;
- “Quais as perspetivas sobre Deus?”;
- “Quais os argumentos a favor e contra a existência de Deus?”.

9.1.1. O conceito teísta de Deus

Quando nos referimos à religião, estamos, normalmente, a pensar sobre a existência (ou não existência) de Deus (ou até de vários deuses).

Importa, contudo, referir que a Filosofia da Religião é a reflexão em torno de todo o fenómeno religioso, do modo como nos relacionamos com a religião e da sua importância ao longo dos tempos e nas diferentes culturas.

A análise filosófica não se esgota, portanto, nas questões sobre a existência de Deus. O próprio conceito de “religião” remete para algo mais abrangente do que a existência de Deus e os seus argumentos.

A Filosofia da Religião, enquanto área do conhecimento, inclui a problematização em torno do conceito de religião, da crença e das manifestações religiosas, partindo sempre de dois planos da realidade: o **sagrado** e o **profano**.

De facto, filosofar sobre a religião é refletir sobre a relação do ser humano, imperfeito e mortal, com algo que o transcende, o divino, perfeito e infinito.

Texto 4

«Para a consciência moderna, um ato fisiológico – a alimentação, a sexualidade, etc. – não é, em suma, mais do que um fenómeno orgânico [...]. Mas para o “primitivo”, um tal ato nunca é simplesmente fisiológico; é, ou pode tornar-se, um “sacramento”, quer dizer, uma comunhão com um sagrado.

O leitor não tardará a dar-se conta de que o *sagrado* e o *profano* constituem duas modalidades de ser no Mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo da sua história.»

Eliade, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 17-18.

Análise e interpretação

- 1 De acordo com o autor, é correto afirmar que os atos fisiológicos não têm significado? Justifica a tua resposta.

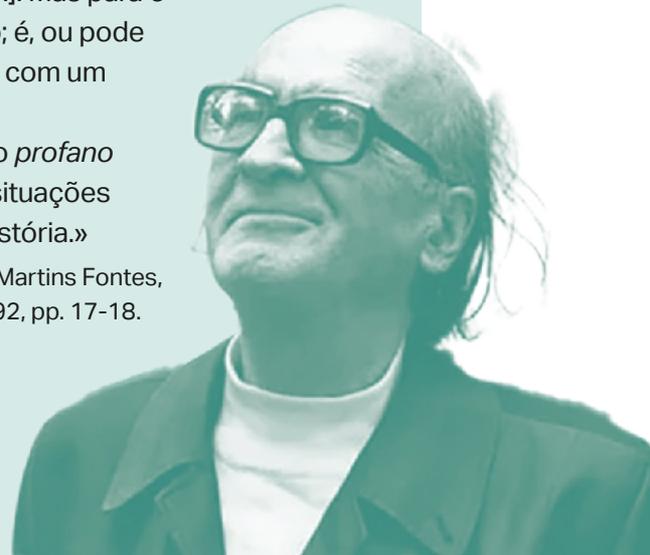
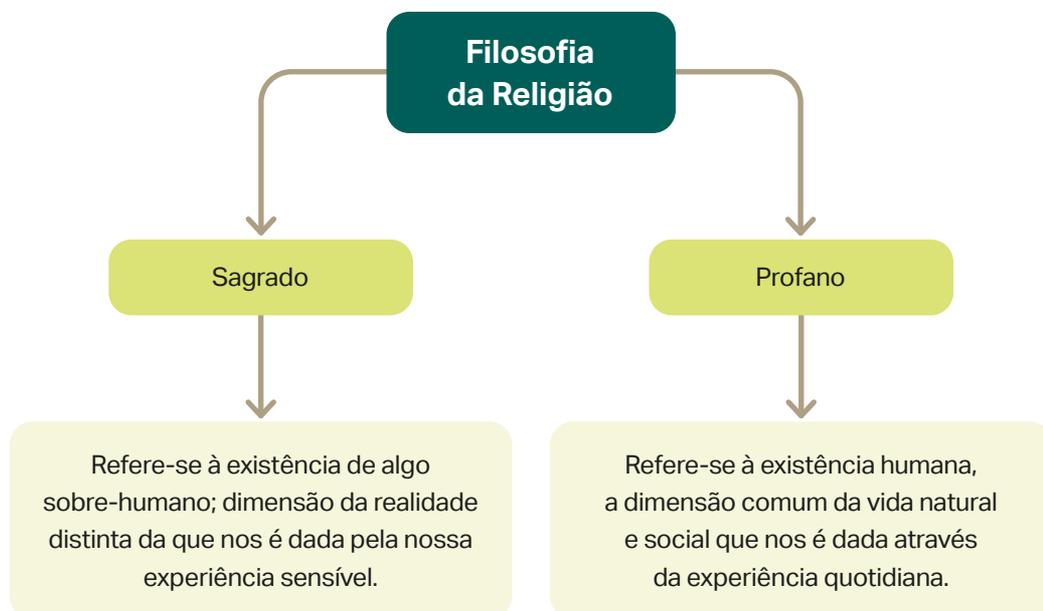
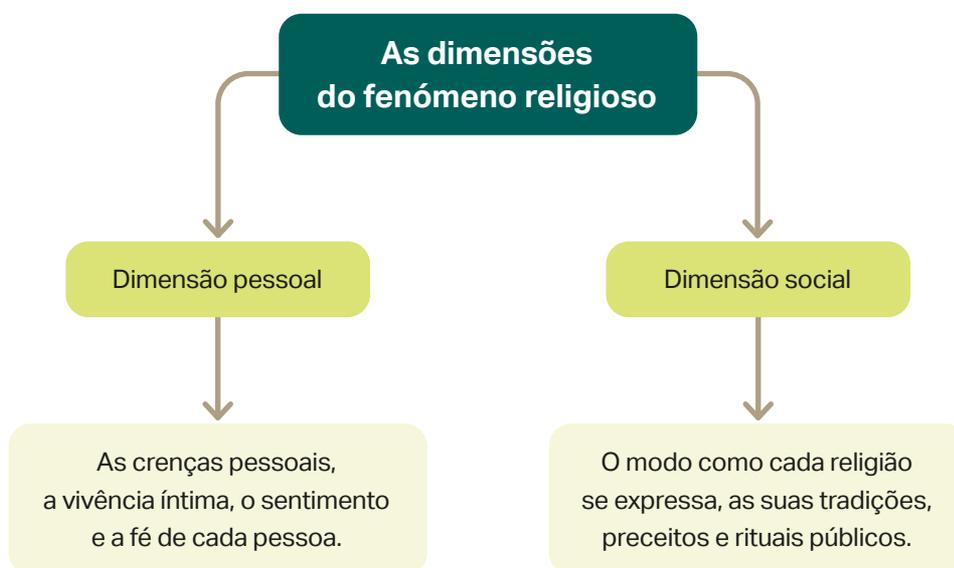


Fig. 3 Mircea Eliade (1907-1986).



Independentemente da resposta dada às questões previamente formuladas, é inegável o impacto da religião na sociedade e até na existência de cada indivíduo.

Na verdade, as manifestações da religião proliferam entre nós, mesmo que, pessoalmente, não sejamos crentes na existência de Deus. Destacam-se, pois, duas dimensões do fenómeno religioso: a **dimensão pessoal** e a **dimensão social**. A primeira refere-se às crenças que cada pessoa possui, ao modo como vivencia a sua relação com o divino ou o modo como cada pessoa sente e vive a sua fé. A segunda remete para as manifestações públicas da religião, as cerimónias, as tradições e os rituais celebrados em cada religião.



Texto 5

«A religião, como os seus defensores estão no hábito de nos dizer, é a fonte do sentimento de obrigação social. Quando um homem fazia alguma coisa que desagradava aos deuses, estes tendiam a castigar, não apenas o indivíduo culposo, mas toda a tribo. Por conseguinte a sua conduta era uma questão de preocupação coletiva, uma vez que os vícios privados davam origem a calamidades públicas. [...]»

Embora a religião tenha começado como um assunto tribal, breve desenvolveu também um aspeto puramente individual. A partir de cerca do século VI antes de Cristo, movimentos muito separados no espaço tiveram início no mundo antigo, que se preocupavam sobretudo com a alma individual e com aquilo a que os cristãos viriam a chamar *salvação*.»

Russell, Bertrand. *Educação e Sociedade*.
Lisboa: Livros Horizonte, 1982, pp. 68-77.

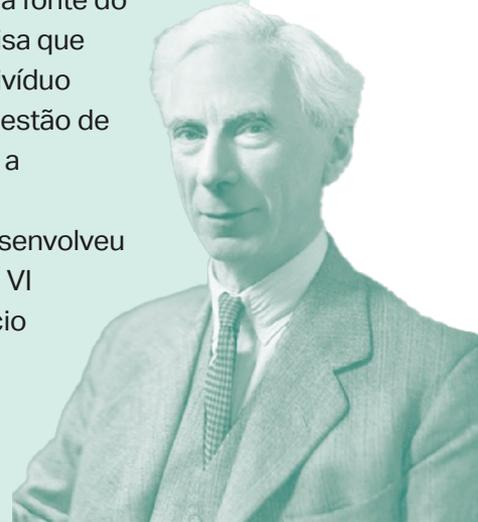


Fig. 4 Bertrand Russell (1872-1970).

A religião pode ser entendida como necessidade ou desejo, mais ou menos expressa em rituais mais ou menos instituídos, mas é, sem dúvida, um elemento agregador e regulador das atitudes e dos comportamentos. Tem, portanto, uma função organizadora e prescritiva – religião e moral são dimensões indissociáveis e a primeira exerce influência óbvia na segunda –, pois as gerações educam com base nos preceitos morais e estes não são independentes dos preceitos religiosos.

Atividades

1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.

- A. A Filosofia da Religião incide apenas sobre o Cristianismo.
- B. O sagrado aponta para uma realidade suprassensível.
- C. A dimensão social da religião remete para a fé de cada indivíduo.

2 Para o item seguinte, seleciona a única opção correta.

2.1. Qual a questão que não pertence ao âmbito da Filosofia da Religião?

- A. Em que ano foi eleito o Papa Francisco?
- B. Que perspetivas existem sobre Deus?
- C. Em que consiste a dimensão da fé?
- D. Qual a importância da religião para as sociedades?

9.1.2. As concepções de Deus

É do confronto com a grandiosidade do Universo e da incapacidade de abarcar essa grandiosidade (bem como de a entender e explicar) que surge a consciência da finitude do ser humano; e é dessa consciência das nossas limitações (temporais e gnosiológicas) que nasce, ou terá nascido, a nossa ligação ao transcendente ou, mais concretamente, ao ser divino. Do nosso plano inferior, concebemos ou supomos um plano superior. Imperfeitos e finitos, pensamos o perfeito infinito – Deus.

Esta pode ser a explicação para o facto de o ser humano, em todos os tempos e culturas, manifestar uma ligação a Deus(es) ou, pelo menos, prestar culto a certas crenças ou figuras superiores.

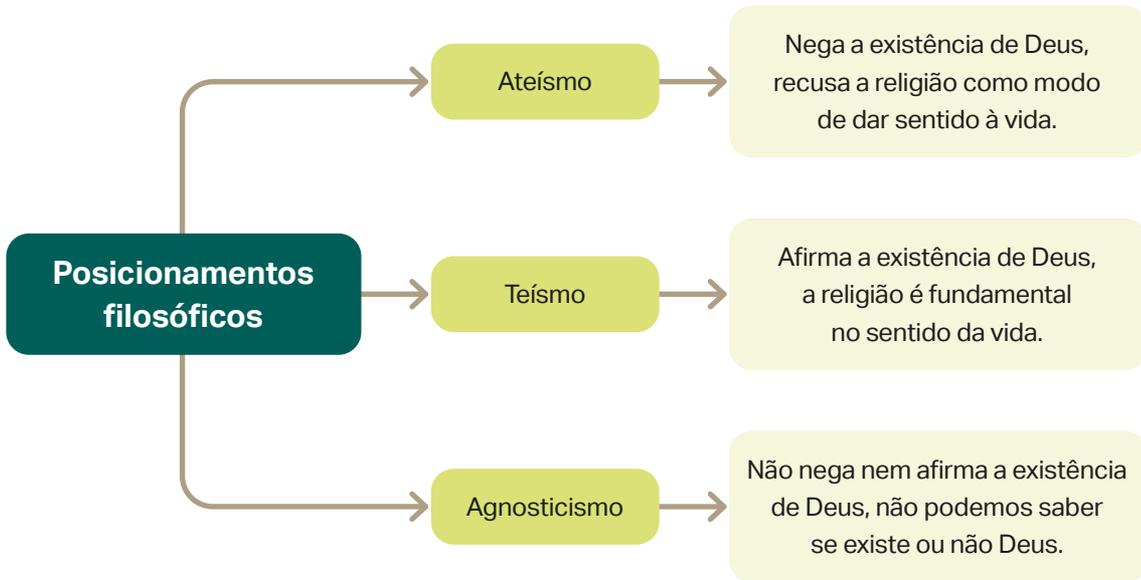
Conferir sentido à existência humana é um dos significados atribuídos à religião: perante a evidência da nossa fragilidade, suporta-se a nossa existência e o seu sentido numa existência superior, perfeita.

Assim, pode entender-se a religião (do original *religare*) como a ligação da frágil existência humana a uma existência divina e que, assim, ganha sentido como relação com “algo maior”. Esta é, pois, a concepção presente na generalidade das religiões, que funcionam, para os crentes, como uma forma de aproximar o homem a Deus e, assim, justificar e “salvar” a sua existência.

A possibilidade de a religião poder dar sentido à existência aponta, primeiramente, para a possibilidade da existência ou não de Deus ou Deuses. Assim, existem diferentes posicionamentos filosóficos quanto às questões “Existirá Deus?” ou “Deus dá sentido à existência?”. Há quem responda “Não”, há quem diga “Não sabemos (para já)” e que diga “Sim”, representando estas respostas, respetivamente o ateísmo, o agnosticismo e o teísmo.

De acordo com o ateísmo, o sentido da existência não depende de qualquer entidade divina. Segundo os defensores do teísmo, a crença em Deus é uma forma (porventura a mais importante ou até a única) de dar sentido à nossa existência. Para os defensores do agnosticismo, o conhecimento de qualquer ser divino não é acessível ao intelecto humano.

Vamos, então, esclarecer conceitos fundamentais relativos ao posicionamento filosófico acerca da existência de Deus e do fenómeno religioso.



Texto 6

«O “a” de ateísmo deve ser entendido como uma negação e não como uma ausência, como “não” em vez de como “sem”. Portanto, na filosofia, ao menos, o ateísmo deve ser interpretado como sendo a proposição de que Deus não existe (ou, em sentido mais amplo, a proposição de que não existem deuses).

Esta definição tem a virtude adicional de fazer do ateísmo uma resposta direta a uma das questões metafísicas mais importantes da filosofia da religião, a saber, “Há um Deus?”. Há apenas duas respostas diretas possíveis a essa questão: “sim”, que vem a ser teísmo, e “não”, que vem a ser o ateísmo. Respostas tais como “eu não sei”, “ninguém sabe”, “eu não me importo”, “uma resposta afirmativa jamais foi provada” ou “a questão não faz sentido” não são respostas diretas a esta questão.»

Draper, Paul. “Ateísmo e Agnosticismo”. In Jungmann, Rodrigo (org.). *Textos Seleccionados da Filosofia da Religião*. Pelotas: UFPEL, 2022, p. 254.

Análise e interpretação

- 1 De acordo com o autor, como podemos definir ateísmo?

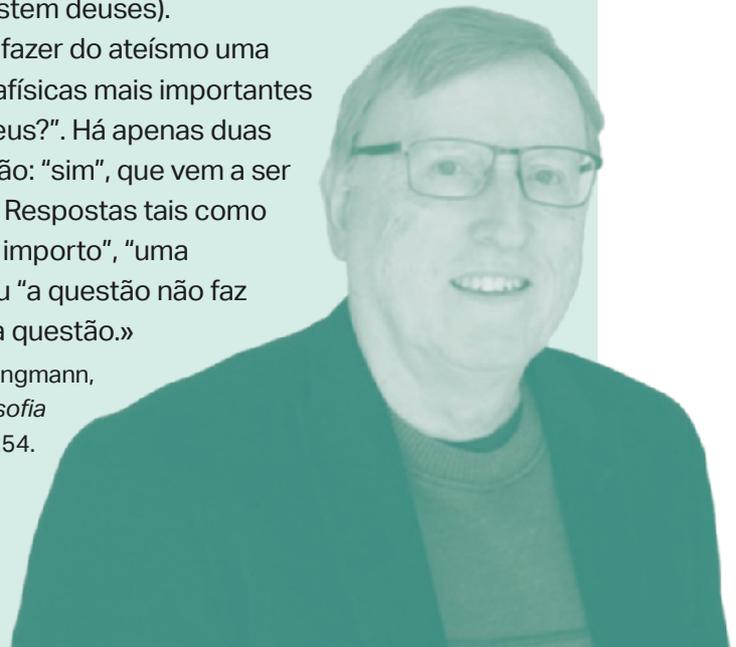


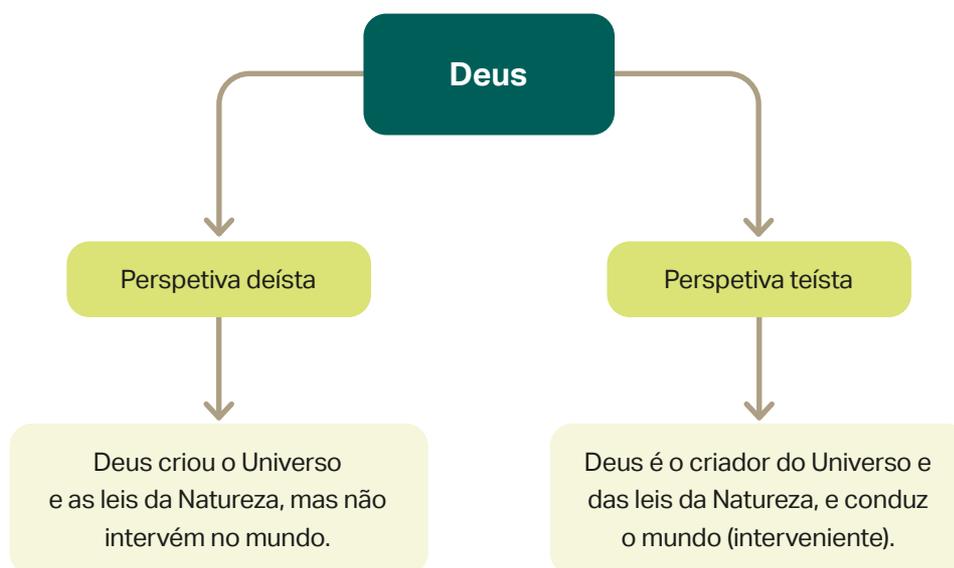
Fig. 5 Paul Draper (1957-).

A existência de Deus é um dos principais (senão o principal) problemas debatidos pela Filosofia da Religião. Os atributos de Deus são, seguramente, outro dos problemas. Admitindo a existência de Deus, o problema que se coloca é saber se se trata de um ser perfeito, com todos os atributos inerentes, ou de um ser “meramente” criador do Universo. Daqui decorre a distinção entre as perspetivas **teísta** e **deísta** de Deus.

Certamente, já te terás questionado sobre a origem do Universo. Essa é, aliás, uma questão que percorre todas as épocas e suscita o interesse e a curiosidade de todos nós. Filósofos, teólogos e cientistas procuraram – e continuam a procurar – fornecer pistas e argumentos que nos ajudam a tentar encontrar uma resposta. Mas essa resposta está longe de ser unânime e a questão permanece em aberto.

Na perspetiva religiosa aqui abordada, a origem do Universo é atribuída a Deus. Só um ser distinto de tudo o resto e com atributos especiais pode constituir a causa primeira ou o elemento criador de tal acontecimento. **As perspetivas teísta e deísta apontam precisamente para Deus como ser criador do Universo**, embora entendam a relação de Deus com o Universo de modos distintos.

Segundo o deísmo, Deus cria o Universo e deixa-o entregue ao seu funcionamento de acordo com as leis que regem esta criação, como as leis da Natureza. Para o teísmo, Deus cria e continua a criar o Universo, podendo intervir na criação.



A visão teísta diz-nos que Deus é um ser perfeito, único e criador de tudo o que existe. É a perspetiva que considera Deus com um conjunto de atributos que o tornam um ser absolutamente poderoso, conhecedor, intemporal e sumamente bom.

Eis, em síntese, os atributos de Deus, de acordo com a visão teísta:

Os atributos de Deus (perspetiva teísta)	
Omnipresente	Capacidade de estar presente em todo o lado ao mesmo tempo.
Omnisciente	Absolutamente sábio, conhecedor de tudo o que se pode conhecer.
Omnipotente	Todo-poderoso, tem um poder ilimitado e tudo pode determinar.
Criador	Criou o Universo e o mundo, interveniente, criador das leis da Natureza.
Sumamente bom	Absolutamente bom, moralmente perfeito, autor de todo o bem.

Estabelecida a distinção entre as concepções deísta e teísta de Deus, mais adiante, estudaremos alguns dos principais argumentos clássicos sobre a sua existência.

Atividades

1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.

- A. A religião pode dar sentido à existência humana.
- B. O agnosticismo rejeita a possibilidade da existência de Deus.
- C. Teísmo e deísmo defendem que Deus é o criador do Universo.
- D. A perspetiva que defende que Deus intervém no mundo é a deísta.

2 Para o item seguinte, seleciona a única opção correta.

2.1. É correto afirmar que o

- A. ateísmo e teísmo defendem a existência de Deus, mas o ateísmo afirma que é impossível conhecê-Lo.
- B. agnosticismo nega a possibilidade de o ser humano poder afirmar ou negar a existência de Deus.
- C. ateísmo não rejeita a existência de Deus, mas rejeita a possibilidade de o ser humano poder afirmar ou negar a Sua existência.
- D. teísmo é uma perspetiva que, apesar de defender a existência de Deus, afirma que é impossível conhecê-Lo.

9.2. A religião: noção e razão explicativa da religiosidade humana

Agora que refletimos sobre o papel da religião e da crença em Deus na vida humana, mais concretamente a relação entre religião e sentido da existência humana, vamos aprofundar o papel da religião na sociedade e a sua evolução histórica, nomeadamente nas práticas religiosas e na sua relação com a tolerância.

Apesar de a ligação do ser humano à religião ser praticamente intemporal, é de notar que se assistiu, ao longo do tempo, a algumas oscilações no modo como essa ligação se manifestou.

Texto 7



«Quando algo aparece em todas as sociedades conhecidas, como a religião, emerge naturalmente a questão de saber se “está nos genes”. Será que a religião conferiu tais benefícios aos nossos distantes antepassados que os genes que a favoreciam se propagaram pela seleção natural? Há cientistas que acreditam que a resposta é afirmativa – e é suficiente, de facto, para dar origem a manchetes como esta, num jornal canadiano: “Continua a busca pelo ‘gene de Deus’...”»

Wright, Robert. *A Evolução de Deus*. Lisboa: Guerra e Paz, 2009, p. 585.

Fig. 6 Robert Wright (1957-).

A História parece mostrar-nos períodos de maior devoção, marcados por maior adesão aos cultos religiosos, contrastando com outros de menor pendor religioso, marcados por tendências mais secularistas ou laicas, isto é, que defendem a separação entre a religião e o Estado.

Nas sociedades mais instruídas da Idade Moderna, especialmente no mundo ocidental, foi notória a alteração para uma visão mais marcada por dar prioridade a explicações científicas e naturais, pelo triunfo da racionalidade eficiente e pelo secularismo. Mas:

- Serão estas duas dimensões incompatíveis?
- Será o progresso científico inconciliável com a fé e a religião?
- Serão a fé e a religião compatíveis com a razão e a ciência?

Texto 8

«A ciência e a religião estão baseadas em aspetos diferentes da experiência humana. Na ciência, as explicações devem ser baseadas na evidência extraída do exame do mundo natural. Observações ou experimentos baseados na ciência que entram em conflito com uma explicação devem acabar por conduzir a uma modificação ou mesmo ao abandono daquela explicação. A fé religiosa, em contraste, não depende apenas da evidência empírica, não é necessariamente modificado diante de evidências conflitantes e tipicamente inclui forças ou entidades sobrenaturais. Por não serem parte da natureza, as entidades sobrenaturais não podem ser investigadas pela ciência. Neste sentido, a ciência e a religião são separadas e se voltam para aspetos da compreensão humana de maneiras distintas.»

Taliaferro, Charles. "Filosofia da Religião".
In Jungmann, Rodrigo (org.). *Textos Seleccionados da Filosofia da Religião*. Pelotas: UFPEL, 2022, p. 38.

Análise e interpretação

- 1 Explica qual a diferença entre ciência e religião, de acordo com o texto.

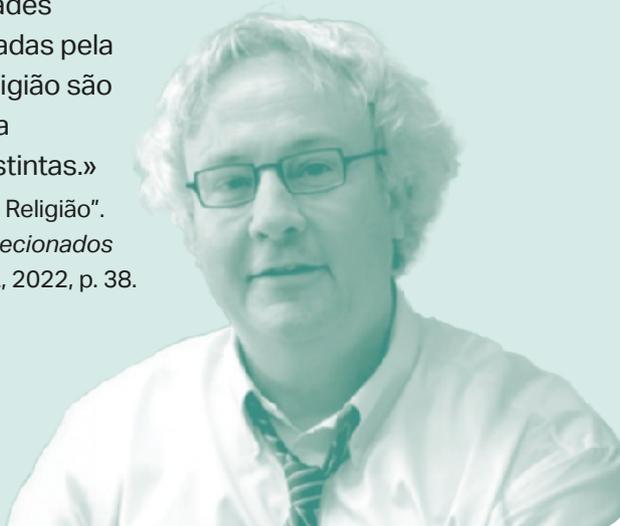


Fig. 7 Charles Taliaferro (1952-).

A **secularização** refere-se ao processo de afastamento da religião da esfera pública e da vida social, promovendo uma sociedade em que as instituições políticas, educacionais e jurídicas operam de forma independente da influência religiosa.

Este fenómeno intensificou-se com a modernidade e a ascensão da racionalidade científica, levando a uma diminuição do papel da religião nas formas de governo e no comportamento quotidiano. Este processo pode, também, ser designado por **laicização**, que consiste na separação do poder político da Igreja. Neste sentido, um Estado laico promove uma educação, uma legislação e políticas públicas independentes de qualquer influência religiosa.

Contudo, a secularização não significa, necessariamente, o desaparecimento da religião, mas sim a sua reconfiguração em novos contextos. Em algumas sociedades, esse afastamento do religioso gera um movimento oposto, conhecido como **ressacralização**, que é o retorno ou fortalecimento das crenças e práticas religiosas em resposta à crescente laicização. Esse fenómeno pode manifestar-se de várias formas, desde o crescimento do envolvimento religioso individual até à influência da religião nos debates políticos e sociais.

Na verdade, os modelos educacionais e as normas morais instituídas socialmente têm, em muitos países e comunidades, uma base religiosa (como já destacámos quando abordámos a dimensão social da religião).



De facto, a influência da religião e das crenças e rituais a ela associados são alavancas importantes como elementos promotores da tolerância. Sintetizando, a atitude religiosa parece, no essencial, promover uma mensagem de **harmonia** e **tolerância**. No entanto, a História mostra-nos, mais uma vez, que nem sempre foi assim.

Paralelamente, um dos fenómenos associados à ressacralização é o **fundamentalismo religioso**. O fundamentalismo caracteriza-se por uma interpretação literal e rígida dos textos sagrados, uma rejeição das mudanças culturais e uma defesa feroz dos valores religiosos tradicionais. Esse movimento pode surgir como uma resposta ao avanço da modernidade e da globalização, que muitos crentes consideram ameaçadoras da pureza da fé e dos costumes religiosos.

O fundamentalismo pode ter diferentes expressões, desde o reforço das práticas religiosas no seio das comunidades até manifestações mais extremas, como imposição de normas religiosas na política ou na legislação. Muitas vezes, entra em conflito com princípios democráticos, como liberdade de expressão e direitos individuais, gerando tensões entre diferentes grupos dentro da sociedade, culminando, inclusive, no desenvolvimento de sentimentos de ódio entre povos.

Dessa forma, a relação entre secularização, ressacralização e fundamentalismo religioso reflete as dinâmicas complexas da modernidade e da identidade cultural. Enquanto algumas sociedades adotam uma postura mais secular, outras vivenciam uma revitalização religiosa que pode levar a desafios e debates sobre os limites da influência da religião na vida pública e privada.

A **relação entre razão e fé** não é impossível, pelo contrário, é viável e será do seu equilíbrio que se obtém a coexistência pacífica e harmoniosa, respeitando-se as convicções, as crenças e os atos de fé de cada pessoa, em linha com o estabelecimento de valores universais e acima de qualquer cultura ou tradição religiosa, que assegurem a preservação da integridade física, moral e espiritual de todo o ser humano.

Atividades

- 1** Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
 - A. Todas as sociedades conhecidas têm alguma forma de religião.
 - B. A força da ligação entre o ser humano e a religião não tem conhecido oscilações.
 - C. Um dos motivos que pode levar a fé a constituir um obstáculo ao desenvolvimento da ciência remete para a rejeição de evidências empíricas.
 - D. A secularização remete para a importância da ligação que deve haver entre política e religião.
 - E. A ressacralização diz respeito ao retorno ou fortalecimento das crenças e práticas religiosas em resposta à crescente laicização das sociedades.
 - F. O fundamentalismo religioso tem diversas consequências, como a proibição da liberdade de expressão ou a imposição de práticas religiosas.
 - G. A relação entre religião e tolerância é impossível.
 - H. A mensagem religiosa de amor e tolerância foi sempre respeitada ao longo da História da humanidade.
- 2** Atenta nas duas teses seguintes:
 - A. A religião não deve interferir nas políticas de um país.
 - B. A religião deve interferir nas políticas de um país.

2.1. Com qual das teses concordas? Argumenta a favor dessa tese.

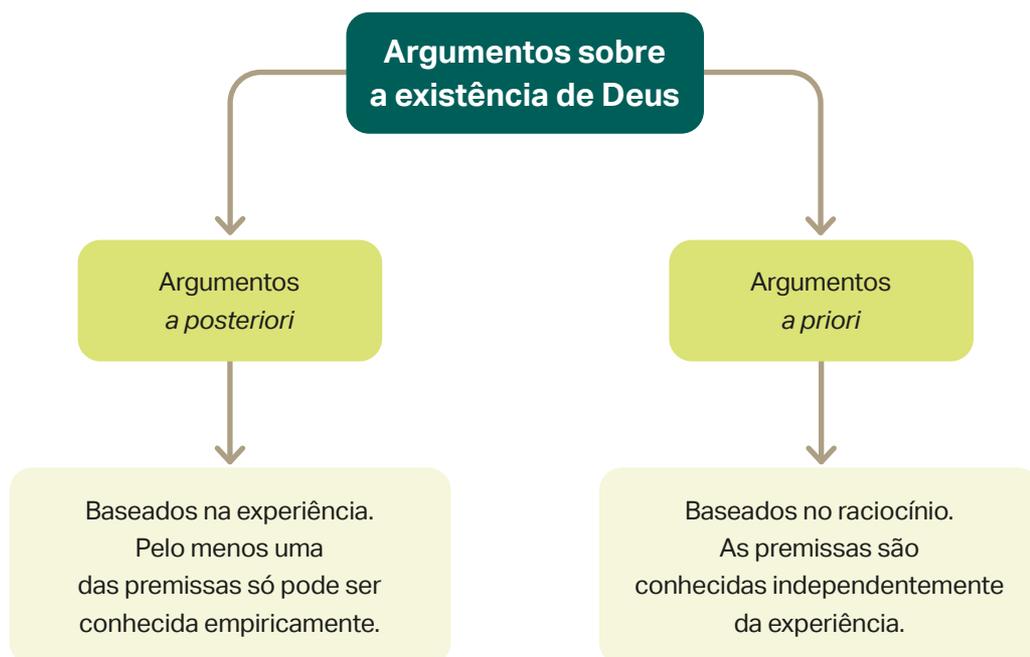
9.3. Argumentos sobre a existência de Deus

Como já referimos, a existência de Deus ocupa um lugar central na religião e, conseqüentemente, é um dos principais temas objeto de análise filosófica. Vamos, então, conhecer alguns dos principais argumentos clássicos sobre a existência de Deus.

Partindo do modo como estabelecem os seus pressupostos, isto é, tendo em conta a natureza das premissas, podemos distinguir argumentos *a posteriori* de argumentos *a priori*.

No primeiro caso, partimos de uma ou mais premissas baseadas na experiência. Ou seja, uma ou mais premissas assentam na observação ou em informação empírica.

No segundo caso, trata-se de argumentos cujas premissas não dependem da experiência sensível, ou seja, baseiam-se apenas no conhecimento racional que possuímos de determinados conceitos.



Vamos analisar três argumentos clássicos que tentam demonstrar a existência de Deus e conhecer as respectivas críticas.

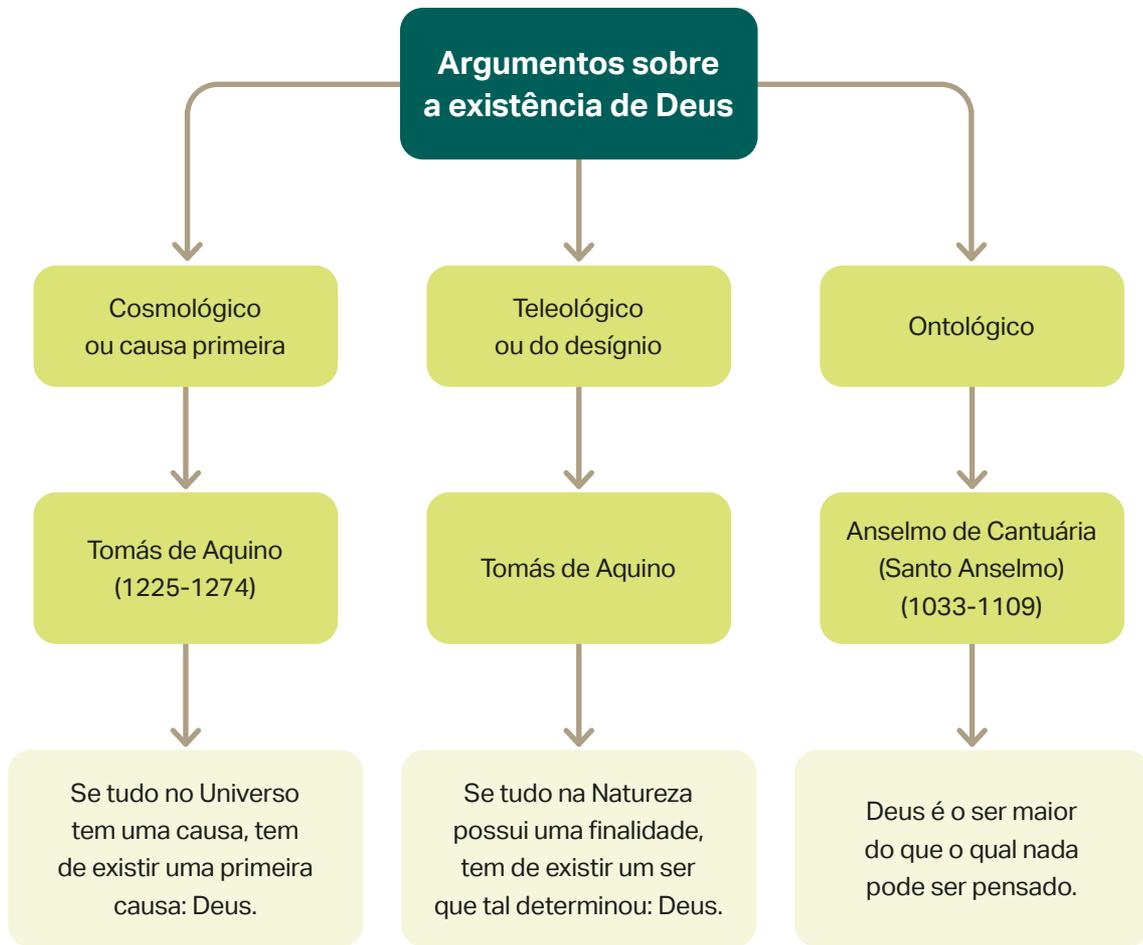


Fig. 8 Tomás de Aquino foi canonizado, em 1323, pelo papa João XXII. Na imagem, vemos um vitral de igreja que representa a sua figura.



Fig. 9 Anselmo de Cantuária foi formalmente canonizado pela Igreja Católica em 1494. O pedido para a sua canonização foi feito por Tomás Becket, em 1163. Na imagem, vemos um vitral de igreja que representa a sua figura.



9.3.1. Argumento cosmológico – São Tomás de Aquino

Conhecido como “argumento causal” ou da “causa primeira”, trata-se de um argumento *a posteriori* por se basear na observação empírica da causalidade no mundo. A experiência mostra-nos que, no mundo, as coisas são causadas por outras. Dentro desta lógica, tem de haver uma primeira causa, isto é, Deus, admitindo que é absurdo defender uma regressão infinita de causas.



Fig. 10 Tomás de Aquino, imagem a partir de Carlo Crivelli, *São Tomás de Aquino*, 1476, National Gallery, Londres.

De acordo com Tomás de Aquino, nada existe por acaso, ou seja, tudo o que acontece depende de uma causa ou conjunto de causas anteriores. Se parece óbvio que todos os acontecimentos derivam de uma causa, então é legítimo questionar qual a primeira causa de todas, isto é, qual a causa eficiente que constituiu a origem de tudo o que existe.

Assim, a busca pela primeira causa, o fator que consistiu no início do Universo, e partindo do princípio de que tem de existir uma primeira causa, essa causa tem de possuir características especiais – estamos a referir-nos a uma entidade ou ser incausado e causador do Universo. Esse ser, que existe sem ter tido início (é incausado), é Deus.

Texto 9

«A primeira via é a prova cosmológica extraída [...] de Aristóteles. Parte do princípio de que “tudo o que se move é movido por outro”. Ora se o que o move também por sua vez se move, é preciso que seja movido por outra coisa; e esta por outra. Mas é impossível continuar até ao infinito; porque então não haveria um primeiro motor nem os outros se moveriam, como, por exemplo, o pão não se move se não é movido pela mão. Por conseguinte, é necessário chegar a um primeiro motor que não seja movido por nenhum outro; e todos consideram esse motor como sendo Deus.»

Abbagnano, Nicola. *História da Filosofia*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 4, 2000, p. 29.

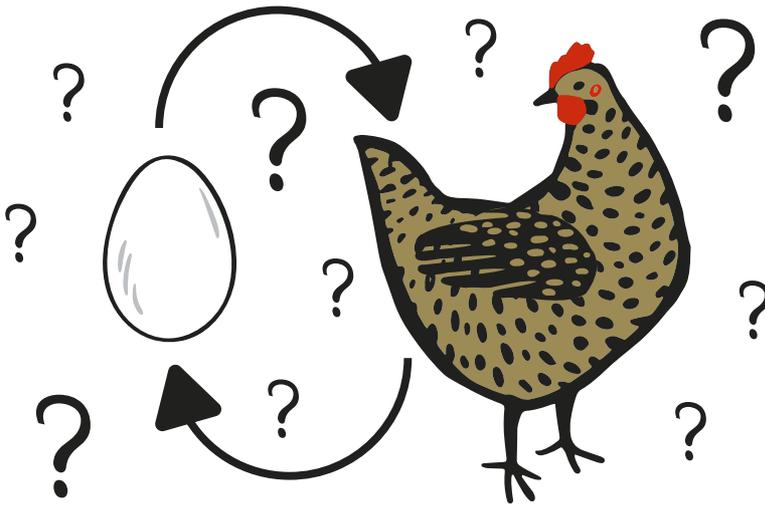
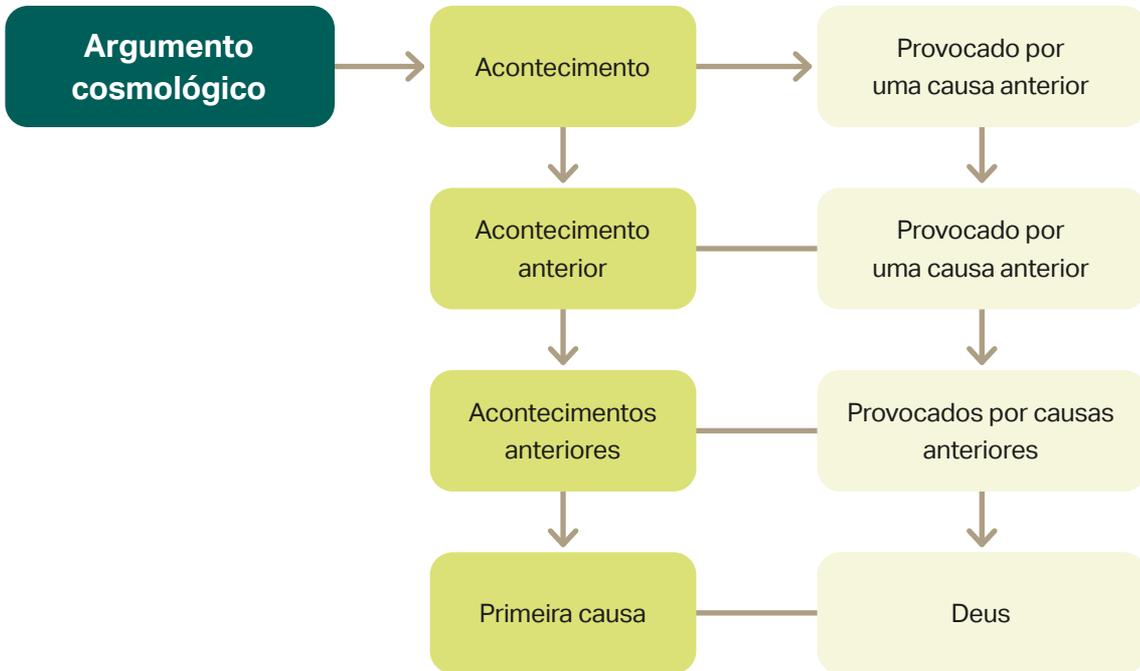


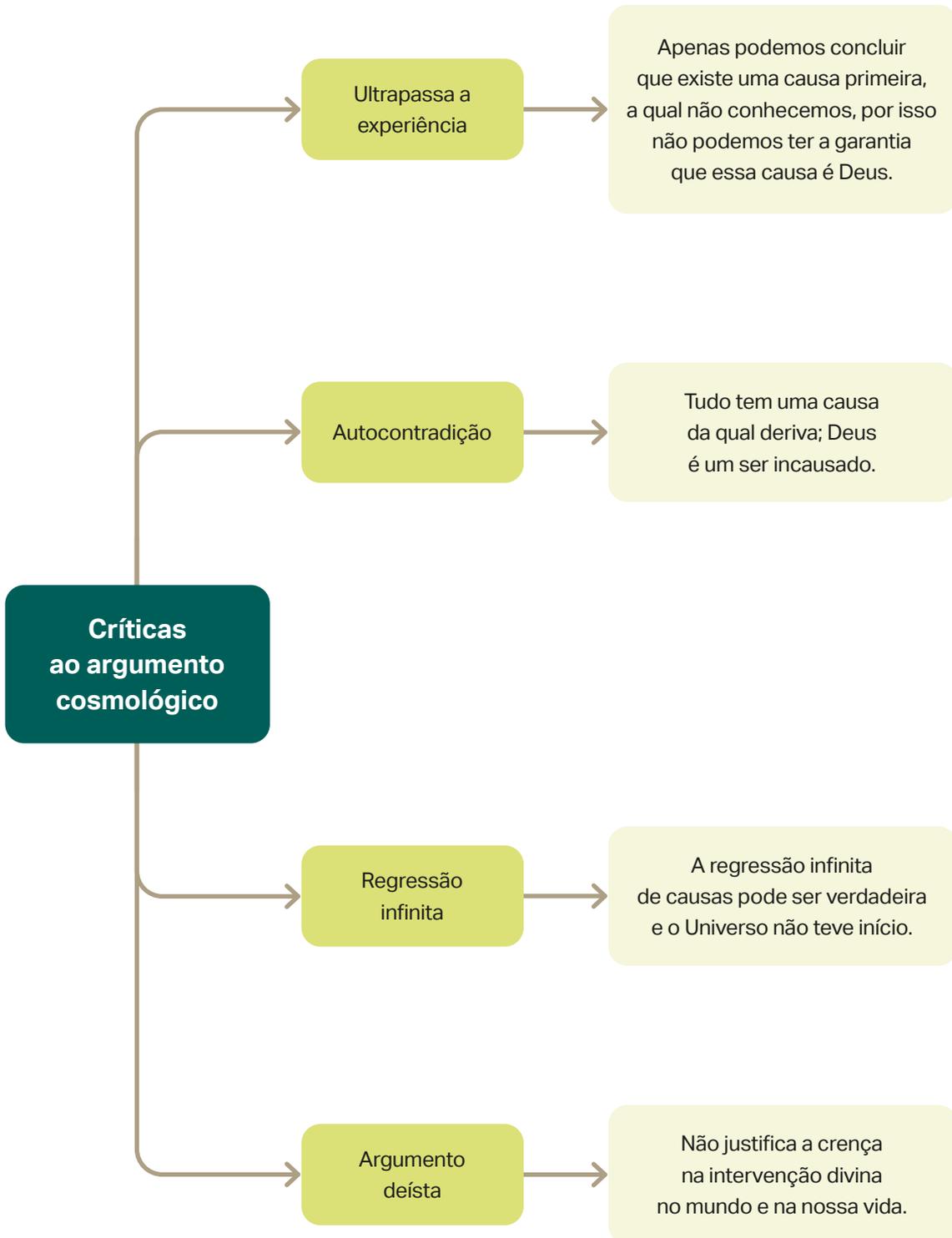
Fig. 11 Um exemplo clássico do problema da regressão de causa em causa é a pergunta: “Quem veio primeiro, o ovo ou a galinha?”

Sintetizando o argumento cosmológico:

- Todos os acontecimentos (efeitos) são provocados por uma causa que lhes é anterior.
- A cadeia de causas não pode regredir infinitamente.
- Logo, existe uma causa primeira (causa incausada e origem de todas as outras – Deus).

Apesar de podermos reconhecer a validade do argumento, uma vez que as premissas apoiam de modo decisivo a conclusão, podemos questionar a veracidade da informação nele contida. Dizendo de outro modo, podemos apontar algumas **críticas ao argumento cosmológico**.

Críticas ao argumento cosmológico de São Tomás de Aquino	
Apela a algo que está fora da nossa experiência	O argumento apoia-se na nossa experiência de como são as coisas no mundo ou no Universo. Baseia-se na ideia de que todas as coisas são causadas por outras coisas e pressupõe que aceitamos que seja possível estender essa ideia àquilo que criou o Universo, ou seja, a Deus. Contudo, isso é apelar a algo que está fora da nossa experiência, dado a nossa experiência apenas nos pode levar a concluir que existe uma causa primeira, sem nos fornecer informações sobre a natureza, características ou atributos dessa causa primeira, ou seja, ao apresentar Deus como criador ou causa do Universo estão a ser excluídas outras possibilidades ou hipóteses alternativas.
Autocontradição (pressupõe a existência de um ser sem causa e rejeita a existência de algo sem causas).	O argumento cosmológico parte de uma premissa que afirma que todas as causas foram causadas por outra causa que lhes antecede, isto é, todos os objetos e acontecimentos do mundo dependem de uma causa exterior e anterior a si próprios, mas apresenta Deus como um ser incausado, ou seja, uma causa que não foi causada por outra. O argumento entra, assim, numa contradição.
Nada assegura que a regressão infinita de causas é falsa.	O próprio conceito de regressão infinita parte precisamente do pressuposto de que não existe uma causa primeira, isto é, o argumento cosmológico assume como lógico que o Universo teve um início, mas nenhuma prova lógica ou racional certifica essa crença. Se é admissível que exista um ser divino que não teve início, também é admissível que o Universo não teve um início, o que dispensaria o ato de criação.
Mesmo admitindo o argumento como verdadeiro, nada nos garante que essa causa tenha as propriedades do Deus teísta.	Mesmo aceitando que a primeira causa é muito poderosa, não temos garantias que seja um deus onipotente ou até onisciente e sumamente bom - pode (até ser um grupo de seres). Ou seja, ainda que aceitemos o Deus é o criador do Universo, não faz sentido rezar, temer ou esperar qualquer tipo de "ajuda" divina, pois nada prova a sua intervenção no mundo e na nossa existência, nem temos a garantia que seja, por exemplo, onisciente, o que lhe permitiria saber quando e como devia intervir.



«Ora, tudo o que se move
é movido por outro. [...]»

Ora, não se pode continuar até o infinito, pois neste caso não haveria um primeiro motor, por conseguinte, tampouco outros motores, pois os motores segundos só se movem pela moção do primeiro motor, como o bastão, que só se move movido pela mão. É então necessário chegar a um primeiro motor, não movido por nenhum outro, e este, todos entendem: é Deus.»



Fig. 12 Excerto retirado de Aquino, Tomás de. *Suma Teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2009, p. 166.

Atividades

- 1** Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
- A. Os argumentos cosmológico e teleológico são *a priori*.
 - B. A possibilidade de uma regressão infinita de causas constitui uma crítica ao argumento cosmológico.
 - C. O argumento cosmológico não garante a veracidade da perspetiva teísta.

9.3.2. Argumento teleológico – São Tomás de Aquino

Também conhecido como “argumento do desígnio”, trata-se, tal como o argumento cosmológico, de um argumento *a posteriori*, por se basear na observação empírica do funcionamento da Natureza. A observação da complexidade do funcionamento da Natureza e do aparente propósito que todos os sistemas biológicos cumprem leva-nos a suspeitar de que há uma finalidade eminente na Natureza, isto é, a Natureza cumpre uma ordem e um plano que parece ter sido desenhado de um modo perfeito. Ora, assumindo que a Natureza não poderia ter, por si só, a capacidade para desenhar tal plano, então terá sido uma entidade divina o ser criador de tal plano.

No Universo, há ordem e desígnio, toda a Natureza cumpre etapas e processos que nos deixam a ideia de que há uma finalidade em todos eles. Essa ordem e esse desígnio não podem ser da autoria da própria Natureza, uma vez que, sendo destituída de inteligência, seria incapaz de proceder de tal modo. Assim, essa ordem e esse desígnio foram preestabelecidos por Deus. A existência de vida no mundo e a ordem que existe desde o microcosmos até ao macrocosmos indiciam um ser capaz de ser o arquiteto de tal projeto. Deus é esse arquiteto.

Texto 10

«A quinta via é a que se infere do *governo das coisas*. As coisas naturais, privadas de inteligência, estão todavia dirigidas para um fim; e isto não seria possível se não fossem governadas por um Ser dotado de inteligência, como uma flecha não pode dirigir-se ao alvo senão por obra do arqueiro. Por conseguinte, há um Ser inteligente que ordena todas as coisas naturais para um fim; e este Ser é Deus.»

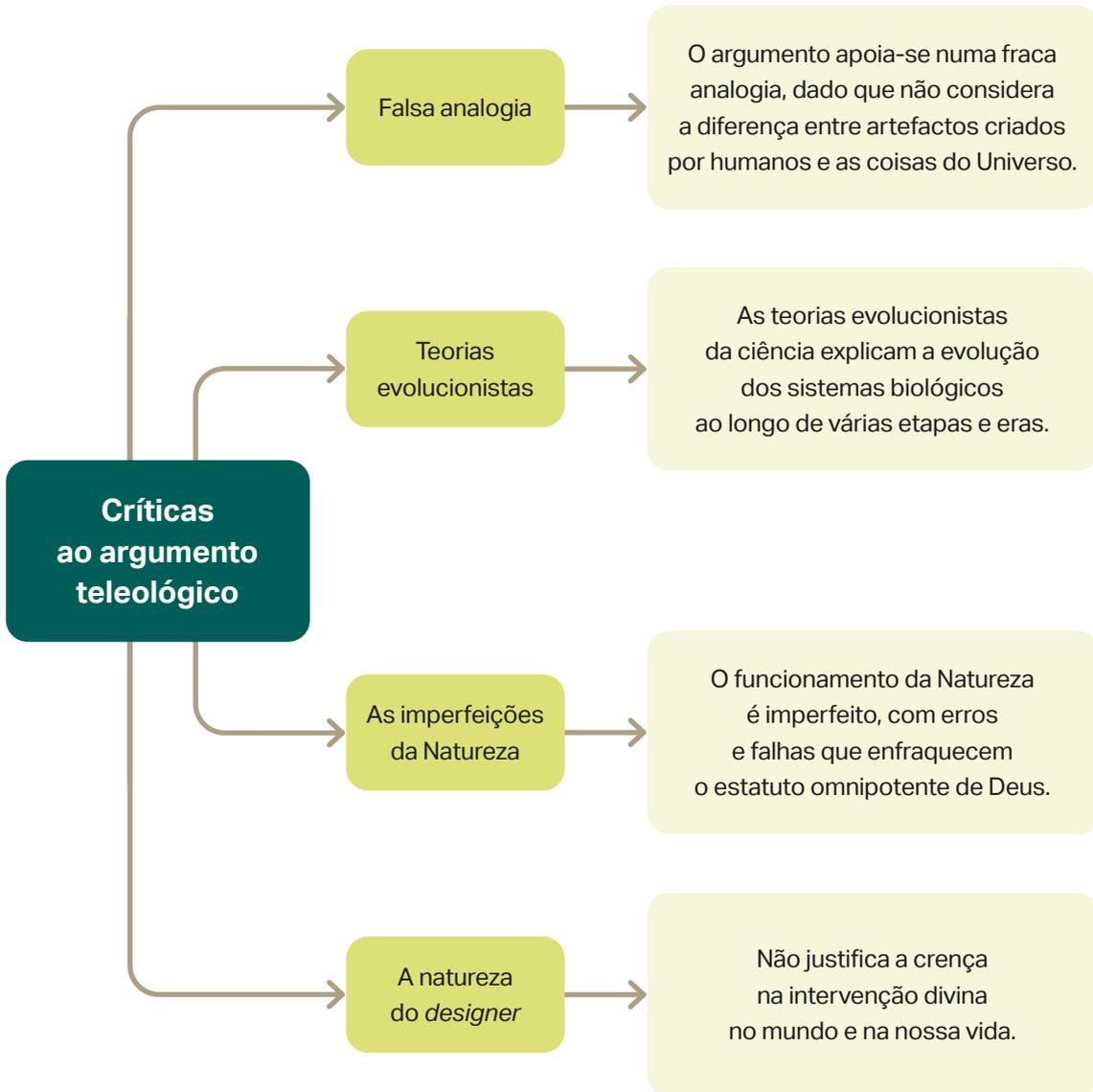
Abbagnano, Nicola. *História da Filosofia*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 4, 2000, p. 29.

Sintetizando o argumento teleológico:

- Se há ordem e desígnio na Natureza, ou essa ordem depende da inteligência da própria Natureza ou depende de uma entidade exterior que a desenhou.
- A ordem e o desígnio da Natureza não podem depender da própria Natureza, sendo ela destituída de inteligência e intencionalidade.
- Logo, existe um *designer* divino (o arquiteto que planeou, desenhou e orquestrou o funcionamento complexo da Natureza – Deus).

Mais uma vez, trata-se de um argumento válido, uma vez que a conclusão se infere de modo necessário ou lógico das premissas. Contudo, também neste caso é questionável a veracidade das premissas. Vamos, então, clarificar **as críticas ao argumento teleológico**.

Críticas ao argumento teleológico de São Tomás de Aquino	
Falsa analogia.	A comparação das coisas da Natureza com os artefactos humanos (como a flecha) é frágil, não considera que as coisas da Natureza são diferentes (orgânicas) e que a totalidade do cosmos é mais complexa do que os objetos produzidos pelos humanos. As leis naturais também explicam a ordem sem a necessidade de um construtor divino. Estas diferenças enfraquecem e destroem o argumento.
As teses científicas sobre a evolução enfraquecem a hipótese do "designer divino".	No seguimento da crítica anterior, as teses evolucionistas de Lamarck e, sobretudo, de Darwin apresentam outras justificações para o funcionamento da Natureza, salientando uma evolução gradual por etapas e que decorreu ao longo de milhões de anos até atingir o ponto atual, rejeitando que esse funcionamento tenha sido desenhado "à primeira", como se de uma obra genial se tratasse.
O estatuto de Deus perfeito e onipotente não fica provado (pressupõe a existência de um "arquiteto divino e perfeito", mas nada o assegura).	O argumento teleológico pressupõe a existência de um criador e <i>designer</i> perfeito, onipotente, o único capaz de predefinir a ordem e o desígnio da Natureza. Contudo, podem ser apontados erros e falhas a esse funcionamento, patentes em organismos defeituosos ou doentes e em catástrofes naturais. Estes factos parecem mostrar "erros de fabrico ou de funcionamento", pondo em causa esse carácter perfeito e onipotente de Deus.
Mesmo aceitando o argumento, nada nos diz sobre a sua natureza, nem garante que Deus, arquiteto onipotente, tenha as propriedades do Deus teísta	Se aceitarmos o argumento teleológico, aceitamos que Deus é o <i>designer</i> inteligente da Natureza, mas, tal como acontece com o argumento cosmológico, não temos garantias de que seja um deus onipotente ou até onisciente e sumamente bom – pode ser um grupo de seres, de deuses ou até um demónio que nos engana com a aparente ordem do cosmos.



Atividades

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.

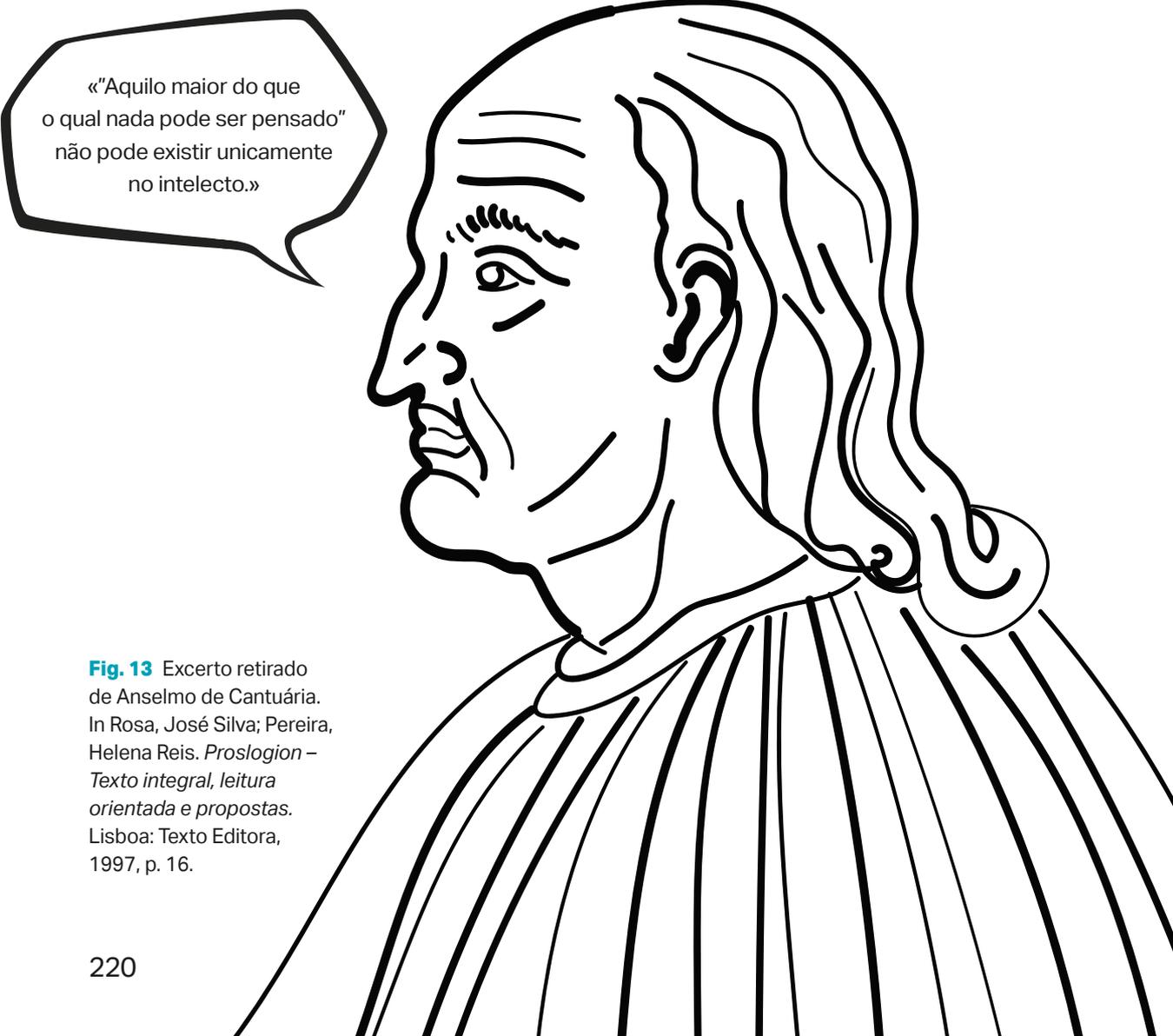
O argumento teleológico

- A. é um argumento *a posteriori*.
- B. é um argumento que realça a existência como uma perfeição.
- C. parte do pressuposto de que a Natureza, pelo seu funcionamento, necessita de um criador inteligente.
- D. garante uma conceção de Deus teísta.

9.3.3. Argumento ontológico – Santo Anselmo

O argumento ontológico apresentado por Santo Anselmo baseia-se exclusivamente no conceito de Deus como ser absolutamente perfeito, com os inerentes atributos – onnipresente, onnipotente e onnisciente. Como tal, é um argumento *a priori* e procura justificar Deus a partir da noção de entidade perfeita, Deus é o “ser maior do que o qual nada pode ser pensado”. Se Deus existisse apenas no pensamento, mas não na realidade, não seria aquele “ser maior do que o qual nada pode ser pensado”.

É certo que Deus existe no pensamento, quer se afirme, quer se negue a sua existência. Se só existe no pensamento, é possível conceber um ser ainda mais perfeito, isto é, que exista no pensamento e na realidade (tendemos a considerar mais perfeito o que tem existência na realidade). Deus, como ser perfeito, possui todas as qualidades e nenhum defeito. Existir é uma das qualidades, não existir seria um defeito. Daqui se segue, segundo Anselmo, que Deus existe.



«“Aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado” não pode existir unicamente no intelecto.»

Fig. 13 Excerto retirado de Anselmo de Cantuária. In Rosa, José Silva; Pereira, Helena Reis. *Proslogion – Texto integral, leitura orientada e propostas*. Lisboa: Texto Editora, 1997, p. 16.

Assim, afirmar que Deus é o “ser maior do que o qual nada pode ser pensado” equivale a dizer que Deus é o ser maximamente perfeito, isto é, possui todas as perfeições, incluindo a própria existência. Dizendo de outro modo, seria possível pensarmos num ser maior do que um que apenas existisse como ideia, pois poderíamos imaginar esse ser também fora do pensamento, existente na realidade. Assim, ele existe não só no pensamento, como também fora dele, na realidade, portanto.

Texto 11

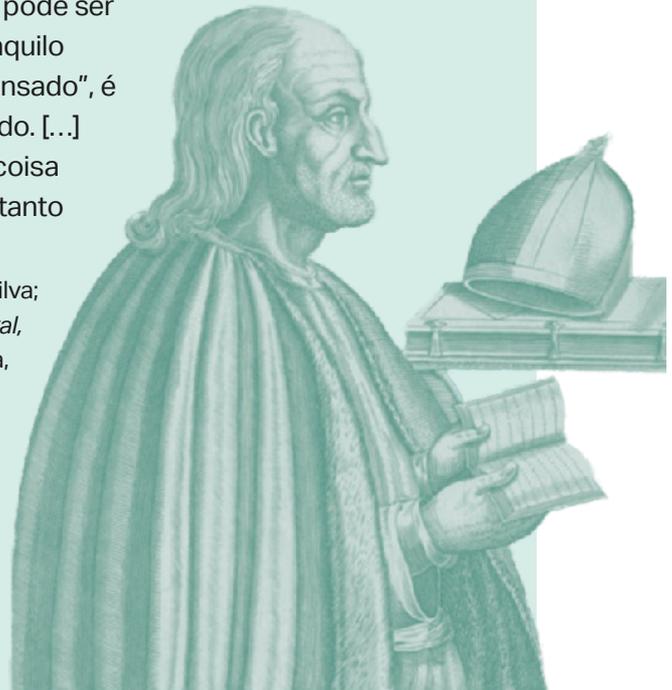
«Mesmo o insensato está pois convicto de que “alguma coisa maior do que a qual nada pode ser pensado” existe pelo menos no intelecto: ele compreende-o quando o ouve, e tudo o que é compreendido existe no intelecto. Mas, sem dúvida, “aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado” não pode existir unicamente no intelecto. Se, na verdade, existe pelo menos no intelecto, pode pensar-se que exista também na realidade, o que é ser maior. Como tal, se “aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado”, existe apenas no intelecto, então “aquilo mesmo maior do que o qual nada pode ser pensado”, é algo maior do que o qual algo pode ser pensado. [...] Existe, pois, sem a menor dúvida, “há alguma coisa maior do que a qual nada pode ser pensado”, tanto no intelecto como na realidade.»

Anselmo de Cantuária. In Rosa, José Silva; Pereira, Helena Reis. *Proslogion - Texto integral, leitura orientada e propostas*. Lisboa: Texto Editora, 1997, p. 16.

Análise e interpretação

- 1 Por que motivo a perfeição não pode existir só na mente?

Fig. 14 Anselmo de Cantuária, imagem a partir da gravura do final do século XVI.

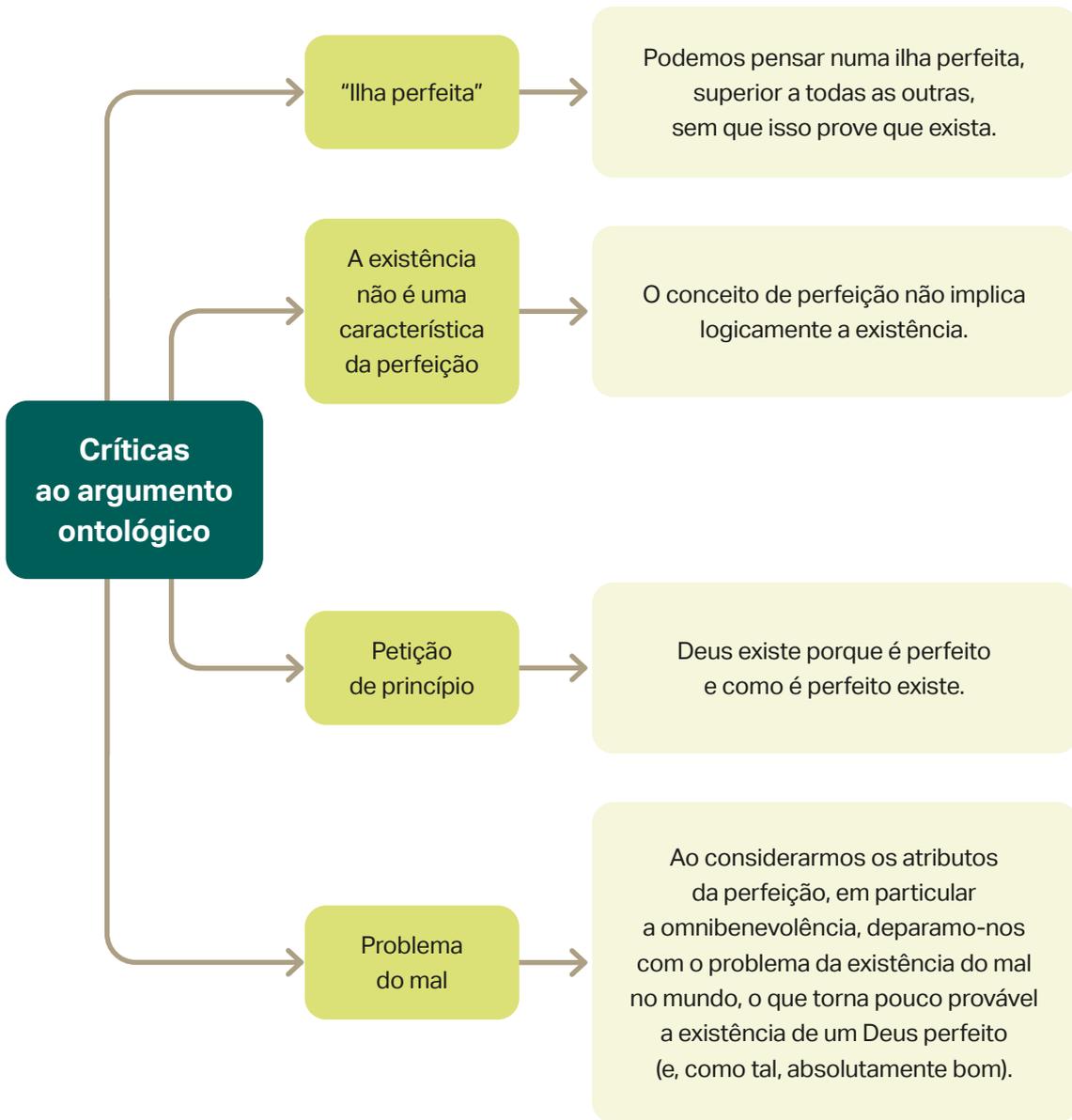


Sintetizando o argumento ontológico:

- Se Deus existir só no entendimento, há um ser maior do que ele, que existe também na realidade.
- Deus é o ser maior do que o qual nada pode ser pensado.
- Logo, Deus existe também fora do entendimento, na realidade.

Sendo um argumento puramente conceptual e *a priori*, baseia-se na definição que atribuímos à noção de ser perfeito, o que é questionável. Vejamos as **críticas ao argumento ontológico**.

Críticas ao argumento ontológico de Santo Anselmo	
Não se prova a existência de algo apenas porque se pensa nesse algo.	O filósofo Gaunilo de Marmoutier propõe que há coisas que não existem e que podem ser pensadas como perfeitas e nem por isso significa que podem ser provadas, como uma "ilha perfeita", isto é, uma ilha maior do que a qual nada pode ser pensado. Deste modo, seria possível provar qualquer coisa perfeita desde que imaginada.
A existência não é um predicado da perfeição.	A existência não é um verdadeiro predicado, porque não acrescenta nada ao conceito que se pretende definir, só serve para exemplificar. Assim, se a existência deixa de ser predicado, então um ser maximamente perfeito não é maior por existir ou não existir. A existência é apenas uma condição para que algo seja alguma coisa e tenha características, não necessariamente a perfeição. Além disso, não temos como comparar a existência com a não existência. Deste modo, nada garante, portanto, que existir é mais perfeito do que não existir.
Petição de princípio – justifica-se a existência de Deus com a própria ideia de Deus.	Parte-se do pressuposto de Deus como ser com todas as perfeições, incluindo a existência. Assim, a ideia de Deus no pensamento já compreende implicitamente a ideia de perfeição, tornando-se num raciocínio circular. Deus existe como ser perfeito e, como é perfeito, tem de existir.
A existência do mal como objeção ao carácter perfeito de Deus.	É difícil aceitar a existência de Deus perfeito, onnipotente e omnibenevolente (absolutamente bom) com a existência do mal no mundo. Ainda que aceitemos o argumento ontológico, como podemos conciliar a existência de Deus com as doenças, o sofrimento e todas as tragédias que ocorrem no mundo?



Atividades

1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.

- A. O argumento ontológico é independente da experiência sensível.
- B. Uma das críticas ao argumento ontológico refere que a existência é uma característica necessária da perfeição.
- C. Gaunilo rejeita a existência como uma característica necessária da perfeição.

Síntese

A **religião**, tal como a arte e a ciência, constitui um dos aspetos fundamentais da civilização humana.

A relação entre **Filosofia**, **ciência** e **religião** tem sido um tema central ao longo da história do pensamento humano.

A **Filosofia da Religião** é uma disciplina filosófica que procura analisar racionalmente o fenómeno religioso, nomeadamente os seus fundamentos e conceitos.

O **sagrado** refere-se à existência de algo sobre-humano, para lá da experiência sensível.

O **profano** refere-se à existência humana, a dimensão comum da vida natural e social.

O fenómeno religioso compreende a dimensão **pessoal** e a dimensão **social**.

A religião tem uma função **organizadora** e **prescritiva**.

O **ateísmo** nega a existência de Deus.

O **teísmo** afirma a existência de Deus, criador e interveniente, onnipresente, onnipotente, onnisciente e bom.

O **deísmo** afirma a existência de Deus, criador, mas não interveniente.

O **agnosticismo** afirma que não é possível saber se Deus existe ou não.

A **secularização** refere-se ao processo de afastamento da religião da esfera pública e da vida social.

A **ressacralização** refere-se ao retorno das crenças e práticas religiosas.

Os argumentos **cosmológico** e **teleológico** são argumentos *a posteriori*.

O argumento **ontológico** é um argumento *a priori*.

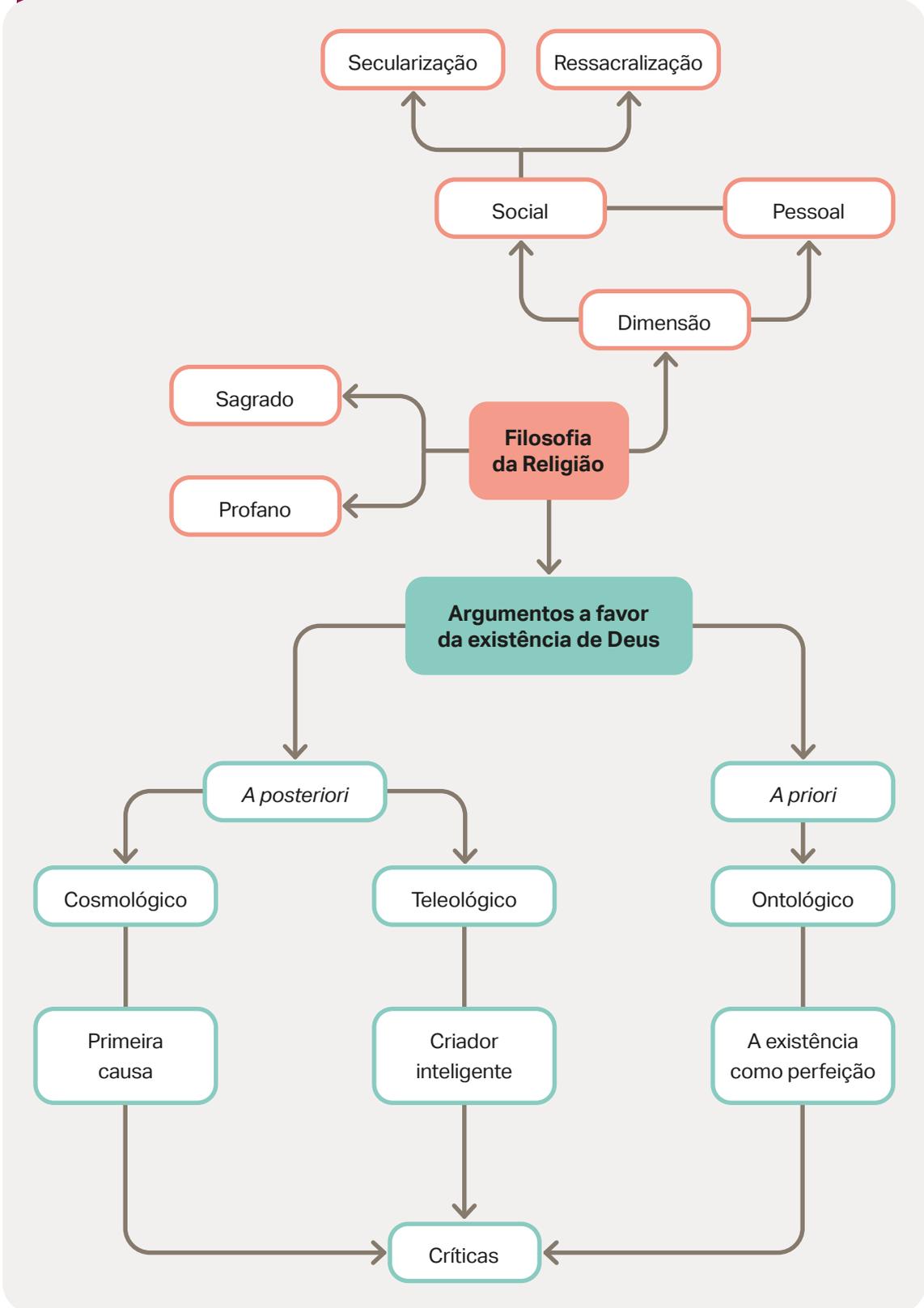
O argumento cosmológico baseia-se na existência de uma **primeira causa**.

O argumento teleológico baseia-se na necessidade de existência de um **criador inteligente**.

O argumento ontológico baseia-se na **existência** como característica necessária da **perfeição**.

Os três argumentos foram alvo de **críticas**.

Esquema-síntese



Ficha de trabalho

Grupo I

1 Para cada um dos itens seguintes, seleciona a única opção correta.

1.1. Os rituais celebrados num casamento ou num funeral remetem para

- A. os motivos que levam as pessoas a aderir a uma religião.
- B. a dimensão social da religião.
- C. o objeto de estudo da teologia.
- D. a dimensão individual da religião.

1.2. Considera os seguintes argumentos.

1. Cosmológico. 2. Ontológico. 3. Teleológico.

É correto afirmar que

- A. 1 é *a posteriori*; 3 é *a priori*.
- B. 1 e 2 são *a posteriori*, baseados na experiência.
- C. 2 é *a priori* e 3 é *a posteriori*, mas ambos independentes da experiência.
- D. 1 e 3 são argumentos *a posteriori*, baseados na experiência.

1.3. Qual a opção que corresponde a um enunciado que seria adotado para sustentar o argumento cosmológico?

- A. A regressão infinita de causas é logicamente absurda.
- B. Existe a possibilidade de existirem várias primeiras causas.
- C. Deus é onisciente.
- D. A perfeição existe de modo necessário e evidente.

1.4. Identifica a opção que corresponde a um enunciado falso.

O argumento

- A. ontológico procura provar a existência de Deus através do conceito de perfeição.
- B. teleológico procura mostrar que o funcionamento da Natureza se deve à existência de um ser inteligente.
- C. cosmológico procura mostrar que Deus é perfeito e um criador dotado de uma incrível inteligência.
- D. cosmológico procura mostrar que tem de existir uma primeira causa, visto que o seu contrário é absurdo.

1.5. É correto afirmar que um teísta que discorde do argumento ontológico

- A. rejeita a conclusão de Santo Anselmo quanto à perfeição de Deus e os seus argumentos.
- B. aceita a conclusão de Santo Anselmo quanto à perfeição de Deus, mas rejeita os seus argumentos.
- C. aceita a conclusão de Santo Anselmo quanto à perfeição de Deus e os seus argumentos.
- D. rejeita a conclusão de Santo Anselmo quanto à perfeição de Deus, mas aceita os seus argumentos.

Grupo II

- 1 Considera as seguintes afirmações. Assinala com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.
- A. A Filosofia da Religião, enquanto área do conhecimento, inclui a problematização em torno do conceito de religião, da crença e das manifestações religiosas.
- B. A dimensão pessoal destaca a vivência íntima de experiências como a da fé.
- C. O ateísmo não afirma nem nega a existência de Deus, visto que é impossível provar qualquer uma das teses.
- D. Deísmo e teísmo têm em comum defender que Deus, como criador de tudo, intervém na sua criação.
- E. A laicização do Estado consiste na separação entre o poder político e a Igreja.
- F. O fundamentalismo aponta para uma interpretação aberta e tolerante, mas sempre bem fundamentada, dos textos religiosos.
- G. Os argumentos *a posteriori* procuram evidências empíricas da existência de Deus.
- H. O argumento ontológico defende que existir é uma perfeição maior do que não existir.

Grupo III

1 Lê atentamente as questões e responde da forma mais adequada.

2 Lê o seguinte enunciado:

O agnosticismo parece ser uma opção mais prudente do que o ateísmo.

2.1. Define cada uma das perspetivas.

2.2. Concordas com o enunciado? Justifica a tua resposta.

3 É correto afirmar que os argumentos cosmológico e teleológico podem complementar-se mutuamente? Justifica a tua resposta.

4 Lê o texto que se segue:

«O que é um predicado? Os predicados são termos que expressam propriedades das coisas. Por exemplo, numa frase como "o céu é azul", "céu" é o sujeito e "é azul" é o predicado. [...] Os predicados são geralmente usados para definir e caracterizar coisas. [...]

Para ele (Kant), a existência não é um predicado, [...] pelo que não existe a qualidade da existência e, portanto, a existência não pode ser algo que Deus tenha de possuir para ser Deus.»

Nunes, Álvaro (7 de janeiro de 2016). "Filosofia da Religião". *Crítica na Rede*. <https://criticanarede.com> [consult. mai 2025].

4.1. Qual o argumento a favor da existência de Deus que se encontra a ser refutado neste texto? Justifica a tua resposta.

4.2. Concordas com a refutação? Justifica a tua resposta.

10



MONUMENTO A REVOLUÇÃO DE RIBEIRÃO MANUEL
Instituído em 1964 pelo Conselho Municipal de Ribeirão Preto
Projeto: 1964/1965 - Arquiteto: João de Deus
Escultor: 1965 - José Lino de Faria
1965/1966 - José Lino de Faria
1966/1967 - José Lino de Faria



Temas/Problemas do mundo contemporâneo

10.1. Os Direitos Humanos

Objetivos de aprendizagens

- Refletir criticamente sobre temas/problemas da atualidade.
- Mobilizar com rigor os conceitos filosóficos na formulação de teses, argumentos e contra-argumentos.
- Apresentar propostas de solução para o problema em análise, articulando, quando possível, com outras áreas do saber, numa visão integradora dos saberes e competências adquiridos na disciplina de Filosofia com saberes e competências adquiridos noutras áreas do saber.

10.1. Os Direitos Humanos

Ao longo do ano letivo, estudaste alguns dos principais problemas filosóficos, clarificando as respetivas questões e compreendendo as possíveis respostas. É característico do trabalho filosófico o processo de problematização que nasce e, simultaneamente, provoca a necessidade da reflexão que possibilita construir raciocínios como modo de responder às questões levantadas em cada problema.

O ato de questionar é, tradicionalmente, entendido como a arte e a tarefa fundamental em Filosofia. Desde os primeiros filósofos até à reflexão filosófica espontânea (aquela que está presente em todos nós e que surge da inquietação natural do ser humano), as questões filosóficas têm sido tão ou mais destacadas do que as respostas.

Não se trata, contudo, de desvalorizar as diversas teses construídas sobre cada um dos temas. Muito menos se trata de concluir que a reflexão filosófica é infrutífera. Na verdade, não é de somenos importância lembrar que, apesar de não ser um trabalho que produz respostas definitivas e resoluções para os problemas com os quais se depara, **o valor da Filosofia não pode ser dissociado de conquistas intelectuais e civilizacionais.**

O contributo da reflexão filosófica reside naquilo que promove como reflexão e debate, não na construção de produtos observáveis, mensuráveis ou quantificáveis. É esse o campo da Filosofia, o da problematização e provocação do debate. Daí surgem interpretações do mundo e da relação do ser humano com toda a realidade que o rodeia. Não cabe à Filosofia desenvolver instrumentos físicos, tecnologias ou outros produtos utilizáveis no nosso dia a dia. Mas é à Filosofia que cabe perguntar e pensar sobre tudo isso e sobre o modo como podemos e devemos viver.

A reflexão filosófica é, por isso, inseparável do ser humano – ou pelo menos do ser humano livre – e acompanhou-o ao longo das épocas, independentemente da cultura. Os temas filosóficos foram e são (e seguramente serão) temas associados às inquietações e curiosidades das pessoas de todos os lugares e tempos.

Ouvimos frequentemente que as questões filosóficas não possibilitam respostas ou que a reflexão filosófica é estéril, como se fosse uma reflexão desenvolvida apenas por capricho ou por pessoas que gostam de pensar sobre assuntos “menos práticos”. **Mas é fundamental reconhecer o valor prático da Filosofia e a sua iminente utilidade, sobretudo em alguns dos seus campos com ligação à nossa vida.** Campos como os da **ética** e da **política** são, seguramente, áreas da Filosofia cuja problematização e debate tornam público importantes contributos nas decisões e medidas políticas tomadas. Exemplo significativo desse mesmo contributo são as conquistas no campo dos **Direitos Humanos**.

Texto 1

«Os prisioneiros de Hadi pareciam decididos, mas ele tinha a certeza de que os conseguiria quebrar, desde que cumprisse a sua ameaça. O pai, Brad, era o verdadeiro vilão. Foi ele quem plantou a enorme bomba que prometeu que mataria centenas, talvez milhares, de civis inocentes. Só ele sabia onde estava a bomba, e não estava a contar. O seu filho, Wesley, não tinha nada que ver com isso. Mas os informadores de Hadi diziam-lhe que, apesar de Brad não ceder à tortura, quase de certeza o faria se visse o seu filho ser torturado à sua frente. Não imediatamente, mas em breve. Hadi estava dividido. Ele sempre se opôs à tortura e provavelmente teria de sair da sala enquanto era realizada. A inocência de Wesley não era a única razão para suas dúvidas, mas certamente as exacerbava. Mas ele também sabia que essa era a única maneira de salvar centenas de pessoas da morte e da mutilação. Se ele não ordenasse a tortura, estaria a condenar pessoas à morte, apenas por causa da sua própria melindre e falta de coragem moral?»

Baggini, Julian. *The Pig that Wants to be Eaten: And 99+ Other Thought Experiments*. Trad. Nuno Freixo e Ricardo Sousa, Granta Books, 2024, p. 49.

O texto anterior apresenta-nos um caso que levanta algumas questões. **É moralmente justificável violar os direitos de uma pessoa inocente – como torturar um filho – para salvar a vida de muitas outras pessoas?**

Ou ainda:

- O que significa respeitar os Direitos Humanos em situações extremas?
- Os fins (salvar muitas vidas) justificam os meios (torturar um inocente)?
- Existe alguma circunstância em que a tortura de um inocente possa ser moralmente aceitável?

Texto 2

«Durante muitos anos, cenários como este foram considerados puramente hipotéticos. As sociedades civilizadas não permitiam a tortura. [...]

O dilema de Hadi é uma versão simplificada de uma situação em que é certamente possível pessoas morais e responsáveis serem colocadas. [...]

O argumento é um desafio para os defensores dos Direitos Humanos, que tendem a considerar toda a tortura como indefensável. Para manterem a sua posição, podem adotar uma de duas estratégias. A primeira é insistir que a tortura é, por princípio, errada. Mesmo que salvasse milhares de vidas, há alguns limites morais que não podem ser ultrapassados. Esta posição é defensável, mas a acusação de indiferença em relação à vida das pessoas que morrem em consequência da tortura é difícil de afastar. A outra estratégia é argumentar que, embora em teoria a tortura possa, por vezes, ser moralmente aceitável em casos raros, precisamos de manter uma proibição absoluta contra ela para manter a linha moral. Na prática, se a tortura for por vezes permitida, continuará inevitavelmente a ser praticada quando não o deve ser. É preferível que por vezes não se torture quando é a melhor opção do que torturar ocasionalmente quando é errado fazê-lo.

Este argumento, contudo, pode não ajudar Hadi. Porque, embora possa haver boas razões para adotar a regra de que não deve haver tortura, Hadi é confrontado com uma situação específica em que os benefícios da tortura são claros. O dilema que se lhe coloca não é o de saber se a tortura deve ser permitida, mas se nesta ocasião deve infringir as regras e fazer o que não é permitido, a fim de salvar vidas inocentes.

Podemos pensar que ele não o deve fazer, mas é evidente que a sua escolha não é fácil.»

Baggini, Julian. *The Pig that Wants to be Eaten: And 99+ Other Thought Experiments*. Trad. Nuno Freixo e Ricardo Sousa, Granta Books, 2024, p. 49-50.

Análise e interpretação

- 1 Os Direitos Humanos são inegociáveis ou podem ser desrespeitados em situações de "maior bem" coletivo?

O tema "Direitos Humanos", ou, mais concretamente, a aplicação dos Direitos Humanos, é tão importante como de difícil concretização. Surgindo como um ideal de civilização e progresso, continuamos a assistir e a ter conhecimento de casos em que são desrespeitados, nos mais diversos lugares e pelos mais diversos motivos. O objetivo da defesa da integridade (física, psicológica e moral) parece não ser unânime ou nem sempre realizável. **Uma sociedade deve manter uma proibição absoluta à tortura mesmo quando, em casos extremos, torturar um culpado parece ser a única forma de salvar muitas vidas inocentes?** Esta e outras questões semelhantes decorrem do caso exposto no texto. **Proibir totalmente a tortura protege-nos de abusos ou impede-nos de agir quando salvar vidas depende disso?** Se podemos, em alguns casos, ceder na defesa e aplicação desses direitos, que casos são esses?

Os **Direitos Humanos** constituem uma das principais vitórias da Humanidade. Estes direitos, consagrados na **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948, não surgiram apenas no século XX. A **consciência dos direitos e deveres individuais** foi sendo construída durante longos anos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi “antecipada” por outros textos e declarações que, seguramente, lhe serviram de influência. A *Petition of Right*, de 1628, e a *Bill of Rights*, de 1689, são textos seminais para a compreensão dos direitos individuais.

A **Guerra Americana da Independência** (1776) ou a **Revolução Francesa** (1789) também contribuíram para o desenvolvimento dos direitos individuais.



Fig. 1 Logo da Organização das Nações Unidas. Esta organização intergovernamental foi criada para promover a cooperação internacional.

Texto 3

«Os princípios da liberdade e igualdade, de 1776 ou 1789, não brotaram espontaneamente das cabeças dos servos. Antes de desafiar o senhor, o servo atravessa um longo e doloroso processo de autoeducação, durante o qual aprende a vencer o seu receio da morte e reivindicar a liberdade que lhe é devida. Ao refletir sobre a sua condição e a *ideia* abstrata de liberdade, o servo atira fora várias versões preliminares de liberdade antes de chegar à verdadeira.»

Fukuyama, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Gradiva Publicações, 2019, p. 195.

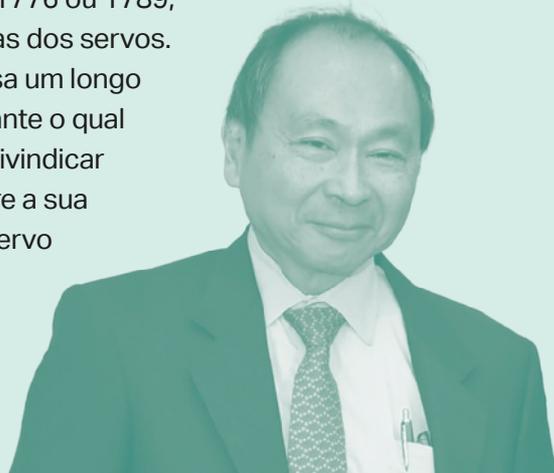
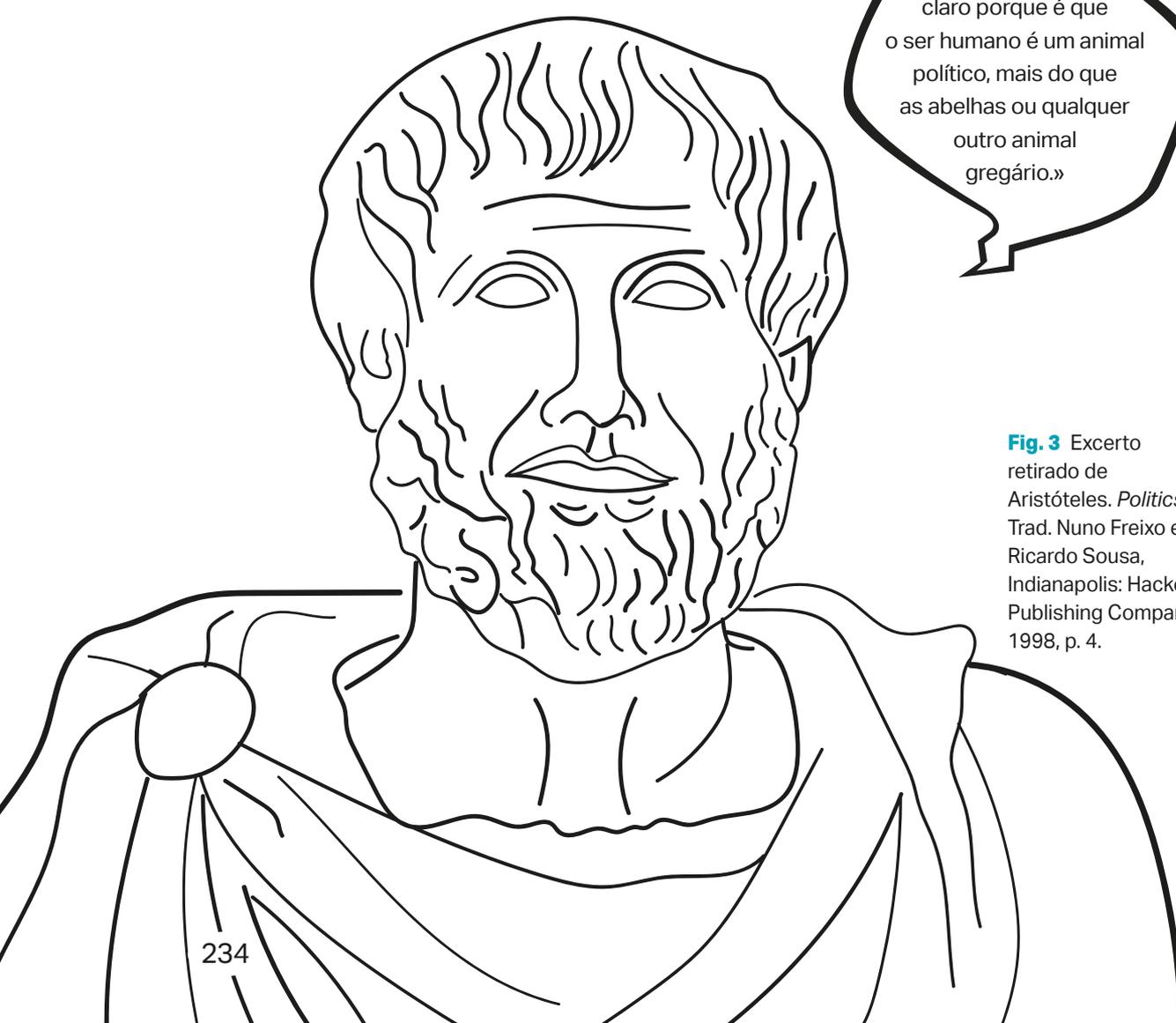


Fig. 2 Francis Fukuyama (1952-).

A reflexão filosófica é, como se depreende pela leitura do texto anterior, uma condição essencial para a mudança da mentalidade. **Sem a problematização teórica não há mudança prática.** É do confronto de opiniões, do debate e da procura dos argumentos mais fortes que emergem as diferentes possibilidades de atuação e as ideias mais razoáveis. **O debate filosófico está na base das decisões que permitem o consenso.** Por isso, o entendimento social não pode vir da imposição da visão de uma só pessoa ou grupo, vem, pelo contrário, da reflexão e do confronto de posições que permite eliminar ou renunciar às menos desejadas.

A **construção de uma sociedade**, inevitavelmente plural, exige a acomodação de **múltiplas perspectivas, valores, convicções e hábitos distintos**. Essa multiplicidade conduz, também de modo inevitável, a divergências e desentendimentos. A História do ser humano foi sendo construída em convivência. Desde as primeiras comunidades tribais até à civilização atual, os seres humanos coexistiram, pessoas das mais diferentes proveniências e em busca de melhores condições partilharam território.

As primeiras organizações políticas terão surgido da necessidade de efetivar medidas de regulação social. O ser humano é um animal político, conforme o pensamento de Aristóteles, com uma natureza gregária ou social, por isso encontrou na organização política (mais concretamente no Estado) a oficialização das medidas que definem o bem viver em grupo. O **Estado de Direito** trouxe o **direito**, a **lei**. As **normas morais** que orientam a vida em grupo foram uma primeira forma de regulação social. As **normas legais** foram uma invenção do Estado político, que surgiu com a vontade e a necessidade de dar força de lei às regras da convivência.



«É também claro porque é que o ser humano é um animal político, mais do que as abelhas ou qualquer outro animal gregário.»

Fig. 3 Excerto retirado de Aristóteles. *Politics*. Trad. Nuno Freixo e Ricardo Sousa, Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1998, p. 4.

Texto 4

«O Estado parece-me ser uma sociedade de homens constituída com o único propósito de estabelecer, conservar e desenvolver os seus interesses civis. Interesses civis chamo eu à vida, à liberdade e à saúde do corpo e, bem assim, à posse de bens materiais como dinheiro, terras, casas, mobiliário e outras coisas da mesma natureza.

É dever do magistrado civil assegurar, pelo cumprimento imparcial de leis iguais para todos, a todo o povo em geral, e a cada um dos seus súbditos em particular, a justa posse de tais bens, que fazem parte da vida terrena.»

Locke, John. *Carta Sobre a Tolerância*. Lisboa: Lisboa Editora, 2005, p. 59.

Procurar a saudável coexistência é a finalidade do Estado político ou civil. Garantir os direitos fundamentais e promover a justiça é o propósito geral do **Estado de Direito**.

Apesar da constante existência de conflitos sociais nos mais diversos pontos do mundo, é legítimo reconhecer que esses conflitos seriam em maior número e com consequências mais desastrosas sem a existência dos Estados de Direito e sem as leis que implementam.

Ainda que seja entendido como um ideal difícil (se não impossível) de concretizar, o Estado de Direito visa assegurar os direitos de todos os indivíduos, recorrendo aos **poderes legislativo, executivo e judicial**.

A criação do direito (leis imparciais), a execução dessas mesmas leis e a respetiva punição daqueles que não as respeitam são funções do Estado.

Fig. 4 O poder legislativo é responsável por criar e aprovar leis.



Estado de Direito	Estado de Não Direito
Ninguém está acima da lei, inclusive o governo.	O poder é exercido de modo arbitrário por quem está no governo.
A atuação do Estado é limitada pela lei.	O Estado pode agir fora ou contra a lei.
Os direitos fundamentais são reconhecidos e protegidos.	Os direitos podem ser ignorados ou violados.
Existe uma separação entre os poderes executivo, legislativo e judicial.	Não há separação entre poderes.

Em todas as organizações ou comunidades humanas há lugar para a discordância. Mesmo que as pessoas se juntem com ideais semelhantes, com projetos em comum ou com os mesmos objetivos, a natural diferença entre elas pode, de modo mais vincado ou mais ligeiro, fazer-se sentir. É da diversidade humana que nasce a riqueza da Humanidade. A heterogeneidade é saudável, mas propicia o desacordo. Por isso, **todas as organizações que integramos voluntariamente exigem o respeito por um conjunto de regras que evitam que os nossos interesses e desejos se sobreponham ao bem comum.**

Qualquer instituição, formal ou informal, é formada por pessoas que se unem por algum ponto (ou vários) em comum e que, visando uma finalidade específica, delineia um regulamento que determina o que é aceitável e reprovável nessa mesma instituição.

Texto 5

«Consideremos, agora, o que é uma igreja. Considero que uma igreja é uma sociedade de homens, que se juntam livremente e de comum acordo, para publicamente prestarem culto a Deus, do modo que julgam que lhe seja agradável a Ele e adequado à salvação das suas almas.

Afirmo que se trata de uma sociedade livre e voluntária. Ninguém nasce membro de uma igreja; se assim fosse, a religião dos pais chegaria às crianças, pelos mesmos direitos hereditários que os bens temporais, e cada um teria um credo pelo mesmo título pelo qual detém as suas terras, o que constitui o maior absurdo que se pode imaginar. [...] Nenhum homem, por natureza, está vinculado a uma igreja ou seita em particular, mas cada um se junta voluntariamente à sociedade na qual pensa encontrar a profissão e o culto que mais apraz a Deus. [...] Se vier a descobrir algo de errado na doutrina ou de incongruente no culto da sociedade à qual se juntou, por que razão não é ele livre de sair do mesmo modo como entrou? [...] Uma igreja é, pois, uma sociedade de membros que voluntariamente se unem para alcançar esse fim [a esperança da vida eterna]. [...]

Locke, John. *Carta Sobre a Tolerância*. Lisboa: Lisboa Editora, 2005, p. 63.

A **Igreja** é uma das instituições que, ao longo dos tempos, tem contribuído para esse processo de regulação social. Independentemente do credo religioso, a Igreja tem desempenhado uma função social importante.

Os **preceitos religiosos** configuram **regras** sobre o modo como devemos viver, ditando o que são comportamentos morais e o que são práticas inaceitáveis. Contudo, também é o modo como esses preceitos são ensinados, interiorizados e seguidos que está na origem de muitos dos conflitos que marcaram a História da Humanidade.

O **fundamentalismo religioso**, como, aliás, qualquer outra forma de fundamentalismo, conduz a formas extremas de viver o fenómeno religioso e a comportamentos etnocêntricos.

A convicção fechada sobre os valores de uma determinada religião torna difícil a aceitação da diferença e, conseqüentemente, conviver com povos de outras culturas ou ideais religiosos.

Possuir convicções não é um problema, pelo contrário, é uma marca identitária de cada pessoa ou povo. O problema surge quando cometemos ilicitudes ou atos cruéis em nome dessas convicções.

Sob a justificação de ideais ou convicções (sejam elas políticas, religiosas ou de outra natureza), graves atentados à dignidade humana têm sido cometidos. O respeito pelos Direitos Humanos pressupõe a capacidade de nos afastarmos de qualquer forma de relativismo.

Fig. 5 Enquanto em certas sociedades uma religião pode ser maioritariamente aceite pela população, noutras pode existir uma maior diversidade.



A defesa dos Direitos Humanos exige o estabelecimento de valores objetivos e normas morais transculturais. Mas tal só é possível se formos capazes de separar o que é a nossa vontade de uma vontade racional, isto é, o egoísmo de um bem universal. E só um pensamento crítico e, claro, livre possibilita deixar de lado as nossas preferências pessoais e culturais quando delas resulta o sofrimento ou prejuízo de outros.

Texto 6

«Os ditadores que subsistiam tinham vários talentos. Muitos eram peritos em esconder os seus sentimentos. Mussolini julgava-se o melhor ator de Itália. Num momento de distração, Hitler também se denominou o maior ator da Europa. Mas numa ditadura muitas pessoas comuns também aprendiam a representar. Tinham de sorrir forçadamente, papaguear os princípios do partido, gritar os *slogans* e saudar o seu líder. Em suma, tinham de criar a ilusão de consentimento. As que não colaborassem eram multadas, presas e às vezes fuziladas.

[...] O objetivo do culto não era convencer ou persuadir, mas lançar a confusão, destruir o bom senso, impor a obediência, isolar os indivíduos e destruir a sua dignidade. As pessoas tinham de se autocensurar e, conseqüentemente, vigiavam as outras, denunciando as que não se mostrassem suficientemente sinceras nas suas manifestações de dedicação ao líder. [...]

Dikötter, Frank. *Como tornar-se um Ditador – O Culto da Personalidade no Século XX*. Lisboa: Edições 70, 2020, p. 17.

Fig. 6 Frank Dikötter (1961-).

Fig. 7 Numa ditadura, ao contrário de uma democracia, pode ser difícil, censurado ou até proibido expor pensamento crítico.



A supressão dos Direitos Humanos é uma consequência explícita dos regimes políticos autocráticos. A ascensão ao poder de governos ditatoriais conduziu a episódios violentos na História humana. Em prol de uma ideologia, concretizaram-se violações da integridade física e moral de pessoas e até de comunidades inteiras.

O sentimento e o desejo de pertença a uma comunidade são uma marca do ser humano, contudo, quando se tornam excessivos e passam a confundir-se com **racismo** – exacerbação, sem fundamento científico, da raça, etnia ou comunidade a que pertencem – e **xenofobia** – medo e aversão da diferença –, a coexistência harmoniosa torna-se difícil e os direitos comprometidos.



Fig. 8 A não distinção por cor, raça ou política é um direito de todos os seres humanos.

Texto 7

«Após várias décadas de democratização a nível global, as ditaduras estão de volta. Como vimos anteriormente, muitas delas são meras sobrevivências, mas com adaptações e mudanças significativas, no entanto esta nova vaga de “autocratização” confunde-se muitas vezes com uma erosão dos regimes democráticos, cujos contornos ainda são incertos. [...]

Se, no passado, a quase norma de institucionalização de um regime autoritário passava pelo derrube da democracia por rutura súbita (na maioria dos casos, um golpe de Estado), no século XXI, o acesso legal ao poder para, a partir dele, provocar a erosão da democracia e a institucionalização de uma ditadura é uma marca distintiva desta nova vaga. [...]

Os modelos mais graduais de transição para o autoritarismo, quase sempre acompanhados de eleições cada vez menos livres e justas, são mais complexos de identificar, pois os candidatos a autocratas têm sido bem mais discretos nos seus modos de perverter a democracia.»

Pinto, António Costa. *O Regresso das Ditaduras?*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021, pp. 73-74.

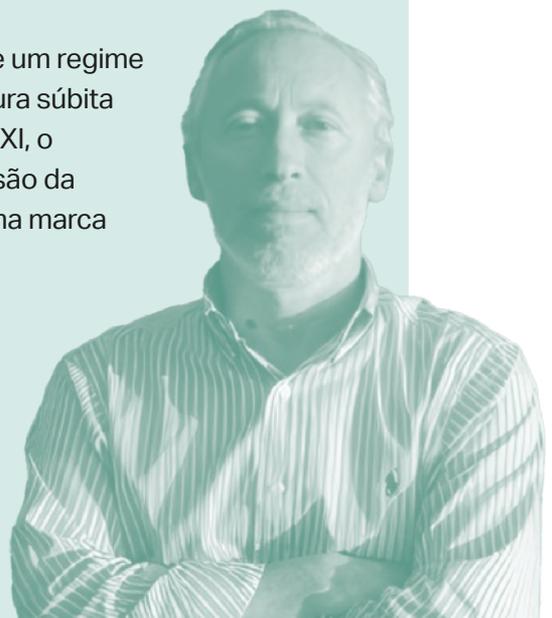


Fig. 9 António Costa Pinto (1953-).

A **globalização** é uma marca da vida humana moderna. No mesmo território, grupos com diferentes padrões culturais coexistem e partilham espaços públicos, escolas, trabalhos e outras instituições.

Os constantes fluxos migratórios conduziram a uma **civilização multicultural**, que veio substituir a organização maioritariamente tribal dos grupos humanos. A convivência das diferentes culturas pôs em contacto grupos de pessoas provenientes de diferentes lugares e contextos, com diferentes valores e convicções, assim como diferentes modos de pensar e viver.



Fig. 10 A globalização não se reflete apenas a nível económico.

O fenómeno do multiculturalismo tem vantagens óbvias: o desenvolvimento social, a possibilidade de trabalhar em qualquer parte do mundo ou a partilha de informação e conhecimento. Contudo, o choque cultural tem conduzido a conflitos sociais, tais como os já referidos racismo e xenofobia. Fenómenos de segregação e discriminação negativa parecem estar presentes, de modo mais ou menos explícito, em todas as épocas e lugares.

A compreensão e o respeito pela diferença é a chave de uma **aculturação pacífica**, aquela que **permite o progresso civilizacional e evita os problemas decorrentes da globalização**. A globalização trouxe um desafio à Humanidade: conviver com a diferença, compreendê-la, aceitá-la e respeitá-la. Esse desafio traduz-se na luta pela liberdade, isto é, pelo direito à dignidade de cada um, conciliada com o respeito pela diversidade.

Texto 8

«Dizem que a liberdade é uma luta constante.
 Dizem que a liberdade é uma luta constante.
 Dizem que a liberdade é uma luta constante.
 Oh, Deus, Lutamos há tanto tempo.
 Temos de ser livres, temos de ser livres.»

O título do meu discurso foi tirado de uma canção pela liberdade que era constantemente cantada no Sul dos Estados Unidos, na época do movimento pela liberdade, no século XX. Os restantes versos evocam o choro, a mágoa, o luto e a morte: “Dizem que a liberdade é uma morte constante / Morremos há tanto tempo que temos de ser livres.”

E gosto da ironia do último verso de cada estrofe:

Lutamos há tanto tempo
 Choramos há tanto tempo
 Sofremos há tanto tempo
 Gememos há tanto tempo
 Morremos há tanto tempo
 Temos de ser livres, temos de ser livres.

Claro que há simultaneamente resignação e promessa nesse verso, há crítica e inspiração: “Temos de ser livres / temos de ser livres.” Mas somos realmente livres? [...]

Este é o 50.º aniversário da “Carta de uma prisão em Birmingham”, escrita por Martin Luther King, na qual ele defendia da seguinte maneira a sua decisão de organizar protestos em Birmingham, onde o acusaram de ser um agitador externo:

“Tenho consciência”, escreveu, “da Inter-relação entre todas as comunidades e Estados. Não posso sentar-me de braços cruzados em Atlanta e não me preocupar com o que acontece em Birmingham. A injustiça em qualquer parte do mundo é uma ameaça para a justiça em todo o mundo.”

[...] “Estamos Presos numa inexorável rede de mutualismo, entrelaçados numa só trama do destino. O que quer que afecte uma pessoa directamente, afecta todas indirectamente.”»

Davis, Angela. *A Liberdade É Uma Luta Constante*. Lisboa: Antígona, 2024, pp. 84-85.

Fig. 11 Angela Davis (1944-).



O ideal de **justiça** não é, como se percebe pela evolução histórica da Humanidade, unânime e continua a gerar amplo debate. Culturas e etnias diferentes discordam sobre o que se considera e como se constrói uma sociedade justa. Os direitos fundamentais do ser humano, direitos que em momento algum devem ser suprimidos ou desrespeitados, estão intimamente ligados aos deveres. Aos direitos correspondem deveres que, igualmente, não podem ser ignorados e cujo cumprimento garante o bom funcionamento social.

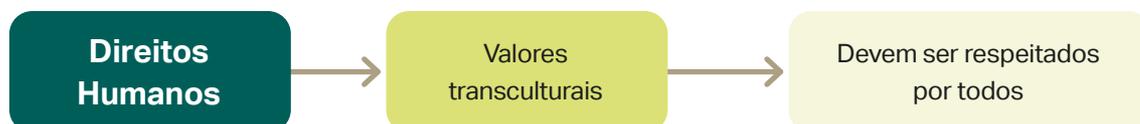
Mas é o que deve ser entendido como **direitos e deveres** é o que está na base de muitos dos conflitos sociais, que vão desde o desentendimento pessoal até ao confronto bélico entre nações. Foi dessa dificuldade em encontrar um consenso sobre o que se deve entender como direitos fundamentais do ser humano que surgiu, em 10 de dezembro de 1948, a primeira Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)** visa definir os princípios que devem ser respeitados por todas as pessoas para garantir o entendimento social. Os princípios são consagrados na constituição de todos os países desenvolvidos, isto é, estabelecidos na lei, obrigando ao seu cumprimento. Só dessa forma está protegida a dignidade e a integridade física e moral de todas as pessoas. São direitos que devem estar acima de todos os valores, tradições ou rituais e que tornam todas as pessoas livres e iguais à nascença.

Este documento visa a construção de uma sociedade justa, tendo por base o ideal de respeitar a soberania de cada Estado ou nação, conciliado com o respeito pelos valores que se entendem como objetivos e acima de qualquer opinião pessoal ou convenção (ou hábito) cultural.

Os Direitos Humanos correspondem a um conjunto de valores transculturais, isto é, valores que devem ser entendidos como objetivos e, como tal, respeitados por todos, independentemente de cultura, nação ou proveniência geográfica. Representam os ideais do humanismo, ou seja, ideais que dizem respeito ao ser humano.

Defender os Direitos Humanos exige combater todas as formas de relativismo cultural, impedindo-se que certas tradições, práticas ou costumes que ameaçam a integridade física e moral das pessoas continuem a ser aceites.



Texto 9

Declaração Universal dos Direitos Humanos

«Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do homem conduziram a atos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do homem;

Considerando que é essencial a proteção dos direitos do homem através de um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declararam resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados-membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efetivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais;

Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:

A Assembleia Geral

Proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.»

ONU (10 de dezembro de 1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em <https://unric.org/pt/> [consult. jun 2025].

Apesar de difícil de concretizar, **a DUDH é uma referência essencial para a concretização de uma sociedade livre e desenvolvida**. A diversidade cultural não pode ser pretexto para comportamentos injustos. Por isso, os **direitos humanos são universais e sobrepõem-se aos interesses de pessoas ou sociedades particulares**.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Todos
os seres
humanos

Artigo 1.º

nascem livres e iguais
em dignidade
e em direitos.

Artigo 2.º

têm direitos garantidos,
sem discriminação.

Artigo 3.º

têm direito à vida,
à liberdade e
à segurança pessoal.

Artigo 4.º

estão protegidos contra
a escravidão e a servidão,
que são proibidas.

Artigo 5.º

devem ser protegidos
contra a tortura, penas
e tratamentos cruéis,
desumanos
ou degradantes.

Artigo 6.º

têm direito
ao reconhecimento
jurídico em todos
os lugares.

Artigo 7.º

são iguais perante a lei
e protegidos contra
qualquer discriminação.

Artigo 8.º

podem recorrer à justiça
contra atos que violem
os direitos fundamentais
reconhecidos pela
Constituição ou pela lei.

Artigo 9.º

estão protegidos de serem
arbitrariamente presos,
detidos ou exilados.

Artigo 10.º

têm direito a um
julgamento justo e público.

Artigo 11.º

são inocentes até
prova contrária
em julgamento justo.

Artigo 12.º

estão protegidos contra
interferências arbitrárias
na sua vida privada, na sua
família, no seu domicílio,
na sua correspondência
e de ataques à sua honra
e reputação.

Artigo 13.º

podem circular livremente
e escolher sua residência
no interior de um Estado;
assim como têm o direito
de abandonar o país
em que se encontram,
tal como regressar ao seu.

Artigo 14.º

têm direito a procurar asilo contra perseguição noutros países.

Artigo 15.º

têm direito a uma nacionalidade e a alterar de nacionalidade.

Artigo 16.º

têm o direito de casar pelo seu próprio consentimento, de constituir família, livres de restrição de raça, nacionalidade e religião.

Artigo 17.º

têm direito a ter propriedade individual ou coletiva, da qual não podem ser arbitrariamente privados.

Artigo 18.º

têm direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião – a qual podem manifestar, sozinhos ou em comum, em público ou em privado, pelo ensino, pela prática e pelos cultos e ritos.

Artigo 19.º

têm direito à liberdade de opinião e expressão.

Artigo 20.º

têm direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas; ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21.º

têm direito à participação no governo e eleições livres.

Artigo 22.º

têm direito à segurança social e a exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis.

Artigo 23.º

têm direito a trabalhar, ter salário justo, salário igual por trabalho igual, proteção contra o desemprego e a fundar e se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

Artigo 24.º

têm direito ao descanso e ao lazer; limitações razoáveis da duração do trabalho e a férias periódicas pagas.

Artigo 25.º

devem ter um padrão de vida adequado e assistência social.

Artigo 26.º

têm direito à educação elementar gratuita e acesso em plena igualdade ao ensino superior, em função do seu mérito.

Artigo 27.º

podem participar da cultura, ciência e ter proteção sobre as suas produções científicas, literárias ou artísticas.

Artigo 28.º

devem viver sob uma ordem social justa.

Artigo 29.º

devem cumprir deveres com a comunidade e respeitar direitos alheios.

Artigo 30.º

têm o direito a não ver os direitos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos interpretados de modo que sirvam para destruir os seus direitos e as suas liberdades.

Síntese

O valor prático da Filosofia e a sua iminente utilidade reside, sobretudo, em alguns dos seus campos com ligação à nossa vida. Campos como os da ética e da política são bons exemplos da aplicação prática da reflexão filosófica.

A **ética** (sobretudo) e a **política** são as áreas da Filosofia que estão intimamente ligadas à reflexão, ao desenvolvimento e à aplicação da defesa dos Direitos Humanos.

Os **Direitos Humanos** constituem uma das principais vitórias da Humanidade. Estes direitos foram oficialmente consagrados na **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948.

A construção de uma sociedade, inevitavelmente plural, exige a acomodação de **múltiplas perspetivas, valores, convicções e hábitos distintos**.

Procurar a saudável coexistência é a finalidade do Estado político ou civil. Garantir os direitos fundamentais e promover a justiça é o propósito geral do **Estado de Direito**.

A defesa dos Direitos Humanos exige o estabelecimento de **valores objetivos e normas morais transculturais**.

A globalização é uma marca da vida humana moderna. No mesmo território, grupos com diferentes padrões culturais coexistem e partilham espaços públicos, escolas, trabalhos e outras instituições.

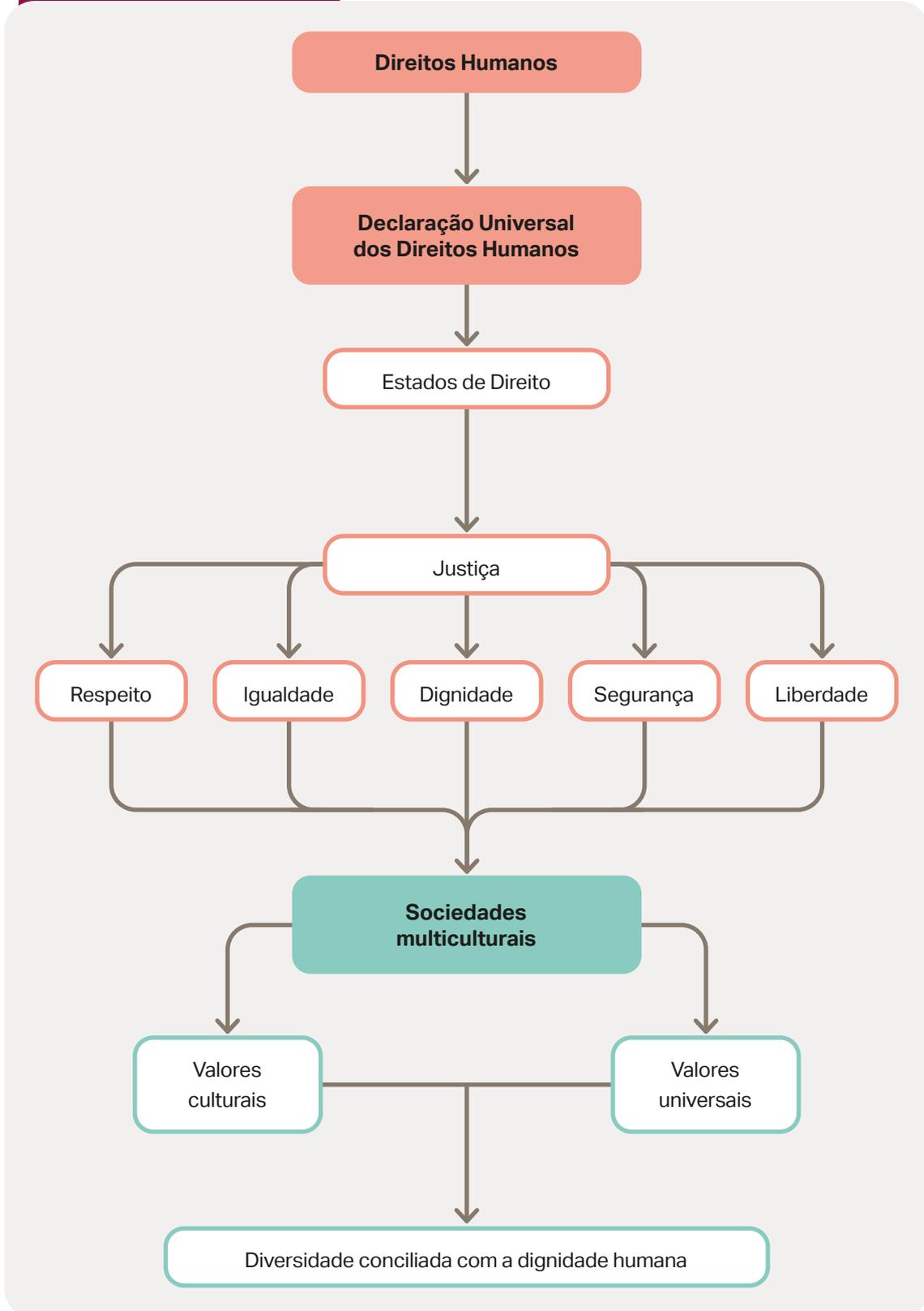
A **globalização** trouxe um desafio à Humanidade: conviver com a diferença, compreendê-la, aceitá-la e respeitá-la. Esse desafio traduz-se na luta pela liberdade, isto é, pelo direito à dignidade de cada um, conciliada com o respeito pela diversidade.

A **Declaração Universal dos Direitos Humanos** visa definir os princípios que devem ser respeitados por todas as pessoas para garantir o entendimento social.

Os Direitos Humanos correspondem a um conjunto de **valores transculturais**, isto é, valores que devem ser entendidos como objetivos e, como tal, respeitados por todos, independentemente de cultura, nação ou proveniência geográfica.

Os Direitos Humanos representam os ideais do **humanismo**, ou seja, ideais que dizem respeito ao ser humano. Defendê-los exige combater todas as formas de relativismo cultural, impedindo-se que certas tradições, práticas ou costumes que ameaçam a integridade física e moral das pessoas continuem a ser aceites.

Esquema-síntese



Ficha de trabalho

Grupo I

Tarefa para realizar em turma ou pequenos grupos de 4 a 6 elementos.

- 1** Realizem um debate com o tema “Direitos Humanos”.
Reflitam sobre os seguintes tópicos:
 - 1.1.** O que justificou a sua origem.
 - 1.2.** Quais as dificuldades da sua implementação.
 - 1.3.** Identifica e apresenta exemplos da História (recente ou não) que constituem violações a esses direitos e quais em concreto.
 - 1.4.** O papel da educação e da escola na consciência cívica, solidária e respeitadora dos direitos de todos.

Grupo II

Tarefa para realizar individualmente ou em pequenos grupos de 2 a 4 elementos.

- 1** Elaborem um cartaz ou similar (apresentação em suporte digital, panfleto ou folheto informativo).
 - 1.1.** Seleccionem uma personalidade que se tenha evidenciado ou que se evidencie numa ou mais das seguintes vertentes:
 - nas ciências;
 - na política;
 - na defesa da paz;
 - na defesa da justiça social;
 - na defesa dos direitos humanos;
 - na defesa da liberdade.
 - 1.2.** No vosso cartaz, sobre a personalidade seleccionada, devem constar informações:
 - biográficas;
 - dos seus valores;
 - do seu trabalho ou da sua obra;
 - e outras que se considerem relevantes.
 - 1.4.** Devem salientar, no cartaz, os aspetos que mais destacam a ligação dessa personalidade e do seu trabalho à defesa dos Direitos Humanos.
- 2** Se possível, exponham o cartaz num lugar adequado ou destinado para o efeito na escola.

Grupo III

Tarefa para realizar em turma e com o acompanhamento do professor ou da professora.

- 1 Façam o levantamento de quais instituições da região ou do país que desenvolvem trabalho no âmbito da defesa dos Direitos Humanos.
- 2 Seleccionem uma que considerem relevante.
- 3 Estabeleçam os contactos necessários com a instituição para realizar a visita de estudo.

No caso de não se possível realizar uma visita de estudo, seleccionem a instituição e passem à questão 4.

- 4 Elaborem um guião com questões (ou tópicos de interesse) sobre o projeto e o trabalho específico desenvolvido na instituição para colocar durante a visita de estudo.

No caso de não ter sido possível organizar uma visita de estudo procurem obter as respostas às perguntas do vosso guião recorrendo aos meios de contacto fornecidos pela instituição.

Grupo IV

Tarefa para realizar individualmente ou em pequenos grupos de 2 a 4 elementos.

- 1 Selecciona uma ou mais personalidades que tenham sido consideradas para a questão 1.1. do Grupo I (pode ser a mesma).
 - 1.1. Analisa algumas das suas intervenções acerca dos Direitos Humanos (como entrevista, debate, discurso, publicações nas redes sociais, entre outros).
 - 1.2. Identifica:
 - razões ou motivos a favor ou contra determinada tese ou conclusão;
 - argumentos não dedutivos utilizados;
 - falácias informais cometidas.



Glossário



Glossário

Iniciação à Lógica

Analogia Uma analogia é uma comparação que mostra semelhanças entre realidades temáticas distintas (mostram-se semelhanças no que é diferente).

Argumentação A argumentação é a estratégia usada para persuadir racionalmente os outros dos nossos pontos de vista, mediante o uso de boas razões.

Argumentar Argumentar é fornecer razões ou motivos a favor ou contra determinada tese ou conclusão, tendo por finalidade provocar a adesão das pessoas a essa tese.

Argumento Um argumento é um conjunto de proposições encadeadas de modo a sustentar uma ideia ou conclusão.

Argumento causal Um argumento causal estabelece que um evento ou fator é causa do outro, observando uma relação constante ou necessária entre eles.

Argumento de autoridade Um argumento de autoridade apoia uma conclusão recorrendo a um/a especialista no assunto. Para ser forte ou legítimo, deve respeitar os seguintes critérios: o especialista deve ser perito/qualificado no assunto ou tema em questão, tem de ser imparcial e não pode haver controvérsia entre especialistas.

Argumento por analogia Um argumento por analogia consiste em partir de certas semelhanças ou relações entre dois objetos (realidades) e encontrar novas semelhanças ou relações (em realidades distintas).

Argumentos dedutivos Os argumentos dedutivos são aqueles em que se pretende que a verdade da premissa ou das premissas seja suficiente para garantir a verdade da conclusão.

Argumentos indutivos Os argumentos indutivos são aqueles em que a conclusão associa ao universal aquilo que se sabe sobre o particular – atribui-se ao todo aquilo que se sabe sobre uma parte desse todo. Induzir é generalizar, consiste em atribuir a todos os elementos de um grupo/classe a característica verificada em alguns (ou apenas um) elementos que integram esse mesmo grupo. São ampliativos. Também são probabilísticos, arriscados, a conclusão é apenas uma possibilidade ou probabilidade – a verdade das premissas não assegura a verdade da conclusão.

Argumentos não dedutivos Os argumentos não dedutivos são probabilísticos, afirmam que se as premissas são verdadeiras é improvável que a conclusão seja falsa.

Conceito O conceito é uma representação intelectual que significa alguma coisa. Os conceitos permitem-nos representar a realidade física ou imaterial e pensá-la.

Conclusão A conclusão é a proposição que constitui a tese que se defende.

Cópula Cópula é o verbo que une ou liga o sujeito e o predicado.

Disjunção exclusiva Numa disjunção exclusiva apresentam-se duas hipóteses que se excluem mutuamente (apenas uma delas poderá ser verdadeira).

Disjunção inclusiva Numa disjunção inclusiva afirmam-se duas possibilidades ou alternativas que não se excluem, inclui-se a possibilidade de ambas as coisas serem verdadeiras.

Falácia *ad hominem* Consiste em fugir ao assunto discutido, atacando a pessoa que defende a tese, com o objetivo de a desacreditar, em vez de atacar os argumentos que sustentam essa tese.

Falácia *ad populum* Consiste em sustentar que uma tese é verdadeira porque uma determinada maioria defende que é verdadeira.

Falácia da amostra não representativa Quando na indução por generalização a amostra não é suficientemente ampla ou variada para representar adequadamente o universo do qual se pretende fazer uma inferência.

Falácia da bola de neve (derrapagem) Consiste em refutar ou construir uma tese partindo de, pelo menos, uma premissa falsa ou duvidosa, retirando dessa premissa uma série de consequências progressivamente inaceitáveis.

Falácia da falsa analogia Ocorre quando, num argumento por analogia, as semelhanças apontadas não são relevantes ou existem em número pouco significativo perante as diferenças para sustentar a conclusão.

Falácia da falsa relação causal Consiste em tomar como causa de algo aquilo que é apenas antecedente ou uma circunstância acidental.

Falácia da indução por generalização (generalização precipitada) Erro lógico que ocorre quando se tira uma conclusão sobre um grupo inteiro com base numa amostra insuficiente, não representativa e/ou para a qual existem contraexemplos que invalidam a conclusão.

Falácia da indução por previsão (previsão incorreta) Consiste em sustentar uma ideia tendo por base casos passados e cuja conclusão é um caso particular. Assume-se para o presente ou futuro aquilo que se verificou anteriormente. A força ou credibilidade de uma previsão depende de esta deve ser verificável, da probabilidade de a conclusão ser realizável e de existir uma ligação lógica entre a previsão e a hipótese. A falácia da previsão acontece quando um destes requisitos não é cumprido.

Falácia da petição de princípio (argumento circular) Consiste em assumir como verdadeiro aquilo que se pretende provar. A conclusão é usada, de uma forma mais ou menos implícita, como premissa.

Falácia do apelo à ignorância Consiste em afirmar que uma proposição é verdadeira porque não se conseguiu provar que era falsa ou afirmar que uma proposição é falsa porque não se conseguiu provar que era verdadeira.

Falácia do apelo ilegítimo à autoridade Ocorre quando a autoridade mencionada não é especialista ou perito/qualificado no assunto ou tema em questão, ou não é imparcial ou ainda quando há controvérsia entre especialistas.

Falácia do boneco de palha (espantalho) Consiste em deturpar/simplificar a tese do opositor para ser mais fácil a sua refutação/contestação.

Falácia do falso dilema Consiste em reduzir todas as opções possíveis a apenas duas, ignorando-se as restantes alternativas.

Falácia formal Erro na estrutura lógica do argumento, tornando-o inválido, independentemente da veracidade ou falsidade das premissas, ou seja, o argumento foi construído de forma incorreta.

Falácia informal Uma falácia informal é um argumento aparentemente correto, mas que pode apresentar várias falhas, como no seu conteúdo, no seu contexto, na sua estrutura, entre outras.

Forma canônica (forma padrão) Consiste em apresentar as premissas e a conclusão do argumento de forma clara e organizada, geralmente com as premissas a aparecerem em primeiro lugar e a conclusão no final, precedida de um indicador de conclusão como "logo" ou "portanto".

Inferências complexas Processo de raciocínio estruturado que envolve mais do que uma premissa para se extrair a conclusão.

Inferências simples Numa inferência simples a conclusão é extraída de uma só premissa.

Juízo O juízo é uma relação entre conceitos. Os juízos são expressos por proposições. Emitimos um juízo quando afirmamos ou negamos uma relação entre dois (ou mais) conceitos. Um juízo é uma operação mental.

Lógica Disciplina da Filosofia que se dedica ao estudo das condições que garantem a coerência do pensamento e do discurso. Ocupa-se do raciocínio e do argumento, procurando assegurar a correção de ambos.

Lógica formal A lógica formal ocupa-se, essencialmente, das formas válidas dos nossos raciocínios e argumentação – está particularmente centrada no estudo dos argumentos dedutivos.

Lógica informal A lógica informal (ou argumentação informal) é a análise dos argumentos que usamos na linguagem comum, partindo do seu conteúdo ou matéria, bem como do seu contexto e de quem a profere. Esta análise permite perceber o potencial persuasivo dos argumentos, bem como distinguir bons argumentos (legítimos) de argumentos falaciosos (errados). É particularmente orientada para argumentos não dedutivos.

Predicado O predicado é aquilo que se atribui ou não ao sujeito.

Princípio da identidade Toda a coisa é idêntica a si mesma.

Princípio da não contradição Uma coisa não pode, sob o mesmo aspeto, ser e não ser ao mesmo tempo.

Princípio do terceiro excluído Uma coisa é ou não é, não pode ser e não ser simultaneamente (a terceira alternativa está, portanto, excluída).

Proposição As proposições são frases declarativas que exprimem as nossas ideias, enunciados pelos quais afirmamos ou negamos algo sobre alguma coisa. As proposições têm valor de verdade.

Proposições categóricas As proposições categóricas afirmam ou negam que alguns membros de uma categoria (sujeito) pertençam a outra (predicado).

Proposições disjuntivas As proposições disjuntivas são aquelas que se apresentam sob a estrutura "isto ou aquilo".

Proposições hipotéticas (condicionais) As proposições hipotéticas são aquelas em que se estabelece uma condição para que algo seja ou aconteça.

Proposições simples As proposições simples correspondem a declarações isoladas, que não se podem dividir.

Raciocínio Um raciocínio é a operação mental pela qual, através do encadeamento de ideias, sustentamos uma conclusão ou tese. O argumento é a sua expressão verbal.

Silogismo Um silogismo é um tipo de raciocínio dedutivo.

Silogismo categórico O silogismo categórico é um raciocínio composto por três proposições categóricas: duas premissas e uma conclusão. É a forma canónica dos raciocínios dedutivos.

Sofista O termo "sofista", na sua origem etimológica, significa "sábio". Os sofistas foram um grupo de pensadores originários da Grécia Antiga (séculos V-IV a.C.).

Sujeito O sujeito é aquele de quem se afirma ou nega algo.

Termo O termo é a expressão verbal do conceito, a palavra ou o conjunto de palavras que usamos para verbalizar o conceito.

Termos (maior, médio e menor) Os termos designam-se por maior, médio e menor, em função da sua extensão.

Validade Um argumento é considerado válido quando é impossível que, simultaneamente, as suas premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa.

Verdade A verdade é a propriedade que as proposições têm quando correspondem à realidade ou, no caso das proposições analíticas, graças à sua estrutura lógica.

O ato de conhecer

Apriorismo Segundo o apriorismo de Kant, o entendimento e a experiência são fundamentais na construção do conhecimento. Kant considera que existem estruturas inatas, *a priori*, preparadas para receber e organizar os dados do conhecimento; essas estruturas e princípios organizativos permaneceriam inúteis sem a ativação da experiência sensível, *a posteriori*.

Causalidade (Princípio de associação de ideias) Ideias responsáveis pela origem de outras ideias. Todo o fenómeno tem uma causa, toda a causa gera um efeito.

Ceticismo metódico O ceticismo metódico é uma abordagem filosófica em que a dúvida é usada para eliminar erros e preconceitos preparando o terreno para se atingir a verdade.

Ceticismo moderado (mitigado) É a forma de ceticismo que reconhece a possibilidade de conhecimento, mas com cautela e limitações, nomeadamente, por considerar que há áreas nas quais o conhecimento poderá não ser possível, como a metafísica.

Ceticismo radical O ceticismo radical é a doutrina que defende que não temos justificações suficientes para mostrar a verdade das nossas crenças, ainda que algumas sejam verdadeiras. Duvida de tudo ao mesmo tempo, é absoluto.

Cogito O *cogito* é uma certeza inabalável, se penso, não posso não existir. «*Cogito, ergo sum*» corresponde à expressão em latim de «Penso, logo existo».

Conexão necessária Relação necessária de causa e efeito entre dois fenómenos. Para Hume, se existir uma conexão necessária entre dois fenómenos, ela escapará aos dados dos sentidos, é uma crença enraizada no hábito/costume.

Conhecimento O conhecimento é o produto de uma relação entre um sujeito e um objeto. Segundo a concepção platónica, existem três condições necessárias e suficientes para definir conhecimento – crença, verdade, justificação. Gettier nega que a crença na verdade justificada constitua uma generalização que reúna as condições necessárias e suficientes para o conhecimento, na medida em que podemos ter crenças verdadeiras justificadas mesmo assim não ter conhecimento. Para Gettier, a definição tradicional é falsa por não contemplar todas as condições suficientes. Considera que uma quarta condição deveria ser encontrada.

Conhecimento *a posteriori*

O conhecimento *a posteriori* provém da experiência sensível, sendo a sua justificação dependente desta.

Conhecimento *a priori* O conhecimento *a priori* é originado na razão/pensamento, sendo a sua justificação independente da experiência sensível.

Conhecimento por contacto

O conhecimento por contacto decorre da experiência direta dos sentidos do sujeito.

Conhecimento prático O conhecimento prático, também conhecido como "saber-fazer", ou seja, para as habilidades ou competências que o sujeito adquiriu.

Conhecimento proposicional

O conhecimento proposicional corresponde ao conhecimento teórico, que é pensado e expresso através de frases declarativas – proposições.

Conjunção constante Regularidade observada com que dois fenómenos aparecem em conjunto.

Contiguidade (Princípio de associação de ideias) Ideias que, apesar de diferentes, estão próximas no tempo ou no espaço e, por isso, tendem a ser pensadas conjuntamente.

Criticismo Doutrina metodológica proposta por Immanuel Kant, que procura analisar a natureza, condições, limites e possibilidades do conhecimento humano.

Dogmatismo O dogmatismo é a doutrina que defende ser possível obter conhecimento absoluto e inquestionável.

Dúvida cartesiana A dúvida é usada metodicamente por Descartes. Através da dúvida, recusaremos todas as crenças em que notarmos a mínima suspeita de incerteza. Só as ideias indubitáveis podem possuir o estatuto de conhecimento.

Empirismo O empirismo é a teoria que defende que o conhecimento provém, primeiramente, da experiência.

Fenómeno O fenómeno é aquilo que é adquirido pela experiência e conhecido pelo entendimento.

Fenomenologia A fenomenologia é uma corrente filosófica que constitui uma abordagem que encara os seus objetos de estudo enquanto fenómenos, o que se revela ou aparece na experiência de um sujeito.

Génio maligno Experiência mental ou hipótese cética pela qual Descartes radicaliza a dúvida para questionar a validade dos conhecimentos mais elementares, como os da Matemática.

Gnosiologia Disciplina filosófica que se ocupa dos problemas relativos ao conhecimento, nomeadamente a sua natureza e origem, os seus limites e possibilidades.

Ideias (Hume) As ideias são de ordem intelectual, correspondem às representações mentais (cópias) das impressões sendo, por isso, mais fracas. As ideias simples derivam de impressões simples. As ideias complexas derivam impressões complexas ou da combinação de ideias simples.

Ideias adventícias As ideias adventícias são aquelas que têm origem na experiência sensível, *a posteriori*.

Ideias factícias As ideias factícias são aquelas que fabricamos pela imaginação, sendo construções que têm como base as adventícias, *a posteriori*.

Ideias inatas As ideias inatas são constitutivas da própria razão, obtidas por intuição, *a priori*.

Imaginação A imaginação é a capacidade de dividir e combinar ideias, formando novas ideias.

Impressões (Hume) As impressões são de ordem biológica e responsáveis pela informação captada pelos sentidos. As impressões de sensação são provenientes diretamente da experiência sensível, explicam-se a partir dos dados dos sentidos. As impressões de reflexão são provenientes das emoções que sentimos. As impressões podem ser simples e complexas, as simples não permitem divisão, as complexas podem ser divididas em várias impressões simples.

Juízos analíticos Os juízos analíticos são aqueles em que o predicado está contido no sujeito. São necessários e universais.

Juízos sintéticos *a posteriori* Os juízos sintéticos *a posteriori* são aqueles em que o predicado não está contido no sujeito. Dependem da experiência, são contingentes e particulares.

Juízos sintéticos *a priori* Os juízos sintéticos *a priori* são aqueles em que o predicado não está contido no sujeito. São necessários e universais.

Marca impressa A ideia de perfeição é uma ideia inata, um ser imperfeito não podia ter gerado esta ideia. Deus deixa no ser imperfeito a ideia de perfeição como uma marca impressa do criador na sua obra.

Númeno O númeno é a coisa em si, ou seja, a realidade como ela é em si mesma, independentemente da nossa experiência ou percepção.

Questões de facto Modo de conhecimento que diz respeito ao conhecimento contingente e particular, *a posteriori*, dependente da experiência.

Racionalismo O racionalismo é a corrente filosófica que vê na razão a fonte principal do conhecimento.

Regra da análise A regra da análise consiste em, perante um problema complexo, decompô-lo no maior número de parcelas simples e indivisíveis possível.

Regra da enumeração e revisão A regra da enumeração e revisão consiste em observar se, na construção do conhecimento, todos os passos foram dados de modo seguro e rigoroso, revendo possíveis erros que poderiam ter sido cometidos. Esta regra funciona como um processo de controlo que pretende determinar se, após a síntese, todos os elementos que foram decompostos estão presentes (enumeração – ver se nada foi esquecido) e se todos eles são perfeitamente evidentes (revisão – comprovar que nada é obscuro ou confuso na síntese).

Regra da evidência A regra da evidência consiste em só aceitar como verdadeiro aquilo que é evidente ou claro e distinto, isto é, indubitável. Esta regra é o critério de conhecimento para Descartes.

Regra da síntese A regra da síntese consiste em conduzir o pensamento no sentido dos conhecimentos mais simples para os mais complexos, de modo a formar um todo ordenado, tornando-se evidente o todo, assim como as relações entre as partes.

Relação de ideias Modo de conhecimento não inato, diz respeito ao conhecimento necessário e universal, *a priori*, independente da experiência (apesar de provir dela). Pode justificar-se apenas pela operação do pensamento.

Semelhança (Princípio de associação de ideias) Uma ideia leva a outras ideias que são semelhantes à primeira.

O estatuto do conhecimento científico

Anomalia Casos ou estudos que vão contra as leis vigentes, isto é, os casos que, aparentemente, contrariam ou não correspondem ao paradigma vigente.

Ciência É estudo dos fenómenos naturais assente num método que inclui observação e experimentação, com vista a desenvolver uma descrição, explicação, previsão e, eventualmente, controlo desses fenómenos.

Ciência extraordinária Período mais atribulado e fértil no progresso da ciência. É a fase em que os cientistas procuram novas respostas e soluções para as anomalias que se encontram sem elas.

Ciência normal O período paradigmático, em que há a vigência e dominância de um paradigma e sob o qual as pesquisas se desenvolvem.

Ciências exatas Grupo de disciplinas, como a Lógica e a Matemática, que servem, inclusive, como ferramentas formais para outras ciências.

Ciências naturais Estudo do mundo natural e dos seus fenómenos. Nestas incluem-se, entre outras áreas, a Biologia, a Física, a Química, a Geologia e a Astronomia.

Ciências sociais e humanas As ciências sociais e humanas estudam o ser humano do ponto de vista do comportamento e a sua relação com o mundo.

Cientismo O cientismo é a crença de que a ciência é a única forma válida de conhecimento ou que ela é superior a outros conhecimentos.

Conhecimento científico O conhecimento científico assenta num estudo metódico, fundamentado e rigoroso, aliado a linguagem técnica e inequívoca.

Conhecimento vulgar (senso comum)

O conhecimento vulgar é um saber derivado da experiência, ametódico. Representa uma forma de conhecimento assistemático e não fundamentado. Associado à sabedoria popular. Corresponde a um conjunto de crenças que temos sobre o mundo, transmitidas de geração em geração de modo acrítico.

Conjeturas Elaboração de tentativa de explicação, uma suposição ou hipótese que se pensa constituir a solução para o problema ou dificuldade.

Crise científica As crises científicas dão-se quando há uma acumulação de anomalias significativas, fazendo com que o paradigma se torne insuficiente e insatisfatório como explicação.

Experimentação (método indutivo) Submissão da hipótese a testes de verificação, procurando confirmar a hipótese num conjunto significativo de casos.

Falsificacionismo Perspetiva defendida por Karl Popper em que o cientista não deve procurar observações que confirmem uma hipótese, mas procurar ou imaginar observações que a possam colocar em causa. Se as observações colocam em causa a hipótese, esta fica falsificada; se a hipótese resistir ao teste, estará provisoriamente corroborada.

Filosofia da Ciência Disciplina da Filosofia que se dedica a examinar os fundamentos, os métodos e as implicações da atividade científica. O seu principal objetivo é compreender a natureza do conhecimento científico.

Generalização dos resultados (método indutivo) Enunciação da lei geral, que assume como regra universal essa relação de causa e efeito.

Hipótese (método indutivo) Formulação de uma hipótese teórica que se supõe que seja a explicação (causa) desse acontecimento (efeito).

Incomensurabilidade de paradigmas Dificuldade, ou impossibilidade, de comprar ou medir diferentes paradigmas em virtude das diferenças substantivas (concepções do mundo) e não-substantivas (concepções da ciência) existentes entre eles. Nesse sentido, não existem padrões neutros ou supraparadigmáticos aos quais recorrer e que constitua uma medida comum capaz de determinar qual dos paradigmas deve ser escolhido.

Novo paradigma Paradigma instaurado após revolução científica.

Observação (método indutivo) Processo de recolha ou coleta de informações sobre um determinado fenómeno através do uso dos sentidos e/ou instrumentação. O processo deve ser controlado, rigoroso e objetivo.

Paradigma Um paradigma é um modelo teórico/explicativo que serve de referência e orienta o trabalho científico durante um determinado período temporal.

Positivismo O positivismo é a corrente filosófica que exalta o estatuto rigoroso do conhecimento científico, assente em dois grandes pilares: a observação isenta e o rigor da experiência.

Pré-ciência Período inicial do desenvolvimento de uma área de conhecimento anterior à aceitação de um paradigma. Este período caracteriza-se pela existência de múltiplas escolas em conflito, divergências quanto às teorias e aos métodos a serem utilizados.

Problema da indução Dificuldade sobre o estatuto epistémico da indução, nomeadamente colocando em causa a sua validade e justificação. A observação de casos particulares não permite garantir o conhecimento seguro (nem previsões rigorosas) sobre todos os casos.

Pseudociência A pseudociência corresponde à atividade não científica que se faz passar, fraudulentamente, por científica.

Revolução científica Episódio de desenvolvimento não cumulativo nem linear pelo qual um paradigma mais antigo é substituído por outro com ele incompatível.

A dimensão estética

Arte De acordo com Hegel, este termo reserva-se a objetos criados pelo ser humano.

Belo De acordo com Kant, o belo está relacionado com os próprios objetos, isto é, com a sua forma.

Experiência estética Relação que o sujeito estabelece com o objeto através da sua perceção sensorial e pela resposta subjetiva que resulta dessa perceção.

Filosofia da Arte (Estética) É a disciplina filosófica que se debruça sobre dois objetos – o belo e a arte. Remete para a reflexão sobre o objeto artístico.

Juízos estéticos (ou de gosto) De acordo com Kant, apesar de subjetivos, aspiram a uma validade universal. São fundamentados na satisfação interior, desinteressada, de carácter contemplativo.

Morna Género musical cabo-verdiano. A morna é uma manifestação artística fundamental na construção da identidade cultural de Cabo Verde. Foi reconhecida como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO.

Sublime De acordo com Kant, o sublime é ilimitado, não cabe dentro dos objetos, sendo aquilo que causa espanto, admiração ou até temor, tendo em conta a sua grandiosidade.

Teorias essencialistas De acordo com estas teorias é no objeto que se encontram as características que permitem distinguir o objeto artístico do objeto não artístico.

A dimensão religiosa

Agnosticismo Posicionamento filosófico que não nega nem afirma a existência de Deus.

Argumento cosmológico Trata-se de um argumento *a posteriori* – por se basear na observação empírica da causalidade no mundo – para provar a existência de Deus. A experiência mostra-nos que, no mundo, as coisas são causadas por outras. Dentro desta lógica, tem de haver uma primeira causa, isto é, Deus, admitindo que é absurdo defender uma regressão infinita de causas.

Argumento ontológico Trata-se de um argumento *a priori* para provar a existência de Deus. Procura justificar Deus a partir da noção de entidade perfeita, Deus é o “ser maior do que o qual nada pode ser pensado”. Se Deus existisse apenas no pensamento, mas não na realidade, não seria aquele “ser maior do que o qual nada pode ser pensado”.

Argumento teleológico (do desígnio) Trata-se de um argumento *a posteriori* – por se basear na observação empírica do funcionamento da Natureza – para provar a existência de Deus. A ordem e desígnio não podem ser da autoria da própria Natureza, uma vez que, sendo destituída de inteligência, seria incapaz de proceder de tal modo. Assim, essa ordem e esse desígnio foram preestabelecidos por Deus.

Ateísmo Posicionamento filosófico que nega a existência de Deus, recusa a religião como modo de dar sentido à vida.

Filosofia da Religião Disciplina filosófica que procura analisar racionalmente o fenómeno religioso, de modo imparcial e rigoroso.

Fundamentalismo religioso A abordagem ideológica e interpretativa das doutrinas religiosas que se caracteriza pela adesão estrita e literal a textos sagrados, pela defesa de princípios dogmáticos e pela rejeição de ideias e valores considerados contrários às crenças estabelecidas.

Omnibenevolência Atributo de ter a capacidade de ser sumamente bom, absolutamente bom, moralmente perfeito.

Omnipotência Atributo de ter poder absoluto para tudo, poder ilimitado e tudo poder determinar.

Omnipresença Atributo de ter a capacidade de estar presente em todo o lado ao mesmo tempo.

Omnisciência Atributo de ter a capacidade de ter absoluta sabedoria.

Perspetiva deísta Deus criou o Universo e as leis da Natureza, mas não intervém no mundo.

Perspetiva teísta Deus é o criador do Universo, das leis da Natureza e conduz o mundo (interveniente).

Profano Refere-se ao que é alheio à religião.

Ressacralização Processo de reintrodução ou reforço de elementos religiosos, sagrados ou espirituais em áreas da vida que foram secularizadas, ou seja, que tinham perdido o seu carácter religioso.

Sagrado Refere-se à existência de algo sobre-humano; dimensão da realidade distinta da que nos é dada pela nossa experiência sensível.

Secularização (laicização) Processo de afastamento da religião da esfera pública e da vida social.

Teísmo Posicionamento filosófico que afirma a existência de Deus.

Teologia Estudo sistemático e crítico da natureza de Deus, do divino e da sua relação com o mundo e com os seres humanos.

Bibliografia

- AAVV. *Filosofia e Poesia: Congresso Internacional de Língua Portuguesa*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016.
- AAVV. *Sofistas - Testemunhos e Fragmentos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- Abbagnano, Nicola. *História da Filosofia*. vols. 1-12, Lisboa: Editorial Presença, 1999-2001.
- Analysis. vol. 23, n.º 6, 1963.
- Aquino, Tomás de. *Suma Teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- Aristóteles. *Organon IV – Analíticos Posteriores*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997.
- Aristóteles. *Politics*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1998.
- Associação Cultural Sete Sóis Sete Luas. Catálogo n.º 62 – *Arte de Cabo Verde no Feminino*. 2013.
- Associação Cultural Sete Sóis Sete Luas. Catálogo n.º 91 – *Meus aCORdes*. 2017.
- Associação Cultural Sete Sóis Sete Luas. Catálogo n.º 105 – *Sodade*. 2019.
- Bachelard, Gaston. *A Filosofia do Não*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.
- Baggini, Julian. *The Pig that Wants to be Eaten: And 99+ Other Thought Experiments*. Croydon: Granta Books, 2024.
- Burton, Robert. *The Anatomy of Melancholy*. Filadélfia: E. Claxton & Company, 1883.
- Canadian Journal of Philosophy, vol. 3, n.º 3, 1974.
- Carlos, Elter Manuel. *Experiência da Bildung (Formação Humana) em Eugénio Tavares e Baltasar Lopes da Silva*. Santiago de Compostela: Centro Internacional de Estudos de Doutoramento e Avanzados da USC (CIEDUS), 2019.
- Carlos, Elter Manuel. *Raiz di Polon - a dança contemporânea caboverdiana como forma de expressão filosófica, vol. I*. Lisboa: MIL/DG Edições, 2025.
- Cellarius, Andreas. *Harmonia Macrocosmica Sev Atlas Universalis Et Novus, Totius Universi Creati Cosmographiam Generalem, Et Novam Exhibens*. Amesterdão: Petrum Schenk & Gerardum Valk, 1708.
- Darwin, Charles. *The Origin of Species*. Nova Iorque: P. F. Collier & Son, 1909.
- Davis, Angela. *A Liberdade É Uma Luta Constante*. Lisboa: Antígona, 2024.
- Descartes, René. *Discurso do Método*. Oeiras: Edições 70, 2010.
- Descartes, René. *Meditações Metafísicas*. Porto: Rés-Editora, 2003.
- Dikötter, Frank. *Como tornar-se um Ditador – O Culto da Personalidade no Século XX*. Lisboa: Edições 70, 2020.
- Dufrenne, Mikel. *The Phenomenology of Aesthetic Experience*. Evanston: Northwestern University Press, 1979.
- Durpé, Ben. *50 ideias de Filosofia que precisa mesmo de saber*. Alfragide: Dom Quixote, 2021.
- Eco, Umberto. *Obra Aberta*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.
- Eliade, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- Feuerbach, Ludwig. *A Essência do Cristianismo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- Fliegende Blätter. vol. 97, n.º 2449-2474, 1892.
- Fukuyama, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Gradiva Publicações, 2019.
- Hegel, Georg Wilhelm. *Cursos de Estética – Volume I*, São Paulo: Edusp, 2001.
- Hessen, Johannes. *Teoria do Conhecimento*. Coimbra: Arménio Amado Editor, 1978.
- Hume, David. *Diálogos Sobre a Religião Natural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- Hume, David. *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Edições 70, 2020.
- Jungmann, Rodrigo (org.). *Textos Seleccionados da Filosofia da Religião*. Pelotas:
- Kant, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- Kuhn, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspetiva, 1998.
- Locke, John. *Carta Sobre a Tolerância*. Lisboa: Lisboa Editora, 2005.

- Luz, José Luís Brandão da. *Introdução à Epistemologia – Conhecimento, Verdade e História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.
- Moura, Vítor (coord.). *Arte em Teoria - Uma antologia de estética*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2009.
- Nova Águia, n.º 31. Sintra: Zéfiro, 2023.
- Nunes, Benedito. *Introdução à Filosofia da Arte*. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- Pina, Vera Duarte. *Amanhã Amadruçada*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBNL), 2008.
- Pinto, António Costa. *O Regresso das Ditaduras?*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021.
- Platão. *A Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.
- Platão. *Teeteto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- Popper, Karl. *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Editora Cultrix, 2008.
- Rodrigues Sobrinho, Genivaldo. *Eugénio Tavares: um precursor da caboverdianidade*. XI Congresso Internacional da ABRALIC, 2008.
- Rodrigues, Gabriel Moacyr. *O papel da morna na afirmação da identidade nacional em Cabo Verde*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015.
- Rosa, José Silva; Pereira, Helena Reis. *Proslogion - Texto integral, leitura orientada e propostas*. Lisboa: Texto Editora, 1997.
- Russell, Bertrand. *Educação e Sociedade*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- Sekuler, Robert; Blake, Randolph. *Perception*. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1994.
- Stangroom, Jeremy. *O Enigma de Einstein*. Lisboa: Editorial Presença, 2010.
- The Philosophical Review. vol. 68, n.º 4, 1959.
- Tolstoi, Lev. *O que é a arte?*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019.
- UFPEL, 2022.
- Walton, Douglas. *Informal Logic – a Pragmatic Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- Weston, Anthony. *A Arte de Argumentar*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- Wright, Robert. *A Evolução de Deus*. Lisboa: Guerra e Paz, 2009.

Créditos fotográficos

© **Stock.Adobe.com** – págs. 8–9, 10, 16, 17, 18, 21, 22, 25, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 44–45, 47 (inf.), 48, 50, 51, 52, 53, 61, 66, 67, 68, 69, 70, 76, 84, 86, 96–97, 101, 102, 105, 107, 112 (Fig. 13), 116, 121 (Fig. 20), 124, 125, 135, 138, 139, 146–147, 151 (Fig. 8), 152, 155, 156, 158, 174 (Fig. 33), 197, 211, 213, 235, 237, 238 (Fig. 7), 239 (Fig. 8), 240, 250–251. Elementos gráficos.

Por Continuum Photos, CC BY-SA 3.0 – pág. 11. Por Violetwood – Obra do próprio, CC BY-SA 3.0 – pág. 12. <https://santiagomagazine.cv/> – pág. 26. Por Douglas N. Walton, CC BY-SA 4.0 – pág. 34. <https://brandeisscience.wordpress.com> – pág. 46 (Fig. 1). <https://www.amacad.org> – pág. 46 (Fig. 2). Por DaveGettier – Obra do próprio, CC BY-SA 4.0 – pág. 54. Por Zde – Obra do próprio, CC BY-SA 4.0 – pág. 58 (Fig. 14). <https://brewminate.com> – pág. 58

(Fig. 15). Por Vera de Kok – Obra do próprio, CC BY-SA 4.0 – pág. 98. <https://www.acad-ciencias.pt/> – pág. 100. Dutch National Archives, CC BY-SA 3.0 nl – pág. 105 (Fig. 7). Por © Hubertl / Wikimedia Commons, CC BY-SA 4.0 – pág. 117. © Pedro Moita – págs. 170, 188, 194–195, 228–229. Por Monozigote – Obra do próprio, CC BY-SA 4.0 – pág. 162 (Fig. 24). Por Herbert wie – Obra do próprio, CC BY-SA 4.0 – pág. 178. <https://www.cla.purdue.edu> – pág. 203. Por Cardsplayer4life, CC BY-SA 3.0 – pág. 206. <https://www.independent.org> – pág. 207. Por Gobierno de Chile, CC BY 2.0 – pág. 233 (Fig. 2). Por ChinaFile Vídeos, CC BY 3.0 – pág. 238 (Fig. 6). Por Lusobrandane – Obra do próprio, CC BY 3.0 – pág. 239 (Fig. 9). Por Columbia GSAPP, CC BY 2.0 – pág. 241.

Filosofia 11.º ano

Criação intelectual

- Nuno Freixo
- Ricardo Sousa

Revisão científica

- Artur Galvão
- Universidade de Cabo Verde

Design

Porto Editora

Imagem da capa

Tutu Sousa, Txitxaru,
2025

Edição

2025

Este manual segue o programa da disciplina, publicado pelo Ministério da Educação.

Cabo Verde



Brasão



Bandeira



Hino Nacional

Cântico da Liberdade

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza.

Com dignidade, enterra a semente
No pó da ilha nua;
No despenhadeiro da vida
A esperança é do tamanho do mar
Que nos abraça,
Sentinela de mares e ventos
Perseverantes
Entre estrelas e o Atlântico
Entoa o cântico da liberdade.

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza!